ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL RURAL

Caso: Assentamento Rural Sepé Tiaraju, Serra
Azul - SP

Dissertação de Mestrado
Simone Fernandes Tavares
Orientadora:
Prof. Assoc. Akemi Ino

São Carlos, 2011

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
GRUPO DE PESQUISA EM HABITAÇÃO E SUSTENTABILIDADE – HABIS**

SIMONE FERNANDES TAVARES

Análise da organização coletiva no processo de construção da habitação rural. Caso: Assentamento Rural Sepé Tiaraju, Serra Azul - SP

**São Carlos
2011**

SIMONE FERNANDES TAVARES

Análise da organização coletiva no processo de construção da habitação rural. Caso: Assentamento Rural Sepé Tiaraju, Serra Azul - SP

Dissertação apresentada ao Instituto de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São
Paulo para a obtenção de título de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo

Versão revisada

Área de Concentração: Arquitetura, Urbanismo e
Tecnologia

Orientadora: Profa. Assoc. Akemi Ino

São Carlos
2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento
da Informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP

Tavares, Simone Fernandes.

T231a Análise da organização coletiva no processo de
construção da habitação rural. Caso: assentamento rural
Sepé Tiaraju, Serra Azul-SP / Simone Fernandes Tavares ;
orientadora Akemi Ino. São Carlos, 2011.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo e Área de Concentração em Arquitetura,
Urbanismo e Tecnologia)-- Instituto de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2011.

1. Mutirão. 2. Organização coletiva. 3. Habitação rural. 4.
Processo de construção. 5. Programa habitacional. I.
Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato: Arquiteta **SIMONE FERNANDES TAVARES**

Título da dissertação: **Análise da organização coletiva no processo de construção da habitação rural. Caso assentamento rural Sepé Tiaraju, Serra Azul – SP.**

Data da defesa: 12/09/2011:

Comissão Julgadora:

Prof.^a. Associada **Akemi Ino (Orientadora)**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo/USP)

Prof. Dr. **João Marcos de Almeida Lopes**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo/USP)

Prof.^a. Dr.^a. **Amadja Henrique Borges**
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN)

Resultado:

APROVADA.

APROVADA

APROVADA

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo:
Prof. Titular **Renato Luiz Sobral Anelli**

Presidente da Comissão de Pós-Graduação:
Prof. Associado **Paulo Cesar Lima Segantine**

Dedico este trabalho à minha família, meus pais e amigos Hédio e Maria, e aos meus irmãos Amanda e Fábio, exemplos de amor e de dedicação, de apoio incondicional. Obrigada por acreditarem tanto em mim e nos meus sonhos!

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado do encontro de pessoas, e da necessidade de entendimento do que significou este encontro. Nos caminhos da pesquisa, algumas pessoas foram fundamentais, e é a elas que eu devo o meu profundo agradecimento:

À minha orientadora e desorientadora Akemi Ino, pela possibilidade do mestrado, pela permissão em bagunçar as suas convicções;

Aos professores João Marcos de Almeida Lopes, Cibele Saliba Rizek, Gabriel de Santis Feltran, pelo presente de me ensinarem a pensar. Quanta responsabilidade há em pensar! E como é doloroso, às vezes;

À professora Amadja H. Borges, pelas valiosas contribuições para o desenvolvimento da dissertação;

Ao professor Ioshiaqui Shimbo, pela apresentação de métodos e metodologias de pesquisa;

À equipe HABIS, Rosana, Rodolfo, Rafael M., Thaís, Thaisa, Tati, Leo, Lívia I, Lívia G, Jaqueline, Maurício, Guilherme, Everton, Danielle, Marcelo G, Ivan, Danusa, Maíra, Tiliâno, Diego, Fernando Madia, Vítor, Wiemaruey, Bruna, Nathalya, Callil, Akemi H., Rafael P., Ricardo Dias, Angel, Alexandre M., pelo trabalho conjunto e pelas trocas de experiências;

À Rosana Folz, pelo trabalho não oficial de co-orientação;

Ao Rodolfo Sertori, pelas longas incursões “filosóficas”, tentando encontrar sentido no nosso papel de pesquisador – assessor;

Ao meu amigo Rafael Maia, por dividir o trabalho e as angústias de canteiro de obras, e pela disposição em sempre procurar um caminho para que houvesse bons resultados no nosso trabalho;

Às famílias do assentamento Sepé Tiaraju, pela complexa experiência de vida e de trabalho;

Aos meus amigos Laiá, Carol Akemi, Nicholas, Pedro, Jamila, Wendell, Elizeu, Vinícius, por povoarem a minha vida com boas energias e muitas distrações;

À minha irmã Amanda, que me abrigou em sua casa nos momentos finais da dissertação, e incluiu outras atividades à minha vida monótona;

Aos meus pais, por estarem sempre comigo, como anjos, cuidando de mim, mesmo quando eu estava longe (física ou mentalmente);

Ao Marcelo Celestin, sempre salvando a minha vida com os prazos do programa de pós-graduação; à equipe da secretaria da pós, Kaio e Geraldo; ao Sérgio e Benê, da secretaria do IAU;

À FAPESP, pelo financiamento da pesquisa;

À Deus, por iluminar o meu caminho sempre.

TAVARES, Simone Fernandes. *Análise da organização coletiva no processo de construção da habitação rural*. Caso: Assentamento Rural Sepé Tiaraju, Serra Azul – SP. 2011. 216p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2011.

Este trabalho de pesquisa tem como objeto central a questão do provimento da habitação social para a população do campo através de organizações coletivas, em projetos que buscam além da construção de casas. Para tanto, parte da análise de um projeto de grande complexidade, denominado *Projeto Sepé Tiaraju – Construção das Casas*, no qual foi experimentado um processo participativo, desde a escolha da habitação, a organização para a construção e a gestão das obras. Com o desenrolar das construções, no entanto, toda a organização idealizada inicialmente se perdeu, e foi substituída pelos mais variados conflitos, e por diversas paralisações de obra. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo analisar a organização coletiva das famílias do assentamento rural Sepé Tiaraju, Serra Azul – SP, na construção de 67 habitações, partindo do pressuposto de que existiram diferentes racionalidades que influenciaram e interferiram na organização coletiva no processo de construção das habitações, as quais se referem às características das famílias que compuseram o grupo; à atuação da assessoria técnica; às características do programa de financiamento; e às características de um canteiro de obras em meio rural. A estratégia da pesquisa está baseada em duas metodologias, a pesquisa-ação e o estudo de caso, e se desenvolve a partir da descrição do histórico de construção das casas. A importância da pesquisa está em apontar as distorções decorrentes de projetos como este, os quais, esbarrando em interesses divergentes, e num programa habitacional rígido, acabam por promover processos bastante desgastantes para os todos os envolvidos, comprometendo os seus resultados esperados.

Palavras-chave: mutirão, organização coletiva, habitação rural, processo de construção, programa habitacional.

ABSTRACT

TAVARES, Simone Fernandes. Analyses of collective organization in the rural housing building process. Case: Rural Settlement Sepé Tiaraju, Serra Azul – SP. 2011. 216p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2011.

This search work has as its central object the provision of social housing to rural population across collective organizations, in projects that claim for results beyond housing construction. For both, it sets off from a complex project called “Sepé Tiaraju Project – house building”, in which was experienced a participatory process, from the choice of the house, the organization to the construction, until the managements of the construction. With the progress of the constructions, however, the entire organization that was initially conceived was lost, and it was replaced by many conflicts and several work stoppages. In this context, this dissertation has as its objective to analyze the families’ collective organization of the rural settlement Sepé Tiaraju, Serra Azul – SP, in the process of building 67 houses. The search work has as its presupposition that different rationalities have influenced and interfered in the process building across the collective organization, which refer to the characteristics of families that composed the group; the performance of technical assistance; the characteristics of the financing program; and the characteristics of a construction site in rural areas. The research strategy is based on two methodologies, the “action research” and the “case study research”, and it develops from the description of the historical house construction. The importance of the research is to point out the distortions arising from projects like this, which, running into conflicting interests, and a rigid housing program, ends up promoting a very stressful process for all involved, and affecting their results.

Key words: effort, collective organization, rural housing, building process, housing program.

2QC	Dois Quartos Cerâmico
3QA	Três Quartos Alternativo
3QC	Três Quartos Cerâmico
ANCA	Associação Nacional de Cooperação Agrícola
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAO	Comissão de Acompanhamento de Obras
CCFGTS	Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEF	Caixa Econômica Federal
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COHAB	Companhia de Habitação
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRE	Comissão de Representantes
ESALQ	Escola Superior de Agricultura "Luís de Queiroz"
FAPESP	Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FEB	Faculdade de Engenharia de Bauru
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIPAI	Fundação para o Incremento da Pesquisa e do Aperfeiçoamento Industrial
HABIS	Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade
IAU	Instituto de Arquitetura e Urbanismo
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCOOP	Incubadora Regional de Cooperativas Populares
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
ITESP	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OGU	Orçamento Geral da União
PDS	Programa de Desenvolvimento Sustentável
PDS	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
PIS	Programa de Integração Social
PLS	Planilha de Levantamento de Serviço
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNHR	Plano Nacional de Habitação Rural
PPT	Planilha de Perguntas Transversais
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo
VLP	Vigas Laminadas Pregadas

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 01	35
ORGANIZAÇÃO COLETIVA E EMANCIPAÇÃO SOCIAL - OS DISCURSOS PARA UMA NOVA SOCIEDADE	35
1.1. A organização coletiva e o Movimento por Moradia	36
1.2. A organização coletiva e o MST	44
1.3. Alguns conceitos – Os caminhos para a emancipação social	52
CAPÍTULO 02	59
OS ATORES ENVOLVIDOS E O PROGRAMA DE FINANCIAMENTO	59
2.1. As famílias do Assentamento Rural Sepé Tiaraju	59
2.2. A Assessoria Técnica / Grupo de Pesquisa HABIS	69
2.3. CEF, INCRA e promotoria pública	78
2.4. Programa de Financiamento: Carta de Crédito FGTS – Operações Coletivas	84
CAPÍTULO 03	91
O PROJETO SEPÉ TIARAJU – HISTÓRICO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS HABITAÇÕES	91
3.1. Montando o cenário: parceria com o HABIS, o projeto arquitetônico participativo e os acordos de obra – Dezembro de 2005 a Setembro de 2006	92
3.2. Primeiro momento de obra: testando e ajustando os acordos iniciais – Outubro de 2006 a Agosto de 2007	113
3.3. Segundo momento de obra: a desvinculação entre brigadas e as etapas de obra – Setembro de 2007 a Maio de 2008	124

3.4. Terceiro momento de obra: rearticulação das brigadas – Maio de 2008 a Janeiro de 2009	134
3.5. Quarto momento de obra: cada um por si para ser coletivo – a partir de Fevereiro de 2009	146
3.6. Síntese da formação das brigadas	164
CAPÍTULO 04	167
ORGANIZAÇÃO COLETIVA: UM PROJETO EM ABERTO	167
4.1. As diferentes racionalidades em um mesmo processo – resultados comprometidos	168
4.2. O mundo em movimento – as posturas que se alteram e as posturas que se mantêm	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	195
APÊNDICE	201
Documentos utilizados como fonte de dados	203

Este trabalho de pesquisa tem como objeto central a questão do provimento de habitação social para a população do campo através de organizações coletivas, em projetos que buscam além da construção de casas. Esta discussão será realizada a partir da análise de um projeto de grande complexidade, denominado Projeto Sepé Tiaraju – Construção das Casas, o qual conta com diferentes participantes, chamados aqui de atores¹, sendo eles: os moradores do assentamento Rural Sepé Tiaraju; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); a Caixa Econômica Federal (CEF); a Universidade de São Paulo (USP), através do Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade - HABIS²; e a promotoria pública.

A questão da habitação no campo vem ganhando maior visibilidade ao longo dos anos, mas cabe destacar que até 2000, segundo apresentado pela pesquisadora Renata Bovo Peres (2003)³, inexistiam programas habitacionais para o meio rural. De 2000 para cá, alguns programas urbanos foram estendidos para a população do campo a partir de adaptações, como identifica a própria CEF, na cartilha em que os expõe⁴. De maneira geral, estes programas destinados à população de baixa renda exigem a organização dos interessados em grupos, seja através de cooperativas, associações, institutos, e não compreendem recursos suficientes para pagamento de mão-de-obra especializada (no máximo 20% do montante acessado), o que por sua vez exige que a população interessada construa através do trabalho em mutirão, autoconstrução, ou possua outra fonte de renda para este pagamento.

¹ A denominação de atores para os diferentes participantes do projeto Sepé Tiaraju é um vício de linguagem do Grupo de pesquisa HABIS, decorrente da sua estratégia de pesquisa, a pesquisa-ação. Na pesquisa-ação tanto pesquisadores como pesquisados atuam de maneira conjunta para a alteração de uma realidade dada e entendida como ruim e passível de modificação. A pesquisa e a ação são simultâneas e intrínsecas. Ao propor a ação, pesquisadores e pesquisados tornam-se agentes, estão em movimento. Além disso, ao observar esta ação, é como se pesquisadores e pesquisados estivessem sobre um palco em uma cena. Por isso a denominação atores, pois eles atuam, modificam os caminhos da ação, não estão estáticos, e nem são passíveis.

² HABIS: Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU / USP), em parceria com o Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal de São Carlos (DECiv / UFSCar), São Carlos – SP.

³ PERES, R. B. *Habitação rural: discussão e diretrizes para políticas públicas, planejamento e programas habitacionais rurais*. 2003. 212p. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2003.

⁴ CAIXA. *A Habitação Rural: conheça os caminhos*. Caderno 1. Disponível em <www.caixa.gov.br>. Acesso em 17 jul. 2009.

Com o pacote habitacional lançado em 2009 pelo governo Lula, “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV), foi destinado um subsídio de R\$ 34 bilhões para o atendimento da população com a faixa de renda entre 0 e 10 salários mínimos, a fim de somar a construção de 1 milhão de novas moradias com recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Orçamento Geral da União (OGU). Apesar das reivindicações históricas dos movimentos sociais pela gestão dos recursos em conjunto com as assessorias técnicas especializadas, este programa MCMV destinou apenas 3% do recurso para este tipo de gestão, para o atendimento de populações com renda entre 0 e 3 salários mínimos (ARANTES; FIX, 2009)⁵. O restante do recurso passou a ser gerido pelas construtoras, estas com um amplo leque de liberdade em relação à qualidade, quantidade, localização de habitações a serem disponibilizadas para as diferentes faixas de renda que o programa atende.

Em relação à habitação rural, o pacote prevê o atendimento de apenas 2,5% da população necessitada, ou seja, a construção de 50 mil moradias quando a necessidade habitacional no campo é de 1,75 milhões de unidades⁶. Isso porque o atendimento a este público não interessa às construtoras devido às dificuldades de logística neste canteiro de obras, as distâncias entre os lotes, e os limites para o ganho em escala (ARANTES; FIX, 2009). Cabe destacar que na categoria habitação rural não são considerados os assentamentos rurais, os quais passam a ser atendidos exclusivamente pelo INCRA e pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) no caso do estado de São Paulo.

Num período em que o programa “Minha Casa, Minha Vida” inicia a sua segunda edição, a situação nos assentamentos continua a mesma. Projetos assessorados apenas pelo INCRA são promovidos pela autoconstrução assistida, com assistência periódica, quando os técnicos e engenheiros contratados visitam as famílias para realizar as medições e realizar os novos pedidos de materiais. Não há controle sobre a qualidade da habitação, não há acompanhamento no desenvolvimento do projeto. No programa Crédito Instalação do INCRA cada família constrói a sua casa como bem entender. O relato do engenheiro civil contratado pelo INCRA, no dia 10 de Agosto de 2010, demonstra um pouco desta realidade: um engenheiro civil mais quatro tecnólogos da construção ficaram responsáveis pelo acompanhamento de obra em 28 assentamentos em diferentes regiões do Estado de São Paulo, o que proporcionava o atendimento às famílias em construção a cada oito meses. Vale lembrar ainda que, atualmente, existem apenas cinco arquitetos empregados no INCRA, isso no Brasil inteiro. Estes dados mostram que não há

⁵ ARANTES, Pedro Fiori e FIX, Mariana. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação: Alguns Comentários sobre o pacote *Minha Casa, Minha Vida*. 2009. Disponível em <http://habitabrazil.blogspot.com/2009/12/os-paradoxos-do-programa-minha-casa_14.html>. Acesso em 08 Abr. 2010.

⁶ Dados retirados da Fundação João Pinheiro, citados por ARANTES e FIX, 2009.

preocupação com a qualidade da habitação pelo Instituto, apesar da casa ser de fundamental importância para o bem-estar e o desenvolvimento do morador do assentamento rural.

Em Dezembro de 2010 o INCRA divulgou um documento intitulado: *“Reforma Agrária: Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária”*⁷, documento coordenado pelo próprio Instituto com o apoio das Universidades Federais do Rio Grande do Sul e da Universidade de Pelotas. Este documento teve como um dos objetivos captar informações sobre quem são, como vivem, o que produzem e como produzem, e o que pensam as famílias assentadas da reforma agrária de todo o país, a fim de constituir uma ampla base de informações para orientar a implementação da reforma agrária nos próximos anos. O diagnóstico apresentado foi feito através de uma pesquisa estatística em 1.164 assentamentos em todo o país, onde foram aplicadas 16.153 entrevistas abrangendo um universo de 804.867 famílias assentadas entre 1985 e 2008.

Este estudo mostrou que 40,17% da população entrevistada considerou o tamanho da casa e a quantidade de cômodos bom, enquanto 9,32% consideraram ótimo, 27,78% razoável, e 21,82% entre ruim e péssimo. O estudo conclui quantitativamente cada dado, não fazendo referência à qualidade da habitação. De que adianta concluir que 70% das casas possuem mais do que 5 cômodos se não é divulgada a qualidade destes cômodos, a qualidade construtiva, a segurança estrutural, o conforto, as condições de produção destas habitações, o tempo de construção? Enquanto as casas eram construídas, onde estas famílias moravam?

Cabe questionar a qualidade das habitações que serão realizadas a partir de agora, já que o recurso para a construção de habitações em assentamentos rurais será exclusivamente liberado pelo programa Crédito de Instalação do INCRA⁸, bem como o monitoramento das obras. Além do acompanhamento inadequado proporcionado pelo Instituto, também temos que chamar a atenção para o valor que será destinado, de R\$ 15.000,00, o qual não considera o tamanho das famílias e as condições regionais, o recurso para pagamento de mão-de-obra e assessoria técnica.

A despeito desta alteração na política habitacional, os programas de financiamento, como o que será analisado nesta dissertação, são decorrentes da luta por habitação empreendida pelo Movimento por

⁷ INCRA. *Reforma Agrária: Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária*. 2010. Disponível em <<http://pqra.incra.gov.br>>. Acesso em 28 Mar 2011.

⁸ Os antigos programas habitacionais promovidos pela CEF para a habitação em assentamentos rurais deixaram de existir com o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida. Apesar das dificuldades de viabilização dos programas acompanhados pela CEF, havia a garantia mínima da qualidade das mesmas, já que a CEF exige que todos os seus contratos atinjam a chamada habitabilidade mínima.

Moradia, a partir da década de 1980, o qual passou a defender políticas públicas e programas habitacionais baseados no trabalho em mutirão, entendido como um recurso frente às dificuldades. Neste período de fim da ditadura militar, a população das periferias da cidade, em conjunto com assessorias técnicas militantes, as Associações de Bairros e a Igreja Católica defendiam a força do povo organizado, o qual, em posse de recursos adequados (financeiros e solo), construiria o seu futuro com as próprias mãos (a casa tão necessária) “sem” a ajuda do Estado. Esta proposta do mutirão era muito maior do que a troca de trabalho. Estava alicerçada em noções de participação popular e autogestão, num projeto de emancipação social baseado na organização coletiva.

No entanto, logo os movimentos por moradia passaram a defender o lema “menos mutirão, mais autogestão”, partindo da dificuldade e da morosidade para a construção da habitação em mutirão, segunda ou terceira jornada de trabalho para muitas famílias. E do entendimento de que os avanços para a população envolvida estavam na sua maior capacidade de articulação e organização para reivindicação de direitos, e não na doação do trabalho em si. Ao transpor estas idéias para políticas de habitação o poder público, por sua vez, estabeleceu uma estrutura administrativa rígida, fazendo com que a participação dos movimentos por moradia ficasse restrita a alguns nichos, os quais não eram verdadeiramente decisórios, e ficavam presos a uma estrutura de programa previamente construída. De reivindicação de uma população previamente organizada, o trabalho em mutirão passou a ser condição para o acesso a programas de financiamento.

No contexto da produção habitacional ainda existem experiências que almejam, através trabalho em mutirão, contribuir para avanços de populações. Tendo a habitação como finalidade, diversas entidades (universidades, assessorias técnicas, profissionais de diversas áreas) buscam organizar comunidades para a construção de casas, transformando este processo em um aprendizado político⁹. A despeito de todo um projeto que busca além da construção da habitação, percebemos um certo acomodamento às condições pré-estabelecidas, o que se torna fator de enfraquecimento de propostas. Isso porque, diante da impossibilidade de outros meios para suprir uma necessidade fundamental, as populações se submetem às exigências dos mais variados projetos, mesmo tendo em vista a sua incompatibilidade com a proposta. Não se trata, então, de convencimento, mas de necessidade ou conveniência.

É importante lembrar que existe uma vasta produção científica que analisa os mutirões urbanos, questionando quais são os seus ganhos enquanto um projeto social. Esta discussão está permeada por

⁹ Neste sentido o aprendizado político se refere à capacidade adquirida pelos envolvidos no processo, de se comunicarem e reivindicarem os seus direitos. E mesmo, o ganho de consciência de que são sujeitos de direito, e que devem agir para isso.

uma grande polêmica, colocando, ora o mutirão como uma solução para o problema da falta da habitação em conjunto com a formação política de populações marginalizadas, as quais se tornam mais participativas após a atuação em uma dinâmica de mutirão autogestionário; ora como sobretrabalho, injustiça social ou gestão da precariedade. No que diz respeito aos mutirões rurais, existe a carência de estudos neste campo, o qual traz em si diferenças fundamentais em relação ao mutirão urbano, como canteiro de obras disperso, o prévio conhecimento de qual casa é de qual família, e mesmo as influências da participação do movimento social. Há de se considerar ainda o entendimento de que no meio rural o local da produção é o local da reprodução da família, o que dá um outro significado para a habitação.

Em projetos habitacionais em assentamentos rurais onde a presença do MST é forte, a organização coletiva para a construção das casas é incentivada e promovida, assumindo, muitas vezes a forma do trabalho em mutirão. O Movimento objetiva, desta forma, a consolidação de práticas sociais entre os assentados baseadas em valores de solidariedade, ajuda mútua, coletividade, valores diversos daqueles da sociedade existente, individualizados e baseados em relações mercadológicas. Para o Movimento, trata-se do ensaio da nova sociedade almejada.

A questão da habitação não aparece como prioridade na luta do MST. A habitação é incluída como parte da infra-estrutura do assentamento, a qual também deve ser conquistada assim como foi a terra. No entanto, a mobilização das famílias na fase de acampamento se difere daquela da fase de assentamento, como conclui diversos autores e pesquisadores. Sendo assim, ao não incluir a habitação como algo imprescindível para o desenvolvimento do assentamento, como é tratada a questão da produção, por exemplo, não se destinam nem recursos financeiros nem assistência técnica suficientes e eficientes para suprir esta necessidade. A família assentada busca, desta forma, construir a habitação com os seus próprios conhecimentos, materiais e recursos disponíveis, conformando, na maioria das vezes, abrigos de baixa qualidade construtiva, estrutural, e de conforto.

A autora e o objeto de pesquisa

O grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade HABIS vêm trabalhando, desde 2003, no contexto da habitação social em assentamentos rurais, área pouco explorada pelas universidades públicas, e mesmo, pouco incentivada pelas linhas de fomento à pesquisa. A partir de uma metodologia que procura promover a produção conjunta de conhecimentos (saber técnico e saber popular), a ação do grupo de pesquisa busca ganhos sociais que estão para além da construção da casa, interessados em promover o

desenvolvimento social de comunidades através da organização coletiva. O Projeto Sepé Tiaraju – Construção das Casas, simplesmente Projeto Sepé Tiaraju ou Projeto Sepé, teve início em Dezembro de 2005 a partir de articulações entre HABIS, a Associação Agro-Sepé (representação das famílias assentadas), INCRA e MST. E se constituiu como um projeto que visava a emancipação da comunidade a partir da organização coletiva.

Minha entrada no projeto Sepé Tiaraju teve início em Janeiro de 2007, quando, ainda como aluna de graduação, fiz a inserção no grupo HABIS e comecei a realizar o acompanhamento direto da obra. Mas o contato com o assentamento aconteceu no ano anterior, em 2006, por conta da participação em uma disciplina optativa ministrada pela professora Akemi Ino, intitulada “Parâmetros para projetos de elementos de madeira”. A disciplina propunha o desenvolvimento de um abrigo em madeira, uma casa que pudesse ser facilmente montada, desmontada, e transportada, atendendo as condições mínimas de habitabilidade. Era um projeto pensado para populações acampadas que necessitassem se deslocar com alguma frequência e urgência. Antes de iniciarmos o desenvolvimento do projeto, fomos para o assentamento para conhecer as famílias, entender e sentir um pouco das suas necessidades, e realizar um levantamento sócio-econômico. Fomos até o assentamento de ônibus, descemos na rodovia, nos dividimos em grupos, e com os mapas em mãos começamos a visita.

O primeiro contato com o assentamento foi bastante marcante. As condições de habitabilidade nesta fase são muito rudimentares. O primeiro barraco visitado com o meu grupo era feito com lona preta, sustentada por bambu e algumas peças de madeira. Tudo era muito precário, os mobiliários, todos os pertences da família depositados naquele espaço. Tratava-se de uma família de migrantes vindos do Nordeste. Estávamos no começo do Outono. Ficar dentro do barraco durante a entrevista foi uma prova de resistência, pois lá dentro estava mais quente que do lado de fora, mesmo sem nenhuma árvore, ou um abrigo sombreado. A família nos recebeu com muita gentileza, dando-nos a única cadeira existente na “casa”.

Mais forte que as condições de moradia foi encontrar o dono deste barraco mal de saúde. Ele estava bastante enfraquecido, com febre alta, e na maior parte da entrevista ficou deitado, com uma voz profunda e séria. Precisava realizar uma cirurgia urgentemente, mas, mesmo diante dos apelos de sua esposa, recusava-se a se submeter ao processo porque, depois da cirurgia seriam necessários pelo menos duas semanas em repouso absoluto, mais duas semanas sem fazer nenhum serviço pesado. Dizia que a plantação estava madura, e que sem ele não seria possível colhê-la a tempo. Era necessário trabalhar

para garantir a permanência no lugar. Os trabalhos já pesados em si mesmos eram dificultados pelas condições do assentamento, ainda sem energia elétrica, e sem abastecimento de água. Para ter água, quando não chovia, era necessária uma caminhada de uma hora e meia até a mina, puxando um frágil carrinho de mão, onde eram empilhados qualquer recipiente que armazenasse o líquido. Quando chegamos à casa desta família a filha do casal estava saindo para buscar água, atividade que ocupou grande parte do seu dia, pois realizou três viagens até a nascente.

Conhecer as famílias foi fundamental para a minha formação como arquiteta e urbanista. A cada visita, conhecendo diferentes histórias de vida, em contato com uma realidade tão injusta, foi possível vislumbrar um lugar para o arquiteto, um lugar pouco ocupado e mesmo esquecido. Atuar numa realidade onde os conhecimentos adquiridos na universidade se faziam necessários, era a possibilidade de poder contribuir para a construção de um “mundo melhor”.

O processo de formação do problema da pesquisa

Esta pesquisa é decorrente de várias inquietações inicialmente suscitadas pelo projeto de Iniciação Científica finalizado em Outubro de 2008 realizado no assentamento Sepé Tiaraju, inquietações estas que foram se transformando no processo de desenvolvimento da pesquisa, num constante movimento de ampliação, recorte e aprofundamento nas questões. Há de se dizer que se tratou de um árduo e longo caminho, o qual ainda está sendo trilhado, o qual espero não se findar com a finalização do mestrado. As dificuldades encontradas em canteiro de obras no projeto Sepé Tiaraju foram o passo inicial na busca incessante por respostas que permitissem avançar com a obra, de um modo um pouco menos doloroso para todos os envolvidos no processo de construção.

Firmada a parceria entre as famílias e o grupo de pesquisa HABIS, teve início o debate coletivo sobre o projeto de arquitetura e a escolha dos materiais construtivos, passando posteriormente para a discussão sobre a organização para o canteiro de obras. Este diálogo foi repleto de expectativas pelas duas partes. As famílias inicialmente demonstraram fascínio por estarem envolvidas em uma ação onde podiam opinar, onde eram os agentes, imaginando a casa dos sonhos a tanto tempo negada, mesmo sendo esta restringida pelo financiamento acessado. A assessoria, por sua vez, tinha em mente trazer para esta comunidade noções de autogestão e empoderamento, criando uma dinâmica de atuação consciente na construção das casas, a qual se queria transferida para outros aspectos da vida destas pessoas. Estes

interesses iam de encontro ao que era promovido e incentivado pelos militantes do MST¹⁰, e por isso a assessoria, inicialmente, contava com a ajuda dos mesmos para a organização das famílias. Para veicular seus objetivos a assessoria procurou envolver as famílias em todas as ações para a gestão de obras através de brigadas de trabalho, as comissões, e os representantes. A participação era, então, fundamental.

Quando iniciei o trabalho de assessoria realmente acreditava que a organização coletiva proposta pelo grupo de pesquisa / assessoria em conjunto com as famílias assentadas, MST e INCRA, tendo em vista a construção das casas, era um avanço que poderia promover a emancipação e o empoderamento da comunidade. Participar das reuniões no grupo de pesquisa e no assentamento em conjunto com as famílias era como lenha que me impulsionava a agir, a dedicar todas as minhas horas vagas, e muitas vezes as não vagas às atividades relacionadas à assessoria técnica. No entanto, a despeito do esforço empenhado pela equipe assessora, as obras eram constantemente paralisadas, às vezes por falta de material, às vezes devido ao período de plantio, período de chuva, pela desmobilização das famílias para o trabalho em canteiro, ou devido ao bloqueio da liberação dos recursos pela CEF. Neste processo víamos a organização coletiva se extinguir, as famílias se separando e deixando de participar em qualquer atividade rotulada com as palavras participação e / ou coletivo, sejam reuniões, oficinas de capacitação para a obra, brigadas de trabalho. A organização coletiva passou a ser substituída pelos mais variados conflitos.

Por um lado, enquanto assessores, éramos impelidos a buscar soluções para os entraves que surgiam, no discurso sempre presente de que não estávamos adotando a **estratégia correta** na intervenção junto às famílias, não estávamos cumprindo o nosso papel de pesquisador / assessor¹¹. Por outro, as famílias sempre assumiam a postura de cobrança através da pressão, colocando o ônus da morosidade da construção das casas na assessoria técnica. Afinal, de todos os atores envolvidos no projeto apenas a

¹⁰ A fim de manter sua estrutura como um movimento de massas, cujo objetivo é a derrubada das cercas do latifúndio, da ignorância e do capital (STEDILE, João P.; FERNANDES, Bernardo M. *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1999), o MST se apóia em alguns princípios organizativos, que são: direção coletiva, divisão de tarefas, disciplina, estudo, formação de quadros, luta de massa, e a vinculação com a base (CARVALHO, Horácio C. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In SANTOS, Boaventura S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2002. pp. 233 a 260). Teoricamente, o engajamento de todos os participantes do Movimento se faz de fundamental importância para a sua sobrevivência e para o processamento das alterações sócio-econômicas que ele se propõe a realizar, baseado na força coletiva. Por isso, a participação se faz uma das palavras chaves do Movimento.

¹¹ O grupo de pesquisa / assessoria tem como estratégia de atuação a pesquisa-ação. Neste sentido, se a assessoria não conseguia motivar as famílias a agir através da participação nas decisões, de forma coletiva, considerava-se que havia um erro na sua estratégia de ação, sendo necessária a busca de novas estratégias. No entanto, não havia no grupo a percepção de que não se tratava de uma questão de estratégia, mas que estávamos trabalhando em um território de grande complexidade, com limitações que iam muito além da governabilidade da assessoria técnica.

assessoria se mantinha próxima às famílias, no dia-a-dia em canteiro. E de certa forma, parte dos recursos destinados à habitação foram reservados para o nosso pagamento. Insuficiente ou não, éramos pagos para trabalhar **para** as famílias, e então deveríamos garantir o bom andamento da obra, com material sempre presente em canteiro, convencendo famílias que não queriam construir a construir para que não atrapalhassem as demais, intervindo junto à CEF e ao INCRA para a liberação de recursos mesmo com parte das famílias não cumprindo o cronograma de obras. Diante desta pressão, a atitude com as famílias sempre foi na tentativa de esclarecer o problema, lembrando quem éramos, e qual era o nosso papel como uma assessoria técnica ligada à Universidade. Mas muitas vezes a nossa ação extrapolava os limites que estabelecíamos, dando força ao discurso das famílias. Não falávamos a mesma língua, tampouco ouvíamos da mesma maneira. As famílias, por não entenderem o que era a assessoria técnica, e a assessoria, por não compreender o universo em que estava inserida e os verdadeiros alcances da sua ação. E não bastasse a pressão das famílias, sempre que nos reportávamos ao INCRA e à CEF na busca por encontrar soluções conjuntas para o andamento das obras, ouvíamos que as famílias não estavam cumprindo com os acordos e com o contrato, tão menos a assessoria técnica. Não importava que muitas das famílias estivessem vivendo na maior precariedade, morando em barracos onde ventava, chovia, sem água, sem sistema de saneamento, tendo o dinheiro disponível no banco para sanar estes problemas. Afinal, elas assinaram um contrato coletivo, e então deveriam se sujeitar às dificuldades do coletivo.

Pressionados de todos os lados, sentindo o peso de uma responsabilidade tão grande, e com a ação truncada, o que poderia ser feito além de se pensar sobre o processo como um todo? Em diversas reuniões com os assessores técnicos envolvidos com as atividades de canteiro de obras, voltando das viagens do assentamento, em conversas de bar, assistindo o jogo de futebol, na hora do lanche, foram gastas infinitas horas na discussão sobre o alcance de nossa ação no assentamento. Será que éramos tão responsáveis pelo andamento de obra assim, por manter as famílias coletivizadas? Qual era o nosso verdadeiro papel neste processo? Será que, em algum momento, por mais remoto que tenha sido, tivemos o poder de influenciar as famílias a construírem? Existia uma estratégia capaz de convencer as famílias a construírem a casa no prazo estipulado, segundo as regras estabelecidas? Era nossa a falha que permitia com que a obra parasse constantemente, por falha na compra, falha na entrega dos materiais e dos projetos, nas oficinas de capacitação, na gestão de canteiro? Por outro lado, por que as famílias não se empenhavam? Elas não precisavam da casa? Será que as famílias paradas¹² não percebiam o quanto elas

¹² Com o conturbado processo de construção das casas, muitas famílias se separaram das brigadas coletivas, ficando isoladas, ou agrupadas com outras famílias com a mesma dificuldade de encaminhamento da obra. Por se tratar do meio rural, o mutirão

prejudicavam as famílias que estavam realmente empenhadas na construção? Será que era isso o tão falado comodismo muitas vezes associado aos brasileiros, de “quando der eu faço”? E ainda: Por que as famílias não cumpriam com os acordos estabelecidos em reuniões entendidas como coletivas? Por que não era possível manter a postura acordada em reunião em canteiro de obras?

À luz dos debates trazidos pelas disciplinas cursadas pelo Programa de Pós Graduação foi possível começar a complexificar as questões iniciais, e perceber que era um pouco mais do que tudo isso. Havia sim falhas na ação da assessoria técnica, da mesma maneira que existia descaso por parte de muitas famílias no compromisso assumido com as demais, e mesmo diferenças fundamentais entre elas. Na verdade, estávamos envolvidos pela regra de um programa de financiamento, a qual, se não cumprida à risca, inviabilizava o processo como um todo. E ainda, sob diferentes expectativas para o mesmo processo: a assessoria e o MST procurando a emancipação e o empoderamento da comunidade através da organização coletiva; as famílias desejando a casa tão necessária, mas cada uma das 77 dentro de seu tempo, seu gosto, suas condições pessoais e financeiras; e o próprio contrato assinado pelas famílias, o qual estabelecia prazos sem considerar as condições. Um grande paradoxo estava sendo construído, e o único ponto explicitado era o prazo de construção das casas. Surgiram então novas perguntas, jogando a questão que até este momento estava numa escala micro, para um universo de discussões macro: Por que veicular um programa de habitação assim? Acreditava-se mesmo que a assinatura de um contrato redigido para ser coletivo poderia manter a coesão entre as famílias? Quais são os objetivos de uma política pública veiculada dentro destas condições? Quais são os seus verdadeiros resultados? Por que as famílias precisam estar coletivizadas para ter direito de acesso ao programa de financiamento?

E também a questionar o próprio alcance da proposta da assessoria técnica: Como conciliar conceitos de emancipação, empoderamento e autogestão num processo onde as condições já estão dadas, e não caminham para o mesmo objetivo?

Sendo assim, como a organização coletiva acordada no início das discussões sobre a organização do canteiro de obras poderia perdurar no tempo, diante das dificuldades que são inerentes ao trabalho em mutirão, das diferenças entre as famílias (de interesse, financeira, cultural, idade, família), dos diferentes interesses sobre a coletividade instituídos pela assessoria técnica, pela militância do MST, pelo programa de financiamento? Em alguns momentos esta organização coletiva instituída acabou por travancar o

possui algumas especificidades. Acredito que a mais comprometedora seja decorrente do fato de as casas estarem sendo construídas nos lotes das famílias. Sendo assim, todos têm conhecimento de qual casa é a sua. Ao surgir qualquer problema entre as famílias, seja um simples desentendimento, trabalhar na construção daquela casa implica contribuir com o vizinho, trabalhar para o outro, e não para o coletivo do qual se faz parte.

processo como um todo, contribuindo para que mais conflitos surgissem entre as famílias e entre as famílias e os demais atores, conflitos que sem espaço para discussão, deram forma a atos violentos e constantes rompimentos.

Objetivo, pergunta e hipótese de pesquisa

Diante de todas estas questões, este projeto de pesquisa se propõe a **analisar a organização coletiva no processo de construção da habitação social rural**. Tem como pano de fundo a construção em mutirão de 67 habitações no Assentamento Rural Sepé Tiaraju, localizado predominantemente na cidade de Serra Azul – SP, com a participação das famílias assentadas, da assessoria técnica formada pelo Grupo HABIS, do INCRA, da CEF e da promotoria pública. A pergunta que se busca responder com este objetivo é: **Por que a organização coletiva idealizada no momento de discussão das casas entre a assessoria técnica, famílias, MST e INCRA não se viabilizou no processo de construção das habitações?** A resposta parece clara e direta ao se colocar a pergunta desta maneira, já que nada que é ideal pode ser real. Mas, no entanto, é necessário compreender o universo onde este processo tomou forma a fim de entender o próprio processo. Emprestando as palavras de Bourdieu (2008, p. 11)¹³:

[...] não basta dar razão a cada um dos pontos de vista tomados separadamente. É necessário também confrontá-los como eles o são na realidade, não para os relativizar, deixando jogar até o infinito o jogo das imagens cruzadas, mas, ao contrário, para fazer aparecer, pelo simples efeito da justaposição, o que resulta do confronto de visões de mundo diferentes ou antagônicas.

Sendo assim, parto do entendimento de que **existiram diferentes racionalidades que influenciaram e interferiram na organização coletiva no processo de construção das habitações, as quais se referem às características das famílias que compuseram o grupo; à atuação da assessoria técnica; às características do programa de financiamento; e às características de um canteiro de obras em meio rural.**

A partir do pressuposto de pesquisa se propõe a imersão em quatro diferentes esferas de relações, a dizer: famílias, assessoria técnica, programa de financiamento, e canteiro de obras em meio rural. Mais do que entender estas esferas em si, é interesse entender as relações que são estabelecidas entre elas quando se movimentam em conjunto, resultando no próprio processo de canteiro de obras. Cada uma destas esferas compromete a ação das demais, e também é comprometida por elas. Trata-se de um círculo vicioso, onde

¹³ BOURDIEU, Pierre. O espaço dos pontos de vista. In: _____ (org). *A miséria do mundo*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

resultados idealizados inicialmente são colocados na ordem do “vir a ser”, porque passa a existir uma interdependência entre as esferas.

A importância desta pesquisa está em entender este processo, e a partir dele, entender algumas de suas insuficiências e contradições, e principalmente compor uma crítica à projetos ditos emancipatórios, e aos programas de financiamentos como este que será descrito. Acredito que a importância desta pesquisa se deva também à possibilidade de crítica do pesquisador a respeito de si mesmo. Como pesquisadora e assessora se faz importante questionar o próprio discurso que veiculamos, e nos determos na observação cuidadosa de quais são os verdadeiros alcances da nossa ação. A assessoria técnica faz parte de uma universidade, e portanto tem por obrigação agir a favor de mudanças na sociedade. Mas a partir do momento em que passa a agir sem uma crítica, acaba por promover as distorções que já estão presentes no nosso dia-a-dia, e ainda, promovê-las cientificamente. Não acredito que a nossa ação enquanto assessoria seja desprezível. Ela foi e é muito importante. A participação da universidade no processo de construção das casas trouxe contribuições positivas, mas não devemos acreditar que isso seja suficiente se quisermos avançar na questão¹⁴. Não acredito que esta pesquisa será capaz de dar resposta sobre qual seria o caminho, mas acredito que uma crítica ao processo que descreverei pode ser o ponto de partida para futuros pesquisadores preocupados em contribuir para a formação de uma política habitacional mais adequada, e para a reflexão do próprio grupo de pesquisa sobre a sua ação.

Estratégia de pesquisa

Como estratégia geral de pesquisa se propõe duas metodologias: a pesquisa-ação participativa e o estudo de caso. A pesquisa-ação participativa é a estratégia de pesquisa e ação adotada pelo grupo HABIS, assessor técnico do projeto de construção das habitações do assentamento em questão. Por este motivo, quase todo o processo de coleta de dados se deu segundo esta estratégia, a qual se baseou na “observação assistemática participante” definida pela coleta de maior número possível de registros do processo (fotografias, vídeos, relatos escritos, planilhas e cadernos de campo) sem a sua categorização prévia (SELLTIZ, 1987)¹⁵.

¹⁴ Por exemplo, a capacitação técnica para canteiro de obras promoveu a formação de pedreiros e eletricitas no assentamento, os quais passaram a trabalhar também nestas profissões, aumentando a sua capacidade de obtenção de renda. No entanto, tiveram que esperar cerca de quatro anos para finalizar a casa, habitando, enquanto isso, barracos precários, sem nenhum conforto.

¹⁵ SELLTIZ et al. *Método de pesquisa nas relações sociais*. 2. Medidas na pesquisa social. São Paulo: Editora EPU, 1987.

Por outro lado, a estratégia adotada para esta pesquisa é o estudo de caso, que diz respeito à organização coletiva de 67 famílias. Para se estudar esta organização, não será apenas analisada a ação da assessoria técnica, baseada na pesquisa-ação. Isso porque existem outros fatores essenciais de serem observados, como a própria dinâmica de canteiro de obras rural, as características do programa de financiamento, e as características ligadas às famílias participantes, características que quando se movimentam em conjunto dão forma ao próprio processo de construção das casas. Trata-se de uma pesquisa que analisa além da atuação da assessoria técnica, que busca compreender o universo onde ocorreu a sua ação em conjunto com os demais atores envolvidos, confrontando o que foi colocado como ponto de partida e o que de fato ocorreu. Como coloca Becker (1994, p. 132)¹⁶: "Um estudo de caso está fadado a revelar a discrepância entre a realidade operacional e a imagem em que seus membros acreditam, e que apresentam para o resto do mundo".

O estudo de caso é indicado como o mais adequado para se responder perguntas que colocam questões do tipo “como” e “por que”, as quais são “explanatórias” e “lidam com ligações operacionais que necessitam ser traçadas ao longo do tempo, em vez de serem encaradas como meras repetições ou incidências” (YIN, 2005. p. 25.)¹⁷. Além disso, o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, quando não se podem manipular comportamentos relevantes, e os limites entre o fenômeno a ser estudado e o contexto não estão claramente definidos. Ou seja, o estudo de caso é usado quando se quer lidar com condições contextuais (YIN, 2005).

A estratégia para o desenvolvimento da pesquisa foi dividida em três etapas distintas:

- a) caracterização de cada esfera de relação na sua individualidade, seu modo de agir, discursos, objetivos;
- b) caracterização do processo de construção das casas, observando cada uma das esferas de relação, e as suas contradições, diferenças, conflitos;
- c) análise, no processo de construção das casas, das relações entre as esferas de relações, e os seus impactos na organização coletiva, bem como os impactos da organização coletiva no processo.

Sendo assim, a unidade de análise é a **organização coletiva para o canteiro de obras**, com especial atenção para as **brigadas de trabalho, as comissões de compra e de recebimento, e os representantes das famílias**.

¹⁶ BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

¹⁷ YIN, Robert. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman. 2005.

O recorte temporal da pesquisa parte do início das discussões entre o grupo HABIS e os assentados, em Dezembro de 2005, e abrange todo o período até Dezembro de 2009, com algumas habitações ainda não finalizadas.

A fim de organizar a primeira etapa da pesquisa, caracterização das esferas de relação, foram desenvolvidos os quadros 1, 2, 3, e 4, os quais trazem o tipo de informação a ser coletada a respeito de cada uma delas e as suas respectivas fontes de evidência.

Quadro 1: Planilha de planejamento de coleta de dados: Famílias / indivíduos.

ESFERA RELAÇÃO	DE	TIPO DE INFORMAÇÃO	FONTES DE EVIDÊNCIA
			base para coleta de dados
FAMÍLIAS / INDIVÍDUOS		NECESSIDADES: composição da família; condições de habitação antes do projeto;	Entrevista, Observação Direta, Observação Participante, Fotos
		TRAJETÓRIA DE VIDA: onde nasceu (cidade, campo); grau de instrução; profissão que seguiu; integração ao MST (motivações); experiências em trabalho coletivo (MST, família);	Entrevista, Documentos, Literatura
		CONDIÇÕES FINANCEIRAS: vive só da renda da terra? Quais são as outras fontes de renda? Quantas pessoas na casa contribuem com os recursos? Quais são as condições do lote (cuidados, investimentos, construções)?	Entrevista, Observação Direta, Observação Participante, Fotos
		MODO DE TRABALHO: trabalha sozinho na terra? Faz parte de algum grupo coletivo de trabalho? Trabalha com pessoas da família? Terceiriza os trabalhos realizados em seu lote? Faz troca de trabalhos? Faz parte de algum coletivo?	Entrevista, Observação Direta, Observação Participante.
		AFINIDADES: Quais são os grupos com os quais participa? Qual é a relação com o vizinho? Mantém relações apenas com familiares? Tem muitos parentes no assentamento? Quais são as amizades, em que instâncias se situam (cooperativa, igreja, família)?	Entrevista, Observação Direta, Observação Participante.

Quadro 2: Planilha de planejamento de coleta de dados: Assessoria técnica.

ESFERA RELAÇÃO	DE	TIPO DE INFORMAÇÃO	FONTES DE EVIDÊNCIA base para coleta de dados
ASSESSORIA TÉCNICA		INTERESSES / MOTIVAÇÕES: qual é o interesse geral da assessoria? Quais são os seus objetivos com o projeto da construção das casas? O que busca com o seu trabalho? Quais são as suas crenças? Qual é o seu discurso?	Observação Direta, Observação Participante, Registros, Documentos, Produções / Histórico de atuação
		ORGANIZAÇÃO INTERNA: Quem e como se forma a equipe de assessoria? Quais são as suas frentes de trabalho? Qual é o seu método de trabalho?	Observação Participante, Registros, Documentos
		FORMA DE ATUAÇÃO EM PROCESSOS COLETIVOS: quais são as experiências da assessoria em trabalhos coletivos? Qual é o seu método de atuação? O que busca construir com a população com que trabalha?	Registro, Histórico, Documentos, Literatura
		CONDIÇÕES FINANCEIRAS: de onde provém os recursos que mantém a assessoria? Quais são os recursos que mantém a assessoria? Quais são os gastos de uma equipe de assessoria? Quais são as dificuldades decorrentes do recurso?	Documentos, Registros
		GERENCIAMENTO DE OBRAS: Qual é a experiência da assessoria em gerenciamento de obras? Qual é a dinâmica criada para o canteiro de obras?	Observação Participante, Registros, Documentos, Histórico

Quadro 3: Planilha de planejamento de coleta de dados: Programa de Financiamento.

ESFERA RELAÇÃO	DE	TIPO DE INFORMAÇÃO	FONTES DE EVIDÊNCIA base para coleta de dados
PROGRAMA DE FINANCIAMENTO		CONDIÇÕES DE ACESSO AO PROGRAMA: Qual é a população atendida? Que faixa de renda? Quais são as contrapartidas? Quais são as exigências?	Documentos, Edital do programa de financiamento, Observação participante
		RECURSO DISPONIBILIZADO: Qual é o montante total? Para que se destina o recurso?	Documento (contrato)
		DINÂMICA DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS: Quais são as condições apresentadas em contrato? Como o recurso é liberado? Qual é o cronograma de obras? Qual é a dinâmica de canteiro que institui?	Documento (contrato), Observação participante, Edital do programa de financiamento

Quadro 4: Planilha de planejamento de coleta de dados: Canteiro de obras rural.

ESFERA DE RELAÇÃO	TIPO DE INFORMAÇÃO	FONTES DE EVIDÊNCIA
CANTEIRO DE OBRAS MEIO RURAL	TRABALHO EM MUTIRÃO: o que é mutirão? O que é trabalhar em mutirão? Quais são os seus pressupostos? Como se chegou a escolha do trabalho em mutirão?	Histórico, Análise de literatura
	FORMAÇÃO DE BRIGADAS: Quais características foram consideradas para a formação das brigadas? Quantas brigadas se formaram inicialmente? Qual foi a trajetória das brigadas? Quantas se mantiveram?	Histórico de obra, Registros, Observação Participante
	CRONOGRAMA DE OBRA: Qual é o prazo da obra? O que fez com que o prazo não se cumprisse?	Documento, Registros, Histórico de obra
	DIVISÃO DE TRABALHO: Qual foi a divisão de trabalho em canteiro de obras entre as famílias de uma mesma brigada? Quais foram as frentes e as responsabilidades? Qual era o seu objetivo?	Documento, Registros, Observação Participante
	CANTEIRO DE OBRAS DESCENTRALIZADO: Quais são as suas características? Qual é a sua dinâmica de acompanhamento, gerenciamento? Qual é a sua dimensão? Quantas famílias estão envolvidas?	Literatura, Observação Participante
	ATIVIDADE CONCORRENTE Qual é a dinâmica de trabalho na lavoura? Quais são os seus tempos?	Literatura, Observação direta

A fim de caracterizar o processo de construção das habitações foram levantados todos os dados relativos ao acompanhamento de canteiro de obras coletados pelo grupo HABIS. Devido ao grande número de informações existentes, foi necessária a criação de um banco de dados a partir da recuperação, localização e a organização dos diferentes tipos de documentos existentes (planilhas, registros, documentos oficiais, diários de obra, tabelas de acompanhamento, fotografias, vídeos, etc.). A organização das informações coletadas no processo de pesquisa é de importância fundamental num estudo de caso por dois motivos: serve de base para a pesquisa de outros pesquisadores envolvidos no projeto; e contribui para o aumento da *confiabilidade* do estudo, ao permitir que outros pesquisadores possam revisar diretamente as evidências, sem ficar limitados a relatórios escritos pelo responsável pela pesquisa (YIN, 2005). Também cabe ressaltar que todos os documentos servem de fonte de dados para a observação de mais de uma esfera de relação e das unidades de análise, e também como fontes diferentes para a verificação de uma mesma esfera e unidade, aumentando confiabilidade e a validade interna do estudo.

A partir do levantamento e leitura destes documentos foi possível a formação da linha do tempo do processo de construção das casas, e a partir da análise da linha do tempo, a divisão da obra em quatro momentos distintos, mais um momento preliminar de organização inicial para o canteiro. Os momentos de

obras foram caracterizados temporalmente, do momento da formação de acordos coletivos para o andamento da obra, até a paralisação da obra e a necessidade de discussão de novos acordos. Os momentos de paralisação da obra são relevantes para a análise porque é quando todos os atores se unem em uma mesma cena. Também é o espaço onde aparecem as diferenças e contradições do processo de construção das casas, entre os diversos atores.

Além da caracterização temporal, cada momento a ser apresentado traz um estágio da organização coletiva das famílias para o mutirão, desde os grupos coesos, na fase de testes dos acordos, até a sua total separação, e a colocação da frase de uma assentada: “[...] quem tá individual é quem não tá construindo, tá desrespeitando o coletivo que quer construir”¹⁸. A fim de entender a formação das brigadas, também foi realizado um mapeamento histórico das mesmas, o que permitiu apreender que das treze brigadas iniciais, duas perduraram até quase a finalização das casas.

Recorte da unidade de análise

A análise da linha do tempo também permitiu fazer um recorte sobre quais famílias seriam analisadas. Isso porque neste assentamento estão sendo construídas 77 habitações, e serão analisadas apenas 67 delas. Ao realizar a análise preliminar das brigadas, a partir do histórico de formação e alteração de cada uma delas, foi possível a verificação de um grupo de famílias muito específico, denominado no assentamento como “grupo alternativo”. O “grupo alternativo” se diferenciou dos outros grupos de trabalho por diversos motivos, entre eles:

- a escolha do material de construção: este grupo de famílias escolheu como material de vedação o adobe, tijolo maciço de terra crua, seco ao sol, o qual seria fabricado pelo próprio usuário fazendo uso de materiais presentes em seu lote. A escolha deste material se deu devido ao seu apelo ecológico, indo de encontro com as diretrizes do assentamento, o qual faz parte de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS);
- Tipologia: por terem escolhido o adobe como material de vedação, o qual não teria custo de produção e de compra, considerando que o próprio usuário o fabricaria, foi possível o projeto de uma tipologia habitacional diferente das demais famílias, com área maior e em formato de “L”;
- Atividades concorrentes: as famílias que compuseram o “grupo alternativo” tinham como característica serem militantes ativos do MST, o que por sua vez, impunha uma outra dinâmica de canteiro de obras, já

¹⁸ Fala de uma assentada registrada na reunião para a retomada de obras no dia 17/09/2008.

que além das atividades de plantio, colheita, e construção da habitação, tinham os trabalhos em prol do Movimento.

Estas três observações contribuíram para que o “grupo alternativo” delineasse um outro processo de obra, principalmente devido à necessidade de fabricação do próprio material. Isso determinou uma outra trajetória em relação às demais famílias do assentamento, com questões muito particulares e complexas, as quais, por sua vez, trouxeram outros resultados de obra para este conjunto de famílias, e que, por isso, merecem ser discutidas à parte.

Cabe ressaltar que todos os militantes ativos e diretores do MST presentes no assentamento Sepé Tiaraju compuseram o grupo alternativo, o que possibilitou, ao longo da obra, o isolamento dos mesmos em relação às demais famílias, conforme será explicitado ao longo do texto. O resultado deste isolamento foi a baixa participação do MST na construção das casas e na organização das famílias para canteiro de obras.

Questões levantadas pela pesquisa

A partir de todos estes dados organizados, três questões foram reforçadas, questões que procurarão ser trazidas à luz nas discussões propostas nesta dissertação. A primeira se pauta na idéia de como seria possível manter uma organização coletiva (brigadas de trabalho, comissões e representantes) em um processo onde imperaram diferentes racionalidades. Parte-se do entendimento de que as intenções de cada ator diferiram entre si, o que possibilitava o não cumprimento dos acordos, e nem a manutenção da organização coletiva, já que haviam proeminentes diferenças também entre as famílias. Têm-se como objetivo expor estas diferentes racionalidades a partir da descrição dos momentos de obra em ordem temporal, contextualizando a relação entre as esferas de análise e o processo de construção das habitações.

A segunda questão procura entender como e por que, apesar do processo conturbado de obras, duas das treze brigadas iniciais mantiveram a organização para o canteiro. Desta maneira, em um processo onde são dadas as mesmas condições externas para diferentes conjuntos de famílias, o que permitiu que algumas trabalhassem conjuntamente, mantendo os acordos iniciais de obra, enquanto outras não? A hipótese principal para esta questão se baseia principalmente nas características ligadas à família, como as noções de parentesco e parentesco simbólico.

Uma terceira questão busca entender por que as decisões discutidas em reuniões não foram mantidas no dia-a-dia em canteiro de obras. Sendo assim, as reuniões se configuram como espaço de decisão para quem? O não cumprimento de acordos são entendidos como decorrentes, ou de dificuldade de comunicação entre as partes, com diferentes entendimentos entre os atores; ou como forma de resistência aos acordos, principalmente por instituírem ações contrárias aos desejos das famílias, os quais não tiveram voz durante a discussão, mas a fizeram predominar em canteiro de obras.

Resumo dos capítulos

A fim de abraçar este universo de discussões, a presente dissertação segue a seguinte estrutura de exposição:

No capítulo 1 são apresentados o Movimento por Moradia e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Mais do que apresentá-los, este capítulo busca pontuar de onde surge a idéia da organização coletiva nos dois movimentos, quais foram os seus objetivos e quais foram os seus desdobramentos. Também traz uma breve exposição de conceitos de emancipação e participação, os quais servirão de balizas para o entendimento dos resultados do projeto Sepé Tiaraju.

O capítulo 2 tem como objetivo apresentar e caracterizar os atores envolvidos no projeto de construção das casas. Apresenta assim, o próprio assentamento, como se deu o seu processo de formação e organização das famílias, quem são as famílias assentadas, e a experiência das mesmas em cooperativas de produção agrícolas; a assessoria técnica, quem é o grupo de pesquisa HABIS, quais são os seus objetivos, qual é a sua forma de atuação e dinâmica; e os agentes promotores e financiadores do projeto, como atuam e quais são os seus objetivos (CEF, INCRA e promotoria pública). Também apresenta o programa de financiamento acessado pelas famílias do Sepé, o qual instituiu um processo próprio para a construção das casas.

A caracterização dos atores é importante porque nos dá algumas pistas sobre algumas incompatibilidades que se tornarão evidentes ao longo do processo de obra, resultando em conflitos e entraves ao processo.

No capítulo 3 é resgatada e descrita a linha do tempo do Projeto Sepé Tiaraju – construção das casas, dividida em 4 momentos de obra. A linha do tempo da obra parte do processo de formação de parceria entre MST, famílias do Sepé, INCRA, CEF e HABIS, e a discussão coletiva do projeto arquitetônico e dos acordos de obra. Quando este cenário inicial é colocado em movimento com o início das obras, surgem as

incompatibilidades que fazem com que o processo de construção das casas seja constantemente paralisado. Estas paralisações de obra são objeto de especial interesse para esta pesquisa, porque é o momento em que agrupam todos os atores do projeto para a discussão de novos encaminhamentos para a continuidade da obra, e é também o espaço onde as suas diferenças se fazem mais evidentes, demonstrando os conflitos, as disputas, bem como os interesses de cada uma das partes envolvidas. Imbricadas neste movimento, estão as brigadas de trabalho, que em parte são responsáveis por estas paralisações de obra, como também são afetadas por elas, num constante processo de viabilização e inviabilização da organização coletiva.

Por fim, o capítulo 4 trata das discussões e análises do que foi apresentado, retomando as questões mais importantes discutidas ao longo do texto, e buscando compreender como se deu a organização coletiva inserida num universo de diferentes racionalidades, bem como problematizando as incompatibilidades entre o que se idealiza e o que acontece na realidade.

ORGANIZAÇÃO COLETIVA E EMANCIPAÇÃO SOCIAL - OS DISCURSOS PARA UMA NOVA SOCIEDADE

Um termo muito caro a este trabalho é a tal emancipação social, a qual permeou todo o projeto Sepé Tiaraju a ser estudado aqui, a qual seria alcançada através da organização coletiva. Emancipar-se através da organização coletiva não é uma proposta originária deste projeto. Ela tem suas bases nas décadas de 1970 e 1980, quando populações organizadas passaram a fazer reivindicações inéditas até o momento, alicerçadas em noções de participação e autogestão, em defesa da cidadania. Este processo foi resultado de um percurso lento e decisivo, tanto devido à precarização das condições de vida dos cidadãos, como enquanto parte de um projeto de redemocratização do país, no período da ditadura militar. E trazia em si uma “promessa transformadora”, uma aposta na universalização dos direitos e da cidadania, a possibilidade da construção de uma sociedade igualitária, a qual reconhece e legitima o direito individual e o direito do outro (FELTRAN, 2004)¹⁹.

A linguagem desses movimentos e do Partido dos Trabalhadores (PT), constituído por novos atores, é a da cidadania plena. Participação popular, autogestão, radicalização democrática são as expressões que indicam a vontade de ruptura de uma relação política na qual o povo aparece como objeto, numa posição subordinada ou devedora (ROLNIK, 1997, p. 208)²⁰.

Neste período, bastante discutido pela literatura, queremos destacar dois movimentos por sua relação com este trabalho, que vem a ser o Movimento por Moradia e o MST. Entender os Movimentos por Moradia nos faz entender como e porque o mutirão foi inserido como proposta emancipatória, sendo testado até os dias de hoje, em busca de resultados que estejam para além da construção de casas. O trabalho em mutirão nas periferias urbanas teve um processo próprio, o qual parte da organização coletiva das populações necessitadas de habitação, para compor-se enquanto um movimento de luta pela autogestão. O MST, por sua vez, tem como uma de suas diretrizes de atuação a organização coletiva. Para o Movimento,

¹⁹ FELTRAN, Gabriel de S. *Desvelar a política na periferia: história dos movimentos sociais em São Paulo*. 2004. 386p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004.

²⁰ ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

população organizada, unida pela reivindicação de direito à terra e à condições de permanência nesta terra, representa uma nova sociedade em construção, baseada em novos valores. O projeto Sepé Tiaraju tem influência destes dois movimentos, pela aposta no mutirão e pelas influências das diretrizes organizativas do MST. O trabalho em mutirão se conformou enquanto espaço para a formação e fortalecimento do coletivo emancipatório.

Diversos estudos foram realizados a respeito dos dois movimentos, ressaltando suas conquistas e frustrações, e os reais alcances das propostas que ensejaram. Também foram discutidas as matrizes discursivas²¹, a fim de entender a sua ação. Para além desta discussão, os dois movimentos surgiram de um lento processo econômico e social, que teve seu auge nas décadas de 1970 e 1980, muito devido à situação pela qual passava o país. Também conformaram trajetórias específicas e particulares, não havendo um intercâmbio entre eles no período de redemocratização do Brasil, e muito pouco nos dias de hoje.

Em ambos os movimentos pode-se perceber o discurso para a formação de um novo sujeito, um sujeito que deixa de ser passivo para se tornar senhor da sua história, para promover as mudanças necessárias para o seu fortalecimento e permanência, colocando a organização coletiva, a participação, a conscientização, autogestão como “ferramentas” capazes de promoverem mudanças, mudanças alcançadas apenas a partir de uma dita emancipação social, a qual seria construída e construiria um novo mundo simultaneamente.

1.1. A organização coletiva e o Movimento por Moradia

A questão da habitação de interesse social no Brasil nunca foi tratada com a real seriedade, sendo posta muitas vezes como solução para problemas de ordem econômica, para a geração de emprego e aquecimento do mercado interno, como foi com o Banco Nacional de Habitação (BNH), como está sendo hoje com o “Programa Minha Casa, Minha Vida”. Apesar desta posição do Estado brasileiro, a habitação é fundamental para o desenvolvimento humano, como espaço para a recomposição da força de

²¹ Sobre as matrizes discursivas consultar os trabalhos de: FELTRAN, 2004; PAOLI, M. Célia. O mundo do Indistinto. In OLIVEIRA, F. e RIZEK, C. *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006; GOHN, Maria da G. *Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997; SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970 a 1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988; MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 5ªed. Petrópolis: Ed. Vozes. 1995.

trabalho, de sociabilidade da família, entendida como meio de alcance à dignidade e garantia de segurança frente às instabilidades da economia de um país capitalista. Em um momento de crise econômica e de emprego, diante de um Estado que não garante as condições básicas de sobrevivência da sua população, a não obrigatoriedade de pagamento de aluguel é algo considerável, assegurando aos mais fragilizados um espaço próprio, a garantia de abrigo.

O Movimento por Moradia surge no contexto de crise econômica e social (fim da ditadura militar e fim do período do “milagre econômico”) e de dificuldade de acesso a terras urbanas, quando ter casa própria era uma necessidade frente ao desemprego. Se nos anos anteriores os trabalhadores tinham acesso à casa própria através da compra de lotes afastados do centro e a partir da autoconstrução, com a crise econômica estas possibilidades se viram dificultadas e até impedidas, principalmente devido à maior fiscalização na abertura de loteamentos clandestinos, diminuindo as terras disponíveis (BONDUKI, 1992)²². A desvalorização dos salários dos trabalhadores também dificultou o já lento processo de construção habitacional por autoconstrução, devido à impossibilidade de compra de materiais frente às demandas para a sobrevivência e reprodução da família (MARICATO, 1982; LIMA, 1979)²³. Houve dificuldades para o pagamento de aluguel, e já não haviam mais espaços disponíveis nas favelas. As reivindicações por melhorias urbanas (infra-estrutura e serviços públicos) antes assumidas pelas Sociedades de Amigos do Bairro também deixaram de ser atendidas. Se antes havia uma rede de intermediação política entre as reivindicações de bairros e alguns políticos, atuando a partir de favores e concessões, com a crise fiscal e as dívidas públicas, o Estado perdeu a capacidade de atender a estas demandas populares (ROLNIK, 1997).

Apesar de este ser o ponto mais dramático na gestação do Movimento por Moradia, ela já vinha se constituindo anos antes, principalmente a partir da ação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), através de ações fomentadas pela ala progressista da Igreja Católica, a qual trabalhava com a população carente a organização coletiva desde 1964. As CEBs se conformaram em um importante canal de aglutinação das classes trabalhadoras, organizações que se tornaram “núcleos de resistência ao Estado autoritário e em *locus* alternativo à organização das oposições sindicais”, conforme nos expõe Bonduki (1992, p. 29).

²² BONDUKI, N. G. *Habitação e Autogestão*. Construindo Territórios de Utopia. Rio de Janeiro: Editora Fase. 1992.

²³ MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura do possível. In: MARICATO, Ermínia (org). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1982. p. 71 – 93; LIMA, Maria Helena Beozzo de. Em busca da casa própria: autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro. In: VALLADARES, Licia do Prado (org). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Diante da crise pela qual passava, buscando arregimentar e manter os fiéis, a Igreja parte rumo às periferias de modo a manter a influência cristã na sociedade. Uma das atividades promovidas por ela foi a educação popular, baseada na metodologia desenvolvida por Paulo Freire, em seu famoso livro “A pedagogia do oprimido”. Para as populações envolvidas, muitas vezes esta era a oportunidade de capacitação para o mercado de trabalho num período de crise econômica. A intenção da Igreja, além da alfabetização, era fazer desta educação o ponto de partida para despertar novas motivações nas pessoas, sempre centradas na ética religiosa²⁴.

A ação da Igreja Católica também passou a objetivar a formação de uma nova sociedade, colocando os pobres como peça fundamental. Segundo Sader (1995), saindo da esfera da caridade para a da libertação. Assim, além de congregar para a reivindicação, a Igreja trabalhava a idéia de comunidade, solidariedade, de ajuda, de participação, da força do coletivo envolvido num mesmo interesse, este caracterizado para além da obtenção da casa, mas também ligado à questões de saúde e trabalho. Em muitos casos, em conjunto com a comunidade, a Igreja Católica elaborou as ações dos movimentos, como no caso do Movimento Sem Terra Leste 1, em São Paulo, no Jardim São Francisco, e em Brás de Pina, no Rio de Janeiro²⁵.

Eder Sader (1995) considera a ação da Igreja Católica, através das CEBs, como uma matriz discursiva que influenciou e foi influenciada pelos movimentos sociais que surgiram²⁶. E defende que, apesar das intenções da Igreja, o espaço aberto por ela foi extremamente importante para a congregação de pessoas, para fomento de discussões conjuntas de problemas que afetavam a comunidade, incentivada pela participação nas discussões colocadas, extrapolando o sentido original destas práticas. Destes espaços surgiram importantes líderes comunitários, os quais passaram a compor novos partidos políticos e os novos sindicatos.

²⁴ “Evangélizar o povo brasileiro em processo de transformação social, econômica, política e cultural, enunciando a plena verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando formar o povo de Deus e participar da construção de uma sociedade justa e fraterna, sinal do Reino definitivo” (ARQUIDIOCESE, 1988, p.05, apud FELIPE, Joel. *Mutirão e Autogestão no Jardim São Francisco (1989 – 1992): Movimento de Moradia. Lugar do Arquiteto*. 1997. 213p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1997, p. 29.).

²⁵ Para maiores informações a respeito do mutirão do Jardim São Francisco consultar a dissertação de Joel Felipe (op cit, 1997). Sobre a experiência de Brás de Pina consultar: SANTOS, Carlos N. F. dos. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1981.

²⁶ “Constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articula-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados. É assim que, formados no campo comum do imaginário de uma sociedade, emergem matrizes discursivas que expressam as divisões e os antagonismos desta sociedade” (SADER, 1995, p. 60).

As CEBs surgiam a partir de qualquer atividade solidária de um grupo de pessoas, geralmente incentivada por um membro da Igreja. Cria-se então um espaço de troca, o qual propunha outras mobilizações. Os debates dos temas na comunidade eram promovidos segundo a dinâmica “ver – julgar – agir”. “Ver” propunha pensar sobre qualquer problema do grupo de pessoas presentes. Implicava refletir e emitir opinião, de modo que todos os participantes fossem capazes de relacionar os fatos e as suas causas. O passo seguinte, “julgar”, propunha julgar o problema a partir da ética religiosa (o que Cristo faria diante disso?), para em seguida propor uma ação conjunta de modo a melhorar a situação. Muitas vezes as ações propostas eram insipientes diante dos problemas, mas eram carregadas pela experiência das pessoas envolvidas, as quais passavam a se sentir responsáveis e capazes de agir. Como coloca Eder Sader (1995, p.162):

Já foi suficientemente assinalado como essas “ações para fora” de grupos comunitários da periferia expressaram novos valores vinculados às reivindicações feitas. No lugar do pedido de um favor apareceram as reclamações de um direito. Esses valores foram produto da própria vida dessas comunidades. As relações primárias de solidariedade e as referências cristãs induziram à reelaboração idealizada de uma vida comunitária do passado rural. Nesse quadro se produz uma forte coesão interna e um reconhecimento pessoal construído à base da confiança entre seus membros. É a partir desta sociabilidade primária que os membros efetuam uma reelaboração das experiências cotidianas de existência, com categorias para criticá-las e referências para ações coletivas visando transformá-las.

Eder Sader (1995) complementa esta idéia dizendo que a Igreja buscava a instauração de uma nova estrutura social, onde a valorização de cada indivíduo era fundamental, e ocorreria dentro das comunidades, locais onde as ações humanas ganhavam novos sentidos e novos valores. Por isso, a coletividade é tão marcante nas primeiras reivindicações do Movimento por Moradia. Há a total descrença no Estado, e a população organizada passa a reivindicar condições para que ela, por si própria, possa suprir as suas necessidades, e não mais cobrando o Estado para tal. Um exemplo disso são as primeiras reivindicações dos Movimentos por Moradia, o qual exigia terra e recursos suficientes para que os trabalhadores, através do mutirão, construíssem as suas próprias casas.

Este espaço criado pela Igreja Católica passou a ser um canal aglutinador das tensões sociais, espaço de discussões e busca de soluções conjuntas, único a fazer resistência ao Estado autoritário. Segundo Bonduki (1992), quando os trabalhadores mais pobres não tiveram mais a opção de resolver o problema da habitação individualmente (autoconstrução, ocupação de favelas), milhares deles recorreram às organizações coletivas e aos diversos movimentos que surgiam. Em São Paulo, a partir de 1981, foram

organizadas as primeiras ocupações de terra. Era a solução frente à falta de ação governamental e a necessidade de moradia.

As primeiras mobilizações para o trabalho de construção da habitação em mutirão não são apenas decorrentes da ação da Igreja Católica. Como disse Sader (1995), esta mobilização é decorrente dos acontecimentos do período pelo qual passava o país, principalmente diante da repressão política da ditadura militar, da precarização das condições de vida dos cidadãos, e da falta de ação governamental frente aos problemas sociais. Deste cenário emerge a consciência da negação do direito à cidade, da ausência da cidadania, e da necessidade de mobilização popular, inclusive para a formulação de programas de políticas públicas alternativas, onde se colocava a gestão pública não estatal e a participação popular (BONDUKI, 1992).

No que se refere à questão habitacional, a figura do engenheiro Guilherme Coelho foi importante por trazer a experiência das Cooperativas de Habitação Uruguaia²⁷ para o Brasil, as quais construíam suas casas através do mutirão. Guilherme Coelho fez um filme sobre as cooperativas uruguaias e passou a veiculá-lo em alguns locais de São Paulo, acabando por entusiasmar alguns movimentos. A idéia das cooperativas uruguaias trazia um diferencial: o acompanhamento da comunidade organizada por um grupo de assessoria técnica (MARICATO, 1987)²⁸. Esta idéia ganhou forma na construção das habitações em Vila Nova Cachoeirinha, na cidade de São Paulo. As pessoas envolvidas participaram desde a discussão do projeto até o planejamento de obra. Discutiu-se quantas horas cada família deveria trabalhar, como seria a organização de canteiro, como seria resolvida a alimentação nos dias de trabalho, como seria o cuidado com as crianças, além da luta pelo financiamento (BONDUKI, 1992).

Com base em experiências bem sucedidas de mutirão, como o Vila Nova Cachoeirinha (até o momento em que ela passou a ser gerida pela COHAB, após a morte de Guilherme Coelho), e a Vila Comunitária, em São Bernardo do Campo, a população organizada em diferentes movimentos passou a reivindicar do poder público política habitacional dando à população assistida autonomia em relação à escolha do projeto e do terreno, em relação à construção, e à escolha da assessoria técnica (BONDUKI, 1992)²⁹. O trabalho em

27 Uma visão mais atual sobre a influência das Cooperativas Uruguaias na tema da habitação social em São Paulo pode ser apreciada no trabalho de Baravelli. BARAVELLI, José Eduardo. *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo.

28 MARICATO, Ermínia. Os mutirões em questão. Os mutirões de São Paulo e a Reforma Urbana (entrevista). In: *Proposta: experiências em educação popular*. Rio de Janeiro: Fase. nº. 35. Ano XII, set. 1987. p. 31 – 47.

29 “As propostas básicas dos movimentos de conquista de moradia são formuladas neste período. Suas linhas gerais são as seguintes: formação de entidade representativa da comunidade organizada, encarregada de promover e gerir todas as etapas

mutirão foi promovido como um elo de ligação entre a comunidade, defendido inicialmente como uma maneira de aproximar os futuros moradores do local em um grande movimento de solidariedade e conquista, além de representar o ganho de consciência pela participação e a autogestão. Também foram ressaltados os ganhos em economia neste tipo de obra, tanto de materiais, quanto de mão-de-obra³⁰, além da conformação de habitações com melhor aproveitamento espacial, melhor disposição do conjunto habitacional, com maior respeito ao local de implantação.

Conforme as experiências dos Movimentos por Moradia foram sendo desenvolvidas foi ficando evidente que a luta não deveria se pautar pelo trabalho em mutirão. Os ganhos para a comunidade estavam na sua capacidade de organização, e menos na doação de trabalho³¹, ou seja, os ganhos estavam na autogestão. E foi justamente este o ponto mais dificultado pela ação do Estado, o qual criou barreiras para intervir na autonomia dos movimentos, colocando, muitas vezes, a participação popular enquanto doação de mão-de-obra.

Destas experiências em mutirão³² foram realizados diversos estudos, a fim de compreender quais foram os reais alcances deste tipo de trabalho, principalmente sobre as experiências empreendidas na gestão da prefeita Luiza Erundina em São Paulo (1989 – 1992). No mais das vezes, foi colocado que a construção da habitação, quando realmente alicerçada na participação popular e na autogestão, trouxe ganhos para as comunidades para além da moradia e das dificuldades inerentes ao processo³³, preservando e

do empreendimento habitacional; a obtenção de terras com recursos governamentais a serem repassados à entidade a custo zero; obtenção de financiamento compatível com renda em torno de um salário mínimo, para a compra de material de construção suficiente para a construção de uma casa com aproximadamente 40m²; construção da casa através da utilização, ao menos em parte, da mão-de-obra da própria comunidade organizada em mutirões coletivos; subsídio para a execução da infraestrutura; gestão pela entidade de todo o processo de escolha e compra de material; constituição de equipe técnica de confiança da comunidade para assessorá-la na elaboração do projeto, no controle e organização da obra e nos contatos com os órgãos públicos”. (BONDUKI, 1992, p. 41 e 45)

³⁰ Para maiores informações consultar o seguinte artigo de Bonduki: BONDUKI, Nabil. Autogestão na Produção de Habitação: Um programa de qualidade e baixo custo. In: Gordilho-Souza, Ângela (org). *Habitar Contemporâneo: Novas Questões do Brasil dos anos 90*. Mestrado – FAU FBA – LAB Habitar. Salvador, 1997.

³¹ Trabalhos representativos deste pensamento são aqueles desenvolvidos por Joel Felipe (1997), já referido, e Maria Cristina Almeida Antunes (ANTUNES, Maria Cristina Almeida. *A Produção Habitacional Solidária: O processo participativo na organização do espaço urbano e na produção de moradias através de procedimentos autogestionários*. 2002. 185p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo).

³² João Marcos de Almeida Lopes desenvolveu um estudo sobre o percurso do mutirão na cidade de São Paulo a partir do seu envolvimento com a questão, trazendo de volta importantes falas, ações e acontecimentos desde os anos de 1970. Este estudo também é rico em referências a outros trabalhos (LOPES, João Marcos. de A. *Das utopias sem lugar aos lugares sem utopias: um roteiro para discutir os mutirões autogeridos em São Paulo*. São Carlos: 2004 (mimeo)).

³³ Desgaste físico, lentidão, dupla jornada de trabalho. O trabalho de Juliana de Oliveira Barros Braz (BRAZ, Juliana de O. B. *Mutirões Habitacionais: Intervenção e pesquisa em um processo de construção de moradias populares*. 2008. 112p. Dissertação (Mestrado em psicologia social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008) nos coloca no cenário da construção habitacional em mutirão descrevendo de forma simples, mas profunda, as dificuldades de um conjunto de pessoas em canteiro de obras, as quais vão desde questões de deslocamento, até a resolução de conflitos ditos coletivos.

fortalecendo a organização. Por outro lado, quando o mutirão foi institucionalizado³⁴, o processo foi marcado por maiores conflitos e desgastes, com freqüente abandono da obra, e empreendimentos com qualidade duvidosa.

Também existe um rico estudo que busca entender quais são os reais significados do mutirão – emancipação ou sobretrabalho³⁵, e mesmo estudos que acreditam que o mutirão traz sim benefícios, mas questiona se não seriam possíveis novos caminhos que garantam estes mesmos ganhos sem a precarização do trabalhador. Maricato (1987) questiona mesmo se esta seria uma alternativa para a solução do problema habitacional nas periferias urbanas, alegando ser de fundamental importância a promoção da habitação pelo Estado, em conjunto com outras demandas, como educação, infra-estrutura, saúde, salário justo, emprego. Neste âmbito, a população organizada agiria de modo a fiscalizar a ação do Estado, e não o contrário como ocorreu em muitas experiências em mutirão. E coloca:

E eu me questiono, às vezes, embora essa luta traga uma organização, se ela também não está tirando essa população de uma participação política mais direta em outras questões da luta popular. Muitas vezes o mutirão acaba virando quase um mito e uma obsessão. (MARICATO, 1987, p. 32)³⁶

³⁴ Para mais informações ver Bonduki (1997), e Carvalho (CARVALHO, Caio Santo Amore. *Lupa e Telescópio – o mutirão em foco*. São Paulo, anos 90 e atualidade. 2004. 186p. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004).

³⁵ Para maiores detalhes sobre esta discussão consultar os seguintes trabalhos: OLIVEIRA, Francisco. O vício da virtude. In: *Novos Estudos CEBRAP*. Número 74. pp. 67 - 85. Março de 2006; LOPES, João Marcos de Almeida. O anão caolho. In: *Novos Estudos CEBRAP*. Número 76. pp. 219 - 227. Novembro de 2006; FERRO, Sérgio. Nota sobre o vício da virtude. In: *Novos Estudos CEBRAP*. Número 76. pp. 229 - 234. Novembro de 2006; RIZEK, Cibele; BASTOS, Joana; BERGAMIN, Marta de Aguiar. A política de produção habitacional por mutirões autogeridos: Construindo algumas questões. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*. v. 05, n. 01, pp. 31 – 46. Maio de 2003; LOPES, João Marcos de A.; RIZEK, Cibele Saliba. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica. In CARDOSO, Adauto L.; ABIKO, Alex Kenya (ed.). *Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda*. Porto Alegre: ANTAC, 2006 (Coletânea HABITARE, v.5), p. 52-83.

³⁶ Vale destacar alguns outros trechos da entrevista de Ermínia (1987, p. 34): "Em princípio, o mutirão não é uma fórmula para nada, nem para resolver o problema da habitação, nem para organizar. É nesse sentido que estou argumentando. Uma coisa é a elevação do nível de consciência e participação política. Outra coisa é o mutirão que o Íris Rezende fez, que o governo faz, que a população faz. Vamos recuperar o que é fundamental: a autonomia, a autogestão e a elevação do nível de consciência. [...] Eu acho que as vezes existe um mito em torno do mutirão. É como se o mutirão fosse um fim em si mesmo. Por que a população se agarra tanto à idéia? Porque ela está lutando pela casa própria, que é o sonho de todo mundo. Então, claro, nós falamos: 'bom, todo movimento popular começa por reivindicações ligadas às condições de vida imediatas - água, transporte, luz, etc. E o mutirão tem muita força porque trata da pessoa poder ter sua casa'. Nessa selva que está a questão habitacional, isto é fundamental. Agora, alcançar a casa própria também não é uma atitude revolucionária. [...] Mas nós não podemos eliminar a proposta de produção em massa através do poder público; aí sim, com a participação e a fiscalização da população. Não é sempre que a construção através do poder público será de má qualidade. Isso irá depender de nós fiscalizarmos a obra. Na verdade, essas lutas precisam ser unificadas em torno da questão da moradia e da questão da terra. Eu estou levantando muitos argumentos críticos, porque eu acho que está na hora de fazermos este debate com os companheiros, que por sinal, são de total confiança. Não vamos construir guetos, por exemplo. Mesmo porque nós estamos enfrentando um problema constitucional. É bom lembrar que no Brasil não existe a propriedade coletiva. A grande diferença em relação às cooperativas uruguaias é que lá a propriedade do imóvel é da cooperativa. Isso significa uma diferença absurda! Aqui a propriedade é privada e individual. [...] Aqui eu quero fazer uma ligação com um ponto fundamental, que é obrigação nossa discutir, que é a questão da

Seguindo esta mesma linha de raciocínio estão as argumentações de Antunes (2002). Seu trabalho colocou em xeque a discussão entre mutirão e emancipação da comunidade. A tese desenvolvida pela autora analisou oito experiências de construção habitacional participativa³⁷ em diferentes estados do Brasil. Seus objetivos foram analisar os procedimentos e aferir resultados práticos, efeitos paralelos e conseqüências concretas do trabalho viabilizado pelos mutirões. Para tanto, entrevistou os participantes de experiências dentro desta prática, desde assistentes sociais, assessores técnicos, mutirantes, líderes comunitários, lideranças religiosas, a fim de saber sobre a experiência, bem quais eram os sentidos dados pelos mesmos para conceitos como cooperação, participação, autogestão e cidadania. Entre suas conclusões, no que diz respeito à emancipação social a partir do mutirão, defende a autogestão, e não à doação de trabalho.

Então, o que se busca através do mutirão é algo mais do que a moradia. Buscam-se a promoção social e a emancipação da comunidade; a criação de espaços para o exercício da cidadania; e a mobilização consciente que pode levar ao desenvolvimento individual e coletivo. Se os propósitos são obviamente os melhores, já os métodos são discutíveis. Porque a doação do trabalho não leva necessariamente aos resultados pretendidos, podendo até comprometê-los. [...] Na verdade, o que importa não é a doação da mão-de-obra, e sim os ganhos que a atividade coletiva pode produzir sendo desempenhada de inúmeras maneiras eficientes, principalmente através de mecanismos efetivos de participação e autogestão. Por exemplo, por meio do envolvimento na definição de programas e pela autonomia na implementação das atividades. [...] Assim, a autogestão passa a ser a palavra-chave para os programas emancipadores e participativos. E paradoxalmente, nos programas habitacionais por mutirão, o mutirão mesmo poderia ser quase sempre dispensável (ANTUNES, 2002, p. 132).

Em relação à políticas públicas habitacionais ainda destaca que:

Coloca-se, portanto, uma questão de ordem conceitual. Um programa habitacional montado para ser 'autogestionário' poderá eventualmente ser realizado por mutirão. Entretanto, um mutirão habitacional 'tradicional' terá dificuldades em ser autogestionário, uma vez que a exigência da doação de mão-de-obra é precedente ao envolvimento da população no programa (ANTUNES, 2002, p. 132).

A postura das duas pesquisadoras é totalmente pertinente quando se faz um mergulho em canteiros de obras viabilizados pelo trabalho em mutirão. Para além da conquista da casa e da organização para a

relação entre a luta salarial e a luta pela habitação. O que nós temos visto? O pessoal acaba de ocupar uma terra, ela já adquire um valor no submercado - vamos chamar de submercado imobiliário, eu não sei como nós chamaríamos, mas é fora do mercado capitalista formal. Temos visto muita gente combativa que, sem emprego ou com um salário de fome, vende imediatamente a terra que acabou de ocupar, o que é ilegal, mas vende."

³⁷ As experiências analisadas por Antunes (2002) foram as seguintes: Associação de Moradia 23 de Outubro (cidade de São Paulo – zona Sul); Associação de Moradia União da Juta (cidade de São Paulo, zona Leste); Associação de Moradia de Gamboa de Baixo (Salvador, região central); Associação de Moradia da Baixa do Camurujipe (Salvador, periferia); Associação de Moradia Parque das Emas (Brasília – periferia); Associação de Moradia Riacho Fundo (Brasília – periferia); mais dois programas da cidade de Vitória – ES.

construção se destaca um processo desgastante e conflituoso, seja de trabalho, seja nas relações pessoais³⁸. E quando todo este ideal de fortalecimento da comunidade esbarra em burocracias estatais, dos programas de financiamento, de regras ao acesso, de normas de conduta, o que prevalece é o entendimento de que as organizações coletivas são ineficientes e impossíveis, quando na verdade, o local para o seu desenvolvimento já se configura como um espaço truncado. Trata-se da participação instrumentalizada, definida para espaços pré-estabelecidos, e que, portanto, minam os ideais de emancipação em seu início. Podemos considerar como autonomia o fato das populações discutirem coletivamente o projeto arquitetônico dentro de um valor pré-estabelecido, o qual restringe o tamanho da habitação, o material a ser utilizado, o tamanho e a localização dos lotes? Certamente experiências como estas trazem avanços em termos de envolvimento da população, mas não toca em questões fundamentais, e estas sim, necessárias de serem discutidas e novamente reivindicadas, como por exemplo, recursos de financiamento compatíveis com as necessidades de cada família. Ou seja, a luta deve se ampliar, pois no mutirão, na maioria das vezes, os trabalhadores ficam tão imersos na resolução de problemas imediatos de obra que nem ao menos questionam o porquê de estarem presos a estes problemas. E é justamente a falta de questionamento que restringe a capacidade de populações buscarem novas soluções e novas propostas, onde a emancipação, enquanto conscientização, vê-se bloqueada.

1.2. A organização coletiva e o MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu formalmente em Janeiro de 1984, com o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na cidade de Cascavel, Paraná. A emergência do Movimento também é fruto da abertura política empreendida no âmbito do ciclo militar no final dos anos de 1970, em conjunto com o ativismo político decorrente da repressão militar; as ações de mobilização e politização organizadas por setores radicalizados do clero católico; e os efeitos da vigorosa modernização

³⁸ No que diz respeito ao movimento por moradia, Bonduki (1997) destacou a relação entre autoritarismo x alienação presentes em muitas experiências. Isso porque as lideranças das associações, em alguns casos, assumiram postura autoritária, reproduzindo relações que a autogestão buscava superar. Em relação aos mutirantes, o seu não envolvimento na gestão da obra, baixo nível de participação e de envolvimento em processos decisórios foram desafios constantes. Isso decorreu do fato de muitas famílias terem se engajado na proposta de habitação com mutirão devido a falta de opção diante da necessidade de moradia, e não devido ao seu caráter político. E isto acabou por ocasionar em constante abandono da obra, com substituição de famílias, e diversos tipos de impasses e conflitos.

do setor agrícola da década citada, principalmente no Sul do país (NAVARRO, 2002)³⁹. Segundo Carvalho (2002, p. 241)⁴⁰, o nascimento do MST se deu “num período de transição entre uma ditadura militarista e uma democracia liberal burguesa”.

A luta dos pequenos agricultores pela terra sempre foi algo presente no Brasil devido à estrutura fundiária consolidada desde a ocupação de seu território. Foram lutas caracterizadas enquanto modos de resistência, em movimentos messiânicos, de banditismo social, associativismo e sindicalismo (MARTINS, 1995). O camponês sempre atuou pela reivindicação do uso da terra, e suas reivindicações foram tratadas historicamente a base da violência ou de ações para a minimização de conflitos (paternalismo, pequenas concessões). No entanto, principalmente com o fim da economia cafeeira, e a crise da cana no Nordeste, foi intensificada a expulsão dos camponeses de seu local de origem. Sem a possibilidade de ser agregado, posseiro, parceiro, este camponês tornou-se um assalariado ou abandonou o campo rumo às periferias urbanas. É este o contexto de surgimento das Ligas Camponesas em Pernambuco, em 1955, e dos sindicatos agrícolas.

Apesar de apresentarem uma unidade quanto à causa, as Ligas Camponesas e os sindicatos apresentavam propostas políticas distintas: “As Ligas dirigiam-se para uma proposta de revolução camponesa, enquanto que a estratégia do Partido Comunista caminhava na direção de uma coexistência pacífica com a burguesia, que deveria resultar numa revolução democrático-burguesa” (MARTINS, 1995, p. 78). O objetivo dos movimentos do período, bem como dos sindicatos e das Ligas, não era a propriedade da terra e sim a luta pela renda capitalista da terra, ou a inserção de uma população no mercado econômico.

Com a Ditadura Militar, em 1964, as Ligas e os sindicatos foram reprimidos, e o governo elaborou o primeiro documento que tratou da Reforma Agrária no Brasil, conhecido como Estatuto da Terra. No entanto, o mesmo não teve como objetivo resolver a questão agrária, mas sim controlar os conflitos no campo. Entre as suas ações, o governo militar adotou como prática a implantação de projetos de colonização na Amazônia, através da migração dirigida. E paralelamente, medidas de repressão para ações de trabalhadores que continuavam a reivindicar acesso à terra e melhores condições de trabalho em

³⁹ NAVARRO, Zander. Mobilização sem Emancipação: As lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In SANTOS, Boaventura S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2002.

⁴⁰ CARVALHO, Horácio C. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In SANTOS, Boaventura S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2002. pp. 233 a 260.

outras partes do Brasil, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país (FERNANDES, 2008)⁴¹.

Entre o período de 1979 até a consolidação do MST em 1984 aconteceram várias ocupações de terra em diferentes partes do Brasil, por diferentes motivos, dos quais podemos destacar: expulsão de colonos de áreas indígenas, principalmente no oeste do Rio Grande do Sul; expulsão de famílias para a construção da hidroelétrica Itaipu, no sudoeste do Paraná; resistência de posseiros frente à expansão da pecuária, principalmente na região Leste do Mato Grosso do Sul e Oeste do Estado de São Paulo; luta dos posseiros na região amazônica (FERNANDES, 2008; MARTINS, 2003⁴²).

Inicialmente lutando pela conquista da terra, os diversos encontros do MST propiciaram a formação de diretrizes que estão além da reforma agrária, as quais, segundo Morissawa (2008)⁴³, ainda almejam a construção de uma nova sociedade, baseada na igualdade e em ideais socialistas, a partir da alteração da atual estrutura capitalista de organização da produção. Se de início a luta era regida pela necessidade de terra para o trabalho e para a manutenção da vida de um conjunto da população, passou com o tempo, e frente às dificuldades, a ser pautada pelo desejo de uma nova sociedade, baseada em valores socialistas, ligados à comunidade. Para o Movimento, tratava-se de se superar o capitalismo ou viver em meio à pobreza e miséria tentando minimizar os seus efeitos (FERNANDES, 2008). A luta, as ocupações e os assentamentos rurais passaram a ser o espaço de experimentação desta nova realidade almejada, objetivando a transformação dos trabalhadores rurais “em sujeitos sociais com novos valores, em sujeitos políticos militantes com uma ideologia transformadora” (FEIX, 2001, p.100)⁴⁴.

Assim como no Movimento por Moradia, o MST teve a influência da Igreja Católica e das teorias marxistas durante a sua formação e consolidação, e estas influências estão presentes em algumas de suas características ainda hoje. Da ação da Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) o Movimento incorporou a forma de organização descentralizada, baseada na estrutura igualitária, coletiva, colegiada, onde a participação e o envolvimento de todos os membros se faz importante para a tomada de decisões (FEIX, 2001). A organização baseada nestes princípios foi decorrente da pedagogia das CPTs, as

⁴¹ FERNANDES, Bernardo Mançano. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, Vera L. S. Botta; e WHITAKER, Dulce C. Andreatta (orgs). *Reforma Agrária e Desenvolvimento*. Desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA. 2008. pp. 27 - 52.

⁴² MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS. 2003. p 25 – 159.

⁴³ MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2008.

⁴⁴ FEIX, José Plínio. *Os interesses sociais e a concepção política e ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST*. Estudo de Caso na região de Rondonópolis - MT. 2001. 274p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2001.

quais passaram a defender a congregação dos pobres do campo para a criação de iniciativas cooperativistas, juntando as dimensões simbólicas da religiosidade popular (auto-ajuda, solidariedade) com uma visão de sociedade onde o ideal seria a reunião de várias comunidades de pequenos produtores. Dessa junção de evangelização com formação política baseada na organização coletiva e na participação seria possível a construção de uma nova sociedade (LAZZARETTI, 2003)⁴⁵.

A organização coletiva dos pequenos trabalhadores rurais se configurou enquanto um modo de fugir à miséria, uma maneira de promover o fortalecimento econômico entre aqueles que possuíam muita dificuldade de permanência na terra, sem uma assistência eficiente do Estado. Se por um lado a Igreja incorporava este discurso, ele também era promovido pelas matrizes socialistas que percorriam as principais lideranças do Movimento, dando à esta mesma organização um caráter revolucionário.

Essa idéia socialista de juntar esforços para produzir e que permeia as cartilhas do MST, é inspirada principalmente no pensamento de Engels, que, no fim do século passado, já apontava como missão dos socialistas a orientação da produção individual e sua propriedade privada para um regime cooperativo camponês. (LAZZARETTI, 2003, p. 29 e 30)

Para Fernandes (2008) trata-se de se superar o capitalismo ou viver em meio à pobreza e à miséria tentando minimizar os seus efeitos.

O MST é considerado por alguns pesquisadores, atualmente, como o movimento social mais forte em ação no Brasil. Stedile (STEDILE; FERNANDES, 1999)⁴⁶ considera que o MST é permanente devido ao seu esforço em manter um caráter de movimento de massa segundo alguns princípios organizativos. Carvalho (2002) coloca que já no I Encontro Nacional em 1984 foram definidos os primeiros princípios de organização, os quais foram sendo revisados e ampliados durante toda a história do Movimento, ao longo do processo de reflexão, mobilização e ação. Entre estes princípios estão: a direção coletiva, a divisão de tarefas, a disciplina, o estudo, a formação de quadros, a luta de massas, a vinculação com a base, e a mística.

A ocupação da terra, principal meio de atuação do Movimento, se estabeleceu como uma forma de enfrentamento, resistência e recriação do campesinato, sendo posteriormente tratada como afronta ao latifúndio e ao agronegócio, os quais, segundo o MST, não deixaram outra opção à população marginalizada e desempregada (FERNANDES, 2008). Para o MST a ocupação da terra também se

⁴⁵ LAZZARETTI, Miguel Ângelo. *Ação Coletiva em Assentamentos de Reforma Agrária: Processos de Organização dos Trabalhadores Rurais*. Cascavel: Edunioeste. 2003.

⁴⁶ STEDILE, João P.; FERNANDES, Bernardo M. *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1999.

configurou como um modo de ressocialização de acampados, espaço de formação de novos sujeitos, na construção da identidade sem-terra, um espaço de troca e de reconhecimento.

Quando o MST em conjunto com os trabalhadores ocupam uma área qualquer tem início a organização do acampamento. Para o Movimento, o acampamento representa "um coletivo em espaço socializado e reconhecido publicamente" (FEIX, 2001, p. 138) o qual, a partir daí, passa a lutar pelo assentamento definitivo. Nesta etapa, a força do coletivo é algo muito significativo, pois há uma identidade e objetivos em comum: "são trabalhadores sem-terra e desejam a conquista da terra para se afirmar no campo e construir a sua identidade sociocultural" (FEIX, 2001, p. 138). É um período de rica participação e envolvimento dos trabalhadores, os quais têm na luta coletiva a base de reivindicações por demandas sociais básicas para a sobrevivência no acampamento e a transformação da terra ocupada em assentamento, idéias sempre reafirmadas pelos militantes atuantes. É a força da pressão, reforçada por outras atividades estratégicas, como audiências com órgãos públicos, ocupações de prédios representativos, caminhadas, bloqueio de rodovias, greve de fome, e diversos outros atos públicos.

Martins (2003) também faz um apanhado de significados para o acampamento: para o assentado, trata-se da experiência social do provisório, uma experiência diversa de todas as outras pelas quais as pessoas envolvidas passaram, mas também é o momento da reconstrução de sociabilidades, as quais invariavelmente irão se pautar em valores e normas de orientação da sociedade tradicional, na tentativa de restaurar o tecido social rompido. Para o MST o acampamento é um projeto social e político, de formação ideológica do novo sujeito almejado. Na fase de acampamento se processaria a etapa final de dessocialização⁴⁷ pela qual o sem terra foi submetido durante as migrações, de anulação de referências culturais, valores e normas. Argumenta que é no vazio de referências que o MST busca politizar os futuros assentados, dentro da pauta da reforma agrária veiculada pelo Movimento, de formação de um novo "sujeito" social. A fase de acampamento se conformaria como a etapa do sofrimento conjunto, de seleção daqueles realmente interessados na reforma agrária (pela permanência) e ao mesmo tempo de formação e "evolução" da consciência do grupo⁴⁸.

⁴⁷ "Reduzir ao nada para começar de novo" (MARTINS, 2003, p. 117).

⁴⁸ Neste sentido, Martins (2003) encara o processo de acampamento como um projeto político discriminatório, onde o Movimento atua de forma a depurar aqueles que merecem fazer parte do futuro assentamento, o que acaba por se dar a partir da submissão dos indivíduos a normas de condutas impostas, ao mesmo tempo em que descarta os mais fragilizados, aqueles que não conseguem permanecer nas ocupações. Para o autor isso se constitui em sujeição e retoma as antigas bases do clientelismo arcaico denunciado pelo próprio Movimento.

Este entendimento do que significa a fase de acampamento para os assentados e para o MST traz em si uma contradição de projetos, a qual não é explicitada, e que se tornará visível na fase de assentamento, na maioria dos estudos realizados, principalmente no que diz respeito à formação do sujeito coletivo. Isso porque este processo de dessocialização do acampado não é tão profundo assim. No acampamento, fase do provisório, tudo se torna possível, e os interessados muitas vezes permanecem coletivizados não pela concordância com o projeto colocado, mas pela possibilidade de obtenção de terra para suprir as necessidades da família. A participação nas discussões coletivas de formação do assentamento, das cooperativas, é questionável, pois existe o medo da exclusão do projeto, e de ter que começar tudo de novo, com nova ocupação e o prolongamento do tempo de sofrimento.

Também na fase de acampamento acontecem as primeiras discussões sobre a organização e a forma de produção agrícola do futuro assentamento. O MST tem como objetivo, neste momento, chegar à discussão sobre as cooperativas coletivas, alternativa encontrada para a sobrevivência do pequeno agricultor frente ao capitalismo. Sendo assim, as famílias se organizam em grupos para a experimentação de alguma forma de cooperação agrícola. Cabe destacar que o MST não é uma organização formal, tratando-se apenas de uma imagem pública. A face formal do MST é representada pela ANCA (Associação Nacional de Cooperação Agrícola) e suas afiliadas, as associações estaduais e as inúmeras cooperativas de assentamentos. Esta é a forma de reivindicar acesso a recursos públicos segundo os imperativos legais existentes (NAVARRO, 2002). Sendo assim, uma das maneiras dos acampados conseguirem a terra e sobreviverem nela é a sua vinculação às cooperativas ou associações.

Em relação aos ideais de coletividade das populações rurais, Martins (2003) nos dá algumas explicações, ligadas ao entendimento das relações tradicionais do campesinato brasileiro, bem como a partir de uma crítica ao MST, e a outros órgãos e instituições que fazem uso instrumental desta coletivização. Em primeiro lugar, “a coletivização não é uma necessidade técnica ou econômica, não é um requisito de racionalidade econômica, de produtividade. Não se inscreve na cultura brasileira e nas tradições populares do campo, em nenhuma das áreas do país” (MARTINS, 2003, p. 92). Além disso, o comunitário sempre foi uma excepcionalidade para essa população, ocorrendo apenas em momentos de adversidades ou de situações de urgência. O sujeito coletivo do campo é pautado por sua família, tanto a verdadeira, através de ligações consangüíneas, quanto à família simbólica, resultado de relações sociais baseadas em reciprocidades morais. Neste sentido, o sujeito da reforma agrária é bastante diverso do sujeito coletivo anunciado e desejado pelo MST e outras agências de mediação, sendo este um sujeito com “identidade própria, complexa, nem um pouco política e, sobretudo, familística e vicinal” (MARTINS, 2003, p. 54).

Além de um desconhecimento sobre a realidade do campo no Brasil, ao veicular ações em bases coletivas, o MST acaba por fazer uso da ideologia coletivista (ocupação do solo, divisão do trabalho) como um instrumento para barrar quem não se identifica com os ideais do Movimento, se configurando assim como um Movimento de exclusão em meio a uma população já excluída. Esta imposição acaba por determinar posturas de seus participantes, e em certo sentido, uma forma de resistência. Isso porque as famílias ingressantes nas filas do Movimento, num primeiro momento, submetem-se ao processo de ideologização inicial, na fase de acampamento, onde tudo é, teoricamente, decidido e realizado com base na participação e coletividade. No entanto, ao se tornar um assentado esta situação se vê alterada. Conforme destacado por Ieno & Bamat⁴⁹ (1998, p. 96-97, apud Lazzaretti, 2003, p. 82):

Para o camponês assentado, a terra, sinônimo de liberdade pela qual tanto lutou, é propriedade da família, e o trabalho que nela realiza deve ser um trabalho livre, oposto ao realizado nos tempos de cativo, quando o patrão lhe dizia o que e onde plantar. Durante a luta coletiva pela terra familiar, este tipo de prática alcança um certo sucesso, por tratar-se de uma forma de fortalecimento / união do grupo para conquistar a terra e a liberdade do trabalho. Uma vez liberto, o camponês realiza o 'seu' trabalho, na 'sua' terra, de acordo com a 'sua' determinação. O trabalho no 'roçado comunitário', sob esta ótica, é visto pelo camponês não como um trabalho que ele realiza para si próprio, mas sim um trabalho que ele realiza para os outros. Daí o aparecimento de inúmeros conflitos e a inviabilização de boa parte das experiências.

Martins (2003, p. 98 e 99) coloca este fenômeno nas seguintes palavras:

Ter direito à terra que foi ocupada é outra preocupação reveladora: embora o discurso das agências de mediação seja um discurso sobre a terra de todos, a leitura aí revelada é oposta, a de que "todos têm direito à sua terra". Ou seja, o bem de todos é para ser compartilhado, um pedaço para cada um, uma soberania individual sobre uma porção do planeta, como disse Marx ao se referir à propriedade privada da terra, terra que é um bem social.

Desta forma, o sujeito coletivo família prevalece, retomando as bases das relações tradicionais do campo. Alguns autores defendem que esta coletivização do MST deve começar por suas vertentes mais simples⁵⁰, como a cooperação e a ajuda mútua, para que as idéias dos ganhos coletivos sejam introduzidas vagarosamente, tornando-se parte das experiências destas pessoas, e assim, naturalmente parte de suas vidas. E mesmo assim, estas experiências não devem ser idealizadas, pois elas são construídas em meio à tensões, em meio à construção de lealdades e rearranjos da sociabilidade. Em relação às cooperativas,

⁴⁹ IENO NETO, G; BAMAT, T. *Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba*. João Pessoa: Unitrabalho / UFPB, 1998.

⁵⁰ "[...] o trabalho familiar isolado não quer necessariamente dizer que ele esteja impermeável à solidariedade para com os demais, ou para com as tradicionais relações de vizinhança e ajuda mútua que fazem da agricultura familiar um segmento específico no mundo da produção econômica" (BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luis A. Cabello. *O que são assentamentos rurais*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense. 2001. p. 63).

Bergamasco e Norder (2001) apontam a necessidade de existir a livre organização dos produtores nos assentamentos, em bases democráticas, e livre adesão às cooperativas como uma opção de cada um.

Ao verem a suas propostas frustradas, tanto o MST como outros mediadores, num entendimento truncado do processo, acreditam que o fracasso se deva à incapacidade de organização das populações, as quais não possuem capacidade para o diálogo, e são indiferentes aos ganhos proporcionados pelo coletivo. Desconsideram as características individuais, os aprendizados acumulados, bem como as dificuldades do processo, processos que atuam como uma força contra, desmobilizando pessoas que de início apostaram nos chamados ganhos coletivos.

E as dificuldades para a viabilização de projetos nesta base são de todas as ordens. Podemos citar, entre eles, a dificuldade de quantificação e divisão de trabalho em cooperativas, associações ou formas simples de trabalho coletivo; a dificuldade de resolver problemas coletivos, com base em decisões individuais⁵¹; a dificuldade de entendimento de qual decisão e encaminhamento seja responsabilidade do coletivo, para que não se comprometam com problemas fora de sua alçada, mas que afetam a vida de todos; entendimento do que seja propriedade coletiva associada ao projeto de vida dos diferentes integrantes, projetos baseados em valores tradicionais. Ao mesmo tempo, a morosidade do Estado em prover os assentamentos de condições básicas de sobrevivência (crédito para produção, habitação, infra-estrutura) acaba por fortalecer a descrença no coletivo, pois este se vê com a responsabilidade de resolver problemas que não são da sua alçada, mas que afeta a todos.

A organização coletiva proposta pelo MST, base para a sobrevivência dos assentamentos bem como para a criação de uma nova sociedade se vê, assim, fragilizada mediante o dia-a-dia dos assentados. A imposição desta solução de produção agrícola, de relações sociais, baseada na participação das decisões, nas diferentes oficinas de capacitação, na atuação dos militantes em conjunto com as famílias assentadas se vê permeada por certo autoritarismo, pela rigidez, o que, por sua vez, acaba por negar os preceitos do próprio MST sobre respeito às diversidades, e sobre a vinculação com a base. A tentativa de desenvolver a

⁵¹ Segundo FERRANTE e BARONE (2008) ao agregar as produções individuais mediante associativismo para o enfrentamento da concorrência no mercado, os pequenos produtores passam a acumular problemas de ordem coletiva, e tentam resolvê-los de modo individual, buscando salvação em soluções individuais e complementares, o que, por sua vez, inviabiliza a própria associação, tornando-a espaço de conflitos e de disputas (FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BARONE, Luís Antonio. Assentamentos na agenda de políticas públicas: a "trama de tensões" em regiões diferenciadas. In: FERRANTE, Vera L. S. Botta; e WHITAKER, Dulce C. Andreatta (orgs). *Reforma Agrária e Desenvolvimento. Desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília: MDA. 2008, pp. 272 – 307).

chamada emancipação social através da coletividade acaba acarretando muitas vezes em traumas⁵² em relação a organizações como esta, devido principalmente a “inadequação entre o ideal utópico de produção camponesa e o da produção comunitária” (LAZZARETTI, 2008, p. 81).

Os assentamentos rurais são o desafio do MST, pois este é o local onde as diferenças se tornam visíveis. Ao ter a garantia da terra, o sem-terra anteriormente submetido a condições impostas pelo Movimento na fase de acampamento, ganha gradualmente autonomia para tomar as suas próprias decisões, não necessariamente indo de encontro com os objetivos maiores do MST. Por outro lado o próprio Movimento não possui a influência necessária para isso, devido à fragilidade da sua proposta de formação da base, e a dificuldade de mobilização de um conjunto tão diversificado de trabalhadores em prol de seus objetivos. Há de se considerar, ainda, a dificuldade de implantação desta nova sociedade, baseada em moldes não capitalista, em negar o sistema e ao mesmo tempo sobreviver dentro dele. Quando não existem respostas rápidas para a fome, falta de abrigo, falta de emprego, saúde precária, condições mínimas de sobrevivência, o que acontece, invariavelmente, é a busca de soluções dentro de mercado, ou dentro da política disponível, marcadamente assistencialista. E a dimensão crítica e conscientizadora se perde aqui, diante das necessidades básicas para a sobrevivência do trabalhador.

1.3. Alguns conceitos – Os caminhos para a emancipação social

O Movimento por Moradia e o MST trazem no bojo de suas discussões o desejo pela emancipação através de novas práticas sociais, alicerçadas em relações de coletividade. A dita emancipação, em ambos os movimentos, configurou-se como algo a ser construído através da ação direta da população. Com a redemocratização do país, parte desta ação foi incorporada pela máquina do Estado através da criação de canais de interlocução normatizados. Por este motivo muitos teóricos⁵³ defendem que as promessas contidas nos Movimentos Sociais, que tiveram grande importância na década de 1980, não se concretizaram.

⁵² Feltran (2008) descreve um caso de cooperativas no assentamento rural Pirituba II, onde o processo de coletivização forçada de muitos integrantes acarretou no que o autor denominou de traumas à idéia de coletivo. (FELTRAN, Gabriel S. Limites da virtude isolada: Movimentos sociais e política no Brasil. In LEVY, Bettina. GIANATELLI, Natalia. *La política en Movimiento: Identidades y experiencias de organización en América Latina*. Buenos Aires: Editora Clacso, 2008).

⁵³ Gabriel Feltran (2004) faz um apanhado das diferentes análises empreendidas a respeito dos movimentos sociais.

Para além destas discussões teóricas, que não serão debatidas aqui, os textos sobre o Movimento por Moradia e sobre o MST procuraram trazer de onde partiu a idéia de emancipação através da coletividade, quais eram os objetivos, bem como quais foram as suas dificuldades e alcances. Estes movimentos são importantes de serem entendidos porque muito de suas propostas foram incorporadas pelo projeto Sepé Tiaraju, num outro espaço e tempo, o qual será analisado por este trabalho.

Deixando um pouco de lado estes movimentos, passamos agora a uma breve exposição sobre alguns conceitos importantes, os quais servirão como parâmetros para a análise do projeto Sepé, não se tratando de análises aprofundadas ou mesmo longas discussões. Serão apenas balizas.

Para isso, partiremos da definição dada por Adorno, onde emancipação está associada à autonomia de decisão, à capacidade de julgar de forma consciente, sem tutelação (VASQUEZ, 2009)⁵⁴. Para Adorno (1995)⁵⁵, emancipação e educação estão diretamente associadas, já que a educação promove a produção de uma consciência verdadeira. Esta educação, por sua vez, não estaria ligada à modelagem de pessoas, as quais seriam submetidas a modelos ideais a serem seguidos, nem tanto a mera transmissão de conhecimentos. A educação estaria ligada à capacidade de fazer **experiência**, entendida como um processo auto-reflexivo “[...] em que a relação com o objeto forma a mediação pela qual se forma o sujeito em sua ‘objetividade’.” (MAAR, 1995, p. 24)⁵⁶. E ainda,

[...] o conteúdo da experiência formativa não se esgota na relação formal do conhecimento – das ciências naturais, por exemplo – mas implica uma transformação do sujeito no curso do seu contato transformador com o objeto da realidade. Por isso se exige tempo de mediação e continuidade, em oposição ao imediatismo e fragmentação da racionalidade formal coisificada, da identidade nos termos da indústria cultural (MAAR, 1995, p.25).

Para Adorno (1995) a educação para a experiência seria o mesmo que a educação para a emancipação, educação para a imaginação. Nestes termos, deveria se processar uma mudança drástica no ensino oferecido pelas escolas e universidades, no sentido de **estimular o pensamento**, e não em oferecer respostas prontas, de modo a garantir uma transformação interna no sujeito de dentro para fora, uma mudança na sua subjetividade, aumentando a sua autodeterminação e autonomia (VASQUEZ, 2009). Este processo, conforme apresentado na citação de Maar (1995), exige um tempo, o qual é maior do que o

⁵⁴ VASQUEZ, Gislayne C. F. *Experiência e luta pela terra: O assentamento Sepé Tiaraju e o MST*. 2009. 397p. Tese (Doutorado em psicologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto: 2009.

⁵⁵ ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Editora Terra e Paz, 1995

⁵⁶ MAAR, Wolfgang L. À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In: ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Terra e Paz, 1995.

tempo exigido na assimilação sem questionamentos. Cabe questionar se a nossa sociedade, tal como está estruturada, nos possibilita este tempo.

Colocado desta maneira, a emancipação defendida por Adorno aproxima-se da discussão promovida por Paulo Freire em seu famoso livro “A pedagogia do oprimido”⁵⁷. Neste livro, Freire (2005) defende uma educação revolucionária, onde os oprimidos estariam responsáveis pelo resgate da sua humanidade e daqueles que os oprimem através de um processo de reflexão. A reflexão é extremamente importante para que os oprimidos não assumam o lugar dos opressores, simplesmente invertendo os papéis ou se acomodando a situações. Numa realidade opressora onde o mecanismo de absorção nos impõe uma imersão de consciências, somente a ação e reflexão poderão promover uma emersão desta realidade.

Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática (FREIRE, 2005, p. 59).

A fim de alcançar este nível de reflexão, Freire (2005) propõe uma nova pedagogia, onde a educação não está baseada em uma concepção bancária do conhecimento, onde o educador, aquele que sabe, entrega, deposita, transmite o seu saber aos educandos, os quais nada sabem. Uma educação emancipatória promoveria a **experiência** ao educando, não uma experiência narrada ou transmitida, mas uma experiência de estar no mundo e pensar este mundo estando nele, sendo parte dele. Assim, o questionamento e o incentivo à problematização seriam caminhos para a reflexão e para a apreensão do mundo, onde o educando ganharia autonomia para pensar e, portanto, para agir. A ação-reflexão dos homens sobre o mundo traria como possibilidade a transformação do mundo a partir do homem transformado.

Assim é que, enquanto a prática bancária, como enfatizamos, implica uma espécie de anestesia, inibindo o poder criador dos educandos, a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica um constante ato de desvelamento da realidade. A primeira pretende manter a *imersão*; a segunda, pelo contrário, busca a *emersão* das consciências, de que resulte sua inserção *crítica* na realidade (FREIRE, 2005, p. 80).

A emancipação, desta forma, implica autonomia e capacidade de pensar. Tanto para Adorno quanto para Paulo Freire a educação baseada na crítica é essencial na formação do novo homem, aquele que será capaz de escolher os seus caminhos de maneira consciente e livre, e assim, criar um mundo novo.

⁵⁷ FREIRE, Paulo. *A pedagogia do oprimido*. Editora Terra e Paz: São Paulo; 2005.

Emancipar-se também traz como questão: emancipar-se em relação à que? Para Adorno (1995), ao defender a autonomia de pensamento, o autor está criticando a sociedade de consumo, onde a indústria cultural tomou conta de todas as mentes, dando as coordenadas para um consumo sem barreiras e desnecessário. Já Paulo Freire (2005) se preocupa com o equilíbrio social, tendo em mente a idéia de que existe uma polaridade em nossa sociedade, entre aqueles que possuem ou não, seja conhecimento, poder, consciência. Ao propor a emancipação fica implícita uma idéia de equilíbrio, ou de aproximação entre os pólos (ter ou não ter). Paulo Freire (2005) também se aproxima de um ideal revolucionário. Uma nova sociedade mais equilibrada seria possível apenas a partir da emancipação dos oprimidos, os quais teriam o poder de, vendo as disparidades existentes, construir uma sociedade alternativa, e não apenas tomar o lugar dos opressores.

Neste sentido, outro termo desenvolvido por Paulo Freire, relacionado à emancipação é o “empoderamento”. O empoderamento está fortemente ligado à idéia de desenvolvimento (econômico, social, político) alternativo da sociedade, onde o poder se torna central para a promoção do desenvolvimento de diferentes grupos sociais. O empoderamento é tido, assim, como a capacidade de realizar, por si mesmo, as mudanças e ações que levam a evoluir e se fortalecer como cidadão (VALOURA, 2008)⁵⁸. Na definição de Paulo Freire (1972, apud OAKLEY e CLAYTON, 2003, p. 10)⁵⁹:

Poder [...] como um aumento da conscientização e desenvolvimento de uma “faculdade crítica” entre os marginalizados e oprimidos. Este é o poder de “fazer” e de “ser capaz”, bem como de sentir-se com mais capacidade e no controle das situações. Refere-se ao reconhecimento das capacidades de tais grupos para agir e desempenhar um papel ativo nas iniciativas de desenvolvimento. Implica superar décadas de aceitação passiva e fortalecer as habilidades de grupos marginalizados para que se envolvam como atores legítimos no desenvolvimento.

Neste trecho, mais uma vez, Paulo Freire faz menção à questão da conscientização. Ser consciente implica, de certa forma, em autonomia do pensamento, na capacidade de agir segundo uma crítica, pelo entendimento do significado de cada ato, do entendimento do peso que cada ato significa para o mundo. É colocar-se no mundo, como parte inseparável dele, e dispor-se a compreensão.

No entanto, não há nada que garanta que esta emancipação (capacidade de pensar livremente) seja capaz de conformar uma nova realidade. Como bem coloca Paulo Freire, há o perigo de difusão de um discurso esvaziado de seu conteúdo, quando grupos sociais se intitulam detentores de uma verdade, entendida como positiva e transformadora, e buscam arregimentar pessoas em torno da conformação de seus ideais.

⁵⁸ VALOURA, Leila de C. *Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador*. 2006. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/Crpf/LegadoPFArtigos>. Acesso em 15/06/2008.

⁵⁹ OAKLEY, Peter, CLAYTON, Andrew. *Monitoramento e Avaliação de Empoderamento*. Inglaterra: INTRAC. 2003.

Para todos os movimentos sociais ou movimentos revolucionários este é o grande perigo, o de apenas se alterar o modo de opressão. Afinal de contas, quem decide o que vem a ser melhor para cada um de nós? O mesmo pode se dizer em relação à conscientização. Devemos estar conscientes de que, em relação a que? Isso porque não existe uma verdade universal, igual para todos.

E aqui o conceito de participação se torna importante. A fim de minimizar esta possibilidade, os movimentos sociais surgidos na década de 1980 no Brasil estiveram diversas vezes alicerçados na participação⁶⁰. O sujeito participativo, aquele que não apenas recebe as informações, mas participa dos debates, coloca-se realmente como sujeito em ação, em experimentação. A participação pressupõe, assim, compromisso, envolvimento, presença em ações variadas, como nos coloca Pedro Demo em seu livro “Participação é conquista”⁶¹. Participação, para Demo (1988), é um processo de conquista, e o processo participativo não acontece sem que se processe alguma alteração na estrutura de desigualdades.

[...] dizemos que participação é conquista para significar que é um *processo* no sentido legítimo do termo: infundável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir” (DEMO, 1988, p. 18).

Sendo conquista, a participação não é uma dádiva, nem uma concessão, nem mesmo algo pré-existente. Ela surge como ponto de partida para a superação de problemas, e por isso, para que tenha a profundidade necessária para promover superações, tende a ser lenta.

Na fala do autor é muito marcante a relação que estabelece entre a sociedade civil e o Estado. Para Demo (1988), a sociedade organizada deve definir o papel do Estado, e não o seu contrário. A participação seria um caminho árduo na luta em defesa de interesses e contra interesses adversos. Organizar-se para conquistar espaço, para gerir o próprio destino, para ter vez e voz. Através da negociação entre os diferentes perde-se o caráter de concessão, tutela e favores geralmente relacionados a políticas sociais. Desta forma, também, o autor parece sugerir uma luta de classes estabelecida em outro palco. A participação se realizaria enquanto forma de colaboração repartida. Ou, uma organização coletiva.

Assim como para Paulo Freire e Adorno, Demo (1988) considera que a educação é parte fundamental para a luta por interesses de populações oprimidas. A educação seria a chave que levaria à participação, mas a educação enquanto formação, enquanto conscientização de classes desprivilegiadas, de que a sua

⁶⁰ Durante a década de 1980, no Brasil, a idéia de emancipação esteve muito relacionada aos conceitos de participação popular e autogestão. Maria da Glória Gohn (1997) classifica o período de 1978 a 1989 como a “era da participação” dos movimentos sociais.

⁶¹ DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo: Editora Cortez. 1988.

pobreza não é uma sina, nem marca religiosa, “mas produto de um processo histórico opressor” (DEMO, 1988, p. 54).

Desta breve apresentação de conceitos fica estabelecido que, para que exista a possibilidade de emancipação se faz imprescindível a problematização da realidade, e o seu permanente questionamento. Agir desta maneira pressupõe nunca caminhar por caminhos seguros, implica abdicar da idéia de que exista uma verdade universal e permanente. E se pensar por si mesmo é um fim em si, a educação é realmente a base para que esta mudança se processe. Mas esta seria uma outra educação, com outros objetivos, estabelecida em um outro tempo, o que acaba por negar o modelo de sociedade em que vivemos.

OS ATORES ENVOLVIDOS E O PROGRAMA DE FINANCIAMENTO

Conforme sinalizado pelo pressuposto de pesquisa⁶², este projeto coloca em análise quatro esferas de relações: as famílias do assentamento rural Sepé Tiaraju, a assessoria técnica / grupo de pesquisa HABIS, o programa de financiamento, e o canteiro de obras em meio rural. Este capítulo tem como objetivo caracterizar as famílias assentadas, a assessoria técnica, a CEF, o INCRA, a promotoria pública, e o programa de financiamento. Caracterizar os atores envolvidos e o programa de financiamento nos dará pistas para entender, durante a descrição dos momentos de obra, posicionamentos e ações que conformaram o processo de construção, e desta forma, este canteiro de obras em meio rural.

2.1. As famílias do Assentamento Rural Sepé Tiaraju

O Assentamento Rural Sepé Tiaraju é resultado do programa de Reforma Agrária promovido pelo MST e pelo INCRA. Está localizado predominantemente na cidade de Serra Azul, próxima à cidade de Ribeirão Preto, Noroeste do Estado de São Paulo, imerso numa região onde o cultivo de cana de açúcar é atividade agrícola predominante⁶³ (ver mapa 01). O assentamento recebeu este nome em referência ao índio tupi Sepé Tiaraju, o qual, durante a colonização do Brasil, lutou pela manutenção do seu povo nas terras onde hoje é o Rio Grande do Sul⁶⁴. Tornou-se assim, símbolo da luta contra a expropriação e um referencial ao

⁶² Pressuposto da pesquisa: Existiram diferentes racionalidades que influenciaram e interferiram na organização coletiva no processo de construção das habitações, as quais se relacionaram principalmente às características das famílias que compuseram o grupo; à atuação da assessoria técnica; às características do programa de financiamento; e às características de um canteiro de obras em meio rural.

⁶³ A região de Ribeirão Preto – SP é conhecida como a “Califórnia brasileira”. 98% desta região é ocupada com a monocultura de cana de açúcar (CONCRAB, IBGE, 2004, apud VASQUEZ, 2009), dos quais se destinam 73% da produção para o setor sucroalcooleiro (SEADE, 2002, apud VASQUEZ, Gislayne C. F. *Experiência e luta pela terra: O assentamento Sepé Tiaraju e o MST*. 2009. 397p. Tese (Doutorado em psicologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto: 2009)

⁶⁴ Informações retiradas do texto “ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU: VIDA SAUDÁVEL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”. Este texto foi encontrado nos arquivos digitais do grupo HABIS, e acredita-se ser um documento redigido pelos militantes do Sepé. Ele apresenta informações sobre como se deu a formação e a organização do assentamento. Não traz o nome dos autores, somente que foi escrito em Ribeirão Preto, em Março de 2006.

MST, o qual, segundo a sua Direção Regional, luta pelo direito de trabalhar na terra e retirar dela o seu sustento.

O assentamento Sepé, antiga Fazenda Santa Clara, foi ocupado no ano 2000. A Fazenda Santa Clara já havia sido arrecadada pelo Governo Estadual como parte do pagamento de dívidas de seu antigo proprietário no ano de 1992. No entanto, o mesmo continuava a explorar a área, arrendando as terras da fazenda para o plantio de cana de açúcar. Com a ocupação da área pelo MST, o Governo Estadual tentou por duas vezes leiloá-la, no que não obteve sucesso devido à mobilização, pelos futuros assentados, da população das cidades vizinhas, por meio de distribuição de alimentos plantados no local ocupado, e a formação de parcerias com arcebispos, associações, sindicatos, estudantes e médicos.

Mapa 1: Localização do Assentamento Rural Sepé Tiaraju.

Em 2003 a Fazenda Santa Clara foi comprada pelo INCRA, sendo o Assentamento Sepé Tiaraju oficializado em 20/09/2004. A implantação do assentamento, segundo a pesquisadora Scopinho (2009)⁶⁵

⁶⁵ SCOPINHO, Rosemeire A. Em busca de elos perdidos. In: *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 12, n. 2, 2009, pp. 257-270.

foi motivo de grandes discussões no INCRA, devido à localidade do assentamento (área valorizada e disputada pelo plantio de cana de açúcar, próxima à centros urbanos). A compra da área só aconteceu depois de firmada a modalidade de projeto a ser implantado na área, definido pelo INCRA em conjunto com o MST, como um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)⁶⁶. Este foi o primeiro PDS implantado no estado de São Paulo, baseado nas experiências de assentamentos dos estados do Pará e do Acre.

A área de 797,75 hectares do assentamento foi dividida em área de reserva legal (280 ha), de preservação permanente (83,45 ha), área coletiva para a construção da sede regional do MST, escola, creche, igrejas (49,57 ha), área para os lotes individuais (293,65 ha), e área para plantio coletivo (VASQUEZ, 2009). Foram criados 79 lotes com cerca de 3,6 hectares cada, distribuídos em quatro núcleos de aproximadamente 20 famílias: Dandara, Zumbi dos Palmares, Chico Mendes e Paulo Freire (ver mapa 2). Os lotes foram constituídos para abrigar a moradia e a produção individual de cada assentado. As áreas de produção coletiva foram divididas entre os núcleos⁶⁷. A agricultura com transição para a agroecologia tornou-se base do assentamento, uma marca das famílias do Sepé Tiaraju.

⁶⁶ PDS: é “uma modalidade de assentamento de interesse sócio-econômico-ambiental, destinado à populações que já desenvolvem ou disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, baseado na aptidão da área” (INCRA, 2000, apud SCOPINHO, 2007, p 19).

⁶⁷ Este modelo de assentamento, que combina formas de organização coletiva com espaço para atuação individual e denominado pelo MST como Comuna da Terra (VASQUEZ, 2009).

Mapa 2: Assentamento rural Sepé Tiaraju – divisão dos lotes e dos núcleos.

Segundo um texto redigido pela diretoria regional do MST, com o título “Assentamento Sepé Tiaraju: Vida Saudável e Desenvolvimento Sustentável”, de Março de 2006, as discussões para a formação e organização do assentamento foram realizadas desde a fase de acampamento, conforme o processo organizativo do MST. Segundo os autores estas discussões tiveram como objetivo definir os interesses das famílias para com a área e estabelecer as diretrizes de ocupação. A proposta do INCRA em trabalhar o local dentro de um PDS veio de encontro com os ideais do MST, principalmente no que diz respeito a três aspectos: interesse ecológico a partir da recomposição original da área, com a produção voltada ao potencial local; valorização da **organização social**, do trabalho e da **gestão comunitária**; e concessão do uso da terra para a sua exploração, a partir da **posse coletiva**, representada a partir de uma personalidade jurídica, uma cooperativa ou associação. Estes três aspectos nortearam o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado pelas famílias do assentamento em 09 de Fevereiro de 2007, em conjunto com o Ministério Público e o INCRA.

O texto referido anteriormente também nos conta que as diretrizes para a ocupação do assentamento foram resultado da discussão conjunta entre os futuros assentados e militantes, e do entendimento geral da importância do uso da terra como meio para a produção e reprodução da família e da sociedade⁶⁸. Também nos esclarece que o projeto do assentamento⁶⁹ foi discutido com as famílias acampadas, através de uma ampla participação, apoiada pelos militantes e diretores do MST, com o apoio das universidades e outros setores da sociedade. Para tanto tiveram como base o acúmulo das discussões do Setor Nacional de Produção, do Setor Estadual de Produção e dos seminários e debates propiciados pelo MST.

A distribuição das famílias nos lotes e nos núcleos foi feita a partir do sorteio de grupos de afinidades e de parentescos (real e simbólico), para facilitar a adaptação das famílias e fortalecer os laços previamente construídos durante a fase de acampamento. Foi determinado a cada núcleo criar as suas diretrizes de exploração das áreas de produção coletivas a partir da discussão maior tida anteriormente (o que plantar e como plantar). Em relação à produção do lote, estipulou-se em todos os núcleos que a união dos trabalhadores se daria para a aquisição de insumos e para a venda dos produtos, ficando a critério das

⁶⁸ “Foi do entendimento da importância da terra para nela produzir o sustento da família e da sociedade que se deve garantir a posse da terra e não o título, não interferindo na vontade e necessidade de produzir. Portanto é a posse da terra e a garantia de seu usufruto que permitirá o sustento das famílias assentadas e das gerações futuras” (Informações retiradas do texto ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJÚ: VIDA SAUDÁVEL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2006.)

⁶⁹ Projeto de assentamento: tamanho dos lotes, disponibilidade do lote, tipo de ocupação (vilas, lotes individuais), distribuição das famílias nos núcleos, tipo de produção a ser realizado nas áreas de produção coletiva.

famílias a formação de grupos para a divisão do trabalho nas áreas individuais. Cada núcleo se organizou a partir de uma associação filha, a qual estava vinculada à Associação Agro-Sepé (mãe), personalidade jurídica do assentamento e responsável pelo repasse de verbas a serem acessadas.

Scopinho (2009) conta que a ocupação do assentamento iniciou-se pelos núcleos Dandara e Zumbi, pela junção de famílias com motivações religiosas e políticas, respectivamente. Os núcleos Paulo Freire e Chico Mendes foram formados por famílias trazidas do acampamento Terra Sem Males (Campinas - SP), do Dom Helder (Barretos – SP) e do Mário Lago (Ribeirão Preto - SP). Os militantes se concentraram no núcleo Paulo Freire. Segundo Vasquez (2009) alguns assentados ficaram por cerca de 8 anos embaixo da “lona preta”, enquanto as famílias transferidas de outros acampamentos ficaram acampadas apenas 6 meses.

Em relação à participação das mulheres na fase de acampamento, ela foi extremamente baixa. A ocupação da área foi realizada por homens, sendo que algumas mulheres vieram para o assentamento depois da sua homologação. Vasquez (2009) explica que, sendo assim, as mulheres não participaram da fase de discussões e reflexões promovidas pelos militantes durante o acampamento, o que por sua vez, criou diversos problemas para a manutenção da família no local, separando alguns casais, ou contribuindo para o abandono do lote. Os relatos de famílias trazidos no texto de Vasquez (2009) também confirmam a diferença que se processou na relação entre as famílias nas fases de acampamento e de assentamento. Eles demonstram que na fase de acampamento as famílias eram mais solidárias, todos dividiam o pouco que tinham. Ao tornarem-se assentados, a solidariedade passou a se processar no âmbito da família, no projeto da família. E isso foi ainda mais drástico entre as famílias que não participaram do acampamento Sepé Tiaraju, vindos de outras partes do Estado de São Paulo.

Continuando o projeto do assentamento, a fim de dar uma coesão às decisões, foram definidas as estruturas organizativas do Sepé, e a estrutura deliberativa, baseada hierarquicamente nos diferentes coletivos. A coordenação geral e os coletivos de Saúde, Educação, Cultura e Produção foram colocadas como as principais instâncias de decisão⁷⁰. Abaixo estavam os núcleos, e depois, os grupos de afinidades. A maior instância econômica / de produção foi estabelecida como a Associação Agro Sepé, composta pelas quatro associações menores.

Através das discussões coletivas, encontros, debates, seminários, entre dirigentes e acampados na fase de acampamento também foi estipulado o planejamento geral do assentamento, de modo a criar “o assentamento que queremos”. Este planejamento dividiu-se em três aspectos, como eles denominaram:

⁷⁰ Hoje, 2011, somente os coletivos de educação e saúde possuem alguma ação no assentamento.

aspecto social, aspecto estrutural, e aspecto de produção, cooperação e meio ambiente. O aspecto social abraçou ações ligadas à educação, saúde, formação e cultura. Em linhas gerais determinou: educação infantil voltada à realidade do assentamento (escola do campo) e alfabetização de adultos, com escolas presentes na área de uso coletivo. O setor de saúde estipulou estimular a medicina preventiva a partir de práticas de vida saudáveis e da alimentação adequada, e a desenvolver a medicina alternativa com o uso de ervas e plantas. O setor de formação esteve diretamente ligado à organização dos trabalhadores, e à manutenção e fortalecimento dos acordos iniciais do assentamento. E por fim, o setor cultura colocou como objetivo resgatar a “cultura camponesa”, incentivar encontros no assentamento, bem como atuar nas escolas infantis, criando com as crianças uma identidade própria.

Em relação aos aspectos estruturais incluíram a energia elétrica, saneamento básico, moradia, locomoção e comunicação, aspectos defendidos pelo MST como elementos de urbanidade e conforto, que estruturam a vida do trabalhador camponês. Em relação à moradia, ficou estabelecido que as casas seriam construídas em regime de mutirão. Por fim, os aspectos de produção, cooperação e meio ambiente procuraram reforçar os acordos discutidos com o PDS. Para cada um destes aspectos foram escolhidos representantes por núcleo para o seu desenvolvimento, implantação e monitoramento de cada frente.

Para finalizar, os acordos gerais estabelecidos, a serem respeitados por todas as famílias, foram: trato ecológico da fazenda como um todo; captação de água a partir de cisternas; tratamento de esgoto para evitar a contaminação do solo e da água; e impossibilidade de arrendamento e/ou venda do lote.

Este texto redigido pela diretoria regional do MST ressalta apenas os aspectos positivos das fases de ocupação e discussão de assentamento em conjunto com os futuros moradores. No entanto, este processo foi repleto de encontros e desencontros, de rompimentos e conflitos, como não poderia deixar de ser quando se congrega pessoas com diferentes experiências de vida, de culturas, e necessidades distintas.

Cabe destacar a pluralidade de origens e de ocupações profissionais das famílias anteriores à chegada ao assentamento. O estudo promovido por Scopinho (2006a⁷¹, 2009)⁷² aponta que as famílias do Sepé são originárias de 106 cidades localizadas em 15 diferentes estados brasileiros, das quais 35% são do interior do Estado de São Paulo; 18% de Minas Gerais, 16% do Paraná, 11,4% da Bahia, 5,7% de Pernambuco,

⁷¹ SCOPINHO, Rosemeire A, et al. Trajetórias e Expectativas de Famílias do Assentamento Sepé Tiaraju. In: *Simpósio Nacional de Reforma Agrária: balanço crítico e perspectivas*, 2006, Uberlândia. Anais do Simpósio Nacional de Reforma Agrária - Uberlândia, 2006a.

⁷² A pesquisa de Rosemeire Scopinho sobre o Sepé Tiaraju foi realizada principalmente através de observação direta e entrevistas semi-estruturadas entre 2003 e 2005. Foram entrevistadas 93 famílias, das quais 80 foram assentadas. Entre os objetivos da pesquisa estava conhecer a comunidade do Sepé Tiarajú, em termos de origens e trajetórias de migração, experiências profissionais, e expectativas em relação ao assentamento.

além de vários outros estados nordestinos. Também aponta que estas mesmas famílias passaram por 234 cidades diferentes localizadas em 20 Estados durante o processo migratório, entre 1970 e 1990.

Quanto à composição das famílias, o mesmo estudo aponta que ela era variada, desde mais de oito pessoas até aquelas de um só membro, seja pela formação natural enquanto família, seja devido a separação de seus membros durante o processo de migração. Os “sozinhos”, em sua maioria de sexo masculino, ou eram jovens recém habilitados depois de envolvimento com drogas, ou idosos cuja dependência crônica de álcool os afastou do convívio com a família. Quanto às mulheres, quando sozinhas, ou era devido à viuvez ou separação do marido. Entre os motivos para a adesão destas famílias ao movimento social pela reforma agrária o estudo indicou como sendo um modo de fugir da pobreza e da violência, “romper com o fatalismo de ser e morrer pobre” (SCOPINHO, 2006a, p.04). Quanto às expectativas das famílias em face à terra aponta:

Existia entre os assentados uma expectativa geral de que, junto com a posse da terra, viria a libertação entendida, principalmente, como o oposto da condição de estar subordinado a um patrão e ter que sobreviver de um salário que está sempre aquém do necessário, ou pior, de ter incerteza da existência de trabalho tendo em vista o que ele significa para a sobrevivência. Aparentemente tratava-se da expectativa da liberdade idílica de voltar ao campo e ser dono de si, de realizar o “sonho de ter a terra”. No entanto, o assentamento era visto como um lugar para satisfazer necessidades sociais básicas, para se fixar, enraizar, onde a família poderia encontrar condições para superar as dificuldades de reprodução social, principalmente no que se refere à alimentação, moradia, aglutinação dos membros, educação, saúde e segurança. Era também um lugar para trabalhar e produzir e os assentados sempre referiram uma grande diversidade de projetos e de atividades produtivas, desde as tipicamente agropecuárias até as agroindustriais e de comercialização. (SCOPINHO, 2006b, p.11)⁷³

Quanto à profissão, Scopinho (2006a, 2006b, 2009) aponta que estas famílias estiveram ocupadas com atividades de baixa exigência quanto à qualificação profissional, geralmente em relações e condições de trabalho precárias, sem a garantia do cumprimento da legislação trabalhista e profissional. Foram experiências em diferentes setores da economia formal e informal, entre atividades rurais (12 profissões) e urbanas (179 profissões)⁷⁴. Apesar do predomínio das atividades profissionais urbanas entre as famílias do

⁷³ SCOPINHO, Rosemeire A. Controle do trabalho e condições de vida em Assentamentos Rurais: Possibilidades e Limites da Cooperação Autogestionária. In: *VII Congreso Latino Americano de Sociología Rural*, 2006, Quito-Ecuador. VII Congreso Latino Americano de Sociología Rural. Quito-Ecuador : ALASRU, 2006b.

⁷⁴ “Na cidade, prestaram serviços, geralmente, no âmbito doméstico tais como: acompanhante de idosos, babá, cozinheira, costureira, dama de companhia, diarista, dona de casa, eletricista, empregada doméstica, encanador, faxineira, lavadeira e passadeira de roupas, trabalhos domésticos em geral, entre outros; na indústria foram auxiliares de produção em diversos setores da economia (desde indústrias alimentícias até de chapéu); no comércio foram, principalmente, vendedores, fixos ou ambulantes, de diversos produtos e em diferentes contextos. No campo, foram prestadores de serviços gerais (em 34 tipos de culturas diferentes) e de serviços especializados, como boiadeiro e tratorista, além de ‘chapas’ e fazedores de ‘bicos’. Desempregado foi condição frequentemente mencionada” (SCOPINHO, 2009, p. 262).

Sepé Tiaraju, a demanda por um lote de reforma agrária se justificou pelas experiências enquanto assalariados temporários rurais, ou devido à memória, como condição de filhos de trabalhadores rurais, que viveram durante a infância e adolescência no campo, e migraram para as cidades na fase adulta, em busca de emprego.

O tipo de relação que esses trabalhadores têm com a terra é um misto do que trazem na memória da infância e juventude com a experiência do assalariamento. Eles são artífices de várias formas de relacionamento entre natureza, terra, migração e trabalho. Herdeiros de uma cultura do trabalho precário, dividido e heterogerido, trazem as marcas da submissão e da exploração, experiências de trabalho e vida orientadas pelo imediatismo na luta pela sobrevivência. (SCOPINHO, 2006a, p. 05).

Assim como outros estudos sobre assentamentos rurais, Scopinho (2006a) expõe que esta diversidade de experiência e as expectativas das famílias em relação ao projeto de assentamento proposto pelo MST, entendido como resultado da coletividade, coloca-se como o grande desafio, já que deve abraçar diferentes tradições e costumes para que se viabilize. Quase nenhuma família teve a experiência da cooperação em suas antigas ocupações.

Esta diversidade está estritamente relacionada ao modo como estas famílias irão dar sentido à palavra cooperação, indo muitas vezes em direção contrária aos ideais do Movimento enquanto projeto social, bem como os do Estado, o qual exige a coletividade para conferir a existência legal do assentamento (repassa de recursos públicos para as associações ou cooperativas). Esta exigência do Estado foi construída em conjunto com os movimentos sociais, os quais procuravam incentivar as cooperativas. No entanto, ao colocar desta maneira, o que decorre disso pode ser a submissão passiva do assentado, o qual, diante da necessidade de créditos para promover a sobrevivência no campo, torna-se um cooperado ou associado, sem entender, em profundidade, quais são as verdadeiras vantagens desta prática.

Sobre o Sepé, Scopinho (2006b) identificou que as famílias, em sua grande maioria, ao se expressarem sobre a cooperação, reproduziam o discurso veiculado pelo Movimento (“cooperação é bom”, “é importante” ou “tem que ter”), e mesmo, apresentavam dificuldades para se expressarem sobre o assunto. Para os assentados, segundo a pesquisadora, a cooperação se colocou como uma imposição do MST e do INCRA, e suas respostas procuravam não demonstrar as divergências de opinião devido ao medo de ser excluído do projeto de assentamento. Buscando entender qual era o sentido de cooperação para os assentados do Sepé Tiaraju, a autora questionou as famílias em termos de vantagens e desvantagens da cooperação. Como conclusão:

O universo de sentidos atribuídos pelos assentados do Sepé Tiaraju à cooperação era contraditório. Por um lado, havia uma clara percepção do significado da cooperação em

termos econômicos e sociais, no sentido de que ela pode contribuir para ampliar a capacidade de sobrevivência através da obtenção de renda monetária direta e/ou indireta maior gerada, principalmente, pelo aumento da produtividade do trabalho e da redução dos custos de produção. Consideravam que a cooperação possibilitava aprender formas solidárias e agroecológicas de trabalhar a terra, ampliar e dinamizar as formas e as redes de convivência social e conquistar melhorias de infra-estrutura para a comunidade. Ao mesmo tempo, essa forma de entender a cooperação coexistia com aquelas idéias que demonstravam haver inúmeras divergências entre os grupos quanto à delimitação do que é o coletivo e o que é o individual, o entendimento e aceitação das diferenças, a heterogeneidade dos projetos, a predominância dos valores individualistas, entre outras questões. (SCOPINHO, 2006b, p.16)

No Sepé Tiaraju as famílias optaram pela Associação, e não pela cooperativa, pois assim as formas de cooperação não seriam formalizadas e vinculadas ao trabalho e a posse coletiva dos meios de produção, ficando no âmbito da compra de insumos e venda dos produtos. A cooperação no trabalho ficou restrita à família e à rede de afinidades, estendendo-se ao restante da comunidade apenas em momentos de necessidades.

Cabe destacar ainda a relação entre os assentados e as lideranças do MST no Sepé Tiaraju. Os militantes (alguns deles eram diretores regionais) concentraram seus lotes no núcleo Paulo Freire, mantendo lotes vizinhos. A intenção do grupo era constituir uma área de produção coletiva, tornando a divisão dos lotes uma mera formalidade. E isso aconteceu de alguma maneira, sendo que dois militantes, por exemplo, construíram a suas casas no mesmo lote. Queriam dar o exemplo de que a produção coletiva era possível, e oferecia maiores vantagens que a produção individual. No entanto, como relata Vasquez (2009), devido às atividades de militância fora do assentamento, a produção coletiva não se viabilizou. Além disso, em alguns casos, os militantes passaram a demandar de jovens assentados a produção na área de cada um, fazendo com que o restante da comunidade confirmasse a sua postura de que a produção coletiva era inviável, e ao mesmo tempo considerasse a militância “folgada”, sem entender a importância da atuação de seus representantes no Movimento.

Outro fato muito relatado no estudo de Vasquez (2009) diz respeito ao autoritarismo dos militantes em relação aos demais assentados. Nos diversos relatos apresentados no estudo as famílias se queixaram da sua não participação nas decisões do assentamento, da incapacidade dos militantes em ouvirem às demais famílias, usando de repreensão em diversas ocasiões. Além disso, reclamaram dos privilégios dados aos mais próximos aos militantes, seja para o alcance de algum benefício, seja no simples fato de ter a sua palavra ouvida e considerada durante as reuniões.

A postura dos militantes no assentamento acabou promovendo a perda de respeito das demais famílias a eles. Soma-se a isso a disputa pela coordenação da Associação Agro-Sepé, a qual ainda não se encontra legalizada, porque dirigentes regionais e um conjunto de famílias do Sepé não militantes não entram em acordo sobre como viabilizá-la. Sem a Associação, os recursos acessados pelos assentados são administrados pelo MST Regional. O Movimento assume, desta maneira, dois inconvenientes: o primeiro quando parte das famílias consideram que o MST não quer que a Associação se reestruture, para continuar a administrar o recurso das famílias. O segundo é decorrente do fato de que o Movimento assume a burocracia do Estado, sendo o seu mediador com famílias. Assim, diante de problemas decorrentes desta burocracia, o Movimento passa a ser considerado culpado, sendo acusado, muitas vezes, de falta de transparência, e de falta de “consideração” com as famílias.

Na construção das casas os militantes constituíram um grupo, denominado de “Grupo Alternativo”, devido à escolha do material construtivo. Inicialmente, os militantes escolheram o adobe, pelo seu apelo ecológico, por estar mais próximo a uma habitação agroecológica, diferente da habitação de mercado. Nas reuniões em conjunto com as demais famílias argumentavam que esta escolha era devido à maior conscientização do grupo (ecológica e política), e a casa se constituiria também como a materialização do esforço coletivo dos mesmos, já que além de terem de construir a casa em mutirão, teriam que fabricar o adobe. Ocorre que, devido às atividades de militância e as dificuldades do processo de fabricação do adobe, o grupo alternativo se separou, e a obra foi conduzida por cada um individualmente. Apenas um militante entre os 10 iniciais manteve o projeto e construiu a sua casa com adobe. O resultado disso foi a perda de legitimidade dos militantes perante as famílias.

No que diz respeito às Associações filhas as mesmas foram desmanchadas, e substituídas por outras associações, não mais com famílias restringidas a um mesmo núcleo. Os associados passaram a se dividir por afinidades (culturais, sócio-econômicas) e através das novas redes de solidariedade. No que diz respeito às áreas de produção coletiva, as mesmas foram divididas em 2009 entre as famílias do assentamento, bem como a área de reserva legal, onde as famílias fariam o que se denomina “manejo sustentável”. Com a área dividida, novos arranjos sociais ficaram mais claros, e grupos de afinidade passaram a se utilizar do local.

2.2. A Assessoria Técnica / Grupo de Pesquisa HABIS

O HABIS (Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade) é um grupo de pesquisa vinculado ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos – SP. Trata-se de um grupo de pesquisa multidisciplinar, que agrega diferentes tipos de pessoas, desde estudantes de graduação, pós-graduação, professores e profissionais, de diferentes instituições e universidades.

O grupo HABIS atual é resultado da incorporação de diferentes conceitos e práticas, os quais estão sendo frequentemente re-avaliados. Entre as suas preocupações sempre esteve a habitação de interesse social, sendo testados, inicialmente, sistemas e componentes com o uso de madeira, pensados para a diminuição dos custos de produção de edificações de qualidade. Visava-se a produção de conhecimento e a transferência de tecnologias juntamente com a formação de profissionais ligados à cadeia produtiva da madeira. Esta fase de ensaios e protótipos ganhou outra dimensão quando o grupo passou a discutir a sustentabilidade. E se de início a sustentabilidade ambiental foi central, onde se estudava prioritariamente o uso de materiais renováveis e locais⁷⁵, foram as dimensões sociais e políticas que mais marcaram os últimos 11 anos de atuação do grupo, com foco na participação dos usuários (organizações coletivas) e na formulação de diretrizes para políticas públicas habitacionais.

A dimensão política da sustentabilidade⁷⁶ foi incorporada ao grupo a partir do ano 2000, com projetos que buscavam interagir diretamente com os órgãos municipais e a população necessitada, pensando em desenvolvimento territorial e políticas públicas. Esta linha de ação reformulada incorporou ao grupo HABIS outras preocupações, como processos participativos autogeridos, economia solidária e geração de trabalho e renda, tendo a pesquisa-ação como estratégia de pesquisa. Esta reformulação também demarcou um outro momento na história de atuação do grupo, momento em que o diálogo e a construção conjunta de saberes se tornaram imprescindíveis.

⁷⁵ A primeira experiência, neste sentido, foi o desenvolvimento dos protótipos 001 e 002, dois modelos de habitação de interesse social, onde se pensou questões como forma, espacialidade, conforto, e uso de materiais disponíveis regionalmente. Ao se pensar o uso de materiais locais, além da madeira, o grupo passou a estudar e desenvolver técnicas e sistemas construtivos em terra crua, como por exemplo, terra-palha, adobe e taipa de mão.

⁷⁶ O grupo HABIS trabalha o conceito de sustentabilidade a partir de suas dimensões, quais sejam: econômica (realizar o potencial econômico priorizando a distribuição de renda e reduzindo impactos socioambientais desfavoráveis); social (acesso mais igualitário para melhoria da qualidade de vida, de riquezas e oportunidades); ambiental (minimização dos impactos negativos ao ambiente, procurar manter a integridade ecológica); cultural (respeito a identidade local); e política (criar mecanismos que incrementem a participação da sociedade nas tomadas de decisão) (SILVA, Sandra M. *Indicadores de sustentabilidade urbana: as perspectivas e as limitações da operacionalização de um referencial sustentável*. São Carlos. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana, Departamento de Engenharia Urbana, UFSCar, 2000). A sustentabilidade, entendida como um equilíbrio dinâmico entre suas diferentes dimensões, deve ser buscada na escala espacial (material, sistema construtivo, moradia, infra-estruturas, bairro, cidade, região, país, continente, planeta terra) e também na escala temporal, como um projeto do presente, mas com implicações futuras.

Buscando viabilizar uma pesquisa dentro do que chamou de dimensão política, o grupo escolheu como objeto empírico a região de Itararé, local com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de São Paulo. Feito o levantamento da região, foi tentada a parceria com a prefeitura de Itararé para formulação de uma política que potencializasse os recursos locais, no caso, a imensa área destinada ao plantio de florestas de *pinus* e eucalipto. A parceria com a prefeitura não se viabilizou devido à troca de governo. Por este motivo, a primeira experiência do grupo aconteceu a partir de 2002 quando surgiu a oportunidade de trabalhar em conjunto com as famílias do assentamento rural Pirituba II, Itapeva - SP, onde foram construídas 42 novas habitações, e reformadas e finalizadas outras sete. A necessidade de casas foi uma demanda das famílias do assentamento Pirituba II feita ao grupo de pesquisa. Desta demanda foi construído em conjunto com as famílias, através de um processo de discussões coletivas, o Projeto Inovarural, o qual se baseou na inovação, a ser estendida para o processo, gestão e produto. A inovação no **processo** foi decorrente da participação das famílias assentadas / usuárias em todas as etapas de decisão do projeto e da obra, através do diálogo. Também cabe ressaltar o esforço na criação de oportunidades de geração de trabalho e renda nas diversas etapas de obra através de capacitações nas suas diversas frentes. A **gestão** foi realizada a partir da participação organizada das famílias, com vistas à articulação dos diferentes agentes envolvidos na cadeia de produção da habitação. Por fim, a inovação no **produto** foi decorrente do desenvolvimento de componentes e sistemas construtivos utilizando recursos locais e renováveis, e a implementação de alternativas de infra-estrutura e de saneamento.

O Projeto Inovarural foi resultado de diversas parcerias, das quais, além das famílias participantes, podemos destacar: a USINA (Centro de Trabalho para o Ambiente Habitado) que auxiliou na organização e acompanhamento do canteiro de obras; a INCOOP (Incubadora Regional de Cooperativas Populares, localizada na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar) atuando na incubação da marcenaria enquanto empreendimento solidário; a ESALQ (Escola Superior de Agricultura “Luís de Queiroz” – USP Piracicaba) no apoio as discussões de componentes de madeira e na disponibilidade de equipamentos e de técnicos para a capacitação das futuras marceneiras; da FEB – UNESP (Faculdade de Engenharia de Bauru, vinculada a Universidade Estadual Paulista) nas capacitações para a construção em adobe; a FIPAI (Fundação para o Incremento da Pesquisa e do Aperfeiçoamento Industrial) no gerenciamento do recurso; e FAPESP (Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) pelo investimento financeiro na pesquisa e CAIXA Pesquisa, através do investimento nas capacitações de mestres de obras e auxiliares de canteiro.

Entre os resultados alcançados neste projeto o grupo HABIS destaca: desenvolvimento de um sistema de cobertura utilizando madeiras curtas, rejeito de extração; desenvolvimento de esquadrias de madeira; pesquisa de técnicas construtivas com terra e a construção de uma casa em adobe; aprendizagem e formação dos diversos participantes (jovens auxiliares, pesquisadores, famílias, assessores); e incubação de um empreendimento cooperativo, o qual vem se consolidando como uma marcenaria coletiva autogestionária, tendo a frente quatro mulheres marceneiras. Esta marcenaria foi responsável pela fabricação dos componentes de cobertura de todas as casas, bem como das esquadrias de madeira.

Deste pequeno relato sobre o Projeto Inovarural podemos apreender como se processa o desenvolvimento das atividades do grupo. Este desenvolvimento se baseia em três pontos principais, tendo como objetivos principais a ação na realidade social e a formação de pessoas:

a) Pesquisa: A pesquisa é realizada paralelamente e conjuntamente a ação concreta em uma realidade específica. A produção de conhecimentos não se limita a uma determinada área de conhecimento, porque se pretende entender os efeitos de uma ação em sua totalidade, e as inter-relações que se criam;

b) Ação na realidade social: As pesquisas desenvolvidas pelo grupo procuram estar inseridas dentro de uma realidade existente, com o envolvimento direto das pessoas. Não se trata de experiências onde o pesquisador tem o controle geral sobre a pesquisa, porque os atores envolvidos estão em movimento, e têm seu posicionamento alterado com constância. Trata-se de um processo de pesquisa dinâmico, cujo objetivo é modificar ou contribuir de alguma maneira para que alterações se processem dentro deste universo, e onde o produto ou resultado da ação beneficie direta e positivamente a população com a qual se trabalha;

c) Aprendizagem: Em relação à aprendizagem, é pretendida a formação dos diversos participantes envolvidos na ação, como estudantes de diferentes níveis e áreas, profissionais, pesquisadores e usuários finais. Esta formação se dá a partir da troca de conhecimentos, no embate com uma realidade dada, e o desejo de alterá-la, buscando soluções conjuntas a partir do entendimento e compreensão desta realidade.

Algo muito caro ao grupo de pesquisa se refere ao seu papel, enquanto universidade, na relação com a sociedade. Em uma sociedade marcadamente desigual, principalmente no que diz respeito às oportunidades, considera-se que a universidade, que é um investimento de todos os brasileiros, deve estender os seus conhecimentos para ela, em benefício direto a ela. A universidade deveria promover a geração de conhecimentos que permitissem a mudança de conduta das pessoas no sentido de uma ação transformadora da realidade social. No entanto, as práticas atuais da maior parte das universidades

demonstram a sua aproximação aos interesses ligados ao sistema econômico hegemônico, através da formação de profissionais pouco críticos, e através do estímulo a pesquisas de baixo impacto social, ou melhor, “sem um compromisso social claro” (FERREIRA, 2008)⁷⁷.

Pinto (2005)⁷⁸, em seu texto “O conceito da Tecnologia”, faz uma interessante analogia entre o laboratório de pesquisa e a capelinha que outrora estava erigida ao lado dos engenhos rurais. Apesar de estar discutindo a transformação da técnica em valor moral, de modo a justificar os interesses dos grupos dirigentes ou os promotores do progresso para a manutenção de seu poder, esta analogia também é cabível ao que estamos discutindo. Isso porque a capelinha colonial ditava os valores morais da época, de modo a manter a ordem social do período. Além disso, atuava de modo a congregar e justificar as discrepâncias sociais existentes. A universidade brasileira atual está alicerçada em quais interesses, de quais grupos sociais? Marilena Chauí nos dá uma explicação:

[...] a passagem da universidade da condição de instituição à de organização insere-se nessa mudança geral da sociedade, sob os efeitos da nova forma do capital, e ocorreu em duas fases sucessivas, também acompanhando as sucessivas mudanças do capital. Numa primeira fase, tornou-se universidade funcional; na segunda, universidade operacional. A funcional era a universidade voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho. Adaptando-se às exigências do mercado, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho. Entre os vários caminhos trilhados, um deles foi decisivo: a chamada parceria com as empresas, na medida em que estas não só asseguravam o emprego futuro aos profissionais universitários e estágios remunerados aos estudantes, como ainda financiavam pesquisas diretamente ligadas aos seus interesses. Enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento e a universidade funcional estava voltada diretamente para o mercado de trabalho, a universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual (CHAUÍ, 1998, p. 28)⁷⁹.

Sendo assim, o grupo HABIS busca atuar na contramão da atual conjuntura universitária, procurando enfatizar a integração entre pesquisa, extensão e formação de pessoas em projetos ligados à produção de habitação social, sendo a habitação entendida como a casa, seus sistemas e seu entorno. A extensão é

⁷⁷ FERREIRA, Mauro. *Experiências da UEMG na produção da habitação social*. In: 1º Seminário de História e de Tecnologia da Habitação da Universidade São Francisco. 2008. Anais: Seminário de História e de Tecnologia da Habitação da Universidade São Francisco. 2008.

⁷⁸ PINTO, Álvaro Vieira. *O conceito de tecnologia*. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005.

⁷⁹ CHAUÍ, M. *A Universidade Hoje*. São Paulo: Hucitec, Praga n.6. 1998.

entendida como a aplicação de conhecimentos em uma realidade social, ao mesmo tempo em que se configura com um “feedback”, um retorno à sociedade. Além disso, as atividades de extensão se caracterizam enquanto uma complementação da formação de estudantes e profissionais, os quais, durante a sua formação ficam restritos à teoria e pouco à prática. Trata-se do aprender na ação.

Outra característica importante do grupo diz respeito às organizações coletivas. O incentivo à cooperação entre participantes, principalmente entre as populações com a qual trabalha, parte da dimensão social da sustentabilidade (acesso mais igualitário para melhoria da qualidade de vida, de riquezas e oportunidades) e tem suas bases na teoria da economia solidária, ao considerar como legítimas formas diferentes de organização, em contraposição ao individualismo corrente. Na economia solidária as decisões são coletivas, e é buscada uma igualdade entre os seus participantes com o menor grau de hierarquização possível. Mais do que propor um outro modelo econômico, a economia solidária propõe mudanças de valores e nas relações entre as pessoas, na divisão igual de poder de decisão através da solidariedade, participação e da autogestão. Tem por objetivo principal proporcionar às pessoas uma “vida melhor” (SINGER, 2008, p. 114)⁸⁰. Como coloca Singer:

Autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos participantes. Participar nas discussões e decisões do coletivo ao qual se está associado educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura (SINGER, 2008, p.21).

Ou seja, na economia solidária o sujeito se conscientiza na ação através da participação. A sua inserção no grupo deve ser livre e esclarecida, bem como a sua saída. A solidariedade e o respeito às diferenças são valores promovidos buscando uma maior democracia nas relações e nas decisões, garantindo a todos a igualdade de oportunidades.

Para o grupo HABIS é fundamental a promoção da igualdade de oportunidades, entendida como modo de garantir a justiça social. Por isso, na sua ação, sempre busca agrupar pessoas, e trabalhar com elas processos decisórios em todas as etapas de organização e gestão da construção de habitações. Neste sentido, ao incentivar o trabalho em mutirão, parte do entendimento de que ele pode proporcionar este processo de conscientização através da ação participativa.

Aqui se faz importante uma consideração colocada por Singer (2008) a respeito da economia solidária. A adesão de grande parte dos cooperados tem sido no sentido de sua re-inserção à produção social, como meio para fugir da pobreza. Assim, muitos não chegam a apreciar as potencialidades da autogestão,

⁸⁰ SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. 3ª impressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

entendendo-a como uma exigência coletiva para poder participar da cooperativa. Esta postura acaba por minar o desenvolvimento das cooperativas e da viabilização da própria economia solidária, principalmente quando este cooperado não participa ativamente, e deixa o empreendimento ao conseguir um outro trabalho. Da mesma maneira é importante para o grupo de pesquisa considerar este frágil limiar entre a possibilidade de reinvenção de valores a partir de organizações coletivas, principalmente quanto se trata do mutirão habitacional, e a falta de opção para garantir algo que é necessário e fundamental a sobrevivência humana.

Para embasar a sua atuação, a metodologia de pesquisa do grupo HABIS é a pesquisa-ação, definida como:

[...] uma modalidade de intervenção coletiva, inspirada nas técnicas de tomada de decisão, que associa atores e pesquisadores em procedimentos conjuntos de ação com vista a melhorar uma situação precisa, avaliada com base em conhecimentos sistemáticos de seu estado inicial e apreciada com base em uma formulação compartilhada de objetivos de mudança (DIONNE, 2007, p. 68)⁸¹.

Ou ainda:

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLENT, 2008, p. 17)⁸².

De modo a conciliar pesquisa e ação, a equipe segue a dinâmica representada no diagrama 1, onde a ação está contida na execução de uma atividade, a coleta de dados no planejamento e monitoramento desta atividade, e a análise do processo nas fases de avaliação e revisão.

⁸¹ DIONNE, Hugues. *A Pesquisa-Ação para o Desenvolvimento Local*. Brasília: Editora Liberlivro, 2007.

⁸² THIOLENT, Michel. *Metodologia de Pesquisa-Ação*. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

Ilustração 1: Dinâmica de atuação da equipe HABIS.

O grupo HABIS tem como rotina de trabalho a realização de reuniões semanais para a discussão dos projetos que estão sendo acompanhados. Desta maneira, pelo menos uma vez por semana todos os pesquisadores de um mesmo projeto se reúnem para as reuniões ordinárias, as quais têm como objetivos monitorar as estratégias de atuação, e atualizar e discutir em conjunto com a equipe as atividades e acontecimentos referentes ao projeto. As reuniões do Grupo HABIS-Sepé foram divididas nas seguintes pautas fixas: contrato CEF, organização das famílias (brigadas, conflitos, dissidências, problemas em relação ao andamento da obra), organização de canteiro (compra, pagamento, entrega de materiais), projeto arquitetônico (desenvolvimento e revisão de projetos), acompanhamento de canteiro (visita à obra), estrutura e funcionamento da equipe, sistematização de dados e programação de viagem. Cada assessor pesquisador representante do Projeto Sepé é coordenador de um dos pontos de pauta, ou responsável por parte de um deles. Nestas reuniões, os responsáveis colocam para o grupo os avanços em sua frente, e as suas dificuldades, em busca de encaminhamentos contundentes. Em cada reunião é priorizada a discussão dos assuntos mais urgentes, e nem sempre todas as pautas são abertas. Se necessário, são convocadas reuniões extraordinárias para complementar a anterior. Também são promovidas as reuniões estratégicas, onde se propõem e revisam as ações da assessoria, bem como a sua estrutura e funcionamento.

Para cada reunião a ser realizada (entre os assessores, entre os assessores e demais atores) existe a prática de preparação (através das planilhas de eventos) e de registro (através de relatos de reunião). As planilhas de eventos são ferramentas de organização da reunião, onde estão contidos quais serão os informes e os pontos de pautas a serem discutidos. Os relatos de reunião são complementares às planilhas de eventos, trazendo a discussão de cada pauta, quais foram os seus encaminhamentos e quem são os responsáveis / prazos.

Assim como as reuniões, as viagens para canteiro de obras também são programadas com o uso de uma planilha de eventos, e são registradas através de relatos. O planejamento de viagem é feito previamente, elencando as atividades que devem ser realizadas na visita, tendo por base o relato da última viagem. Os relatos de viagem são decorrentes do diário de obra de cada assessor que acompanha o canteiro. Neles estão contidas informações a respeito de todos os aspectos da obra como: famílias visitadas, etapa de obra, pedido de materiais, problemas encontrados, orientações dadas às famílias. O relato de viagem é o mais complicado de ser executado devido à dificuldade de um mesmo assessor desempenhar várias atividades simultâneas em canteiro de obras, como conversar com as famílias que estão demandando informações e esclarecimentos, e ao mesmo tempo registrar esta conversa. Esta é uma das perdas decorrentes da dinâmica da pesquisa-ação e a necessidade de registros; da composição da assessoria, nem sempre suficiente com as demandas de canteiro de obras; e do perfil de cada pesquisador, onde alguns possuem maior facilidade para realização de registros, enquanto outros não.

Entre as dificuldades enfrentadas pelo grupo de pesquisa, decorrentes de seus objetivos e da sua estratégia de pesquisa, podemos destacar:

- a diferença entre o tempo de pesquisa e o tempo da ação: os projetos habitacionais assumidos pelo grupo HABIS são coordenados e assessorados por uma equipe de profissionais, professores e estudantes. A ação do grupo é coletiva, geralmente tendo um coordenador geral que articula todos os membros. Mas, por outro lado, cada pesquisa realizada é individual, de responsabilidade de cada pesquisador, e tem seu tempo ligado ao tempo do financiamento da pesquisa, ou do programa de pós-graduação. Os projetos habitacionais, por sua vez, apesar de possuírem um tempo estabelecido, geralmente extrapolam os prazos devido às dificuldades próprias do processo. Além disso, ao vincular o tema da pesquisa a uma ação, corre-se o risco de não conseguir coletar todos os dados necessários, ou não atingir os resultados propostos pelo projeto de pesquisa. Isso é decorrente da pouca governabilidade que o pesquisador possui sobre o seu objeto de pesquisa, já que o assentamento e a produção das casas possuem uma dinâmica

própria e imprevisível. Esta dinâmica, muitas vezes, repercute no andamento das obras, bem como na organização das famílias, e na dedicação e desenvolvimento da pesquisa.

- **rotatividade da equipe:** por ser um grupo de pesquisa, o tempo de permanência de cada participante é atrelado ao tempo individual de pesquisa. Sendo assim, os projetos de construção de habitações, tanto o Inovarural quanto o Sepé Tiaraju, foram marcados pela constante alteração dos assessores técnicos⁸³. Isso acarreta nos problemas mais variados, desde a perda de informações do processo, até na relação com as famílias no assentamento, quando cada novo assessor deve re-estabelecer laços de confiança.

- **recursos da pesquisa / recursos da ação:** por ser um grupo de pesquisa, as atividades do HABIS são mantidas por recursos de pesquisa. A dificuldade decorrente disso está na possibilidade de, tendo o recurso para a construção das casas, não ter o projeto de pesquisa aprovado pela agência de fomento, ou o seu contrário: ter o recurso de pesquisa e não ter o recurso para a construção das casas. A imprevisibilidade quanto aos recursos é um desafio para o grupo, o qual vem trazendo na sua pauta de discussões a necessidade de reivindicar uma política que vincule universidade e ação na realidade social, de maneira a facilitar possíveis parcerias, ou mesmo, incentivar esta parceria. Esta dificuldade contribui para que muitos assessores do projeto atuem através do voluntarismo.

2.3. CEF, INCRA e promotoria pública

Para a viabilização do Projeto Sepé Tiaraju – Construção das Casas foi acessado o programa Carta de Crédito – Operações Coletivas FGTS. Este programa de financiamento é resultado de um acordo de cooperação e parceria entre CEF e INCRA, com início no ano 2000, e será explicado no próximo subcapítulo. Trata-se de um acordo entre um banco público e uma autarquia relacionada ao governo federal brasileiro com o objetivo de estender para o campo os programas habitacionais anteriormente restritos ao meio urbano. Além da presença das duas instituições públicas, também compõe o quadro dos atores do projeto a Promotoria Pública de Justiça e de Meio Ambiente, vinculada diretamente ao assentamento através de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC). CEF, INCRA e promotoria pública são três agentes importantes de serem entendidos, porque seus representantes terão grande peso no

⁸³ Pelo Projeto Sepé Tiaraju – Construção das casa passaram cerca de 60 pessoas, entre alunos do ensino médio, graduação, pós-graduação, além de professores de diferentes instituições.

andamento das obras, com influências diretas e muitas vezes impactantes, principalmente devido à própria estrutura das instituições representadas por eles.

Caixa Econômica Federal – CEF

A CEF é um banco público fundado em 1861, que além de operar no atendimento de clientes bancários, atende também todos os trabalhadores formais do Brasil por meio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Programa de Integração Social (PIS), do Seguro-Desemprego, de programas sociais, e das unidades lotéricas. Um dos seus principais objetivos instituídos é “promover a inclusão social”, atuando na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do país, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro (CAIXA, 2011)⁸⁴. Como um banco público, cabe reforçar que a CEF é uma agente de políticas públicas, estando ligada a operação e gerenciamento de programas, e não à sua formulação. Sendo assim, segue rigidamente as diretrizes destes mesmos programas, na lógica de um pensamento bancário, dentro de regras pré-definidas.

No que diz respeito à política pública habitacional, a partir de 1986 a CEF incorporou o Banco Nacional de Habitação (BNH) assumindo a condição de agente nacional de financiamento habitacional e de desenvolvimento urbano, especialmente saneamento básico. Tornou-se assim, a maior instituição financeira de crédito imobiliário do Brasil. Atualmente a questão habitacional está vinculada ao Ministério das Cidades, onde a CEF atua enquanto o principal agente financeiro e operador de políticas públicas, gerenciando os programas, avaliando os projetos apresentados e controlando os recursos do subsídio ou dos financiamentos aprovados. Mais recentemente foi criada uma nova superintendência dentro da CEF, responsável por cuidar especificamente da habitação rural.

Os programas de moradia para o atendimento de populações de assentamentos rurais de reforma agrária, a partir do programa “Minha Casa, Minha Vida”, deixaram de ser gerenciados e operados pela CEF, estando sob encargo exclusivo do INCRA, conforme já foi comentado. No entanto, o assentamento Sepé Tiaraju, em estudo neste trabalho, foi contemplado pela política habitacional anterior, no programa “Carta de Crédito – Operações Coletivas”, com recursos oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Trabalho⁸⁵.

Para a viabilização do programa Carta de Crédito – Operações Coletivas a CEF conta com uma equipe de engenheiros, arquitetos, técnicos sociais e empregados operacionais, responsáveis pela análise de

⁸⁴ CAIXA. *Apresentação*. Disponível em www.caixa.gov.br. Acesso em: 17 Abr. 2011.

⁸⁵ O Programa Carta de Crédito – operações coletivas deixou de atuar no segmento rural a partir de 2009, quando foi implementado o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) dentro do programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

viabilização e pelo acompanhamento financeiro da obra. No projeto Sepé Tiaraju três figuras foram especialmente importantes:

- Arquiteta – a arquiteta compõe a equipe de engenharia da CEF, responsável pela análise de proposta de projeto (memorial descritivo, habitabilidade mínima) e acompanhamento das obras através de medições periódicas (aprovação da Planilha de Levantamento de Serviço – PLS);
- Superintendente da unidade – responsável pela coordenação e monitoramento dos projetos operados pela unidade, bem como da equipe responsável. Também estabelece as diretrizes e os objetivos de cada projeto, sua análise jurídica, análise dos beneficiários, e análise do trabalho social.
- Técnico bancário – responsável pelos depósitos de pagamento, depois de os mesmos serem aprovados pela CEF (arquiteta e superintendente) e pelo INCRA.

Foram realizadas diversas reuniões entre assessoria técnica, INCRA, famílias assentadas, promotoria pública, em conjunto com estes representantes da CEF para o entendimento do programa de financiamento, bem como para discussões para a viabilização do projeto Sepé nos momentos de paralisação. Estes momentos de crise do projeto foram marcados pela flexibilização destes representantes, os quais, nestas condições, concordaram em fazer concessões diferentes do estabelecido em contrato, a fim de garantir o andamento da obra. No entanto, no decorrer do processo e diante da recorrência dos mesmos problemas, principalmente o atraso de obra, estes representantes foram alterando a postura, tornando-se mais inflexíveis, contribuindo com o aumento do atraso de obras.

O INCRA

O INCRA foi criado em 1970 como uma autarquia, resultado da junção do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), vinculado ao Ministério da Agricultura. A criação do INCRA teve como objetivo a realização da reforma agrária dentro do governo ditatorial e diante dos crescentes conflitos por terra. Ao longo de sua história, o INCRA foi desativado e novamente ativado, tornando-se parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2000, quando da criação deste ministério.

Atualmente este instituto coloca como missão “implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável”, a fim de se tornar

uma “referência internacional de soluções de inclusão social” (INCRA, 2011)⁸⁶. Segundo o Estatuto da Terra, a Reforma Agrária é o “conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção” (ESTATUTO DA TERRA, 1964)⁸⁷. A fim de promover a reforma agrária o INCRA possui as seguintes diretrizes estratégicas:

Primeira Diretriz: O INCRA implementará a Reforma Agrária promovendo a democratização do acesso à terra através da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciará a estrutura fundiária do país, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para a redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade.

Segunda Diretriz: O INCRA Implementará a Reforma Agrária de forma participativa reafirmando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, contribuindo para o fortalecimento das parcerias e da sociedade civil organizada.

Terceira Diretriz: O INCRA implementará a reforma agrária de forma a fiscalizar a função social dos imóveis rurais, contribuindo para a capacitação dos(as) assentados(as), o fomento da produção agro-ecológica de alimentos e a inserção nas cadeias produtivas.

Quarta Diretriz: O INCRA implementará a reforma agrária buscando a qualificação dos assentamentos rurais, mediante o licenciamento ambiental, o acesso a infra-estrutura básica, o crédito e a assessoria técnica e social e a articulação com as demais políticas públicas, em especial a educação, saúde, cultura e esportes, contribuindo para o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista e para a promoção da paz no campo.

Quinta Diretriz: O INCRA implementará a Reforma Agrária pela destinação das terras públicas, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas e gerenciará a estrutura fundiária nacional pelo conhecimento da malha fundiária mediante o cadastramento e certificação dos imóveis rurais, contribuindo para as políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável. (INCRA, 2011)⁸⁸

Para a implantação e o desenvolvimento e de um assentamento rural a habitação é um elemento fundamental. No programa desenvolvido pelo INCRA, a habitação se insere como parte da infra-estrutura, junto com o abastecimento de água, vias de acesso, eletrificação e saneamento básico. A elaboração de propostas para o desenvolvimento dos assentamentos é responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento de Projeto de Assentamento. Também compete a esta diretoria a normatização, coordenação, acompanhamento, monitoramento, avaliação, autorização de movimentações orçamentárias e a

⁸⁶ INCRA. *Institucional*. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 17 Abr. 2011.

⁸⁷ BRASIL. *Estatuto da Terra*. Lei 4504/64 | Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/129019/estatuto-da-terra-lei-4504-64>>. Acesso em: 24 Jun. 2011.

⁸⁸ INCRA. *Regimento interno*. Disponível em <www.incra.gov.br>. Acesso em: 27 Jun. 2011.

proposição de alterações nos programas relacionados ao desenvolvimento de assentamentos. Tem atuação forte e direta junto às superintendências regionais.

O fomento à habitação faz parte do Crédito Instalação, o qual tem como objetivo assegurar aos recém-assentados meios necessários para a instalação e desenvolvimento inicial, suprindo as necessidades básicas e incentivando o desenvolvimento de projetos. Segundo as informações do INCRA (2011), o programa Crédito Instalação atua como uma equipe multidisciplinar de técnicos nas Superintendências Regionais e Unidades Avançadas do INCRA, e a aplicação dos recursos é feita com a participação das Associações ou representantes dos assentados, sob orientação de uma Assessoria Técnica.

No assentamento Sepé Tiaraju parte do recurso para a construção das casas é de procedência do INCRA, investido como contrapartida no contrato com a CEF. Neste projeto não existiu a presença de nenhum profissional do INCRA ligado à tecnologia de construção, ficando este aspecto sob a responsabilidade do grupo de pesquisa HABIS. No entanto, a presença do INCRA se fez de fundamental importância devido ao contrato de cooperação estabelecido com a CEF, onde o INCRA aparece como proponente do projeto e entidade organizadora. Neste sentido, o INCRA também se torna responsável pela construção das casas no Sepé Tiaraju, principalmente nos momentos de crise do projeto, quando se tornou necessária a sua articulação com as famílias para a resolução de problemas que extrapolavam os problemas de obra. Nestes momentos, três representantes do Instituto tiveram a participação:

- técnico agrícola: responsável pela assistência técnica no desenvolvimento da produção agrícola e na organização das famílias para as cooperativas. Como era o membro do INCRA mais próximo às famílias, tornou-se o porta-voz de reivindicações referentes a todos os aspectos do desenvolvimento do assentamento, incluindo a construção das casas. Este cargo foi ocupado por pelo menos quatro diferentes técnicos no período de Dezembro de 2005 a Dezembro de 2009, sempre representado por engenheiros agrícolas ou agrônomos. Como técnicos não eram autônomos para as tomadas de decisão, levavam todas as propostas e problemas para serem discutidos na sede do INCRA na cidade de São Paulo, e logo depois, na nova sede em Ribeirão Preto.
- diretor de núcleo – responsável pelo acompanhamento do desenvolvimento de assentamentos na subdivisão regional.
- assessor do superintendente regional – o assessor do superintendente regional tem como obrigação, segundo o regimento interno do INCRA, executar as atividades de assessoramento do respectivo titular, como dar opiniões, buscar informações, e preparar relatórios. Ao superintendente regional cabe funções

importantes como promover o relacionamento oficial entre o INCRA e outras entidades públicas; criar e autorizar projetos de assentamentos, bem como a seleção de candidatos; assinar, renovar, rescindir, alterar e aditar convênios, contratos, acordos e instrumentos congêneres, observadas a programação operacional aprovada, as normas gerais baixadas pelo Conselho Diretor e as normas específicas, estabelecidas pelos órgãos centrais.

Com o desenvolvimento do projeto Sepé e as dificuldades de canteiro de obras o INCRA foi se afastando do diálogo com a assessoria, mantendo a postura de que somente a assessoria técnica era o responsável pelo encaminhamento das obras. A única interlocução mantida se deu com os técnicos agrícolas. Este posicionamento foi gerador de tensões e conflitos entre os parceiros do projeto, e também influenciou para os atrasos de obra.

Promotoria Pública de Justiça e Meio Ambiente e de Conflitos Fundiários

A promotoria pública faz parte da Instituição Ministério Público, e é representada pelos promotores públicos. O promotor público possui autonomia funcional e administrativa perante o Estado, e trabalha a fim de promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais disponíveis. Também deve zelar pela observância dos princípios constitucionais, na defesa dos bens e interesses individuais e coletivos, e pelo respeito aos Poderes Públicos da União (BRASIL, 1993)⁸⁹. O promotor público também é considerado como o fiscal da lei (SILVA, 2008)⁹⁰.

A promotoria pública de Justiça e Meio Ambiente e de Conflitos Fundiários é um dos ramos do Ministério Público da União, e tem duas atuações principais:

- Na defesa do Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida das presentes e futuras gerações. O promotor da justiça deve promover a defesa do meio ambiente no âmbito extrajudicial e judicial sempre que exista um dano, ou perigo de dano ao meio ambiente, por meio de instrumentos como o inquérito civil público, o termo de compromisso de ajustamento de conduta, e as ações coletivas, dentre as quais a ação civil pública (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2011)⁹¹;

⁸⁹ BRASIL. *Constituição (1988)*. Lei complementar nº 75, de 20 de Maio de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp75.htm>. Acesso em: 29 Jun. 2011.

⁹⁰ SILVA, Vandeler Ferreira. Promotor Público. In: *Infoescola: Navegando e aprendendo*. 2008. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/direito/promotor-publico/>>. Acesso em: 29 Jun. 2011.

⁹¹ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Meio Ambiente*. Disponível em: <http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/home/interna/meio_ambiente>. Acesso em: 29 Jun. 2011.

- Em ações possessórias que envolvem conflitos coletivos pela posse da terra rural e urbana, na defesa do cumprimento da função social da propriedade, no incentivo à implementação da reforma agrária e na fiscalização da implantação dos assentamentos da reforma agrária (GABARRA, 200-)⁹².

O promotor público de Justiça e Meio Ambiente e de Conflitos Fundiários se integra ao projeto Sepé Tiaraju através do Termo de Ajuste de Conduta, assinado por todas as famílias do assentamento, tendo em vista que as mesmas estão sob uma importante região de afloramento e recarga do Aquífero Guarani. O TAC estabelece regras para a ocupação e uso da área, bem como metas e prazos para a viabilização e desenvolvimento do assentamento, principalmente no que diz respeito à habitação, abastecimento de água e saneamento ambiental. A figura do promotor será importante num dos momentos de paralisação das obras, quando alguns representantes das famílias assentadas fazem uma denúncia pública sobre a situação das obras alegando o descumprimento do TAC. A figura do promotor será de entendimento e intermediação, de discussões coletivas com os participantes e estabelecimento de novos acordos, a fim de restabelecer a função de cada ator no projeto, e diminuir os conflitos. E também no monitoramento e cobrança para o cumprimento dos acordos. Nos vários momentos em que se pronunciou, o promotor público se colocou enquanto um agente a serviço da sociedade, representando tanto os cidadãos que investiram na reforma agrária e querem ver este projeto dar certo, quanto os assentados que buscam soluções para o andamento das obras e o desenvolvimento do assentamento. Neste sentido suas falas trouxeram a cobrança das responsabilidades de todos os participantes na viabilização do projeto de construção das casas, como as famílias assentadas, o INCRA, a CEF e a assessoria técnica.

2.4. Programa de Financiamento: Carta de Crédito FGTS – Operações Coletivas

Dentre os programas de financiamento habitacionais existentes na CEF no momento de reivindicação das famílias do assentamento Sepé Tiaraju estavam três: Programa Crédito Solidário – FDS (Fundo de Desenvolvimento Social), Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PDS, e o Programa Carta de Crédito FGTS – Operações Coletivas (CCFGTS). As famílias acessaram este último, tendo o INCRA e o grupo de pesquisa HABIS como entidade organizadora. E apesar de se tratar de um programa

⁹² GABARRA, Rafael M. Poder investigatório criminal do ministério público. In: *Gabarra Advocacia Previdenciária*. [200-] Disponível em: <http://www.gabarra.adv.br/adm/documentos/downloads/61a6cca248.pdf>. Acesso em 29 Jun. 2011.

de financiamento as famílias do Sepé conseguiram subsídio de 100%, ou seja, o financiamento foi à “fundo perdido” ou “recurso não reembolsável”.

O programa Carta de Crédito foi criado com o objetivo de estabelecer condições para concessão de financiamento a pessoas físicas **organizadas sob forma coletiva** e em parceria com uma Entidade Organizadora. Para a habitação rural, este programa disponibilizou recursos para a aquisição de material de construção para construção, reforma, ampliação, e / ou melhoria da moradia. Entre as diretrizes, parâmetros e objetivos da modalidade Aquisição de Material de Construção se propôs:

Universalização do acesso à moradia; equidade; alternativas de programas diversificadas; flexibilidade; parceria entre as diversas instâncias do Governo e com os usuários; democratização da gestão dos programas habitacionais; descentralização; institucionalização da participação; transparência; articulação das ações governamentais com a atuação da sociedade civil; integração com a política urbana e fundiária; recorrer a novas fontes de recursos para responder à multiplicidade e à dimensão do programa; acessibilidade e equilíbrio financeiro; regulamentação e ampliação das fontes de recursos; segurança jurídica quanto à posse da moradia; adequação à legislação; tecnologias diversificadas e apropriadas; promoção do desenvolvimento institucional das entidades; e geração de emprego e renda e capacitação profissional (FERREIRA, 2004, p.100).⁹³

Agricultores familiares ou assentados de reforma agrária com renda mensal entre R\$ 200,00 a R\$ 1.875,00 tinham direito de acesso ao programa. Os recursos do programa são de origem do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), e devem ser complementados pela contrapartida, que é o aporte de recursos necessário à complementação do valor do investimento, podendo ser financeira, ou representada pelo terreno, por bens e/ou serviços economicamente mensuráveis. Quando a contrapartida era feita pelo INCRA, os recursos eram de origem do Programa Crédito Instalação.

Entre os critérios básicos para enquadramento do empreendimento, o beneficiário deveria suprir as seguintes exigências: o valor de avaliação da casa mais um hectare de terra não podem ultrapassar R\$ 30.000,00 para modalidade caução; ter cadastro aprovado; possuir capacidade de pagamento; ser maior de 18 anos ou emancipado; não ser proprietário de imóvel residencial; não ter outro financiamento habitacional ativo.

Para o enquadramento neste programa se fazem necessários três agentes, com as seguintes atribuições:

a) Agente operador ou financeiro – CEF

⁹³ FERREIRA, Ana Cristina. *A Análise da Cesta de Materiais de Construção no Estado de Minas Gerais*. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo), Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

Tem como função avaliar a viabilidade da operação do financiamento através da análise dos aspectos de engenharia, jurídico, do trabalho social, situação dos beneficiários, e do projeto apresentado.

b) Entidade organizadora - Poder Público – governos estaduais, municipais e do Distrito Federal (INCRA); Cooperativas, Associações, Sindicatos, Condomínios, Companhias de Habitação, pessoas jurídicas voltadas à produção de unidades habitacionais.

A entidade organizadora tem como responsabilidade: organizar a participação de todos os envolvidos na execução do empreendimento, de forma a assegurar sincronismo e a harmonia na implementação do projeto; promover ações necessárias ao planejamento, elaboração e implementação do projeto; legalizar o empreendimento diante de todos os órgãos públicos; apresentar o projeto do empreendimento, seus beneficiários, e os contratos de financiamento registrados junto ao cartório de registros de imóveis; promover ações necessárias à fiscalização e acompanhamento de obras; promover reunião com os beneficiários para a eleição da Comissão de Representantes (CRE), responsável pelo gerenciamento e movimentação dos recursos financeiros, e também a Comissão de Acompanhamento de Obras (CAO), responsável pelo acompanhamento e fiscalização das mesmas; providenciar a documentação necessária para a liberação das parcelas do financiamento; apresentar à CEF mensalmente, demonstrativo de evolução física do empreendimento, conforme projetos técnicos, especificações e cronograma físico-financeiro global aprovado; assinar os contratos de financiamento juntamente com os beneficiários; treinar a mão-de-obra para execução da obra quando adotado o sistema de mutirão; responsabilizar-se pela efetiva aplicação do total dos recursos na execução da intervenção proposta, garantindo o cumprimento do orçamento apresentado e das especificações contidas no memorial descritivo, fazendo com que cada unidade a construir ou reformar seja totalmente concluída, além de garantir os principais requisitos de desempenho: segurança estrutural no uso e operação, bem como a habitabilidade da unidade quanto a estanqueidade, conforto térmico, saúde, higiene e funcionalidade;

Além disso, deve promover o **trabalho técnico social**, que consiste no planejamento e na execução de ações integradas de caráter informativo, educativo e de promoção social com os seguintes objetivos: incentivar a gestão participativa; desenvolver ações planejadas para mobilização, organização e desenvolvimento comunitário; promover a co-responsabilidade e sustentabilidade do empreendimento, sob os aspectos econômicos, ambientais e sociais.

c) Beneficiário final – família necessitada indicada pela entidade organizadora.

Tem por função formalizar uma comissão de representantes (CRE) com beneficiários e entidade organizadora; criar uma comissão de acompanhamento das obras (CAO) com no mínimo três pessoas; escolher os representantes para a abertura de conta “não solidária”, para a movimentação dos recursos decorrentes da operação financeira; e abrir uma conta poupança individual, para crédito de recursos próprios/FGTS, se houver.

Para que o assentamento tenha acesso ao crédito há a exigência, pelo agente financeiro, da existência de infra-estrutura mínima no local, o que vem a ser vias de acesso transitáveis, energia elétrica e solução para o abastecimento de água. Quando a infra-estrutura ainda não se encontra executada no momento de assinatura dos contratos, deve ser apresentado um cronograma de obras específico e compatível com o planejamento das obras das edificações, em conjunto com a Previsão Orçamentária pelo INCRA ou pelo ITESP (Instituto de Terras do estado de São Paulo "José Gomes da Silva"). A execução da fossa (sistema de esgotamento sanitário) pode ser incluída no financiamento da habitação.

Não há exigência sobre o regime de construção no programa (administração direta, autoconstrução assistida, empreitada global, ou mutirão assistido). Apesar disso, em diversos momentos do texto do programa de financiamento é proposta a organização coletiva dos beneficiários, bem como treinamento para o trabalho em mutirão.

O financiamento da CEF para o Assentamento Rural Sepé Tiaraju só foi aprovado em Abril de 2007, quando se criou uma grande reunião solene para a assinatura dos contratos. As obras das casas já haviam sido iniciadas há seis meses com o recurso do INCRA (contrapartida), e passava por uma paralisação devido ao processo do Instituto para a liberação do pagamento dos materiais já adquiridos. Com o contrato firmado, o recurso antes gerenciado pelo INCRA, via Banco do Brasil, passou para a CEF, e a expectativa das famílias foi de que as obras ganhariam um ritmo constante com o novo gerenciamento. O recurso total das casas se compôs da seguinte maneira:

- Cada habitação foi contemplada com o recurso total de R\$ 13.900,00. O recurso total do financiamento para 77 casas foi de R\$ 1.070.300,00;
- Deste R\$ 13.900,00, R\$ 5.000,00 foram subsidiados pelo INCRA, e R\$ 8.900,00 pela CEF via FGTS, inicialmente como financiamento, passando a ser “fundo perdido” ou “recurso não reembolsável” meses depois;
- Ainda, deste R\$ 13.900,00, 81% foram destinados à compra de materiais (R\$ 11.259,00), 13% para pagamento de mão-de-obra (R\$ 1.807,00), e 6% para pagamento de assessoria técnica (R\$ 834,00).

O contrato assinado pelas famílias do assentamento foi o seguinte: **“Contrato de Mútuo de Dinheiro à Pessoa Física para Aquisição de Material de Construção no Programa Carta de Crédito Individual – FGTS – com Garantia de Caução”**, onde consta tanto o papel do Agente Financeiro, da Entidade Organizadora e do beneficiário. Entre as suas principais cláusulas estavam:

- A CEF é a credora (agente financeiro), enquanto que o INCRA é a entidade organizadora.
- O valor da operação destina-se à aquisição de Material de Construção, para a construção, reforma/melhora do imóvel residencial, e corresponde ao valor do somatório do financiamento, do valor do desconto concedido pelo FGTS, e do valor de recursos próprios / contrapartida complementar oferecida pela Entidade Organizadora;
- O mútuo de dinheiro liberado pela CEF segue as normas do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS) e Sistema Financeiro da Habitação (SFH);
- O prazo para o término das obras é de 12 meses conforme o cronograma apresentado;
- A liberação de pagamento de material se dará após a sua aplicação na casa, através de medições periódicas, as quais estão vinculadas ao cronograma de obras;
- Se a obra não seguir o cronograma apresentado, a porcentagem de recurso a ser liberado será igual à porcentagem de obra executada, desde que este valor não exceda o valor previamente calculado;
- O assentamento tem direito a 12 medições.

Vale ressaltar a seguinte cláusula para o pagamento dos materiais adquiridos:

CLÁUSULA QUARTA: EXIGÊNCIAS RELATIVAS À EXECUÇÃO DE OBRAS PARA LEVANTAMENTO DA OPERAÇÃO – condições:

- a) Apresentação do Cronograma de Obras contemplando o valor previsto para cada parcela;
- b) Apresentação de notas fiscais referentes à aquisição do material utilizado para a execução do percentual previsto no cronograma de obras para a parcela a ser creditada;
- c) Apresentação de declaração da comissão dos representantes do grupo de BENEFICIÁRIOS, em conjunto com a ENTIDADE ORGANIZADORA, atestando a entrega e aplicação do material de construção constante nas notas fiscais relacionadas e solicitando a movimentação dos recursos financeiros, conforme cronograma físico financeiro (ANEXO XII)⁹⁴.

- Caso o somatório das Notas Fiscais fosse superior ao valor da parcela constante no cronograma físico-financeiro, o valor apurado a mais deveria ser acrescido ao valor da Notas Fiscais apresentadas para o

⁹⁴ Informações retiradas do contrato de uma das famílias assentadas.

pagamento da parcela seguinte; caso o somatório das Notas Fiscais fosse inferior ao valor da parcela constante no cronograma físico-financeiro, a liberação seria limitada ao valor das Notas Fiscais, sendo a diferença acrescida ao valor da próxima parcela.

- É facultativo à CEF o acompanhamento de obra, para a verificação da utilização dos materiais;

- O Devedor se compromete a seguir estritamente o contido nas Especificações e Quantitativo que instruem o processo de financiamento, bem como a utilizar os recursos decorrentes da operação ora contratada, quer para a compra do material de construção, quer para o pagamento de mão-de-obra contratada, exclusivamente no imóvel indicado no contrato.

Uma das dificuldades decorrentes deste modelo de financiamento apresentada no assentamento Sepé Tiaraju foi decorrente da relação entre operações coletivas (do programa) e o título do contrato, “Carta de Crédito Individual”. O contrato foi redigido desta maneira porque a responsabilidade pelo pagamento das parcelas do financiamento seria de cada família beneficiária. No entanto, o recurso destinado ao empreendimento era operado coletivamente, vinculando o andamento de obra entre todas as famílias. Como será visto ao longo do texto, esta diferença entre o programa e o contrato causou diversos atritos entre as famílias no que se refere a divisão dos materiais e o próprio andamento da obra.

Outra dificuldade se refere ao papel do HABIS no processo de construção das casas. O grupo de pesquisa assumiu no momento da discussão da viabilização do empreendimento parte das responsabilidades da entidade organizadora, porém, não de maneira contratual, onde ficariam estabelecidos claramente os papéis do próprio grupo de pesquisa e do INCRA. Sendo assim, durante o andamento da obra foram recorrentes os desencontros de informações, e os diferentes entendimentos sobre as responsabilidades de cada um, o que acarretou em acusações e rompimentos. Não foi estabelecida uma relação de parceria e de co-responsabilidades.

O PROJETO SEPÉ TIARAJU – HISTÓRICO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS HABITAÇÕES⁹⁵

Depois de apresentados os atores do projeto Sepé Tiaraju, e da lógica de atuação de cada um deles, bem como a do programa de financiamento, este capítulo traz a sistematização de dados do processo de construção das casas. A descrição histórica do Projeto Sepé é resultado da linha do tempo do projeto, a qual foi construída a partir da leitura e organização de dados provenientes de PPTs, relatos de reunião HABIS, relatos de reunião HABIS - Sepé, relatos de viagem / canteiro de obras, planilhas de eventos de viagem e de reuniões, relatórios de prestações de contas e de informações / atualizações, bem como planilhas de acompanhamento de obra.

Após a sistematização dos dados, a leitura da linha do tempo permitiu dividir a obra em 4 momentos distintos no período de Dezembro de 2005 a Dezembro de 2009. Cada momento foi caracterizado por mobilizações diferentes dos atores, tanto famílias, assessoria técnica, INCRA, CEF, promotor público; e graus diferentes de coletividade nas brigadas de trabalho. Estas características interferiram diretamente no andamento da obra, permitindo delimitar cada momento a ser descrito pela formação de novos acordos coletivos até o seu total esfacelamento. Invariavelmente os momentos de formação de novos acordos foram decorrentes da paralisação das obras. Cabe ressaltar que as reuniões para a retomada das obras serão de fundamental importância para a análise deste trabalho, pois são nelas onde todos os atores se reúnem, todos os atores em uma única cena, onde se pode perceber a dificuldade de comunicação entre as partes, as posições, os interesses, os conflitos e as disputas de poder.

⁹⁵ Neste capítulo haverá diversas citações de falas. Os assentados são denominados pelos nomes, os quais não são os verdadeiros. A assessoria técnica está dividida entre os coordenadores e os assessores. A CEF está representada pelos superintendentes, engenheiro, arquiteto, e técnico bancário. O INCRA, por sua vez, pelos técnicos, diretor de núcleo e assessor de superintendente. E por fim, o promotor público identificado como promotor.

3.1. Montando o cenário: parceria com o HABIS, o projeto arquitetônico participativo e os acordos de obra – Dezembro de 2005 a Setembro de 2006

As famílias do Sepé Tiaraju entraram em contato com o HABIS pessoalmente pela primeira vez no dia 13 de Dezembro de 2005, representadas por um coordenador geral do assentamento e presidente da Associação Agro-Sepé, uma liderança do MST, e quatro representantes do INCRA. Estes representantes (Agro-Sepé e INCRA) buscavam estabelecer parceria para a construção das casas no assentamento tendo como referência o Projeto Inovarural, do assentamento Pirituba II, Itapeva - SP. Nesta primeira reunião houve a apresentação dos dois grupos (HABIS e Assentamento Sepé Tiaraju). Em relação ao grupo HABIS foi frisado o seu interesse pela pesquisa, pela busca por inovações tecnológicas, novos processos para gestão de obras e geração de trabalho e renda, e explicado o seu eixo de atuação, baseado na aprendizagem, pesquisa e ação na realidade social. Os representantes das famílias do Sepé apresentaram o assentamento, fazendo um apanhado histórico da sua formação, dando destaque para a organização das famílias em núcleos, e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do qual ele estava tomando parte, reforçado pelo engajamento dos assentados através da assinatura do TAC. Além disso, colocaram que as famílias já possuíam um recurso de R\$ 5.000,00, dinheiro disponibilizado pelo INCRA para a construção das casas, e que gostariam de acessar o recurso da CEF para a construção de uma habitação melhor. Para isso, precisariam do acompanhamento de um grupo de assessoria técnica.

Após esta conversa, o grupo de pesquisa entrou em contato com a CEF para saber sobre os financiamentos, e descobriu que o prazo para a apresentação de projetos era até 23 de Dezembro daquele ano. Assim, a fim de garantir a possibilidade de recurso, a equipe HABIS atualizou as planilhas, cronogramas e orçamentos do Projeto Inovarural e os enviou para a CEF.

Em Janeiro de 2006 foram realizadas diversas reuniões no grupo de pesquisa para a discussão da viabilidade de assumir a assessoria técnica de um novo assentamento, já que as obras no assentamento Pirituba II ainda não estavam concluídas, demandando acompanhamento. Também foram recorrentemente discutidas as condições e limites para a assessoria técnica, pois não havia recurso financeiro disponível, e seria necessária a formação de uma nova equipe para atividades de canteiro.

O que despertou a atenção do HABIS em relação ao assentamento Sepé foi a possibilidade de experimentar novas técnicas, materiais e sistemas construtivos ditos mais sustentáveis, partindo do pressuposto de que as famílias tinham esta motivação por estarem inseridas em um PDS. A organização

prévia das famílias, em núcleos, com representantes de frentes, com espaços para discussões já estabelecidos nos diferentes coletivos existentes (assembléia, coordenação, núcleo) também foi fundamental, porque parecia demonstrar um engajamento não encontrado entre as famílias do projeto anterior, e que poderia ser um facilitador no processo de construção das casas. Além disso, era interesse do grupo testar hipóteses levantadas no projeto em Pirituba II, com fins para a formulação de diretrizes para políticas públicas habitacionais em assentamentos rurais.

Os **resultados esperados da interação** com o assentamento Sepé Tiaraju foram os seguintes:

- Através da explicitação de indicadores relacionados, contribuir para aumentar a organização coletiva no assentamento;
- Contribuir para a ampliação / aumento das noções de cidadania e compreensão dos direitos sociais no processo de construção a ser desenvolvido com as famílias;
- Compreender melhor a relação entre assessores-pesquisadores e assentados, a fim de criar uma relação mais horizontal entre saberes.

Como **resultados de pesquisa**:

- Aperfeiçoar a compra coletiva;
- Usar materiais da região com a compreensão da cadeia dos produtos;
- Operacionalizar conceitos de sustentabilidade;
- Avançar nas relações entre competência técnica e competência política;
- Aplicar conceitos de permacultura.

Esta era a proposta do grupo de pesquisa para o projeto a ser desenvolvido no Assentamento Sepé Tiaraju naquele momento, leitura que foi revisada e reformulada diversas vezes. Vale a pena lembrar que a metodologia de pesquisa do grupo estava baseada na pesquisa-ação, o que trazia como diretriz de atuação o envolvimento com os assentados organizados, bem como a participação desta população num processo mais democrático, associado à ação coletiva, com vistas de transformar uma realidade insatisfatória. A visita dos representantes do Sepé ao grupo de pesquisa pareceu demonstrar este universo de desejo de transformação, pelas questões que foram colocadas em relação à organização coletiva e ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Por estes motivos, o grupo idealizou além da construção das habitações com este assentamento. Buscava-se uma transformação social, onde uma população

anteriormente sem voz ganharia direito à fala, e uma vez dada esta oportunidade, ela se estenderia para a resolução de outros problemas da comunidade.

Paralelamente às discussões internas ao grupo continuava a articulação com as famílias do Sepé. No dia 01/02/2006 foi realizada a reunião entre a equipe HABIS e os representantes de núcleo do assentamento, mais os coordenadores de frentes (saúde, alimentação, educação, lazer), e os coordenadores gerais. Mais uma vez a equipe HABIS se apresentou e apresentou o projeto Inovarural do Assentamento Pirituba II. Todas as famílias se apresentaram, nome e função dentro do assentamento, dando início a discussão sobre a casa.

As famílias presentes possuíam uma cópia da planta de Pirituba II, a qual foi enviada à CEF para garantir o recurso. A partir disso, iniciou-se uma discussão a fim de saber qual era a casa dos sonhos das famílias presentes. Muitas delas queriam saber se aquela planta era definitiva, como seriam escolhidas as plantas, e algumas delas colocaram na pauta a discussão de uma casa agroecológica, as possibilidades de materiais e de sistemas. Desta reunião ficou agendado um novo encontro com as famílias divididas por núcleo para a discussão coletiva das casas.

Para a reunião com os núcleos, a equipe HABIS preparou uma tabela com as grandes etapas de obra, e começou a discutir internamente alternativas de materiais que poderiam ser apresentadas para as famílias do assentamento, e como poderia ser discutido o projeto das casas. Como prática do grupo, também foi realizada uma análise de cenários de como seria a reunião com os núcleos, procurando prever quais questões seriam colocadas pelas famílias, com base na reunião anterior.

A primeira reunião com os núcleos teve como objetivo apresentar às famílias o que era o grupo HABIS e quais eram os seus objetivos com a parceria. Mais uma vez foi colocado que o que chamou a atenção do grupo em relação ao assentamento foi a organização coletiva e a motivação para a agro-ecologia. Nestas reuniões com os quatro núcleos ficou latente a expectativa das famílias em relação às casas, mais em relação aos materiais que seriam utilizados do que ao projeto arquitetônico. O grupo de pesquisa mostrou a planta de Pirituba e propôs, a partir dela, discutir qual era a casa do sonho das famílias, tanto em relação aos espaços quanto aos materiais. As famílias colocaram como questões o vento e a chuva no local, e a precariedade dos barracos onde habitavam. No entanto, por mais que o tema da reunião fosse a planta arquitetônica, as famílias queriam discutir o material e a estrutura da casa, como a presença ou não de laje, colocada naquele momento como de fundamental importância pelos quatro núcleos por questões de segurança estrutural, proteção contra chuva, vento e insetos.

Diante de perguntas recorrentes em relação aos materiais a equipe HABIS propôs discutir a possibilidade de uso de materiais alternativos, como adobe, taipa e madeira, caracterizando o que poderia ser uma casa agro-ecológica, e debatendo a cadeia produtiva dos materiais (quem produz, quem compra, qual é o impacto ambiental e social). O uso do adobe, exemplificado como o material da casa agro-ecológica do assentamento Pirituba II suscitou várias falas de repulsa⁹⁶ e de proposta de liberdade para a escolha do material⁹⁷. Algumas famílias propuseram a construção de uma casa modelo para que as pessoas pudessem ter contato com diferentes materiais.

Outro ponto fundamental colocado pelas famílias foi em relação ao tempo. A urgência por morar dignamente e com conforto fez com que desde esta primeira reunião se priorizasse decisões rápidas, sem o devido esclarecimento para algumas famílias do por que das escolhas⁹⁸. Além disso, as famílias traziam como discurso a construção coletiva das habitações, mas já se podia perceber uma certa preferência pela organização e gerenciamento do canteiro de obras por núcleos. Dois dos quatro núcleos questionaram se a compra de materiais e acompanhamento do projeto não poderia ser feito tendo esta unidade como base⁹⁹.

A reunião para a firmação de parceria entre HABIS e famílias do assentamento aconteceu em 01/03/2006. O grupo de pesquisa ficou reticente quanto à sua inserção neste assentamento diante da possibilidade de nenhuma família querer trabalhar com inovações tecnológicas na habitação. Na semana anterior, havia sido realizada uma reunião com a coordenação colocando quais seriam as condições para que o grupo de pesquisa assumisse o papel de assessoria técnica. Nesta reunião o grupo se colocou novamente como um grupo de pesquisa interessado em produzir habitação em conjunto com as famílias, estudando o que dá certo e o que dá errado, para a sua posterior aplicação em outros lugares, tanto no que diz respeito à casa mais ecológica quanto à organização coletiva¹⁰⁰. Por ser um grupo de pesquisa, sem recurso próprio, foi

⁹⁶ Entre as falas, destacamos: “[...] Não vamos fazer que nem formiga, morar debaixo da terra”; “[...] Eu não aconselho adobe, porque trinca, racha, dá muito trabalho pra fazer”; “[...] A casa de adobe não deixou saudade, tem gente que morreu de barbeiro, não vou voltar do presente pro passado”. (PPT do dia 16/02/2006)

⁹⁷ Entre as falas, destacamos: “[...] Se uns 5 optam por adobe e o resto cerâmico, pode?”; “[...] Pode escolher uma tipologia que é diferente do seu grupo, mas igual a de outro?”. (PPT do dia 16/02/2006)

⁹⁸ Entre as falas destacamos: “[...] Entre a ecologia e a velocidade, o pessoal prefere a velocidade”; “[...] Nós não podemos perder tempo. Um ano e meio pra fazer a casa é demorado”; “[...] O que precisa pra próxima reunião é trazer as propostas, senão vamos ficar fazendo um monte de reunião. Desse jeito vamos fazer a casa em 2010”. (PPT do dia 16/02/2006)

⁹⁹ Entre as falas destacamos: “[...] Dandara compra só para Dandara.”; “[...] A compra coletiva, ok. Mas se for um coletivo no núcleo, ao invés dos 4 núcleos juntos, melhor”. (PPT do dia 16/02/2006)

¹⁰⁰ Entre os objetivos do grupo de pesquisa para a parceria na construção das casas foi explicitado: fortalecer a organização coletiva para a construção da moradia; estudos de alternativas para construções mais ecológicas; estudo de ocupação da casa no lote e o seu entorno; possibilidade de geração de trabalho e renda durante a construção (trabalho e renda, e trocas solidárias). Relato do dia 22/02/2006.

colocada à coordenação a necessidade inicial de recursos para a manutenção da equipe, até que algum projeto de pesquisa fosse aprovado. Assim, inicialmente a assessoria seria “remunerada” (viagens, estadias, alimentação) pelas famílias, as quais disponibilizariam parte do valor acessado para isso. Se fosse aprovado o projeto de pesquisa, este recurso seria devolvido às famílias como melhoria para cada habitação. Além disso, o grupo queria criar um processo de discussão com as famílias tanto no que dizia respeito ao projeto de arquitetura quanto aos materiais, discutindo com elas o que era a habitação rural, não apenas fornecendo uma tipologia pronta. Propunha, ainda, que esta discussão fosse coletiva, com a escolha de quatro tipologias diferentes, e não uma para cada família; e a participação das famílias no acompanhamento e gestão de obras, nas comissões de compras e de recebimento. Para a reunião de 01/03/2006 foi proposto que os coordenadores levassem esta discussão para os núcleos, e que os núcleos decidissem se queriam ou não este tipo de assessoria. Caso somente algumas famílias não aceitassem, estas poderiam construir a sua habitação com o recurso de R\$ 5.000,00 já disponibilizado pelo INCRA, e que possibilitava o início imediato da obra. Caso a maioria não aceitasse, o grupo não faria o acompanhamento das casas.

Na reunião de 01/03/2006 os coordenadores do Sepé tinham uma resposta: o assentamento queria a parceria com o grupo de pesquisa, entendida como uma parceria com a universidade, pela experiência anterior do projeto Inovarural, e pelo grupo não estar interessado em ganhos financeiros. Mas, por outro lado, não abriam a mão em relação ao uso do cimento e do tijolo cerâmico para a alvenaria, construindo de uma maneira mais “sustentável” telhado, sistema de tratamento de esgoto, ocupação no restante do lote. Ou seja, uma casa base convencional com acessórios ecológicos. Também colocaram que as famílias estavam dispostas a discutir os projetos e os materiais de maneira participativa como o grupo propunha, mas queriam que esta fosse uma discussão acelerada, com prazos para o início das obras. A questão do tempo foi colocada por quase todas as famílias que falaram nesta reunião, o medo do projeto atrasar, de demorar para começar a casa¹⁰¹, de ficar muito tempo discutindo em reuniões¹⁰²; de ter que procurar por outro grupo de assessoria¹⁰³. Quanto à questão da manutenção da equipe de assessoria, as famílias se disponibilizaram para oferecer alimentação durante os dias de visita, e lugar para repouso, se necessário.

¹⁰¹ Entre as falas destacamos: “[...] A pressa é começar logo. Fazer casa e lavoura não dá certo. As roças tão tudo madurando (uns 60 e 90 dias, é hora de ir pro paiol) depois começa em setembro tudo de novo”. (PPT do dia 01/03/2006)

¹⁰² Entre as falas destacamos: “[...] Precisamos fazer a reunião hoje, pra não chegar na semana que vem e não ter evoluído nada”. (PPT do dia 01/03/2006)

¹⁰³ Entre as falas destacamos: “[...] Até procurar outro consultor, vai demorar muito”; “[...] Nós pega e desmancha a parceria – isso é um problema”; “[...] É muito interessante, mas nós não quer conversar sobre o agro-ecológico. A gente não quer perder a parceria...”. (PPT do dia 01/03/2006)

Entre a firmação da parceria e o início da discussão coletiva da habitação o grupo de pesquisa discutiu novamente sobre a equipe de assessoria técnica, quem seriam seus participantes, quais eram as motivações e disponibilidades pessoais para o acompanhamento do projeto, como seria a remuneração e a dinâmica das obras. Paralelamente a isso, parte da equipe se disponibilizou para escrever o projeto de pesquisa para captação de recursos, enviado ainda no final do mês de Março, discutido anteriormente com lideranças do MST para a formação de parcerias¹⁰⁴. E o restante da equipe se debruçou para estudos de possibilidades de materiais regionais, e sobre o financiamento, o qual teve as suas regras de acesso e valor modificado no período, regras que foram esclarecidas em reunião com a CEF.

Os esclarecimentos dados pelos agentes da CEF em reunião na sua sede na cidade de Ribeirão Preto - SP tiveram a participação de integrantes do HABIS e do INCRA. Além da explicação dos trâmites para pagamento de materiais adquiridos e de verificação de obra (medições), a CEF chamou a atenção para as condições básicas de acesso ao financiamento: assentamento com abastecimento de água, luz e tratamento de esgoto, com vias delimitadas e adequadas para acesso aos lotes¹⁰⁵; existência de contrapartida, a qual foi disponibilizada pelo INCRA; existência da entidade organizadora, responsável por realizar o trabalho social em conjunto com as famílias, além de fornecer o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) para o contrato. Nem o HABIS, nem a Associação Agro Sepé possuíam CNPJ, fazendo com que o INCRA assumisse o assentamento como entidade organizadora, assumindo o trabalho social em parceria com o grupo HABIS, este também responsável técnico das obras. O responsável técnico, além do acompanhamento das obras, tinha como função o preenchimento da PLS (Planilha de Levantamento de Serviço) a ser enviada mensalmente à CEF.

Este também foi o período de mudança da equipe de assessoria técnica. Além dos coordenadores do grupo de pesquisa (equipe permanente), haviam três profissionais pesquisadores, anteriormente ligados ao assentamento Pirituba II, os quais assumiram o canteiro de obras do assentamento Sepé. No entanto, com a finalização das pesquisas individuais e o surgimento de outras propostas de emprego, esta equipe foi sendo alterada. Neste primeiro momento de discussão dois pesquisadores se afastaram do grupo tornando necessária a inserção de novos. Esta foi uma dinâmica recorrentemente enfrentada pelo grupo, dando uma

¹⁰⁴ Características do projeto de pesquisa: **Ações / operações:** construção de casas; construção de alojamento; construção de quatro abrigos emergenciais (canteiro experimental); articulação entre atores (família, INCRA, MST, pesquisadores, CEF); **Resultados esperados:** aumento da organização coletiva; aumento de autogestão; replicação da experiência em outras comunidades; formação de agricultor pesquisador; elaboração de artigos - divulgação. Busca de sustentabilidade como eixo central: transição para agroecologia, autogestão e geração de trabalho e renda (Relato de Reunião HABIS Sepé do dia 22/06/2006).

¹⁰⁵ O INCRA é a entidade responsável pela execução de infra-estrutura no assentamento Sepé Tiaraju segundo firmado no TAC.

composição para a equipe que ia de dois a quatro pesquisadores-assessores realmente engajados com o projeto em suas diferentes etapas no período de 2006 a 2009.

A discussão do projeto das casas e a escolha dos materiais

As discussões coletivas para a habitação entre assessoria e famílias foram divididas em duas etapas: a definição das tipologias e a escolha do material construtivo, etapas que se estenderam de 30/03/2006 a 11/05/2006, mais a reunião para a escolha do sistema de tratamento de esgoto em Agosto/2006, e a reunião para a troca do sistema de cobertura, em Fevereiro de 2007, onde também foram propostos novos desenhos para as esquadrias.

As discussões sobre o projeto arquitetônico tiveram como objetivo criar um repertório comum entre assessoria e famílias sobre quais eram os significados da habitação, e quais características deveriam ser consideradas para aquele conjunto de pessoas. As condições de habitação na fase de acampamento são bastante precárias, caracterizadas pelo uso de restos de materiais, geralmente conformando um só ambiente, que representa todos os cômodos da casa ao mesmo tempo, e pela falta de água encanada, esgotamento e energia elétrica (Ver ilustração 2). O repertório que as famílias traziam sobre habitação e sobre materiais de construção era aquele dos locais onde elas habitaram anteriormente. Se estas condições anteriores eram desfavoráveis ou precárias, este “modelo” de habitação era prontamente descartado. O mesmo se diz em relação ao material, propiciando que famílias considerassem técnicas com uso madeira e terra crua como não eficientes, pela associação que faziam aos materiais provisórios utilizados. Esta reunião de reconhecimento foi realizada em cada núcleo.

Ilustração 2: Condições de habitabilidade durante os primeiros períodos de assentamento. Fonte: Grupo Habis, 2006.

Para se iniciar a conversa sobre como seria a casa dos sonhos das famílias do Sepé era necessário saber quais os usos que ela deveria ter. Considerando que cada família tinha suas próprias necessidades, a

participação do maior número de famílias por reunião nos núcleos era de fundamental importância. Perguntas chaves estimularam esta participação: *O que se faz na casa? O que é morar na casa? O que vocês fazem na casa? O que vocês esperam ter na casa?*

A partir das respostas das famílias às perguntas da assessoria técnica nas reuniões com os núcleos foi listado um programa de necessidades. Posteriormente, na mesma reunião, iniciou-se a construção de uma planta habitacional coletivamente com o uso de papel Kraft, cartelas, canetas, e pequenos blocos de mobiliário em escala para compor os ambientes, sempre tendo por base as necessidades apontadas pelas famílias. Cada núcleo compôs dois tipos de plantas, totalizando oito, dos quais seriam escolhidas quatro para a construção (ver ilustrações de 3 a 6).

Ilustração 3: Processo de escolha das tipologias: Núcleo Paulo Freire. Fonte: Arquivo Habis.

Ilustração 4: Processo de escolha das tipologias: Núcleo Zumbi. Fonte: Arquivo Habis.

Ilustração 5: Processo de escolha das tipologias: Núcleo Dandara. Fonte: Arquivo Habis.

Ilustração 6: Processo de escolha das tipologias: Núcleo Chico Mendes. Fonte: Arquivo Habis.

Feita a primeira discussão, a assessoria técnica refinou os desenhos criados com as famílias e propôs a discussão de cada parte do projeto, o que havia melhorado ou não em relação ao desenho anterior. Também foram colocadas questões referentes à quantidade de águas no telhado, extensão de corredores, quantidade de quartos, ter ou não varanda, ter ou não cozinha integrada à sala, posicionamento do banheiro, altura de pé direito.

A partir do levantamento dos pontos comuns defendidos pelas famílias de todos os núcleos e os desenhos gerados nas reuniões, a assessoria técnica compôs as tipologias finais, as quais seriam apresentadas para as famílias em reunião de núcleo. Cada núcleo havia gerado duas plantas, e estas plantas “corrigidas” foram apresentadas a cada um deles. Também foram apresentadas as plantas dos demais núcleos, e percebeu-se que elas estavam muito parecidas. Diante das semelhanças, a equipe de assessoria técnica propôs a escolha de apenas duas plantas para todo o assentamento, e não quatro como combinado anteriormente: uma planta de dois e uma de três quartos. Mais adiante, com a discussão dos materiais e o interesse de algumas famílias pelo uso de material alternativo foi possível a escolha de mais uma tipologia. A partir desta discussão as famílias se dividiram entre o grupo da casa de dois quartos cerâmicos (2QC), três quartos cerâmicos (3QC), ou o grupo da casa alternativa (3QA).

Na reunião do dia 04/05/06, as famílias, divididas agora por tipo de habitação, fizeram a escolha final da planta e dos materiais. Os critérios para a escolha das plantas, definidos pelas famílias foram a qualidade técnica do projeto (disposição dos ambientes, viabilidade financeira) e a votação da maioria, isso porque havia um conjunto de plantas de dois e de três quartos. Também foi discutido sobre o pagamento ou não de mão-de-obra para os mutirantes. As famílias decidiram pelo pagamento de mão-de-obra, sabendo que a desvantagem do uso deste recurso seria a diminuição da área da habitação, pelas seguintes explicações:

Assessor 1 HABIS: Todo mundo sabe quais as vantagens e desvantagens de pagar? Por que vocês escolheram pagar a mão-de-obra? Por que vocês acharam melhor pagar?

Roberto: Pra gente poder plantar, “né”? A gente pode pagar a mão-de-obra. Como a gente vai se ocupar do trabalho e não vai ter tempo pra outros serviços, então esse dinheiro vai ajudar tanto pra gente, tanto na alimentação e tanto pra quem quiser investir um pouco mais na casa.

Valter: E outra coisa, se tiver alguém que sabe fazer mais que ele, ele pode pagar pra ele fazer.

Assessor 1 HABIS: “Tá”, então essas são as vantagens. E quais são as desvantagens de pagar a mão-de-obra? Vocês discutiram isso?

Cido: A desvantagem é que a casa vai ser um pouco menor.

Roberto: Porque nós vamos trabalhar em grupo entre nós, e no “causo” aí, esse dinheiro já vai ser um dinheiro que vem pra gente, pra poder ter alguma coisa que vocês queira fazer, que você tem como você fazer. Vocês estão entendendo? Não é que nós tiramos esses 1.600,00 pra nós ir atrás de um pedreiro ou um servente pra trabalhar pra nós. Nós é que estamos querendo ganhar este dinheiro, entendeu? É isso daí.

Evandro: No tempo de construção das casas não vai ter como a gente trabalhar ou criar dinheiro pra comer ou alguma necessidade. Então dentro desse valor que vai entrar a gente possa se manter naquilo que for necessário dentro do lar da gente. Esse é o nosso objetivo. (PPT do dia 04/05/2006)

Antes da escolha dos materiais, foi conversado com as famílias sobre o valor do financiamento. Naquele momento ele era de R\$ 12.400,00¹⁰⁶. Conforme alguns cálculos apresentados pela assessoria técnica as famílias decidiram utilizar 13% deste valor para pagamento de mão-de-obra e 6% para o pagamento da assessoria técnica, por família. Sobraria, então, o valor de R\$ 9.066,00 para a compra de materiais, mais o valor de R\$ 1.000,00 previamente reservado para a construção do sistema de tratamento de esgoto. A previsão para a entrega do projeto na CEF seria no início de Junho, esperando que o mesmo fosse aprovado em um mês, com o início das obras no final de Julho.

Para a escolha dos materiais a assessoria técnica fez uso constante de tabelas comparativas de diferentes materiais para cada etapa de obra, tendo como preocupação a facilidade construtiva, o custo, o conforto, a disponibilidade do material na região, a qualidade, durabilidade, beleza, possibilidade de reciclagem e segurança. Esta etapa teve como objetivo aumentar o repertório das famílias, bem como quebrar preconceitos que poderiam existir devido à falta de conhecimento sobre algum material. A escolha das famílias mais uma vez foi feita por votação da maioria, critério estabelecido por elas, sendo estabelecido

¹⁰⁶ Em Setembro de 2006 o valor do financiamento da CEF foi reajustado, passando de R\$ 12.400,00 para R\$ 13.900,00. Mantendo as porcentagens, destinou-se um valor de R\$ 835,00 por família para a assessoria técnica, R\$ 1.807,00 para o pagamento de mão-de-obra, e R\$ 11.258 para materiais, dos quais R\$ 1.000,00 estavam destinados ao sistema de tratamento de esgoto.

dois conjuntos de materiais: o kit para a casa em bloco cerâmico estrutural, igual para 69 habitações, e o kit alternativo em adobe, para 10 famílias¹⁰⁷.

Também foi discutida com as famílias a questão da varanda. Ter varanda na casa foi uma das primeiras colocações das famílias no momento em que se imaginava a casa dos sonhos. No entanto, a escolha pelo pagamento de mão-de-obra e assessoria, trazia uma redução no recurso disponível, resultando em duas possibilidades para as habitações: seria necessário diminuir a área das casas, fazendo com que ela se aproximasse de casas oferecidas pela CDHU (45 m²), ou seriam retiradas as varandas e as lajes. Diante destas possibilidades, as famílias do assentamento escolheram manter a metragem da casa, para posterior execução de laje e de varanda.

O sistema de tratamento de esgoto era uma das exigências da CEF, e também do TAC assinado pelas famílias. As famílias do assentamento já haviam reservado R\$ 1.000,00¹⁰⁸ do financiamento das casas para esta etapa de obra, reafirmando a importância deste sistema devido a localização do assentamento em um ponto de recarga do Aquífero Guarani, e respeitando as colocações do PDS. Assim como na etapa de escolha de alvenaria, foi realizado um estudo de possibilidades de sistemas de tratamento de esgoto pela equipe de assessoria. Dentre os sistemas pesquisados, foram selecionados seis a serem apresentados às famílias pelos seguintes critérios: disponibilidade de recursos financeiros, proximidade do lençol freático, características dos efluentes a serem tratados, possibilidade de reutilizar a água efluente e o lodo tratado, uso de tecnologia de fácil aprendizagem e replicação, grau adequado de eficiência de tratamento, sistema com tecnologia aprovada por órgãos de fiscalização, e possibilidade de uso de materiais locais e renováveis (MARTINETTI, 2009)¹⁰⁹.

As seis opções selecionadas pela assessoria foram apresentadas às famílias através de fotos, imagens, diagramas e depois foram retiradas as dúvidas a partir de um quadro comparativo dos diferentes sistemas (custo, execução, materiais, eficiência). Diante das propostas, as famílias escolheram dois sistemas: círculo de bananeiras e a vala de infiltração¹¹⁰.

¹⁰⁷ Lembrando que o grupo alternativo não será analisado por este trabalho, segundo as explicações contidas na apresentação desta dissertação.

¹⁰⁸ R\$ 1.000,00 do valor de R\$ 13.900,00 representou 7,2% do financiamento.

¹⁰⁹ MARTINETTI, Thaís H. *Análise das estratégias, condições e obstáculos para implantação de técnicas mais sustentáveis para tratamento local de efluentes sanitários residenciais*. Caso: Assentamento Rural Sepé-Tiaraju, Serra Azul-SP. 2009. 231p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2009.

¹¹⁰ Foram selecionados inicialmente dois sistemas de tratamento de esgoto: o círculo de bananeiras e a vala de infiltração. No entanto, com a demora para a execução do projeto e a desvalorização do recurso disponibilizado para a casa, todas as famílias foram obrigadas pela construção do sistema de círculo de bananeiras, pelo seu preço reduzido.

O mesmo estudo para o orçamento das casas, com o estudo de disponibilidade de materiais regionais trouxe questionamento sobre o material escolhido para a cobertura. O sistema primeiramente discutido com as famílias (sistema de vigas laminadas pregadas - VLP) era o mesmo empregado em Pirituba II, o qual permitiu economia nesta etapa de obra, por utilizar madeira de rejeito comercial, e devido ao desenho inovador, o qual dispensava estrutura de caibros, ripas e terças. No entanto, em Pirituba II existia a oferta abundante de madeira, por estar localizada em uma região de reflorestamento, e também possuía infraestrutura necessária para esta produção (uma marcenaria). No Sepé, Norte do estado, a replicação da solução adotada em Pirituba II não se viabilizaria, principalmente, por agregar custos que não estavam incluídos no orçamento, como a mão-de-obra no processo de produção na marcenaria e o frete de transporte. Por isso foi desenvolvido um outro sistema de cobertura em painéis pré-fabricados¹¹¹ com uso de madeira de pinus e eucalipto, facilmente fabricado e instalado por qualquer família após uma breve capacitação técnica. O uso deste sistema de painéis também trazia como benefício a casa coberta e com forro, sendo o forro um dos componentes de estabilidade do sistema, o qual também garantiria maior conforto à habitação (FRANCISCO; LEITE; INO, 2008)¹¹².

Esta nova opção foi apresentada às famílias em conjunto com mais duas: o sistema de VLP de Pirituba, e o sistema convencional de cobertura. Entre as variáveis apresentadas estiveram o custo, a disponibilidade de materiais, a facilidade construtiva, a durabilidade e a estanqueidade. As famílias se mostraram interessadas no sistema de painéis, o qual foi explicado com uso de maquete e de desenhos ilustrativos, mas demonstraram receio em relação à qualidade da madeira utilizada, segurança em relação a incêndio e a pragas. Também questionaram o peso dos painéis para a instalação, e resistência à chuva e ao vento. Depois de esclarecidas todas as dúvidas as famílias optaram pelo sistema de painéis.

O resultado final das discussões sobre os materiais compôs as casas da seguinte maneira: fundação em pedra bloco; inicialmente, 69 casas de alvenaria cerâmica estrutural, material que possibilitava posterior execução de laje e não necessitava de emboçamento, e 10 casas com vedação em adobe; sistema de cobertura em painéis pré-fabricados, com telha cerâmica romana; esquadrias com folhas para vidro de madeira de reflorestamento produzidas pela marcenaria coletiva autogestionária, localizada no

¹¹¹ Para maiores detalhes sobre este sistema de cobertura consultar: VALLE, Ivan M. R. *A pré-fabricação de dois sistemas de cobertura com madeira de florestas plantadas*. Estudos de caso: os assentamentos rurais Pirituba II e Sepé Tiaraju. 2011. 352p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo. São Carlos: 2011.

¹¹² FRANCISCO, M.; LEITE, T.; INO, A. O Processo Participativo na Elaboração do Projeto Arquitetônico e Definição de Implantação das Moradias do Assentamento Sepé Tiaraju (Serra Azul-SP). In: *I SEHTAB 2008 – I Seminário de História e de Tecnologia da Habitação*. Itatiba, SP, 22 a 24 de outubro de 2008.

Assentamento Rural Pirituba II, Itapeva – SP; e dois sistemas de tratamento de esgoto: círculo de bananeira e vala de infiltração.

O resultado destas reuniões compôs o conjunto de plantas do assentamento.

Ilustração 7: Tipologia 3QC (três quartos cerâmicos). Área: 60,90m². Fonte: Arquivo Habis.

Ilustração 8: Tipologia 2QC (dois quartos cerâmicos). Área: 59,81 m². Fonte: Arquivo Habis.

Ilustração 9: Tipologia 3QA (três quartos alternativos). Área: 73,37 m². Fonte: Arquivo Habis.

Depois de finalizado os projetos tipológicos, os orçamentos e o cronograma de obras, os mesmos foram enviados para a CEF no dia 01/06/2006. Para a discussão das habitações e a escolha dos materiais foram realizadas sete reuniões no assentamento em conjunto com as famílias devido à agilidade proposta pelas mesmas.

Acordos iniciais de obra

Ao mesmo tempo em que aconteciam as reuniões para a discussão das tipologias e dos materiais de construção, eram firmados alguns acordos coletivos para a obra, a partir de discussão de regras em conjunto com as famílias. Vale ressaltar que alguns destes acordos coletivos já estavam determinados tanto pelo programa de financiamento, quanto pelo acordo firmado com a assessoria técnica. Mas foi a partir de Agosto de 2006 que teve início a organização para o canteiro de obras. Estes acordos deram resultado a um documento chamado Regimento Interno, recebido e assinado por todas as famílias, junto com um conjunto básico de plantas, fachadas e cortes da habitação escolhida.

A construção coletiva das casas foi decorrente de três posicionamentos: do programa de financiamento, do MST e da assessoria técnica. O programa de financiamento por não disponibilizar recursos suficientes para pagamento de mão-de-obra especializada, e exigir que todas as famílias cumprissem um mesmo cronograma de obras, vinculando de modo rígido a execução de etapas à liberação de recursos. Nesta fase inicial de discussões para a organização do canteiro de obras, o MST ainda estava bastante presente, através de seus representantes (Direções Estaduais) e militantes. Sendo assim, nestas reuniões foi bastante enfatizada a idéia de que as famílias construiriam as suas casas em mutirão, como uma continuidade da luta, e de um processo importante de conquistas. A imagem das mãos unidas era sempre colocada, a força do coletivo que supera as barreiras e conquista os seus sonhos, garante os seus direitos em uma sociedade que os nega constantemente. Por sua vez, a assessoria também colocava como condição a construção coletiva das habitações, por dois motivos principais: como já citado anteriormente, por acreditar que o trabalho coletivo representaria avanços à comunidade em termos de autogestão. Outro motivo, explicitado no momento de firmação de parceria entre famílias e grupo de pesquisa / assessoria, era o número reduzido de sua equipe, o que inviabilizaria o acompanhamento de 77 casas sendo construídas simultaneamente.

Para as obras, as famílias se dividiram em grupos denominados brigadas, inicialmente segundo as afinidades pessoais. Com o levantamento do número de pedreiros no assentamento, a assessoria propôs

as famílias se dividirem em grupos em torno destes profissionais, considerando também as afinidades, a localização dos lotes nos núcleos, e a tipologia escolhida. Foram constituídas 13 brigadas, somando 79 famílias em quatro núcleos distintos, sendo 12 brigadas para as habitações de alvenaria cerâmica estrutural (ao todo, 69 famílias) e 1 brigada para o adobe (10 famílias). Duas das 69 famílias das casas cerâmicas não acessaram o recurso da CEF, e decidiram construir sem o acompanhamento da assessoria técnica, utilizando somente o recurso disponibilizado pelo INCRA. Restaram 67 famílias com alvenaria cerâmica estrutural, ainda em 12 brigadas.

Os critérios de locação das casas no lote foram discutidos coletivamente, estabelecendo os seguintes parâmetros: distância de 20 metros do padrão de entrada devido às restrições orçamentárias (quantidade de fio), e de 6 metros de qualquer outra construção existente no lote, para propiciar insolação e ventilação adequadas, e não atrapalhar o movimento em canteiro de obras; declividade do terreno a fim de potencializar o relevo para o funcionamento do sistema de tratamento de esgoto; orientação da habitação em relação à insolação e ventos predominantes. As famílias chamaram a atenção para a orientação das casas segundo as vistas naturais que gostariam de ter em ambientes específicos também como algo importante a ser considerado.

Em 27/10/2006 as famílias decidiram dar início às obras com o uso do recurso disponibilizado pelo INCRA, mesmo sendo esta uma época de plantio e de chuva. O projeto enviado à CEF ainda estava em tramitação, mas, no entanto, os técnicos do INCRA colocaram a preocupação do uso do recurso para que ele não retornasse ao Tesouro Nacional por falta de movimentação. A primeira compra foi realizada no dia 10/11/2006 (padrão de entrada), com a participação da comissão de compras previamente orientada, a qual estabeleceu acordos com os vendedores. A primeira capacitação dos pedreiros aconteceu no dia 21/11/2006, com instruções para limpeza do terreno, montagem do gabarito e abertura das valas.

Entres os acordos para a execução de obra ficaram estabelecidos os seguintes pontos:

- uma vez aprovado o projeto pelo órgão financiador (CEF e INCRA) não seriam permitidas alterações no projeto, a menos que isso fosse uma decisão coletiva discutida na reunião de coordenação;
- a liberação do recurso para a compra de materiais de uma etapa de obra só aconteceria quando todas as famílias terminassem a etapa anterior. As famílias adiantadas se comprometeriam a ajudar àquelas que ficassem para trás;
- A assessoria técnica só acompanharia as famílias que estivessem construindo em brigadas coletivas, e não individuais;

- As compras de materiais seriam coletivas, por etapa de obra, a fim de potencializar o recurso disponível através de descontos para compras em escala;
- Cada brigada teria um pedreiro com alguma experiência em obra, não necessariamente mestre de obras;
- Cada núcleo teria dois representantes na comissão de compra, e dois na comissão de recebimento de materiais (oito pessoas em cada comissão);
- Os pedreiros das brigadas participariam em oficinas de capacitação para cada nova etapa de obra, a ser realizada por núcleos, para a verificação da execução, uso de material, leitura de desenhos e plantas, controle de qualidade. As demais famílias que quisessem participar também estavam convidadas, porém era exigida a participação de pelo menos um representante por brigada, de preferência o pedreiro;
- Cada brigada teria um representante, o qual compareceria em todas as reuniões com a assessoria, representando o grupo, que assim não pararia a obra;
- O recurso de mão-de-obra disponível por família seria utilizado como uma ajuda de custo para as despesas domésticas, como auxílio enquanto a família estivesse envolvida com o canteiro de obras, ou para pagar a multa de R\$ 20,00 por dia de trabalho para a brigada, quando a família não pudesse comparecer no dia de trabalho acordado;
- Pessoas que não pudessem comparecer ao mutirão em dia acordado com as famílias pagariam uma diária de serviço ao grupo (R\$ 20,00), ou enviaria um representante para trabalhar em seu lugar, ou fariam troca de trabalho com o restante da brigada;
- O uso a mais de materiais especificados pelo projeto, devido à alteração no seu uso ou desperdício, seria de responsabilidade das famílias;
- Cada família receberia os materiais em seu lote, sendo responsável pelo seu armazenamento, seguindo as instruções dadas pela assessoria e pela comissão de recebimento. A perda do material seria responsabilidade da família;
- Em relação à participação nas reuniões de decisão, onde todas as famílias eram convidadas, houve dois posicionamentos diferentes: algumas brigadas decidiram que quem não participasse da reunião seria esclarecido e atualizado pelo representante do núcleo; outras brigadas decidiram que quem não participasse das reuniões teria que acatar a decisão coletiva.

Foi articulado um processo de construção procurando envolver as famílias nas diferentes frentes para o gerenciamento do canteiro de obras. Havia diferentes funções no processo de construção das casas: pedreiros, mutirantes, comissão de compras, comissão de recebimento, representante, sendo que em alguns casos uma mesma pessoa assumia mais que uma delas. Por exemplo, geralmente os pedreiros eram os representantes das brigadas, e os representantes das comissões também atuavam como mutirantes nos dias em que não estavam envolvidos com compra e recebimento. A proposta era de que os cargos de comissão e representação fossem rotativos, de maneira que o maior número de pessoas participasse de todas as frentes e pudesse ser capacitada para cada função, sentindo o peso da responsabilidade a respeito do trabalho de cada um, de forma a não sobrecarregar ninguém (compartilhamento e co-responsabilidade).

Para cada uma destas funções aconteceram as reuniões de capacitação. Para os pedreiros, além da participação em oficinas de capacitação por etapas, havia diários de obra a serem preenchidos diariamente. Nele deveriam ser registrados: a quantidade de material utilizada em cada etapa, os dias e a quantidade de horas trabalhadas, quais mutirantes trabalharam em cada dia, e os materiais recebidos. Haveriam reuniões periódicas com todos os pedreiros para verificação dos diários de obra, e para esclarecimentos sobre as etapas construtivas.

Em relação à comissão de compras foi realizada a capacitação de seus integrantes para preenchimento de planilhas diversas, pedido de orçamentos, quadro de comparação de orçamentos, negociação em escala, forma e prazo de pagamento, prazo e local de entrega. Cada representante da comissão recebeu o seu kit de compras, com o mapa do assentamento e as diversas planilhas. Feitas as conversas iniciais e firmados os acordos (compra coletiva de todo o assentamento, entrega de material por lote), os representantes da comissão visitavam os possíveis fornecedores em conjunto com a assessoria técnica, buscando parcerias para todo o projeto. A intenção era de que este acompanhamento fosse inicial, e que as comissões assumissem autonomamente as compras.

As comissões de recebimento foram capacitadas no que diz respeito à leitura de tabelas de controle de entrega, verificação do material (quantidade e qualidade), e condições de armazenagem nos lotes. Estes representantes de comissão deveriam acompanhar os caminhões de entrega dentro do assentamento, garantindo que o material chegasse onde era necessário. Feita a entrega, deveriam coletar a assinatura de um representante da família, atestando o recebimento adequado do material, e entregar as notas fiscais para a assessoria para a montagem do pedido de pagamento (documento chamado de Anexo XII).

Em vários momentos foi discutido como seria a interação entre as duas comissões. As comissões de recebimento deveriam estar a par das atividades das comissões de compra, sinalizadas sobre o dia da entrega, quantidade de material, e lotes para o descarregamento. A comunicação entre os representantes das duas comissões dentro dos núcleos era importante. Foi colocado pela comissão de recebimento que a comissão de compra deveria também realizar o recebimento do material, por ter mais propriedade sobre aquilo que era negociado. No entanto, assumir as duas funções seria demasiado para uma mesma pessoa, sendo este impasse resolvido com o estabelecimento de reuniões periódicas conjuntas entre os dois grupos.

A decisão de entrega de materiais por lote foi decorrente da dificuldade de monitoramento da retirada de materiais, da indisponibilidade de um local com capacidade de armazenamento de grande quantidade de materiais com segurança (contra o clima e contra roubos), e das distâncias entre os lotes. No núcleo Chico Mendes foi testado um almoxarifado comum. No entanto, em pouco tempo começaram a haver discussões internas porque não havia controle para a retirada de materiais, e as famílias não retiravam o quanto era necessário, e sim o que elas achavam que era direito da família retirar, devido ao contrato individual. A distância entre os lotes e a falta de equipamentos também dificultavam a entrega centralizada de materiais como areia, brita, pedra rachão.

Se por um lado a entrega de materiais no lote facilitou o gerenciamento do canteiro, colocando cada família como responsável pelo seu material, também reforçou a idéia de que cada família tinha direito a uma quantidade específica de materiais por etapas, sendo o material individual e não coletivo. Assim, se sobrasse cimento em um lote, depois de finalizada uma etapa, a família não aceitava passar o material para outra família que estivesse precisando dele. E isso causou, em diversos momentos, perda e desperdício de materiais. Outro exemplo: ao sobrar areia de uma etapa de obra, a família não se preocupava em protegê-la da chuva, pois sabia que para a execução da próxima etapa haveria nova entrega de areia.

A entrega de materiais foi estabelecida a partir da ordem de construção das brigadas de trabalho. Cada brigada elegeu a ordem das famílias para a construção das casas segundo critérios próprios. A fim de não desperdiçar material devido ao mau armazenamento, os materiais de cada etapa eram entregues às famílias dias antes do início da obra, a partir da solicitação do representante da brigada. Essa dinâmica foi sendo revista durante o processo de construção, principalmente devido à demora da entrega de materiais, muitas vezes paralisada devido aos atrasos no pagamento dos fornecedores. Sendo assim, como veremos

adiante, alguns materiais não perecíveis foram comprados e entregues para todas as famílias, com o aval da CEF.

Para o trabalho em canteiro de obras, no início, devido os critérios para a formação das brigadas (proximidade dos lotes), as famílias percorriam pequenas distâncias, sempre dentro do mesmo núcleo, variando entre 100 metros e um quilômetro. Com o reagrupamento das brigadas esta distância foi alterada e em diversos casos aumentada, principalmente quando os novos grupos possuíam mutirantes de núcleos diferentes.

Mapa 3: Agrupamento das brigadas – Primeira formação.

As visitas da assessoria técnica ao assentamento eram semanais, com a permanência em canteiro durante dois dias. A distância entre São Carlos ao assentamento Sepé Tiaraju é de 100 km, equivalente a 1h20min de viagem. Todas as viagens eram programadas com antecedência associadas às atividades que estavam

ocorrendo no canteiro de obras (visita aos lotes, capacitações diversas, compra de materiais, oficinas de construção, acompanhamento de entregas, reuniões) e a disponibilidade dos membros da equipe de assessoria, os quais também tinham obrigações com a pesquisa individual. Quando a assessoria permanecia dias seguidos no assentamento os assessores pernoitavam no alojamento do Centro de Formação Dom Helder Câmara¹¹³, em Ribeirão Preto, a 50 km do assentamento, se houvesse disponibilidade.

Em cada visita ao assentamento eram visitados todos os canteiros em atividade, o que variou de 12 a 39 casas sendo construídas simultaneamente. Nas visitas aos lotes se verificava a obra em si (esquadro, prumo, nível, uso de materiais, seguimento do projeto), o diário de obras preenchido pelo pedreiro, o armazenamento dos materiais, e o cronograma de obra. Também eram divulgadas informações sobre os dias das visitas, sobre pagamento de materiais e mão-de-obra, respondidas as dúvidas mais diversas, e reafirmados os acordos coletivos.

A equipe assessora buscava fazer cada visita em dupla, de modo a garantir que um dos assessores fizesse o registro completo da situação da obra e das falas dos mutirantes e dos assessores. Estes dados eram importantes tanto para o acompanhamento da obra, quanto para o desenvolvimento de pesquisas (coleta de dados assistemática). A visita aos lotes foi estabelecida seguindo o trajeto das vias, de modo a diminuir ao máximo o tempo gasto em deslocamento entre um lote e outro. Quando as visitas se realizavam com mais de uma dupla de assessores, uma dupla percorria o assentamento à pé no núcleo onde as casas estavam mais próximas uma das outras (núcleo Zumbi e Chico Mendes) enquanto a outra fazia com o uso do carro. O tempo de permanência em cada lote estava condicionado às verificações necessárias e aos esclarecimentos dados às famílias, variando entre dez a quarenta minutos. Sendo assim, o número de lotes visitados por dia era muito variável, mas todos os canteiros eram visitados todas as semanas.

Como não haviam mestres de obra para o canteiro, ao se iniciar uma nova etapa de obra eram realizadas as oficinas de capacitação, uma em cada núcleo. Para isso, cada núcleo escolhia a casa onde iria ocorrer a oficina, e o representante e a assessoria convidavam todos os mutirantes a participarem. A dinâmica da oficina era a construção conjunta da etapa, com explicação e registro de todos os passos necessários, desde a leitura do projeto, execução e uso de materiais. As primeiras oficinas tiveram a participação de muitos assentados, o que não se manteve durante o processo de obras. Num segundo momento, apenas

¹¹³ O Centro de Formação é um sítio cedido por uma das arquidioceses de Ribeirão Preto para o MST, como local para congregação de pessoas, abrigo e difusão de cursos de formação.

os pedreiros participavam, o que deixou de acontecer logo em seguida. Entre os motivos para isso se argumentava que a participação em oficinas era “perda de tempo”, e que a assessoria poderia fazer esta capacitação lote a lote.

Enquanto as famílias construíam em brigadas haviam poucos canteiros simultaneamente em obras, propiciando um acompanhamento adequado da assessoria a cada nova etapa de obra. No entanto, com o reagrupamento das famílias, e mesmo a divisão das brigadas, houve dificuldade no acompanhamento, causando um desencontro entre assessoria e as brigadas / famílias. Assim, em diversas ocasiões, ocorreram erros de execução que poderiam ser evitados se houvesse assessoria permanente em canteiro, e as famílias participassem nas oficinas de capacitação.

3.2. Primeiro momento de obra: testando e ajustando os acordos iniciais – Outubro de 2006 a Agosto de 2007

Após a entrega dos projetos arquitetônicos, orçamento e cronograma de obras à CEF em Junho de 2006 houve um período de espera, em que a assessoria esteve pouco em canteiro de obras, também devido às dificuldades financeiras. As visitas foram retomadas no final de Agosto de 2006, para a discussão do Regimento de Obras, e para as primeiras conversas com as comissões de compra e de recebimento, intensificadas depois da decisão de iniciar as construções com o recurso do INCRA.

A assinatura do contrato das casas pelas famílias foi realizada em Abril de 2007, quase um ano após o envio dos projetos arquitetônicos. A demora no processo de aprovação do financiamento foi consequência do levantamento de todas as documentações necessárias das famílias pelo INCRA, e a tentativa de incluir todos os assentados no projeto. Sendo assim, foi recorrente a troca de representantes e de documentos de integrantes de famílias que tinham seu nome barrado pelo banco, bem como a inclusão de novas famílias que chegavam ao local, substituindo antigos moradores. Outra dificuldade foram os ajustes solicitados no orçamento enviado pela assessoria técnica, com alguns dados não aprovados pela equipe de engenharia da CEF.

A primeira compra de materiais foi realizada no dia 10/11/2006. A assessoria realizou uma reunião anterior com os membros da comissão de compras escolhidos nos núcleos, apresentando quais materiais seriam comprados, referentes a qual etapa de obra, e a quantidade geral. Seriam negociados os preços de todos

os materiais de uma etapa para todas as famílias, e a entrega seria de acordo com as necessidades das brigadas, seguindo a ordem da lista das famílias. Alguns materiais seriam entregues para todos, como o padrão de entrada, a caixa d'água¹¹⁴ e a madeira dos gabaritos, mas materiais como areia e cimento seriam entregues conforme o avanço na obra. Feita esta conversa, assessoria e representantes da comissão de compras elegeram os fornecedores a serem visitados, e fizeram a primeira compra (padrão de entrada). Após a compra foi realizada uma avaliação em conjunto com os representantes, com proposta de alteração na dinâmica devido à demora dos fornecedores em disponibilizar o orçamento. Sendo assim, para as próximas compras ficou estabelecido que a assessoria faria o pedido de orçamento aos diferentes fornecedores via fax e telefone, apresentaria e discutiria as propostas com a comissão, indo em conjunto negociar e fechar acordos de compra.

Ao mesmo tempo em que havia esta conversa com as comissões de compra, também eram realizadas as reuniões com as comissões de recebimento. Os dias de entrega de materiais seriam sinalizados pela comissão de compras. Como este diálogo foi incipiente no dia a dia de canteiro houve mudança de estratégia, primeiro, realizando reuniões conjuntas entre as comissões, para logo em seguida, a comissão de compras também ser responsável pelo recebimento, onde os fornecedores ligariam com antecedência confirmando a entrega e combinando um local de encontro com o representante. A cada compra eram deixados com o fornecedor a lista de contatos do assentamento, e o mapa com a localização de todas as famílias, e posteriormente, um itinerário com a ordem da entrega.

Também foi realizada uma reunião com os pedreiros para a verificação dos nomes e para instruções para a limpeza do terreno, locação das casas, e montagem dos gabaritos. O local de cada casa já havia sido marcado pela assessoria em conjunto com cada morador meses antes. Depois da explicação sobre quais seriam as responsabilidades dos pedreiros (preenchimento de diários de obra, participação nas oficinas de capacitação, instrução dos mutirantes em canteiro de obras) três deles manifestaram o abandono da função, um deles porque também era representante da comissão de compras, e preferia se dedicar mais ao trabalho no lote do que ao da casa (Hortêncio); o outro porque preferia pagar um pedreiro para fazer a sua casa (Juca); e o terceiro por motivos de saúde pois seria submetido a uma cirurgia e teria seus movimentos restringidos depois disso (Geraldo). Diante deste posicionamento, a assessoria reafirmou o que havia sido combinado no Regimento de Obra, de que quem não trabalhasse na obra deveria se responsabilizar por um substituto para o trabalho em mutirão. E propôs discutir a situação de cada um

¹¹⁴ As caixas d'água foram entregues antecipadamente para o armazenamento de água para a obra, pois neste período ainda não havia rede de abastecimento.

deles em reunião de coordenação. Na reunião com a comissão de compras uma semana depois houve algumas mudanças de posicionamento: o primeiro pedreiro, Hortêncio, também da comissão de compras, colocou que não seria mais nem pedreiro e nem representante da comissão; Juca, que pagaria um pedreiro, argumentou que também seria submetido a uma cirurgia de coluna e não poderia trabalhar; e o seu Geraldo indicou o pedreiro de brigada que o substituiria, também do seu núcleo. Passaria a trabalhar apenas como mutirante, em trabalhos mais leves.

No dia 13/12/2006 foi realizada uma reunião de coordenação para resolver estes impasses. Em relação às comissões, ficou estabelecido um cronograma rotativo de participação. A cada nova negociação de compra, dois representantes visitariam as lojas com a assessoria, não mais quatro como anteriormente. Em relação aos pedreiros que declararam que iriam abandonar as brigadas e contratariam um pedreiro para construir as suas casas, a comunidade se posicionou da seguinte maneira:

Alex: Juca quer pagar pedreiro. Ele tinha se comprometido. Ele já está quebrando o acordo. Entendemos o problema (de saúde) dele, mas ele não quer ajudar em nada, tem coisas menos pesadas que ele pode fazer. Ou ele paga individualmente, ou nós juntamos com outra brigada, nove pessoas mais o Juca.

Marcelo: [...] Nosso assentamento é coletivo e nós vivemos no coletivo. Nós não aceitamos ele trabalhar individualmente. Se ele for trabalhar sozinho, nós conversamos com o INCRA pra tirar o financiamento da casa dele. [...] Não podemos começar a quebrar o coletivo. Ele pode ajudar sem sair do projeto. Não estou de acordo em ele fazer a casa sozinho. Essa discussão de fazer a casa no coletivo acontece desde o início do acampamento. Qualquer coisa o INCRA toma uma providência. (PPT do dia 13/12/2006)

E acrescentaram que a família que construísse sozinha não poderia ter o acompanhamento da assessoria técnica, conforme colocado no Regimento Interno.

Diante da postura geral das famílias, ambos os pedreiros passaram a trabalhar como mutirantes. Seu Hortêncio pediu a um outro mutirante da sua brigada que assumisse o papel de pedreiro. E seu Juca se propôs a acompanhar as construções em parceria com o pedreiro de outra brigada, não mais como pedreiro principal. A nova brigada de seu Juca passou a ser composta por 10 mutirantes. Saída conveniente neste momento de discussão, esta solução se mostraria incipiente no dia a dia de obras, gerando outros problemas. A postura da comunidade não garantiu o cumprimento dos acordos, em muitos casos dificultou as relações pessoais. Por exemplo, seu Juca, em canteiro de obras passou a atuar de modo conflitante com os demais membros da nova brigada, aparecendo nos dias de trabalho por pequenos períodos, e estimulando brigas dentro do grupo. Isso porque ele não tinha boas relações com o outro pedreiro da brigada, e diante de disputas, o restante dos mutirantes se dividiam. No que diz respeito à sua

casa, passado algum tempo, seu Juca contratou um pedreiro. Ou seja, ele permaneceu como pedreiro apenas para que a comunidade não o excluísse do projeto, mas na verdade, assumiu o que havia reivindicado em reunião. De visitas breves à obra, deixou de acompanhá-las. Diante disso, a brigada levou o seu caso novamente à reunião de núcleo. Seu Juca não compareceu, e as famílias decidiram que seria cobrado dele os dias de trabalho realizado em seu lote, a abertura das valas e a execução da fundação. No entanto, nenhum representante declarou e cobrou de seu Juca a resolução das famílias, mantendo um mal-estar entre eles, mas sem criar indisposições diretas. A assessoria, por sua vez, continuou a acompanhá-lo, visitando a sua obra e enviando materiais de construção.

Nesta reunião do dia 13/12/2006 também houve várias reclamações, principalmente sobre a compra e entrega de materiais. As entregas de materiais não estavam acontecendo conforme agendado, e as alterações das datas não estavam sendo avisadas com antecedência pelos fornecedores. Além disso, os representantes da comissão de compras começaram reclamar que estavam dispendendo muito tempo. Com o atraso na entrega de materiais e as chuvas abundantes de Dezembro ficou decidido que as obras seriam paralisadas e retomadas apenas em Fevereiro de 2007, quando diminuísse a frequência das chuvas. No entanto, a comissão de compras continuaria as negociações para que houvesse materiais quando as obras se iniciassem. Foi combinada a compra e entrega de todos os materiais de fundação para todas as famílias, menos areia e cimento, que poderiam se perder¹¹⁵.

A reunião com a comissão de compras na próxima semana foi marcada por acusações. Um dos fornecedores havia mudado a data da entrega dos materiais e avisado à assessoria, e não à comissão. A assessoria ligou para um dos representantes avisando da mudança, mas este representante não avisou o restante das famílias, como combinado. Sendo assim, entendiam que a assessoria estava deixando a desejar, e questionaram se era devido ao dinheiro, ou seja, se a assessoria estava fazendo “corpo mole” porque não estava recebendo. E ainda:

Bento: Agora vocês vão tirar férias no conforto da civilização e nós vamos continuar nessa vida difícil. Falta preocupação com o ser humano (Relato de Reunião HABIS-Sepé dia 21/12/2006).

Realmente houve erro no posicionamento da assessoria ao assumir a função do fornecedor, o qual deveria ter avisado pessoalmente aos representantes da comissão de recebimento sobre a alteração na data, conforme o combinado. Por sua vez o representante das famílias não se mobilizou para avisar às demais,

¹¹⁵ “**Eliseu:** Temos medo de os preços dos materiais subir e não ter de onde tirar na construção das casas, já que ficamos sem varanda, Não podemos comprar todos os materiais? [...] **Assessor 1 HABIS:** Tem alguns materiais que podemos comprar pra garantir o preço, mas alguns não, porque estragam, como o cimento, por exemplo.” (PPT do dia 13/12/2006).

inviabilizando a rede de comunicação que havia sido estabelecida. Além disso, esta colocação do assentado Bento estava carregada de outros significados. A relação entre a assessoria e as famílias, no momento desta fala, demonstra a tremenda desproporcionalidade existente entre os dois atores. Aqui deixa de existir uma relação de parceria, de busca conjunta por alteração de uma realidade ruim, para se estabelecer uma relação de apelo entre quem possui e quem não possui. A assessoria se materializa como detentora de algo que as famílias almejam (os materiais), e ainda, como privilegiada, como beneficiária de um mundo que não pertence às famílias¹¹⁶. Há a falta de entendimento do esforço de ambos os lados. Não há o reconhecimento do trabalho do outro, na velha divisão entre o trabalho manual e intelectual. Predomina nas famílias assentadas a imagem da assessoria que chega de carro, e percorre durante todo o dia o assentamento de carro batendo fotografias do trabalho, para logo em seguida ir embora para a sua casa devidamente confortável. Durante o processo de canteiro de obras esta diferença foi cada vez mais ressaltada, prejudicada pela falta de entendimento das famílias da complexidade das parcerias para o projeto, dos limites colocados pelo programa de financiamento, pela morosidade de ações do INCRA quando se fazia necessário. Assim, atraso de entrega, problemas com a liberação de recursos do financiamento eram colocados como descaso para com as famílias, simplesmente. A assessoria não precisava se preocupar em resolver estes problemas, pois já tinha o seu “conforto” garantido.

Apesar da condição financeira não ser o motivador da equipe de assessoria para o projeto Sepé Tiaraju, ela era fundamental para a manutenção de seus integrantes. A falta de recursos em diversos momentos foi um limitante na composição da equipe, o que por sua vez prejudicou o acompanhamento das obras. A sobrecarga de responsabilidades sobre um mesmo assessor-pesquisador diminuía o ritmo de encaminhamentos de obra, somado à falta de experiência dos pesquisadores na prática profissional. A pressão das famílias, por um lado, e a pressão da coordenação do grupo de pesquisa por resultados, por outro, contribuíram para a maior precarização das condições da equipe de assessoria, agora não apenas precarização financeira, mas também relacionada à saúde psicológica. Dentre todos os assessores engajados que passaram pelo Sepé, pelo menos quatro deles ficaram gravemente doentes, três necessitando ser afastados definitivamente do projeto.

Em Janeiro de 2007, depois da reflexão sobre os acontecimentos do ano anterior, a assessoria técnica propôs uma reunião com as famílias pela instância da coordenação, com a participação do INCRA. No ano

¹¹⁶ Diversas situações em canteiro de obras repetem esta desproporcionalidade referida acima. Por exemplo, quando um assessor é convidado para tomar café e recusa o convite e ouve: “É café de pobre mas é bom!”; ou, ao ajudar a descarregar materiais de um caminhão, as famílias param, ficam observando, e dizem, sem nenhum traço de brincadeira: “Até que enfim a assessoria está trabalhando!”.

anterior ficou bastante clara a pressão das famílias sobre a assessoria a respeito de questões que não eram da sua alçada, como a ligação da rede de energia elétrica (responsabilidade do INCRA), pagamento de fornecedores (as notas fiscais eram entregues ao INCRA), entrega de compra no prazo (responsabilidade das lojas e da comissão de compras e recebimento, as quais deveriam pressionar o fornecedor). Também haviam surgido acusações de que o HABIS estava interessado em ganhar o dinheiro das famílias sem o empenho em trabalhar. Sendo assim, nesta reunião foi esclarecido qual era o papel de cada ator do projeto (comissões, pedreiros, HABIS, INCRA, fornecedores), a fim de que as famílias cobrassem uma ação da instância responsável. Para isso a assessoria fez uso da dinâmica de perguntas, perguntando aos presentes quem eram os participantes do projeto de construção das casas, e qual era a função de cada um¹¹⁷. As famílias demonstraram impaciência, e foram pouco participativas, argumentando que estavam cansadas de “aulinhas”. Diante disso a assessoria afirmou novamente qual era o objetivo com a reunião:

Assessora 1 HABIS: [...] Vocês têm claro qual a função da CAIXA, INCRA, lojas e HABIS? Se der erros temos que saber quem são os responsáveis e como e quem cobrar por eles. Vocês sabem qual a motivação do HABIS em estar aqui? Ano passado, em reunião da coordenação disseram coisas estranhas sobre o HABIS, que a gente está interessado em ganhar dinheiro em cima de vocês. A gente trabalha para sobreviver, como vocês, por isso precisamos de dinheiro para pagar nossas contas, por isso o lado financeiro. Mas acima de tudo somos pesquisadores. No outro projeto nós não pegávamos dinheiro das famílias porque conseguimos projetos de pesquisa que nos financiaram. Só estamos utilizando o recurso de vocês porque não temos outra fonte de financiamento. Nós mandamos dois projetos de pesquisa para financiar nosso trabalho no HABIS ano passado, porém ambos foram recusados. O valor que recebemos de vocês é o mínimo necessário para estarmos aqui. Semana passada não viemos porque não havia dinheiro para alugar um carro e vir para cá. Vocês entenderam qual a posição do HABIS e por que estamos aqui? O HABIS não é responsável por tudo que acontece aqui. (PPT do dia 17/01/2007)

Diante desta fala um dos técnicos do INCRA disponibilizou o carro do instituto para as viagens da assessoria em conjunto com os outros técnicos (o que nunca se viabilizou), e argumentou que a dinâmica da reunião, sobre a discussão do papel de cada um era pouco esclarecedora¹¹⁸. Sua fala foi apoiada pela coordenadora regional do MST, a qual propôs que esta discussão fosse levada para a reunião de núcleos. Queriam discutir quando seria o re-início das obras.

¹¹⁷ Esta dinâmica do grupo, em perguntar ao invés de fornecer respostas, está apoiada na sua metodologia de pesquisa. A assessoria tinha como objetivo que as famílias refletissem sobre as responsabilidades de cada ator, construindo em conjunto um entendimento comum.

¹¹⁸ **Técnico 1 INCRA:** “[...] O papel de cada um não ficou claro para nós do INCRA, imagine para eles”. (PPT do dia 17/01/2007)

Outra pauta discutida nesta reunião foi a questão da água. Seria instalado um poço com reservatório de água em cada núcleo, para depois ser realizada a rede de abastecimento lote a lote. Mas o recurso para isso ainda não havia sido liberado. Para terem água as famílias caminhavam até a mina, próxima ao núcleo Chico Mendes, e armazenavam a água da chuva. Mas o ato de buscar água na mina era demorado, seja pela distância de alguns lotes, seja pela fila para encher os recipientes. Diante da cobrança das famílias por água, que teria o consumo aumentado com a obra, o INCRA se propôs a disponibilizar um caminhão pipa a ser conseguido numa das prefeituras (Serrana ou Serra Azul), desde que as famílias disponibilizassem um motorista para fazer a distribuição da água nos lotes, e pagassem pelo combustível. De imediato as famílias escolheram o motorista e começaram o cálculo para determinar quanto de água seria deixado em cada lote por dia. Em relação ao pagamento do combustível, pressionaram para que o mesmo fosse pago pelo INCRA. O abastecimento de água via caminhão pipa seria uma realidade presente e bastante extensa na vida dos moradores do Sepé.

A postura das famílias nas reuniões para a retomada das obras foi definida de duas maneiras: cobrança de ações da assessoria para o início das casas, e impaciência em relação à participação em reuniões¹¹⁹. Queriam a ação de canteiro de obras, pois já havia se passado um ano desde as primeiras discussões. Sendo assim, o reinício das obras ficou agendado para o dia 06/02/07, e marcada a primeira oficina de capacitação para a execução da fundação. Para tanto, a comissão de compras se mobilizou para a compra dos materiais faltantes, areia e cimento. No dia 13/02 foi realizada uma reunião geral para a entrega do Regimento de Obras e a verificação de todas as brigadas.

A primeira oficina de capacitação para a construção da fundação aconteceu no dia 14/02/07, realizada num lote sorteado entre as famílias. A intenção da oficina, além de capacitar os pedreiros para a fundação em pedra, foi promover um intercâmbio entre os pedreiros sobre modos de fazer. Participaram da oficina todos os pedreiros das brigadas, e poucos mutirantes. Foi discutido com os presentes modo de dimensionar os gabaritos, como locar e distribuir as linhas de marcação, e como abrir as valas para a sapata corrida aproveitando o desnível do terreno sem desperdiçar material. Muitas das soluções discutidas foram propostas pelos participantes, sendo testadas posteriormente, e em alguns casos modificadas a fim de

¹¹⁹ Entre as falas destacamos: “[...] Agora é mesmo mão na massa. Muita reunião fica desgastando. A chuarada tá tremenda, tem que ver bem isso aí”; “[...] Cada um aqui, eu acho que já sabe o seu devido papel... parte do INCRA e parte da CAIXA. O HABIS é uma exigência da CAIXA. As pessoas aqui já são bastante esclarecidas. Nós já tem que começar as casas, as comissões de compra pra isso... o INCRA cobrando, vira e mexe sempre... Tá tudo parado, o tempo não deixa. Mais aula, a gente já não quer mais vir... aonde está bloqueado, vamos tentar desbloquear.”; “[...] O povo, agora, quer mesmo começar. Vocês só tão com mentirada. Eles querem começar a obra. Tá tudo pensando na obra. Não querem saber de responsável. Tão cansado de promessa.” (PPT do dia 17/01/2007)

facilitar a execução. Foram discutidas alterações no projeto executivo e feitas novas especificações. De modo geral, todos os presentes participaram tanto do diálogo quanto do trabalho, e neste dia foi feita a locação da casa, a abertura e apiloamento do fundo de valas. A falta de ferramentas adequadas foi improvisada pelas famílias.

As maiores dificuldades apresentadas pela oficina foram referentes ao esquadro do gabarito da fundação, a leitura e marcação de nível, e o desnível do terreno, não previsto em projeto. No lote da oficina, apesar da sua aparência plana, havia um desnível de 52 cm entre as extremidades da fundação. Para minimizar o gasto de materiais, foi proposta a construção da sapata em degraus, o que significou soluções diferentes para cada fundação a ser executada. E a necessidade de revisitar todos os lotes verificando em quais deles seria imprescindível a terraplenagem.

Depois da primeira capacitação as obras ganharam ritmo, e com ela as primeiras dificuldades de canteiro: não haviam sido previstos recursos para serviços preliminares, e em alguns lotes se fazia necessário o trabalho de terraplenagem. Enquanto parte das famílias preparou o terreno na enxada, outras exigiram da equipe técnica soluções para este serviço. No entanto, nem a prefeitura da cidade de Serra Azul nem a de Serrana forneceram o maquinário para o assentamento, e as famílias também não se mobilizaram para buscar outras possibilidades de empréstimo de máquinas. Além disso, nem todas as brigadas possuíam ferramentas básicas para a obra, o que se procurou solucionar através de doações. Também não havia abastecimento de água, e o abastecimento nos lotes com o caminhão pipa prometido pelo INCRA não estava acontecendo; devido à lenta entrega de materiais, começou a haver desvio de materiais por algumas famílias, já que a comissão de recebimento não estava acompanhando os caminhões. Assim, por exemplo, quando um caminhão de areia entrava no assentamento, era desviado para um lote onde não havia nenhum outro material, prejudicando a família que esperava apenas por este material para iniciar a obra, o que, em alguns casos, contribuiu para a perda de outro material, como o cimento. Quando os motoristas eram questionados do por que do não cumprimento da entrega especificada pela assessoria e pela comissão de compras, os mesmos faziam referência ao medo do “sem-terra”, ao medo da violência vinculada a esta imagem.

A dinâmica de pagamento das notas fiscais pelo INCRA acabou por prejudicar ainda mais a situação porque os fornecedores paralisavam a entrega de materiais pela metade, fazendo com que algumas famílias tivessem apenas parte do material necessário. Nos lotes onde existia problema com a terraplenagem coincidiu de terem chegado todos os sacos de cimento, mas não os demais materiais.

Procurando resolver o problema do terreno pela pressão, estas famílias se negaram a transferir o cimento para outras brigadas que esperavam por ele e não podiam recebê-lo devido à paralisação da entrega, o que contribuiu para a perda de 40 sacos.

Novamente em reunião de coordenação com o HABIS e INCRA, as famílias colocaram a insatisfação em relação ao processo de canteiro de obras: reivindicavam da assessoria a entrega de materiais no prazo, e para as famílias que estavam precisando. Cobravam que a assessoria era responsável por pressionar os fornecedores para a entrega correta de materiais, e não a comissão de compras¹²⁰, e que deveriam ser buscados novos fornecedores. A respeito da água, exigiam a execução da rede de abastecimento. Além destes descontentamentos, ainda cobravam pela demora na aprovação do financiamento pela CEF, acreditando ser devido à falha da assessoria.

Este processo conturbado de obras contribuiu para o aumento de conflitos entre as brigadas, e dentro das brigadas, entre as famílias. No caso da perda de cimento, por exemplo, as demais famílias do assentamento concordaram que o prejuízo deveria ser pago pela família responsável pelo material, não apoiando na pressão pela solução de terraplenagem. Entre as famílias das brigadas começaram a surgir as diferenças, demonstrando engajamentos de obra diferenciados, e mesmo de postura. Entre as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias ficou patente, neste período, a presença de mutirantes embriagados em obra; a presença de pessoas doentes ou muito idosas, que não encontravam uma função para o trabalho; a diferença de ritmo entre os participantes, parecendo que alguns trabalhavam mais que os outros; a desistência de alguns pedreiros; e a dificuldade do pedreiro coordenar adequadamente uma equipe de ajudantes – aprendizes. Quanto maior era a brigada, mais lenta era a execução das etapas, e mais difícil era o diálogo entre os participantes, a fim de encontrar um equilíbrio entre as diferenças.

Em Abril de 2007 foi assinado o contrato de financiamento com a CEF. Cada família assinou o seu contrato. Com a administração dos recursos pela CEF a obra ganhou um ritmo diferente e mais constante: todas as notas atrasadas foram quitadas, propiciando novas compras de materiais sendo refeitos os acordos de compra com os fornecedores¹²¹, com o prazo de um mês para o pagamento após a entrega do material em canteiro. Para a entrega de materiais, foi atualizada a ordem das famílias por brigada, e a

¹²⁰ “[...] existe erro em todas as partes por causa da falta de estratégia do Habis, da falta de cobrança dos fornecedores. Não podemos culpar a comissão de compras”; “[...] nós entendemos que o grupo Habis é um grupo de pesquisa e tá nos ajudando a construir melhor as casas, mas é o Habas (sic) que compra o material... nós queria saber porque tá parado... ninguém dá resposta pra nós. Nós precisa saber de onde vem a resposta. Dá a impressão que nós tá num campo de ditador. Nós ta aqui igual bobo... a gente quer cobrar.” (PPT do dia 02/04/2007)

¹²¹ Nesta etapa de canteiro existiam dois fornecedores: a pedreira (pedra rachão e brita) e um depósito de materiais.

assessoria, a partir do acompanhamento de canteiro, se responsabilizou por sinalizar os fornecedores para as novas entregas. Havia um mês para a execução de todas as fundações segundo o cronograma, e a CEF liberaria o recurso desta etapa depois de verificada a sua execução.

A equipe de assessoria neste período estava restrita a dois assessores com possibilidades de visita ao canteiro, um deles com dedicação exclusiva ao projeto, com o apoio de outras cinco pessoas para revisão de projetos executivos. Também haviam os coordenadores do grupo de pesquisa. A equipe de canteiro também era responsável pela organização do canteiro, compra e monitoramento da entrega de materiais, preparação de documentação para pagamento de materiais e mão-de-obra, e monitoramento dos pagamentos. A sobreposição de responsabilidades em um mesmo assessor, de dedicação exclusiva, dificultou o registro e a sistematização de informações sobre o canteiro de obras, o qual passou a ser feito através de relatos orais nas reuniões HABIS – Sepé. A situação enquanto assessora também não era confortável: de dedicação exclusiva ao projeto, sem vinculação direta com a pesquisa, e portanto, sem bolsa de estudo, a assessora estava vinculada ao andamento da obra, tornando a sua situação financeira instável, tanto quanto o pagamento de fornecedores.

Além da parte operacional do canteiro de obras, a assessoria também tinha como meta lidar com a questão política e pedagógica do assentamento, a fim de compreender e ajudar na minimização de conflitos entre as famílias das brigadas, conflitos entendidos naquele momento como decorrentes da contradição entre o trabalho coletivo e o esforço no cumprimento de atividades cotidianas ligadas à sobrevivência das famílias. Este esforço poderia causar perda de fôlego e de motivação para a construção coletiva das casas. Sendo assim, em canteiro de obras a assessoria deveria reforçar e incentivar o trabalho coletivo entre as famílias, colocando a troca solidária como saída para as dificuldades financeiras, e como fortalecedora dos laços comunitários. Deveria discutir com as famílias as vantagens da cooperação.

Para o pagamento da mão-de-obra, liberado segundo a porcentagem geral de obra concluída, a CEF propôs uma dinâmica que se mostrou irracional e desnecessária: a CEF faria a medição de obra determinando qual a porcentagem concluída; a porcentagem seria transformada em valor, e a assessoria emitiria um recibo no nome de cada mutirante atestando o pagamento ao pedreiro da brigada; o pedreiro da brigada receberia o dinheiro, depositado em sua conta, e dividiria entre os mutirantes da sua brigada em partes iguais, ou descontando a penalidade quando necessário. Mas para que recurso do contrato deste pedreiro fosse liberado, ele deveria assinar um recibo atestando o pagamento para um mutirante da sua brigada, o qual devolveria o recurso para o pedreiro. O motivo para a CEF não ter depositado diretamente

o valor para cada mutirante, sem passar por um intermediário, foi de que este recurso era para o pagamento de mão-de-obra especializada, e não para a família, quando, na verdade, a CEF sabia que era. Esta dinâmica gerou muitos problemas em obra, como desconfiança entre as famílias, principalmente quando o recebimento não conferia com o valor assinado no recibo. Além disso, esta dinâmica prolongava o tempo de espera pelo recebimento de mão-de-obra, pois algumas famílias realmente contavam com este recurso para a sua subsistência. Ainda houve problemas de repasse, quando uma família não dava o dinheiro à outra, seja por falta na obra, seja por não perceber que o dinheiro depositado era do mutirão, pois não havia uma data correta para o depósito.

Por sua vez, em relação ao material, havia a dificuldade de entendimento de que ele era coletivo, e que, se sobrou material de uma etapa em um lote e faltou em outro, ele deveria ser repassado para o avanço geral da obra. A transferência de materiais sobrados era importante na fase de fundação devido à topografia de cada terreno, fazendo com que alguns lotes consumissem mais material que o outro, principalmente o cimento. Como explicitado na fala abaixo:

Tobias: "Eu tenho um direito... se vem o cimento ele tá saindo dos R\$13.900,00 meu, não do dele [...] aqui nessa brigada a gente tá trabalhando direito. A gente vai levar (material) pra outra pra eles desperdiçarem?" (PPT do dia 29/06/2007)

Neste período duas brigadas, a primeira com doze mutirantes e a segunda com dez, resolveram se separar. A divisão das brigadas foi motivo de grandes discussões no assentamento, e de conflito entre algumas famílias. Os grupos que se separaram das antigas brigadas possuíam condição financeira melhor, o que possibilitaria a contratação de um pedreiro. Foi realizada uma reunião para a discussão da divisão das brigadas, ficando marcada por dois posicionamentos: entre aqueles que achavam válida a contratação de um pedreiro para ajudar dando velocidade à obra; e entre aqueles que acreditavam que a separação era quebra de acordo, e a contratação de pedreiro, individualismo, de descaso com a comunidade. A separação das brigadas ocorreu, com as famílias certas de que não haveria ajuda entre as mais rápidas e as mais lentas. O medo colocado foi de que algumas famílias poderiam ficar isoladas devido a problemas de saúde, de idade, por ter como líder uma mulher, pela inexperiência em obra e dificuldade de aprendizado, pela impossibilidade de pagamento de pedreiro. No entanto, pelo acordo de obra, enquanto todas as famílias não executassem a fundação, não seria liberado material para a próxima etapa, e isso garantiria que todas as famílias iriam construir, com ou sem ajuda de pedreiro, pois tratava-se de um problema da comunidade, estando todos vinculados de alguma maneira.

Moisés: [...] Tamo tudo com o rabo preso. Se não tiver tudo com o alicerce pronto não tem muro (alvenaria). Temos que tentar conciliação, não divisão. Se tiver mais pessoa

que tenha a condição de bancar o pedreiro dele, tudo bem. Se quer mudar em grupo pequeno e tiver ruim, a gente muda pra grupo grande de novo... (PPT do dia 29/05/2007).

No entanto, foi ressaltado que mesmo os fragilizados deveriam se empenhar na construção, para que não se tornassem um problema.

Teodoro: É muito fácil pro cara quando quer atrapalhar... fica em casa! Mas tem que construir a casa. Aqui tem o compromisso social de fazer todas as casas. Eu sou a favor, se for dividir, divide. Jurema e Alessandro não tem como construir... não sabem? Então tem que ter vontade de ajudar... (PPT do dia 29/05/2007).

A separação das famílias e a contratação de pedreiro propiciou o aumento da diferença de ritmo de obras entre as brigadas. Enquanto uma brigada ainda finalizava as fundações as outras esperavam pela entrega dos materiais da próxima etapa, pressionando para que a assessoria quebrasse o acordo de entrega de materiais pelo cumprimento global de cada etapa. Mas esta não era uma decisão da assessoria. Assim, em Agosto de 2007, as famílias mais adiantadas chamaram uma reunião de coordenação para a mudança dos acordos de obra: queriam que os materiais de novas etapas fossem liberados por brigadas, e não mais vinculados ao andamento de obra de todas as famílias do assentamento. Esta reunião teve a presença de poucas famílias além da coordenação. E a despeito do esclarecimento dado pela assessoria sobre as implicações de tal decisão, e do posicionamento de algumas famílias de que esta era uma decisão precipitada e que beneficiaria apenas as famílias com maior poder aquisitivo (porque estas contrataram pedreiro e, precisavam de material com constância em canteiro), foi acordado que os materiais passariam a ser entregues conforme as necessidades das brigadas.

Teodoro: "Tem brigadas que não pensam no assentamento. Acho que essa parte de liberar o material por etapa terminada quebrou o acordo do início. A coordenação está cheia de pessoas individualistas".

Moisés: "Existe a má distribuição de renda aqui dentro." (PPT de 11/07/2007)

3.3. Segundo momento de obra: a desvinculação entre brigadas e as etapas de obra – Setembro de 2007 a Maio de 2008

O segundo momento de obra é caracterizado pela crescente separação das brigadas de trabalho e pela contratação de mão-de-obra especializada. A mudança na estratégia de obras reivindicada por algumas famílias permitiu com que houvesse grande diferença entre uma casa e outra: enquanto uma família ainda

executava a fundação, a outra, com a ajuda de um pedreiro contratado, estava com a casa coberta e ocupada.

Positivo inicialmente para as famílias adiantadas, esta situação se viu complicada com o período de chuva do final do ano de 2007, quando a maioria das famílias pararam para plantar, e se dedicaram prioritariamente a esta atividade. Devido ao aumento do número de brigadas, havia maior quantidade de materiais espalhados pelo canteiro, estocados em diversos lotes. A não aplicação dos materiais na obra impossibilitava o seu pagamento, pois a CEF liberava o pagamento somente para materiais aplicados. Com a passagem da época de plantio, então, as famílias não puderam dar continuidade à obra, ou porque só tinham parte do material; ou porque estavam aguardando o material da próxima etapa; ou possuíam todo o material mas apresentavam dificuldade de encaminhamento de obra porque em muitos casos, com a divisão das brigadas, não possuíam recurso para a contratação de pedreiro. E ainda, havia as famílias com problemas de encaminhamentos por doença ou isolamento.

Neste segundo momento de obra as etapas em execução eram o contrapiso, a elevação da alvenaria e a fabricação do painel de cobertura. As brigadas com ou sem pedreiro passaram a cobrar maior participação da assessoria em canteiro de obras, anunciando que ela estava muito aquém do esperado, não sendo compatível com o andamento das construções. E para a elevação da alvenaria, dispensaram as oficinas de capacitação, mas exigiram que a assessoria estivesse presente no início da elevação de cada casa, acompanhando a execução da primeira fiada. O sistema de cobertura era algo inédito, até mesmo para pedreiros experientes. Por isso foi realizada oficina de capacitação com a presença de muitos assentados, principalmente aqueles que estavam com a obra mais adiantada, os quais também ajudaram na organização de uma central de fabricação instalada numa construção da antiga fazenda Santa Clara, local de reunião chamado “escola”. No entanto ficou combinado que cada brigada teria um acompanhamento quando comesse a fabricar o sistema, o que de fato aconteceu, menos quando algumas famílias empreitavam este trabalho para as famílias já capacitadas.

A execução dos painéis de cobertura foi uma das etapas em que houve maior cooperação entre as famílias, no cuidado com as máquinas, na ordem de entrada na escola para a fabricação, na central de distribuição de materiais (pregos), no controle do estoque da madeira, e no uso do local. A experiência do pesquisador que desenvolveu o sistema de cobertura, e a confiança que passava para as famílias, bem como a criação de regras claras e simples para a dinâmica de fabricação dos painéis, e a facilidade de

construção do sistema facilitaram o processo. Todos os 12 painéis de uma casa poderiam ser fabricados em um dia e meio de trabalho¹²².

Em Outubro de 2007 a representante da assessoria que fazia o acompanhamento direto da obra foi contratada por uma empresa, ocasionando a troca dos integrantes da assessoria. A troca repentina de assessores propiciou a perda de muitos detalhes da obra, de acordos feitos entre a antiga assessora e muitas famílias na tentativa de facilitar o andamento das construções. Este desconhecimento da nova equipe de assessoria, formada por três pessoas que até então não faziam o acompanhamento direto em canteiro de obras, contribuiu para a veiculação de informações diferentes, contrariando antigos acordos, e criando uma relação conflituosa com as famílias. A peculiaridade da antiga assessora era a capacidade de organizar e monitorar todas as frentes de canteiro de obras simultaneamente, como coordenadora geral da equipe, o que não aconteceu com a nova equipe, a qual dividiu o processo de acompanhamento de canteiro em 3 frentes distintas, sem promoverem um intercâmbio entre elas (canteiro, financeiro, projetos). Percebendo o descompasso dentro da própria assessoria, muitas famílias começaram a agir buscando vantagens pessoais, como por exemplo, alegando não ter recebido materiais já entregues, mas perdidos, ou utilizados inadequadamente. Neste caso, eles apenas estavam seguindo as instruções da assessora anterior.

A madeira para o sistema de cobertura estava no assentamento, possibilitando a fabricação dos painéis para muitas casas. Mas para a execução das outras etapas, conforme dito anteriormente, nem todas as brigadas possuíam o material completo, seja devido à perda, ou porque não receberam o kit completo, resultado da paralisação na entrega por falta de pagamento. A solução encontrada pela assessoria técnica foi estimular a troca de materiais entre as famílias para o andamento geral da obra. Procurava-se atingir um percentual de obra executada capaz de efetuar o pagamento dos materiais já adquiridos. No entanto, esta solução foi prontamente inviabilizada pelas famílias, as quais não entendiam que o material pertencia a todo o assentamento, e por isso preferiam perdê-lo à passá-lo ao seu vizinho. Também havia o medo de que entregando o material para outra família, teria de se esperar um longo tempo para tê-lo novamente. Estimulou-se também a compra de materiais pelas famílias para o fechamento de etapas, com o acordo de que a família receberia o material novamente. Várias famílias aderiram a este acordo, tendo em vista a utilização do material "repetido" para outras obras, como chiqueiros e galinheiros. A despeito deste esforço, o percentual de obra executada não foi capaz de quitar as antigas compras de materiais. Além desta dificuldade de encaminhamento, algumas famílias ainda não haviam iniciado a obra.

¹²² Para maiores informações ver VALLE (2011).

Diante desta situação, as famílias passaram a cobrar uma ação da assessoria técnica, pressionando para soluções para a compra dos materiais necessários. Impossibilitado da realização de novas compras, e sem a cooperação das famílias para a troca de materiais, as falas das famílias em canteiro eram de acusação de falta de acompanhamento das compras, de organização para o gerenciamento de obras. O erro na entrega, os desvios dos caminhões de entrega, o não cumprimento da ordem de entrega pelos fornecedores eram entendidas como de responsabilidade da assessoria, e não das comissões de compra e de recebimento, e nem dos fornecedores.

A fim de encontrar soluções para o encaminhamento das obras a assessoria buscou o apoio com os novos coordenadores gerais da Associação Agro-Sepé¹²³, os quais possuíam um canal de interlocução mais direto com as famílias, podendo ajudar na intermediação de conflitos de canteiro de obras e na relação com os assessores. Sendo assim, foi realizada uma reunião conjunta no dia 28/02/2008, para o entendimento da situação da obra com base na planilha preparada pela assessoria técnica, com o mapeamento da situação de cada família em relação à etapa de obra, material em canteiro, relação ou não com a brigada.

A situação no momento era a seguinte: havia muito material estocado em canteiro, sem a aplicação na obra. Isso impossibilitava o pagamento dos fornecedores e, portanto, a compra e entrega de novos materiais. As famílias com a obra paralisada e com o material estocado eram o principal obstáculo. Como encaminhamento desta reunião ficou estabelecido que a coordenação e a assessoria conversariam com as famílias com a obra parada, questionando se as mesmas possuíam interesse em construir, e quais eram as dificuldades. Em relação aos doentes (alcoolismo foi colocado como doença) e idosos que haviam ficado isolados, seria verificado com as antigas brigadas a possibilidade de reincorporação ao grupo. E os novos dados coletados seriam discutidos com a coordenação em conjunto com os pedreiros do assentamento. Para esta reunião também seria solicitada a participação dos técnicos do INCRA, os quais, segundo os coordenadores da associação, não estavam “fiscalizando” a obra.

A reunião do dia 13/03/2008 contou com a participação de muitas famílias, além dos coordenadores e dos pedreiros. Os técnicos do INCRA convidados não compareceram. Todos estavam bastante preocupados porque todas as obras estavam paradas, e o contrato com a CEF tinha o prazo final em Abril de 2008. A reunião teve início com o esclarecimento sobre o porquê dos materiais não estarem sendo comprados e

¹²³ No início de 2008 houve mudança dos integrantes da Associação Agro-Sepé, sendo os antigos militantes e diretores regionais do MST substituídos por assentados sem vinculação direta com o Movimento. Essa mudança de direção foi decorrente da disputa de modelo de Associação entre as famílias e o MST, resultado de algumas ações entendidas como negativas do Movimento em relação aos demais assentados. Esta disputa foi seguida de rupturas.

entregues. As famílias argumentaram que a obra parada era devido ao período de lavoura, mas que agora voltariam à construção das casas se tivessem o material necessário. No entanto, para que houvesse novas compras de materiais, as famílias paradas deveriam construir. Sendo assim, o que poderia ser feito em relação aos doentes, e às famílias isoladas? E com as obras muito atrasadas ou não iniciadas?

O posicionamento das famílias presentes foi unânime: quem não estava construindo e tinha o material completo no lote não tinha vontade de fazer a casa, não estava se esforçando para se organizar com outras famílias, e estava prejudicando a todos.

Cido: O problema aqui é ver os companheiro que não quer fazer a casa... faz quantos meses que a gente não recebe o dinheiro da mão-de-obra? Fica difícil... tem companheiro que não tá nem aí com nada... não quer se organizar... a gente tem que achar uma solução... o cara tá bebendo, tá porque quer... essa é a questão... todo mundo aqui tem capacidade. Agora fica a minoria prejudicando todo mundo?

Hortêncio: O meu grupo... eu ajudei a brigada... resolvi sair... ajudei a Sônia e paguei (pra fazer) a minha. Por quê? Eu tava com vontade de fazer a minha casa... as pessoas que não tava com vontade, não ligou pra casa, nada... o que seguiu a CEF foi esse povo aí. (PPT do dia 13/03/2008)

No entanto, discordaram quanto ao encaminhamento para este problema. Enquanto algumas pessoas defendiam que as famílias com a obra parada deveriam ser retiradas do projeto, outras argumentavam que era necessário entender a dificuldade de cada um antes de se propor qualquer encaminhamento. Como solução as famílias propuseram que a coordenação da associação fizesse uma reunião com os atrasados, verificando o interesse na obra (já que a assessoria já havia feito esta conversa). E uma reunião com o INCRA e a CEF buscando soluções conjuntas. Entre as soluções propuseram a contratação de um pedreiro pelo INCRA para estas famílias. Entre as falas destacamos:

Suzana: [...] eu não concordo em deixar a companheirada pra trás antes de saber a posição deles... Teve essa reunião debaixo da mangueira: liberação de material por brigada, e não por etapa de obra, como acordado no Regimento Interno. Pelo que eu vi, alguns andou, outros não... temos que entender o porquê. Acho que tem que ter essa prosa.

Moisés: Nós tamo diante de um problema grave... temo que achar a solução... Acho que tinha que chamar os três (HABIS, INCRA e CEF), ver esse dinheiro que tá retido. O INCRA é tão responsável quanto o HABIS ou a CEF... trazer esses três órgãos... fazer uma Assembléia... colocar eles no canto. [...] não vamos tirar (a culpa) das nossas costas e por na dos outros. [...] mas tem muita gente que não tem fundo nem pra comprar a bóia... temos que pensar o gerente da CEF... liberar o dinheiro que tá detido lá... e os companheiros que não sabe fazer a casa... tem que ser bem prático e colocar CEF e INCRA a par... tem que abrir o cofre e entregar pras pessoas que tá fazendo a casa... a minha proposta é essa. Só boa vontade não basta.

Hortêncio: Chama todos... O INCRA se responsabiliza de chamar o pedreiro bem barato... e as pessoas que não pode fazer, ajuda... (PPT do dia 13/03/2008)

Nesta reunião as famílias presentes não se dispuseram a ajudar aquelas que estavam com a obra parada. Este era um problema a ser resolvido com o HABIS, INCRA e CEF.

A segunda pauta discutida nesta reunião foi referente aos materiais. Em relação à continuidade do remanejamento de materiais, as famílias se recusaram prontamente.

Suzana: Uns dias pra trás uma pessoa resolveu me ajudar... companheirismo mesmo... não vou pagar e não tenho cimento... o pouco de material que eu tenho, não vou passar. Vou começar a minha casa, e vou dar o pouco que eu tenho? (PPT do dia 13/03/2008)

E mais uma vez as famílias colocaram o seu descontentamento em relação à assessoria, pelo atraso na entrega de materiais, pelo não acompanhamento da entrega e pelos erros de entrega, pelo mal gerenciamento do canteiro de obras, e pela falta de visita em canteiro.

Fernando: [...] A gente quer andar, e não anda porque o material foi mal dividido. A gente passa necessidade pra pagar o material do próprio bolso. [...] desde que eu comecei, ninguém acompanhou a minha obra. A gente pagou a engenharia pra acompanhar a obra... Tinha que ter um responsável... (PPT do dia 13/03/2008)

Como encaminhamento da reunião ficou estabelecida uma reunião com HABIS, CEF e INCRA para a discussão das famílias paradas, e para fazer um acordo para a liberação dos materiais para as demais famílias. A coordenação da Associação agendaria esta reunião, depois de realizar a conversa com as famílias paradas entendidas como problemas.

Também neste período entre reuniões houve a tentativa de rearticulação entre os representantes e diretores regionais do MST com a assessoria para o acompanhamento da obra. Estava havendo uma disputa de poder entre os militantes e diretores do MST e outros assentados pela coordenação do assentamento e da Associação Agro-Sepé, a qual era representada, anteriormente, por membros ativos do MST. Sendo assim, o Movimento havia perdido o canal direto de intermediação em conjunto com as famílias. Seria necessária a criação de outro canal, e a participação do MST na organização do canteiro de obras poderia ser um caminho de aproximação com as famílias.

Assim como os novos coordenadores da Associação solicitaram uma reunião com a assessoria, também fizeram os militantes. Estavam interessados no acompanhamento de obra, e na organização coletiva para o canteiro. A assessoria apresentou a situação de canteiro de obras, e os problemas para encaminhamento. E assim como os novos coordenadores da Associação, os militantes ficaram responsáveis por realizar uma reunião com as famílias com problemas de encaminhamento de obras (aqueles que não haviam iniciado, e os doentes) para posteriormente agendar nova reunião com a assessoria para propostas gerais.

Vale comentar uma particularidade sobre a situação: na reunião com o MST tanto os assessores (coordenadores do grupo de pesquisa) quanto os militantes que estiveram presentes não possuíam contato direto com o canteiro de obras. Por outro lado, na reunião com os novos coordenadores da associação e os pedreiros participaram assessores e famílias diretamente vinculadas ao canteiro. Esta separação implicou entendimentos e encaminhamentos diferentes para o mesmo problema. Enquanto um grupo se preocupava com a estratégia geral para a formação do assentamento, defendendo que as famílias deveriam trabalhar coletivamente e retomar as brigadas, o outro, vivenciando os problemas de canteiro de obras, buscava soluções práticas e rápidas, já sensibilizados pelos problemas de encaminhamentos decorrentes das dificuldades do trabalho coletivo.

O entendimento diferenciado dos problemas de encaminhamentos de obra gerava, então, impasse entre as famílias do assentamento, e também dentro da equipe de assessoria. No assentamento, esta diferença promoveu a cisão entre as famílias, entre militantes ativos e demais assentados. Na equipe de assessoria gerou uma crise interna entre coordenadores do grupo e os pesquisadores-assessores. Isso porque a coordenação do grupo colocava como objetivo da assessoria promover a organização coletiva das famílias, na tentativa de retomar a antiga organização em brigadas e as comissões. Era questão de estratégia da assessoria a mobilização ou não das famílias para a construção das casas. Por isso, se uma família não construísse desta maneira, a assessoria não estava sendo eficiente. O problema era que, a estratégia para a viabilização da construção das casas não iniciadas ou paralisadas deveria se pautar na coletividade, solidariedade e trocas coletivas, e a assessoria em canteiro deveria promover isso, como sendo parte de uma formação política dos assentados. E este posicionamento da assessoria entrava em choque com os assentados empenhados na obra, que já haviam se separado das brigadas e encaminhavam a sua casa no “individual”, tendo como objetivo final a casa e não o fortalecimento dos laços coletivos da comunidade.

Se por um lado a equipe assessora era pressionada pela coordenação do grupo de pesquisa por resultados, também era pressionada pelas famílias para encaminhamentos práticos de obra, incompatíveis entre si, porque as famílias queriam que a assessoria promovesse os encaminhamentos, enquanto que a assessoria queria que as famílias assumissem a responsabilidade pelo gerenciamento de obras. E isso ocasionou grande desgaste na equipe, a qual, além da pressão, não possuía estabilidade financeira. O resultado desse processo foi a cisão entre os próprios assessores, os quais, sobrecarregados, passaram a se acusar por falta de empenho e de envolvimento com os problemas de obra. Apesar das reuniões de esclarecimentos dentro da própria equipe, os problemas de obra foram levados para o lado pessoal, tornando a situação tão conflituosa a ponto de uma das assessoras ficar gravemente doente, precisando

ser afastada. Depois disso, houve a desistência de outras duas assessoras, tornando necessária a formação de uma nova equipe. A nova equipe se constituiu de dois pesquisadores recém-chegados, que estavam pleiteando o mestrado no grupo, o pesquisador responsável pelo sistema de cobertura, na fase final de doutorado, e uma pesquisadora de iniciação científica, ainda em formação, que vinha fazendo o acompanhamento de obra como apoio.

Em meio aos problemas de canteiro de obras e os conflitos internos da equipe de assessoria foi realizada uma atualização da situação em canteiro e a atualização financeira do projeto a partir de novos orçamentos, sendo verificada uma diferença de R\$ 80.457,23 no valor necessário para a finalização das casas, R\$ 1.044,90 por família. Sendo assim, era urgente a liberação da compra dos materiais para que o recurso não ficasse ainda mais defasado, estando previsto um aumento no preço dos materiais nos próximos meses.

Diante deste problema a equipe de assessoria desenvolveu diversos estudos financeiros para a continuação do projeto, buscando alternativas e estratégias que pudessem garantir o máximo avanço de obras com recurso existente. Entre as possibilidades foi listada a complementação do recurso pelo INCRA, a supressão de algumas etapas de obra, ou a liberação antecipada de recurso pela CEF para a realização de uma compra em grande escala. A compra em escala foi a aposta da assessoria no momento, sendo estabelecida a necessidade de liberação antecipada de um recurso de R\$ 140.000,00. Para esta compra coletiva a assessoria tinha como proposta a chegada de todas as famílias na mesma etapa de obra, ou seja, todas as casas com a alvenaria executada e a cobertura instalada até o final de Agosto de 2008, para a posterior entrega de materiais das demais etapas de obra. A uniformidade de todas as casas também facilitaria as decisões caso fosse necessário suprimir alguma etapa de obra, e todas as famílias teriam garantida casa coberta e fechada (instalação de esquadrias e portas).

Sendo assim a assessoria se antecipou à coordenação da Associação e aos militantes e convocou uma reunião com as famílias pela instância dos núcleos. Seria necessário explicar a condição do projeto, tanto a físico-executiva quanto a financeira, e seguindo a estratégia de pesquisa do grupo, construir com as famílias uma proposta de continuidade da obra a ser apresentada e discutida com a CEF.

No dia 09/05/2008 foram realizadas as reuniões com os núcleos. A assessoria assumiu a moderação da reunião, estando presente um dos coordenadores do grupo de pesquisa, e três dos novos assessores técnicos. Para a visualização do problema a assessoria preparou três quadros: um de etapa de obra concluída por família; outro de material estocado em canteiro por família; e o último, a síntese financeira do

projeto com o recurso gasto, recurso disponível, e recurso necessário para finalizar as casas. Destes quadros foi chamada a atenção para a quantidade de material estocado em canteiro em detrimento das etapas de obra avançadas, razão para a paralisação do pagamento e da entrega de materiais. E para a diferença entre recurso existente e recurso necessário para a finalização das casas. E explicitado o objetivo da reunião: pensar em uma proposta conjunta para a continuidade das obras para ser discutida com a CEF. Após esta apresentação, a assessoria abriu a discussão com as famílias. As famílias do primeiro núcleo (Paulo Freire) fizeram uma avaliação dos materiais apresentados e chamaram a atenção para a grande diferença entre a casa mais avançada e a mais atrasada, e os materiais distribuídos desorganizadamente em canteiro. Como causa para isso apontaram a quebra de acordo para a construção coletiva das casas, erro na entrega de materiais e falta de recurso para pagamento de mão-de-obra. Destas avaliações, as famílias começaram a construir um acordo para a discussão com a CEF, aproximando-se da proposta que a assessoria queria discutir.

Moisés: Temos que discutir como vai dar andamento... o que faltou nesse tempo de projeto... houve erro porque faltou igualdade. A gente tá aqui pra consertar isso. Veio material demais de um lado, e menos de outro. Se chegasse material com igualdade... nós tamo falando onde nós erramos! Não pode errar duas vezes! É preciso que faça levantamento aqui... tem obra que não tá andando porque não tem material... ao invés de ficar pensando em meia dúzia, vamos fazer todo mundo chegar na cobertura. É uma proposta... tá na hora da gente pegar essas casas que tá parada pra fazer igualar... a ansiedade humana é fazer todo mundo chegar na casa.

Coordenador 1 HABIS: Eu vou pegar um pouco da fala... a gente é parte do problema... um dia a gente vai vir aqui e colocar onde quebrou os acordos, mas hoje temos que pensar num outro... É possível todo mundo, até Agosto, tá na cobertura, com paredes e instalações executadas? Vamos fazer um acordo pra todo mundo chegar na cobertura? A gente quer discutir outra maneira de discutir com a CEF, liberar o dinheiro... mas primeiro a gente tem que resolver qual é o acordo com a CEF, e depois como vai ser usado o recurso. É a proposta que o Moisés tá colocando... não fazer as críticas agora. Um dia a gente faz essa conversa. (PPT do dia 09/05/08)

Das discussões com os núcleos ficaram estabelecidos os seguintes acordos: ter todas as casas elevadas e cobertas até Agosto de 2008 garantindo que os 'adiantados' também pudessem avançar etapas de obra; fazer compras coletivas de todos os materiais até a casa coberta, mais os materiais necessários para os grupos adiantados, negociados mediante contrato com as lojas e comissão de compras, com pagamento em 30 dias depois da entrega, sem necessidade de medição de obra; medição de obras em Setembro de 2008. Cada família, grupo de trabalho ou brigada faria uma lista do que precisava para iniciar a obra, e como viabilizaria a construção das casas. Também foi proposto que os núcleos discutissem a possibilidade de construção das casas das famílias isoladas, ou desgarradas, pois nas reuniões não se chegou a um

acordo geral. Enquanto algumas famílias defendiam que as famílias que ainda não haviam iniciado a obra deveriam ser excluídas, outras colocavam alguma possibilidade de solidariedade, de ajuda—mútua.

Tobias: o que eu vou falar... todos nós que estamos aqui... tem um prazo para ser construído. Onde não tem nem chão (fundação), avisar o companheiro... a pessoa tá se excluindo. As pessoas tão convidadas a trabalhar. Se o cara não quer...

Josias: eu acho que não é chorar pelo leite derramado... vir o material de acordo com aquele que tá andando... como vai aguardar as brigadas novamente? Senão vai ficar a coisa enrolada novamente. E depois, organizar o material também... daqui a pouco chega a cobertura, e a parede não tem.

Marcos: Existe no nosso núcleo quem tem vontade de construir mas não tem como. E essas pessoas, como fica?

Raimundo: Quem tem boa vontade ajuda os companheiros.

Leandro: Se precisar de ajuda, tem que pedir... igual o Gilberto. Essas pessoas que tem problema de saúde procura a gente! Eu tenho vontade de ajudar.

Assessor 2 HABIS: Será que ele não ter vergonha de expor o problema?

Coordenador 1 HABIS: Há disposição de gente aqui de ajudar. Se ele não aceitar, ele tá se excluindo. Tem que alguém ir lá ver.

Leandro: Eles sabe as pessoas que vai ajudar... a gente se oferecer é muita folgação... mas se ele precisar de ajuda, eu ajudo. (PPT do dia 09/05/08)

Deste diálogo um assentado assumiu a responsabilidade pelo avanço da obra dos dois casos mais críticos do assentamento, os quais não haviam iniciado a obra e eram idosos, doentes e alcoólatras. As outras famílias atrasadas presentes se comprometeram avançar com a obra desde que tivessem o material em canteiro e o recurso de mão-de-obra para a ajuda de custo.

Ainda na reunião foram escolhidos dois representantes por núcleo para, em conjunto com a assessoria técnica, discutir a proposta com a CEF. Diante da falta de agenda do banco para a discussão, os representantes das famílias fizeram uma visita sem agendamento, e ficaram esperando pelo atendimento da superintendente da CEF e a equipe de engenharia. Ao contrário do que se esperava, a equipe da CEF foi positiva em relação à proposta dos representantes, dando crédito à palavra das famílias, mesmo que a proposta contrariasse o que estava estabelecido em contrato. Esta ação facilitadora teve como objetivo dar andamento à obra, pois as famílias já estavam a cerca de três meses paradas, devendo para os fornecedores, e correndo o risco de não terminarem as casas devido à desvalorização do recurso disponibilizado.

3.4. Terceiro momento de obra: rearticulação das brigadas – Maio de 2008 a Janeiro de 2009

Após a primeira reunião com a CEF para a discussão do acordo foram realizadas novas reuniões com as famílias para a articulação das compras e para a discussão de um novo cronograma de obras. Da reunião com a CEF ficou estabelecido que seria liberado antecipadamente o recurso para o pagamento de blocos cerâmicos, madeira e telha para todas as famílias do assentamento, e materiais mais frágeis, como areia e cimento, seriam entregues conforme a necessidade das famílias, com o prazo de pagamento de 30 dias depois da entrega pelas lojas. Também ficou estabelecido que o recurso para pagamento de mão-de-obra seria liberado quinzenalmente, como ajuda de custo para o pagamento de pedreiro. Mas para isso seria necessária a realização de medições, ou seja, o pagamento de materiais foi liberado antecipadamente, mas para o pagamento de mão-de-obra e assessoria foi colocada a necessidade de medições, vinculada ao andamento de obra.

Com a nova retomada das obras, as famílias se mobilizaram novamente para a formação das comissões de compra e as comissões de recebimento de materiais. A comissão de compras, em conjunto com a assessoria, fez acordo com os fornecedores para a manutenção dos preços dos materiais, e os blocos, telhas e madeira para os painéis de cobertura foram pagos antecipadamente, através de um contrato. Areia, cimento e brita tiveram seus preços mantidos até o final de Agosto de 2008.

Para a execução de obra a ação prevalecente foi a contratação de pedreiros em grupos, ou seja, um conjunto de famílias se reunia e pagava um pedreiro em conjunto, o qual executava a casa de todos, sendo ajudado pelas famílias contratantes enquanto “serventes”. Ainda haviam algumas brigadas trabalhando em conjunto, mas as dificuldades e a morosidade faziam com que as famílias buscassem novas soluções, como promover trocas solidárias com os pedreiros “recém-formados” no mutirão, acerto com parentes de longe, ou contratação de pedreiro individualmente.

Em relação ao pagamento de mão-de-obra houve mudança na sua dinâmica de liberação. Antes o valor de mão-de-obra era liberado seguindo a porcentagem geral de obra executada, ou seja, se as 77 casas avançassem 7% de obra, seria liberado um valor de mão-de-obra referente a estes 7% para todas as famílias, tendo ela construído ou não. E ainda, naquele esquema dos recibos onde o pedreiro recebia pela brigada e distribuía para os demais mutirantes, e um dos mutirante recebia pelo pedreiro. No entanto as brigadas estavam sendo constantemente alteradas, e muitas famílias estavam recebendo sem trabalhar na obra. Sendo assim, o novo acordo estabelecia um valor fixo para cada etapa de obra executada, calculada

com base na quantidade de trabalho que cada etapa exigia. Diante deste acordo, todas as famílias tiveram que abrir uma conta na CEF, e somente aquelas que avançassem com a obra receberiam.

Para viabilizar esta ação foi necessário fazer um levantamento de todos os pagamentos de mão-de-obra realizados até aquele momento. Para isso a assessoria fez uso dos recibos assinados pelas famílias, o que não se constituía como uma fonte de informação confiável porque invariavelmente a CEF havia recalculado os valores de obra avançados e depositado valores diferentes dos assinados pelas famílias. E também dos recibos de depósito disponibilizados pelo banco. No entanto, como uma família recebia por várias, e as brigadas eram alteradas com constância, ficava difícil saber se os valores haviam sido repassados entre elas. Esse levantamento foi necessário porque as informações referentes ao projeto Sepé haviam sido perdidas quando o computador que armazenava todas as informações deixou de funcionar, e a cópia de segurança mais atualizada também não funcionou. Neste acontecimento foram perdidos dados importantes do projeto, principalmente aqueles referentes ao acompanhamento de obras, os quais eram atualizados constantemente.

A discussão do novo cronograma de obras e a discussão sobre a dinâmica de compras e de entregas foi realizada com as famílias no dia 19/05/08. Com a aprovação do cronograma foi realizada a sétima medição de obra, com pagamento das notas atrasadas e compra de novos materiais. Desta forma as obras andaram “a todo vapor”. Em cada visita a canteiro era necessário visitar cerca de 30 casas, verificando a qualidade construtiva, o gasto de materiais, e anotando novos pedidos. No entanto, este processo foi dificultado por dois motivos: o primeiro diz respeito às famílias isoladas, as quais apresentavam problemas específicos, como alguma doença, alcoolismo. O segundo é referente ao tempo para o pagamento das notas fiscais, as quais demoravam mais de um mês para percorrer todas as etapas e ter o recurso liberado. O atraso do pagamento dos materiais dificultou a manutenção dos acordos com alguns fornecedores, principalmente com o de areia, o qual não fornecia material enquanto não saía o pagamento das notas, e mesmo, parava as entregas pela metade. Esta era a loja com o menor preço da região, chegando a metade do preço das demais. Diante disso, a comissão de compras não autorizava a compra do material em outro fornecedor, fazendo com que houvesse atraso de obra em várias casas.

Outra dificuldade foi decorrente dos valores de mão-de-obra repassados para as famílias. Havia um problema de confiança nas informações obtidas pela assessoria, e mesmo indignação diante dos valores, tendo as famílias muitas vezes argumentado que não haviam recebido os valores anunciados, que o repasse não havia sido feito. E para piorar a situação, a assessora responsável pelo cálculo dos valores

havia se esquecido de adicionar aos valores já anunciados a quantia de R\$ 250,00 pagos pelo INCRA no início da construção das casas, e que nem todas as famílias haviam acessado em 2006. Estes valores a menos gerou uma séria crise na relação entre assessoria e famílias, desencadeando desentendimentos e novas acusações. Além disso neste período foi encontrada uma nota fiscal da pedreira, a qual estava a mais de um ano atrasada sem pagamento, a qual estava sendo reivindicada naquele momento¹²⁴, além das confusões decorrentes do pagamento antecipado dos blocos cerâmicos. Todos os blocos haviam sido pagos com antecedência, mas, para que a cerâmica fizesse a entrega, ela emitia a nota fiscal referente a cada carga, para não haver problemas com a fiscalização nas estradas. Ao entregar a carga no assentamento, o motorista do caminhão deixava as notas com as famílias, fazendo com que elas acreditassem que estavam pagando pelo material duas vezes.

A relação entre as famílias e a assessoria já estava desgastada e estas confusões foram o suficiente para que comesse a haver novas acusações, incluindo desvio de dinheiro, roubo, e incompetência. Diante disso, um dos representantes da comissão de assinaturas das notas passou a exigir da assessoria uma cópia de todas as notas fiscais já pagas pelo projeto, e também daquelas que seriam pagas. Ele queria se assegurar de que não estava havendo desvio de recursos. E desta forma este representante passou a dificultar a assinatura das notas, contribuindo, por sua vez, para o atraso no pagamento devido à demora de envio das notas assinadas para o INCRA. Foi neste momento que se tornou necessário o afastamento definitivo de uma das assessoras, devido ao seu desgaste emocional com o projeto.

A fim de esclarecer todas as dificuldades de canteiro de obras foram realizadas duas reuniões de coordenação nos dias 20/08/08 e 04/09/08. Na primeira reunião havia grande indignação entre as famílias em relação aos valores de mão-de-obra, e todos queriam ter a certeza de que os valores estavam corretos. E também acreditavam que a assessoria não estava cumprindo com os acordos realizados com a CEF, o qual permitia a liberação do valor de mão-de-obra a cada quinze dias mediante medição. No entanto, com as dificuldades de pagamento dos fornecedores, e a paralisação das entregas, quinze dias não era tempo suficiente para que houvesse avanço de obra, e as medições estavam ocorrendo mensalmente desde Maio.

Eliseu: Estamos pagando para a assessoria nos ajudar e não está fazendo direito... vai chegar uma hora em que a gente não vai mais ter a casa (se refere à desvalorização do

¹²⁴ A nota fiscal foi cobrada pela pedreira, e certamente não foi paga dentro do prazo porque muitas notas fiscais se perderam dentro do assentamento, principalmente quando os fornecedores faziam a entrega sem o acompanhamento da comissão de recebimento, e a família responsável pela nota não fazia o seu repasse.

recurso devido à inflação). [...] Eu desconcordo que a CEF não quebrou o acordo [...] Se não é a CEF então é vocês. (PPT do dia 20/08/08).

Nesta primeira reunião, muito marcada por acusações, ficou estipulado que a assessoria visitaria as famílias lote a lote repassando os novos valores de mão-de-obra, e prestando esclarecimentos sobre o porquê da alteração dos valores, e para qual família havia sido depositada cada parcela. E a discussão sobre o atraso no pagamento e as notas fiscais atrasadas deveriam ser feita numa nova reunião de coordenação, com a presença do INCRA e da CEF, e dos coordenadores do grupo de assessoria técnica.

A reunião do dia 04 de Setembro foi realizada com o grupo de assessoria e seus coordenadores, a coordenação do assentamento e outras famílias interessadas na conversa, e com o técnico do INCRA. A reunião tinha o caráter de esclarecimentos e por isso a assessoria começou a reunião questionando sobre a legitimidade da coordenação, se ela era representativa do assentamento, e se era possível considerar que as decisões discutidas eram abrangentes para todas as famílias. A dificuldade da assessoria no momento era entender porque os esclarecimentos e decisões das reuniões não se estendiam para o canteiro de obras, sendo necessário a cada visita retomar todas as discussões família por família, as quais alegavam desconhecimento dos acordos. Parecia não estar havendo a troca de informações importantes referente às obras entre as famílias, ou as mesmas se utilizavam de desentendimento para não agir diante de acordos com os quais não concordavam, ou não tinham como cumprir. Também haviam mudanças de postura quando se conversava com uma família individualmente, e quando a mesma estava em reunião. O ponto no momento era saber se os esclarecimentos que seriam prestados na reunião chegariam a todas as famílias.

Diante do questionamento os presentes se colocaram de duas maneiras: enquanto uma parte defendeu que para que houvesse esclarecimento de todos deveria ser realizada reuniões com os núcleos, outra parte argumentou que a reunião era representativa e se responsabilizava pela veiculação das informações nos núcleos, o que não aconteceu. E mesmo sem a presença dos representantes da coordenação de um dos núcleos foi realizada a reunião. A defesa pela realização da discussão veio sob o argumento de que não seria perdido outro dia de trabalho para a realização de outra reunião, e que os interessados no encaminhamento das obras estavam presentes (havia 18 pessoas). Esta postura dos presentes demonstrou bem como as informações seriam repassadas, qual era a postura da coordenação diante das demais famílias, e de quem eram as reivindicações feitas em reunião.

As pautas listadas para serem discutidas nesta reunião foram: a demora na liberação do pagamento de materiais e mão-de-obra; as notas da pedreira e da cerâmica; esclarecimentos sobre o acordo firmado com a CEF no começo de Maio/2008 (entendidos de maneiras diferentes); e a compra e entrega de materiais.

Para a explicação sobre a demora nos pagamentos de materiais e mão-de-obra a assessoria explicou novamente quais eram os caminhos percorridos pelas notas: as notas entregues pelos fornecedores eram coletadas pela assessoria com a comissão de recebimento; em posse das notas, a assessoria formatava os anexos de pagamento e coletava a assinatura dos representantes da comissão de pagamento; as notas eram enviadas via malote para a CEF de Ribeirão Preto, que as enviava para a CEF de São Paulo, a qual entregava no INCRA. No INCRA as notas e anexos deveriam passar por dois funcionários: o primeiro fazia o registro da entrada das notas, e o segundo cancelava as notas e os anexos aprovando o pagamento. Estes documentos eram, então, devolvidos para a CEF São Paulo que enviava para a CEF Ribeirão Preto nas mãos do funcionário que realizava os pagamentos. Os entraves neste processo estavam nos diversos caminhos percorridos, e também no momento de registro do INCRA, o qual era realizado por um funcionário sobrecarregado, que realizava o registro de todos os pagamentos do estado de São Paulo.

Diante disso a coordenação do Sepé pediu explicações para o INCRA, e um posicionamento que facilitasse os pagamentos. Diante da pressão das famílias o técnico presente se responsabilizou de, todas as sextas-feiras levar as notas e os anexos diretamente para o INCRA, sem passar pela CEF; pedir urgência no registro dos documentos e na chancela, entregando os mesmos na CEF em sua viagem para o assentamento no início da outra semana. Se ele não conseguisse trazer as notas para a CEF Ribeirão, iria atuar no monitoramento dos funcionários do INCRA de São Paulo.

Fechado este ponto de discussão, foram feitos os esclarecimentos sobre as notas da pedreira, que estavam assinadas pelas famílias que receberam o material e que haviam ficado sem pagamento por mais de um ano, e sobre as notas da cerâmica. Também foram prestados esclarecimentos sobre os valores de pagamento de mão-de-obra. Havia ficado estabelecido que a casa coberta com instalação de água e instalações elétricas preliminares (passagem de conduítes nas paredes e nos forros, com instalação das caixas de passagem) equivalia à R\$ 1.200,00. Muitas famílias não conseguiam entender porque, com a casa coberta, não haviam recebido este valor no último pagamento de mão-de-obra, e mesmo, famílias com a obra em estágios iguais haviam recebido valores diferentes. Foi explicado que destes R\$ 1.200,00 haviam sido descontados os pagamentos já realizados nas medições anteriores ainda na outra dinâmica de pagamento. E que as famílias deveriam ter repassado os valores entre si.

Caio: eu critiquei na época... uma pessoa recebia para dois. A gente não sabia o valor de cada um. Eu disse que ia dar rolo lá pela frente... esse dinheiro pequeninho... as pessoas vão lá na CEF e não sabe que esse dinheiro era de outra pessoa. Quando é um valor maior, a gente percebe. Mas, então, no meu caso, tá certo as contas de vocês? (PPT do dia 04/09/08)

Todos os esclarecimentos já haviam sido prestados individualmente às famílias em canteiro de obras. Mas se individualmente o posicionamento das famílias era de entendimento e de complacência, ele se alterava nas reuniões, onde todos passavam a atuar pela pressão e reivindicação.

E por fim foram discutidos novamente os acordos feitos com a CEF em Maio. As famílias queriam propor novamente à CEF a compra de todos os materiais de todas as casas de uma só vez, através de contrato com os fornecedores, e entrega seguindo o ritmo de obra de cada família. Mas esta pauta não foi longamente discutida porque a reunião foi finalizada devido a uma briga entre os assentados os quais começaram uma discussão interna sobre a vinculação de cada um com o MST, e qual foi o papel do Movimento para que as famílias conseguissem as casas. Meses antes dois assentados haviam iniciado uma discussão sobre posicionamentos ideológicos, e ambos ficaram gravemente feridos, sendo necessário o afastamento de um deles do assentamento. Diante da discussão a assessoria deixou o local, sem a finalização da reunião.

Nestas últimas reuniões com as famílias ficou bastante evidente a cobrança das mesmas sobre ação da assessoria, marcada por ameaças de invasão, por acusações de ineficiência, de roubo, por intimidações pessoais em canteiro de obras ("Se você não me deixar levar esta janela agora eu bato em você!"). A ação da assessoria sempre foi de busca de encaminhamentos para os problemas imediatos, e pouco espaço foi aberto para a discussão das reais causas dos problemas com as famílias. Sendo assim, se os encaminhamentos não surtiam o efeito esperado, as acusações voltavam como ponto de pauta recorrentemente, tornando a situação insustentável.

Uma das pautas não discutida nesta reunião foi a situação das famílias com a obra parada. Vários eram os problemas alegados por estas famílias, os quais iam desde desinteresse pela construção, problemas de legalização do lote (troca de beneficiário), a problemas de abastecimento de água. Tratava-se de problemas que estavam para além da construção das casas, com os quais a assessoria não tinha nenhuma capacidade de intermediação. E estas famílias paradas prejudicavam o acordo firmado com a CEF, de que todas as casas estariam cobertas até o final de Agosto. Diante desta dificuldade a assessoria formulou um documento enviado para o INCRA solicitando auxílio para dar encaminhamentos para as famílias paradas, sendo que seis das doze indicadas faziam parte do grupo das casas cerâmicas.

E foi justamente as famílias muito atrasadas com a obra e as famílias paradas encaminhadas para o INCRA que foram o foco da discussão com a CEF, na reunião do dia 17 de Setembro. Esta reunião foi solicitada pela CEF, e seu objetivo era fazer uma avaliação do acordo de Maio, onde todas as casas estariam cobertas. Das casas cerâmicas 32 estavam cobertas, 29 estavam em andamento, mas ainda sem cobertura, e 6 estavam paradas sem perspectivas de construção. Nesta reunião participaram a coordenação do Sepé, algumas famílias, a equipe de assessoria e sua coordenação, a superintendente da CEF com a arquiteta e o engenheiro, o técnico do INCRA e o diretor de núcleo da nova sede regional do Instituto. Nesta reunião seriam discutidos pontos de pauta referentes à construção das casas, que incluía todos os presentes, e pontos referentes à ação do INCRA no assentamento.

Para a discussão das casas a assessoria assumiu a moderação da reunião, mostrando o quadro que retratava a evolução das obras. Conforme demonstrado, a maior parte das famílias não havia cumprido o acordo e queriam negociar com a CEF a liberação da compra do restante dos materiais. Mas a CEF queria antes entender o porquê das famílias não terem cumprido o acordo. As falas das famílias, conforme explicitado na longa citação abaixo, colocou o problema da seguinte maneira: falta de materiais, falta de pagamento de mão-de-obra e falta de assessoria técnica. Para a equipe de assessoria tratava-se das dificuldades do processo, como o não cumprimento dos prazos de entrega pelas lojas, da não construção das casas por algumas famílias, do atraso no pagamento dos materiais devido ao processo de pagamento, da desmobilização das comissões de compra e de recebimento. A CEF, por sua vez, cobrava uma postura do INCRA principalmente em relação às famílias paradas, cobrando do Instituto o chamado trabalho social:

Arquiteta CEF: Queria saber sobre o compromisso do assentamento em relação ao acordo feito em Maio... nós estamos preocupados com todo esse material que está aqui no assentamento. [...] Eu gostaria de saber qual é a data para cumprir o acordo de Maio, para podermos fazer um novo acordo.

Assessor 3 HABIS: Vamos esclarecer quais acordos estão sendo discutidos aqui... A liberação do material de alvenaria até cobertura... Estipulamos que no final de Agosto e início de Setembro todas as casas estariam cobertas. A CEF liberou o pagamento de todos os blocos e as telhas; hidráulico e elétrico (caixas de passagem e conduítes) estão sendo entregues, e o cimento liberado por etapas... Teve a entrega dos materiais com o compromisso de usar até o fim de Agosto. A gente tá tendo problemas com os blocos e com os pagamentos.

Cido: a gente fez esse acordo com a CEF. O que atrapalhou foi a questão da falta de material em canteiro. Teve equipe que ficou dez dias parado. As casas tá em nível acelerado de obra... As casas que tinha material tá levantada... Teve essa questão. Como o pessoal tá embalado, na questão da escola¹²⁵, não dava pra todo mundo entrar na escola... O que atrapalhou bastante foi o atraso nas notas.

¹²⁵ Lembrando que a escola, como as famílias se referem, é o local de fabricação dos painéis de cobertura.

Gilberto: A gente firmou um acordo. Mas acontece o seguinte: tem poucas pessoas (pedreiros) para a alvenaria aqui dentro... O que pega, por exemplo, vocês conhece o Bernardo, se alguém for lá fazer, é R\$ 800,00, R\$ 1.000,00. Terminou, tem que pagar. Eu tô citando alguns que estão ficando para trás... Telha, não tem tudo aqui! Não tem pedra, cimento, tijolo... Da nossa parte, tá caminhando... Que dia que vem material pra esgoto, a janela?

Assessor 2 HABIS: A gente fez aquele acordo em Maio para retomar as obras... Todas as casas serem cobertas até o final de Agosto. Mas teve vários contrapontos... A escola atrasou em um mês no andamento da obra... A CEF liberou, foi rápida, mas o processo de retomada depende de vários atores (lojas, famílias, comissões)... A gente tá vendo pelo quadro que nem todas as famílias andaram... Muitas casas estão sem materiais, mas tem várias que têm e nós estamos com dificuldades de encaminhar... Nós temos agora que renegociar o acordo de Maio, e fechar um acordo para as famílias que estão avançadas.

Superintendente 1 CEF: a gente da CEF até compreende o que o Assessor 2 está falando... Por isso é importante o INCRA, que é a entidade organizadora. É interesse da CEF que todas as casas terminem. A CEF é um sistema financeiro, esse dinheiro é do fundo de garantia. O que vocês têm que entender, o contrato que vocês assinaram é o “Programa na Planta”, não é o de liberação de material. Quando a gente colocou que todas as casas chegassem no final até Agosto, eu me comprometi, tenho que prestar contas... Antes de fechar algum acordo, temos que ver o comprometimento das famílias que estão paradas. O que a gente pode fazer para que estas casas que não estão levantadas, o que as famílias vão fazer para estas casas? A gente está se comprometendo com algo que não é regra fazer. [...] A questão das notas, quando elas chegam na CEF eu sou acionada... Essa sensibilidade de agilizar o processo tem que vir do INCRA também... Houve problema com a nota? Não é a CEF que não quer pagar.

Sônia: tudo que nós discutiu aqui foi falado na CEF... O que eu propus foi que quem não começou a obra sai do projeto... Lá atrás foi firmado um acordo... Quem não quer a casa se retira do projeto. Tem várias famílias prejudicadas... Dá um prazo para as pessoas, se não cumprir, sai do projeto... A minha casa tá lá parada... Quem tá individual é que não tá construindo, tá desrespeitando o coletivo que quer construir. A proposta: dar um prazo, se não construir, sai do projeto. A gente não quer perder o projeto.

Superintendente 1 CEF: quem assinou o contrato, essa pessoa não pode simplesmente desistir.

Sônia: Então ela vai barrear todo mundo!

Superintendente 1 CEF: vai ter que construir...

Eliseu: Eu acho que tá todo mundo errado... Eu acho que o maior erro no contrato é o HABIS, que não tá cumprindo... tá ganhando, muito ou pouco, não importa, mas tá ganhando. A permanência do HABIS aqui é muito pouco... Quando eu digo que um erro não conserta o outro, lá na CEF nós fizemos um acordo... nós combinamos que a obra não iria parar em várias etapas... Foi discutido na CEF que teria andamento nas três etapas. A casa coberta ia dar continuidade. [...] Uma coisa que eu achei pesado... A CEF ia fazer a medição a cada 15 dias. O pagamento, depois do primeiro acordo, veio pouco tempo atrás... pressionamos o grupo HABIS e o grupo responsabilizou pelo atraso o INCRA... A gente não pode contratar o pedreiro... o pedreiro largou... Não recebe... Onde está esta irresponsabilidade? Vou pagar 15 dias o pedreiro que trabalhou com R\$200,00? [...] Vamos tomar outro caminho... Conversar mais duro, porque fizemos esse

sistema de pagar a cada três meses? O HABIS tem que ser mais atuante aqui dentro. Eu não vou ficar contra os meus companheiro. Levemo todas as causas pro promotor porque não tamo tendo diálogo com o HABIS.

Eduardo: acho que faltou um pouco de assessoria do HABIS... fizemo alicerce (no Cido) depois ficamos cinco meses sem material... Tem culpa o INCRA e o assentamento. Nós temo que ver daqui pra frente... Temo que ver no geral. Tem gente que não tem nem a pedra, tem gente que tem que ir buscar lá em cima... Temo que ver isso aí. Até meado de Outubro não vai dá (pra terminar as casas que faltam até a cobertura). Tem que ter mais prazo. Temo que ver a coisa certinha, e assumir a responsabilidade. Se for algo que não dá pra cumprir, eu tô fora.

Cláudio: eu fiquei feliz com que os companheiro falou. Cadê a equipe do HABIS que tava no começo, não tá aqui! Eu acredito que dentro de uma sociedade, todo mundo não é igual. Será que se a CEF não tivesse liberado o material o Bernardo não teria feito a casa? Se a CEF liberar o material para quem quer terminar, eles vão incentivar a continuação... A gente tem que conhecer a realidade da comunidade... Faltou muito da equipe HABIS... De quem começou do começo... Tem que liberar para as pessoas que tão avançando.

Arquiteta CEF: Primeiro: responder para o Eliseu que a gente está em disposição para vir medir de 15 em 15 dias. Isso está em pé, mas a obra tem que andar. Segundo: temos que parar com os problemas e caminhar com objetivo. Terceiro: o INCRA, como fazer com quem não levantou a casa? O HABIS é assessoria, para a alvenaria, o telhado. E as famílias que invadiram? Vocês assumiram o papel da organização social. Vamos fazer propostas concretas para a gente fechar...

Assessor 2 HABIS: a gente precisa fazer acordos... Vou dar esclarecimentos: tem muita gente que reclama da mão-de-obra... Esse dinheiro é ajuda de mão-de-obra, não tem como pagar a mão-de-obra. Você tem muitas etapas na obra. Não é a liberação que vai adiantar. Não pode reclamar os R\$1.800,00 de uma vez. [...] Na retomada, a CEF e o INCRA assumiram um acordo. Nós temos material comprado, tá chegando material... Todos os casos parados não é o material... Muitas casas vão fechar a cobertura com os conduítes. Casos críticos, o INCRA tem que assumir... o HABIS já foi falar duzentas vezes com os casos críticos. Se o INCRA assumir, dá um acordo maior para subir/avançar. O pessoal que tá avançando, tem que fechar acordos. Se a gente ficar acusando, não vai sair nada... Os casos críticos, a gente pede para o INCRA. O HABIS não tem perna pra tudo isso. A gente tenta fazer com que as coisas andem, e elas não andam. É importante fechar os acordos de Maio. (PPT do dia 17/09/2008)

Diante destas colocações o diretor de núcleo do INCRA, recém-chegado ao cargo, em sua primeira visita ao assentamento, propôs como encaminhamento uma conversa particular com as famílias paradas e com as obras atrasadas, colocando nos termos de “um ultimato” para a construção, com definição de metas e compromissos. Diante deste posicionamento, a CEF propôs que o INCRA fizesse um documento, com o apoio da assessoria técnica, com uma proposta de continuidade da construção das casas, famílias paradas e famílias com a obra em andamento. Mas frisou que era necessário garantir o andamento das casas paradas:

Superintendente 1 CEF: Pra gente fechar uma proposta: tem pessoas em várias fases, precisa viabilizar para que seja justo para todos. Junto com o compromisso do INCRA, ir

nas visitas individuais, mostrar quais eram os compromissos para as famílias. Como a gente está formalizando isso, a gente precisa ter um documento de vocês (do INCRA), algo assumido, para fechar esse compromisso comigo. Ter um documento formal, e trabalhar todo o grupo... como vai trabalhar cada casa, qual é o compromisso de cada um, onde a família está (quer dizer, em qual fase da obra)... um documento formal para a gente ver o que a gente pode fazer...

Arquiteta CEF: A gente faz um cronograma para continuar a casa coberta, mas a gente precisa ter garantia de que os atrasados vão andar. (PPT do dia 17/09/2008)

Diante do posicionamento do INCRA, de que faria uma conversa individual com cada família e estabeleceria metas e compromissos a partir do entendimento do problema de cada um, foi acordado em reunião, novamente, que todas as casas estariam cobertas até o dia 31/10/08. E foi liberada a compra dos materiais para instalação elétrica para todas as famílias, mas com a entrega apenas quando a família alcançasse este patamar de obra.

No início de Setembro, a assessoria deu início a uma nova atualização dos orçamentos de materiais, a fim de saber se as compras dos meses anteriores haviam contribuído para a diminuição do déficit do projeto. Este processo de atualização durou até a terceira semana de Setembro, depois da reunião realizada no assentamento juntando CEF, INCRA e coordenação das famílias. Se em Maio seria necessário o acréscimo de R\$ 80.457,23 no projeto, em Setembro este valor foi aumentado para R\$ 93.863,00, ou R\$ 1.219,00 por família, o que equivalia a 10,82% do valor de material por casa. Em Agosto os materiais de construção haviam passado por novo aumento, e o canteiro de obras não avançava com a velocidade necessária.

Diante desta informação, a assessoria consultou a CEF a fim de saber se existiria alguma correção no recurso, e saber quais eram os procedimentos a serem seguidos diante do fato. A resposta dada pela superintendente da CEF foi de que as obras continuariam se o recurso existente fosse suficiente para garantir a habitabilidade mínima das casas, ou seja, casa devidamente fechada (portas e esquadrias), com energia elétrica, abastecimento de água e saneamento (instalações sanitárias e fossas). Propôs que a assessoria fizesse estudos para saber quais etapas seriam retiradas das habitações. Naquele momento, mantendo todos os projetos iniciais, seria necessário excluir de cada casa os aparelhos e complementos (vaso sanitário, lavatório, pia cozinha, tanque, sifões, torneiras), piso queimado, revestimento interno (azulejo no box do banheiro e acima da pia da cozinha), e revestimento externo (selante). Também seriam excluídos alguns pontos de luz, e todas as famílias teriam de implantar o sistema de círculo de bananeiras como opção de tratamento de esgoto.

A impossibilidade de compra de louças sanitárias fez com que o projeto não mais atingisse a habitabilidade mínima, possibilitando à CEF nova paralisação no projeto. A CEF também exigiu que se encontrassem soluções para a viabilização do projeto das casas, com as famílias e com o INCRA. A assessoria listou três possibilidades a serem discutidas com as famílias: redimensionar algumas etapas de obra e negociar com a CEF a continuidade do projeto para que não houvesse outras perdas; utilizar o recurso de R\$ 2.000,00 liberados pelo INCRA, resultado da correção do valor de R\$ 5.000,00 aplicados inicialmente no projeto de construção das casas¹²⁶ (Esta correção foi colocada pelas famílias como recurso de melhoramentos); ou responsabilizar cada famílias pela finalização (conforme contrato) da sua casa através de recursos particulares, proposta que em si já era inviável, pois muitas famílias não possuíam recursos nem para pagamento de pedreiros. A aposta da assessoria era de que as famílias aceitassem utilizar o recurso de melhoramentos para finalizar a casas, mas já se sabia de antemão que algumas delas já haviam acessado e utilizado o recurso.

A reunião para a apresentação do problema foi realizada com as famílias divididas em núcleo no dia 02/10/08, em conjunto com coordenadores e assessores do grupo de pesquisa. A dinâmica da reunião foi a apresentação do quadro com a evolução da obra, do quadro da síntese financeira, e um terceiro quadro com a evolução nos valores dos materiais¹²⁷. O objetivo era que as famílias compreendessem de onde vinha o déficit do orçamento do projeto, para em seguida, abrir o debate questionando quais seriam possíveis soluções para finalizar as casas. Qualquer encaminhamento deveria ser construído em conjunto com as famílias.

As reuniões com os núcleos ficaram claramente marcadas pela frustração e a revolta. Já no primeiro núcleo a proposta da assessoria para o uso do recurso para o melhoramento da habitação foi inviabilizada:

Lauro: Esse recurso é para fazer a área (varanda).

Técnico 2 INCRA: esse recurso é para complementar a casa. O que é complementar? É fazer varanda, colocar piso. Como o projeto de vocês tava completo...

Nelson: A proposta surgiu do Josias... esse dinheiro é para cada um fazer o que achar por bem fazer... não vamos misturar esse dinheiro com o dinheiro da construção. (PPT do dia 02/10/08)

¹²⁶ Entre 2005 e 2008 o valor destinado à habitação rural pelo Programa Instalação do INCRA subiu de R\$ 5.000,00 para R\$ 7.000,00. O projeto do Sepé já havia sido acessado quando houve esta correção, assim como aconteceu em diversos outros assentamentos do Estado. No entanto, assentados e MST empreenderam uma reivindicação para que os projetos acessados anteriormente e ainda em tramitação tivessem o direito do acréscimo do recurso. O assentamento Sepé foi um dos contemplados.

¹²⁷ Por exemplo, o valor do cimento em 2006 era R\$ 12,00, e chegou a ser comprado pelo valor de R\$ 22,75. Já a pedra britada, subiu de R\$ 38,00 para R\$ 44,90 o metro cúbico.

E a proposta defendida pelas famílias foi de que deveriam ser buscados novos recursos para a finalização das casas:

Nelson: Nós assinou um compromisso de construção em mutirão... a gente fala de comprar o material em reunião.... tem aqueles que faz sacrifício... agora, não é justo que eu pague para terminar a minha casa... eu concordo com a CEF de que o INCRA não fez nada para que essas casas ande...

Denis: a gente pede recurso! Eu acredito que agora tem que buscar uma solução. É uma responsabilidade coletiva. É um trabalho coletivo da comunidade. O investimento foi no coletivo, não no individual. Se começar a individualizar e cada um correr atrás do seu prejuízo, não vai dar... o INCRA vai ter que se responsabilizar. Não é justo as famílias ficarem neste prejuízo. (PPT do dia 02/10/2008)

Diante disso, o encaminhamento da reunião foi de que nenhuma etapa seria retirada das casas. As famílias iriam se juntar para tentar conseguir recurso complementar com a CEF e o INCRA. E enquanto não obtivessem um posicionamento sobre isso, escolheriam como iriam utilizar o recurso de melhoramento: se para a finalização das casas, caso fosse necessário, ou comprariam os materiais de varanda ou piso cerâmico. E seria solicitada uma reunião com o INCRA e a CEF para discutir este assunto.

Enquanto isso a assessoria técnica refez todos os orçamentos de materiais, e revisou todos os projetos executivos verificando se havia algo que pudesse ser retirado, sem comprometer a chamada “habitabilidade mínima” exigida pela CEF. E também preparou um relatório detalhado de prestação de contas para a CEF e para as famílias. Enquanto isso, os materiais para a finalização das casas até a alvenaria ainda estavam sendo entregues e pagos, mas as casas cobertas não podiam dar continuidade à obra pois as etapas pós-cobertura estavam “bloqueadas” pela CEF.

No dia 20/11/08 foi realizada nova reunião com as famílias, as quais assumiram o compromisso de instalar os itens retirados com recursos próprios para a medição final (revestimento interno e externo, e aparelhos e complementos). Esta decisão foi enviada à CEF através de um ofício, com a assinatura das famílias. As famílias novamente colocaram que esta retirada das etapas seria momentânea, pois iriam exigir da CEF e do INCRA recursos para a finalização completa das casas. Nesta reunião foi formada uma comissão de negociação, a qual não foi atendida pela CEF, pois esta declarou que a diferença de orçamento era de responsabilidade do INCRA, estando declarado em contrato; e nem pelo INCRA, o qual estava passando por alterações em sua equipe. Para a validação do ofício enviado à CEF era necessária a assinatura do INCRA, o qual não foi encontrado nem pelo HABIS e nem pela CEF.

No dia 04/12/08 foi realizada nova reunião com as famílias, agora pela instância da coordenação e pela comissão de negociação. Nesta reunião foi formatado um documento a ser encaminhado para a CEF e para o INCRA com as reivindicações das famílias, entre as quais estavam:

- a liberação antecipada dos recursos para pagamento de mão-de-obra e de materiais de cada etapa de obra pela CEF;
- que as etapas de obra que não pudessem ser adquiridas com os recursos iniciais previstos em contrato passassem a ser responsabilidade do INCRA; e que os mesmos permanecessem no contrato até que o INCRA, junto com a CEF, indicassem uma nova fonte de recursos para suprir as necessidades das famílias;
- que o INCRA, enquanto entidade organizadora, solucionasse junto à comunidade do assentamento a questão das famílias que apresentassem dificuldades para assumirem a obra;
- que houvesse prestação de contas regulares pelos atores do projeto;
- que os casos indicados como problemas (famílias paradas ou com obras muito atrasadas) fossem tratados depois da conclusão das casas que já estavam “adiantadas”.

Passado o final de ano, sem haver um posicionamento do INCRA em relação às suas responsabilidades e às reivindicações das famílias, a CEF bloqueou totalmente o projeto em Janeiro de 2009, sem o pagamento dos materiais já adquiridos. O recurso para o término das casas ainda era insuficiente, houve aumento de conflitos entre as famílias, e entre as famílias e a assessoria, por esta não estar comprando materiais, e entre as famílias e o INCRA, porque as famílias entenderam que se fazia necessária a presença constante do órgão (além de questões relacionadas à obra, havia a questão do abastecimento de água no assentamento). Diante deste impasse, as famílias procuraram a Promotoria Pública, a fim de dar prosseguimento às obras.

3.5. Quarto momento de obra: cada um por si para ser coletivo – a partir de Fevereiro de 2009

As reuniões com a promotoria pública foram agendadas para Maio de 2009. Enquanto isso, o canteiro de obras andava vagarosamente com os materiais armazenados, ou a partir de investimentos pessoais de algumas famílias, individualmente. Para a reunião com a promotoria pública a assessoria buscou criar

articulações com as famílias, de modo a ajudar na exposição dos problemas de canteiro de obras. Também havia o receio de que o grupo seria intimado judicialmente a prestar contas. Isso porque a situação em canteiro estava bastante conflituosa, e com a proximidade da reunião com a promotoria as famílias passaram a fazer insinuações e ameaças ao grupo de pesquisa, incluindo aqui o episódio da expulsão (violenta) de assessores técnicos do lote de uma família, devido a impossibilidade de compra de materiais, e a reposição de materiais perdidos por esta mesma família. Também estavam ocorrendo muitas reuniões entre as famílias e o INCRA, onde se discutia a situação das casas, inclusive com os superintendentes do Instituto, sem a presença da assessoria. E, até mesmo as famílias mais próximas à assessoria se negavam a expor com profundidade e clareza que pautas eram estas, alegando que não poderiam “trair” o coletivo.

Diante destes fatos, a assessoria técnica agendou uma reunião de esclarecimentos com a coordenação do assentamento, a qual foi realizada no dia 30/03/09. Nesta reunião os participantes informaram que havia sido feita uma denúncia à promotoria pública, e a reivindicação era para a continuidade das obras. Também informaram que não havia sido feita uma denúncia em relação ao HABIS, mas o mesmo seria chamado por fazer parte do processo de construção das casas:

Eliseu: Coloquei como denúncia. Eu denunciei o INCRA e a CEF para o promotor público. Pedi justiça pra nós não fazer com nossas próprias mãos.

Coordenador 1 HABIS: Por que a denúncia?

Eliseu: Porque o INCRA e a CEF está sendo os embargadores do desenvolvimento das construções aqui... o que eu disse pra eles é que o pessoal da assessoria faz os documentos aqui, nós assina, eles levam pra São Paulo, lá, o INCRA, e fica lá e não libera. O INCRA fez um negócio com a CEF a respeito da emenda do projeto. Agora, a CEF já marcou reunião com o INCRA umas duas, três vezes e o INCRA não quer comparecer. [...] Eu falei pro promotor, é o seguinte: nós queria a reunião com ele, com a CEF e com o HABIS, porque nós queria dar seguimento nas construções da casa, porque a CEF está segurando até mesmo de pagar os fornecedores e nós não tínhamos como dar continuidade com a casa. E que o INCRA fez uma negociação com a CEF e não tá cumprindo com a CEF. Mas o INCRA está com um jogo de empurra, porque tem dois moleque lá e não deixa que as coisas funcionem. E que esse dinheiro lá a CEF não tem que estar impedindo, porque foi de luta nossa, não foi por ordem do governo pra CEF administrar... (PPT do dia 30/03/09)

Também foi prestado novos esclarecimentos sobre a atualização dos orçamentos de obra, e a re-inclusão dos aparelhos e complementos dentro do recurso do projeto, o que foi possível depois de ser feito um redimensionamento do projeto elétrico (retirada de uma das fases do projeto) e de esgoto, garantindo a chamada habitabilidade mínima exigida pela CEF. Também houve a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os materiais da construção civil, pelo governo federal, a fim de ajudar na crise

econômica do período. As etapas pendentes no momento eram os revestimentos internos e externos, e o piso queimado. Sendo assim, a questão com a CEF não era mais a impossibilidade de finalizar as casas conforme o projeto, mas o que fazer para garantir a construção de todas as casas. Questionados a respeito disso, as famílias presentes insistiram que cada um daria prosseguimento a sua obra (no individual) se houvesse material em canteiro. Para eles a questão era a falta de material, o que não era totalmente verdade, pois havia muito material estocado em canteiro, impossibilitado de uso devido a desinteresse, falta de recurso para pagamento de mão-de-obra, problemas com o lote ou abastecimento de água, entre muitos outros. Diante desta fala, as famílias presentes se dividiram entre aquelas que continuavam a afirmar que o motivo para a não construção era a falta de material, enquanto a outra parte concordou de que não havia como a comunidade garantir que todos iriam finalizar as casas.

De modo geral, os termos defendidos nesta reunião a serem discutidos com o promotor foram: a liberação imediata da compra de todos os materiais para que não houvesse novamente desvalorização do recurso; todos os materiais seriam pagos, e entregues conforme a necessidade das famílias, ficando estocados nas lojas; todas as famílias receberiam uma lista referente aos materiais que precisam receber; todas as compras seriam feitas com o acompanhamento da comissão de compras; o INCRA assumiria as famílias com problemas de encaminhamentos de obra.

A primeira reunião com o promotor público foi realizada no dia 05/05/09, na sede da promotoria em Ribeirão Preto. Nesta reunião estiveram presentes representantes do HABIS (coordenação e assessores), INCRA (assessor do superintendente regional, diretor de núcleo e técnicos), CEF (superintendente, engenheiro, técnico bancário), um representante das famílias, e dois representantes do MST. O promotor deu início à reunião pedindo ao representante das famílias um resumo das questões a serem debatidas.

Denis: [...] o projeto da casa está parado, e os fornecedores sem receber [...] CEF está falando que as famílias não cumprem a palavra [...] e as famílias não querem abrir mão de nenhuma etapa obra. (PPT do dia 05/05/09)

Antes mesmo que o representante da família terminasse a sua exposição, o assessor do superintendente regional do INCRA (assessor INCRA) pediu a palavra e argumentou que não havia transparência no controle financeiro feito pela assessoria técnica, e que todas as prestações de contas deveriam ser reportadas às famílias. E que como a escolha da assessoria tinha sido uma decisão das famílias, as mesmas deveriam assumir as conseqüências. Diante disso, o promotor pediu uma explicação sobre qual era o papel e as responsabilidades de cada ator presente na reunião, qual era a relação entre eles.

Promotor: como é a relação dos atores?

Assessor INCRA: as famílias escolheram a assessoria, deixaram a cargo da assessoria.

Superintendente 1 CEF: (mostra contrato dos mutuários - famílias) CEF é a entidade financeira [...] e o INCRA é a entidade organizadora.

Assessor INCRA: (fala que o HABIS assumiu o papel de entidade organizadora.)

Promotor: qual o papel da entidade organizadora?

Superintendente 1 CEF: tem o papel de promover e coordenar o mutirão e nesse caso entrou com uma parcela do investimento.

Promotor: então se os assentados não cumprem, eles são os únicos responsáveis?

Superintendente 1 CEF: sim.

Promotor: o que é o HABIS?

Coordenador 2 Habis: grupo de pesquisa...

Promotor: quais as preocupações que a CEF notou?

Engenheiro CEF: [...] 70% da obra está pronta, mas notou-se que a inflação tomou parte desse investimento e que a obra estava atrasada em relação aos recursos liberados. O HABIS apresentou proposta de encaixe do orçamento com retirada de etapas. A CEF aceitou a alteração e submeteu ao INCRA essas modificações, que não retornou. Estamos aguardando a liberação do INCRA.

Promotor: então, desde então não houve mais liberação de recursos?

Superintendente 1 CEF: sim, pois precisamos ajustar o contrato, fazer recortes, pois esse contrato não prevê aditivos. Ou as casas são feitas com habitabilidade mínima, ou o INCRA complementa com outros recursos a parte que está faltando. (PPT do dia 05/05/09)

Deste trecho podemos perceber que a CEF entende que a atuação do INCRA é fundamental para o encaminhamento das obras, e que para ela trata-se de um problema de cumprimento de contrato. O INCRA, por sua vez, deixa claro que o HABIS é o responsável pelo andamento da obra, pois entende que o grupo assumiu o papel de entidade organizadora. Continuando a reunião, o promotor questiona por que as casas não foram construídas no tempo certo, também com uma avaliação de cada ator:

Denis: falta de material, entrega desordenada. Houve também problemas na comunidade, término das brigadas, as famílias ficaram individuais, não conseguimos retomar os materiais.

Promotor – por que o material chegava de ordem desordenada?

Denis: os fornecedores falavam que não iam entregar porque não receberam.

Promotor: como era feita a compra? Tinha uma organização ou cada um comprava o seu?

Denis: o assentamento tinha uma comissão e trabalhava com o HABIS. E tinha no início participação do INCRA para permitir.

Promotor: por que o mutirão não deu certo?

Denis: horários diferentes entre as famílias, as famílias desanimaram porque os materiais demoravam.

Promotor: de onde são os fornecedores?

Denis: da região. A falta de água também contribuiu para a não construção. As partes não levaram em consideração.

Assessor INCRA: temos a mesma avaliação da comunidade [...] a comunidade deixou a coisa a cargo do HABIS e da comunidade. Desde a época da revisão do TAC queríamos apresentar as famílias. Queriam mostrar as famílias se elas fizeram parte da decisão dos 6% para pagamento de assessoria.

Coordenador 1 HABIS: (resume o processo de construção com entrega de materiais) Tinha um processo de organização que foi se perdendo. O que apareceu? O recurso é X, o tempo é Y, nós sempre mostramos essa questão às famílias. Não achamos justo as famílias pagarem o que não tem para a assessoria, então o HABIS tentou acessar projetos de pesquisa para bancar o suporte da assessoria antes e durante o projeto, chegamos a tirar do próprio bolso para pagar equipe. (Resume que a questão é a falta de recurso para compra de materiais, e que tem pessoas que não querem mais construir).

Promotor – não estou aqui para julgar ninguém, encontrar culpados, estou aqui por causa do TAC, quero saber os “nós” para desatar e achar uma saída. Preciso de um mínimo de informação para conseguir adiantar.

Coordenador 1 HABIS: tínhamos acordo de liberação por etapas, no início o recurso era liberado por etapas, onde todos tinham que ajudar o outro, fazer o coletivo andar junto. É um dos motivos para o atraso. A questão do fornecedor, a logística da entrega de materiais, de canteiro em assentamentos rurais é outra dificuldade. Compra coletiva: comissão decide, compra, entrega, faz a medição, faz o pagamento. Tem uma logística.

Coordenador 2 HABIS: (explica a logística do caminho do pagamento) Notas são assinadas, vão pro INCRA, depois pra CEF engenharia, depois o pagamento de fato. Há burocracia do pagamento, que leva no mínimo 15 dias com todo acompanhamento. O HABIS monitora todos os passos das notas. A CEF pedia o envio da nota por fax para liberar mais rápido o pagamento. A negociação com fornecedores é de 30 a 45 dias pra pagamento.

Engenheiro CEF – em relação à água, precisava do compromisso para abastecimento e isso ainda não foi contemplado. Também têm os projetos não convencionais, que depois se modificaram. [...] Regime de mutirão é mesmo diferente. Na CEF nunca houve paralisação de liberação de recurso, a CEF sempre foi um aliado. (PPT do dia 05/05/09)

Como encaminhamento para esta reunião, o promotor propôs que CEF, INCRA e HABIS se reunissem para a discussão conjunta para proposta de continuidade das obras (cronogramas, processos de pagamento, responsabilidades, inclusão e exclusão de materiais), lembrando que todos deveriam fazer concessões para o destrave do processo. As propostas deveriam ser apresentadas a ele, para posterior realização de reunião no assentamento com a presença de todas as famílias.

Promotor – são todos os cenários, agradando e desagradando a todos. O que pode ser feito para acabar o projeto e viabilizar o projeto? A situação ideal não vai aparecer.

Todos terão que fazer concessão. Não haverá cenário ideal. Sempre haverá perda.
(PPT do dia 05/05/09)

A proposta discutida entre HABIS, INCRA e CEF foi apresentada ao promotor público, em conjunto com uma comissão das famílias, no dia 11/05/09. Em termos gerais propunha:

- CEF: antecipa as liberações de pagamento, ou seja, libera a compra e o pagamento de materiais para posterior medição de obra;
- HABIS: abre mão de R\$ 7.000,00 da parte de Assessoria e coloca o limite de mais seis meses para acompanhar as famílias;
- INCRA: agiliza na tramitação para o pagamento das notas e dá encaminhamento para os casos problemas (famílias com problemas para encaminhamento de obra);
- Famílias do Assentamento Sepé: abrem mão da etapa Piso e Revestimento.

As famílias presentes na reunião expuseram a insatisfação diante da exclusão de etapas de obra, e pediram esclarecimentos sobre a possibilidade de complemento pelo INCRA e CEF. Foi colocado que não existia este complemento. Também questionaram sobre os rendimentos do recurso do projeto em nome das famílias. A explicação do técnico da CEF foi de que o recurso só entrava na conta das famílias mediante solicitação de pagamentos, e, portanto, não permanecia parado lá durante um mês para render juros.

Diante da inflexibilidade das famílias a superintendente da CEF argumentou que as famílias foram beneficiadas com recursos do FGTS, recurso não oneroso, e que não precisariam pagar nada por isso. E questionou: “as famílias não podem dar uma parcela?” Ou seja, se as famílias não poderiam assumir as etapas de obra que estavam sendo retiradas. Esta fala foi seguida pela colocação do promotor

Promotor: o projeto se encontra em uma crise, que se tudo tivesse dado certo não precisaríamos estar reunidos. Todos erraram em algum momento e agora é preciso encontrar uma solução. A única que apareceu foi o cenário apresentado e que se as famílias não aceitarem vai ser criado um impasse. (PPT do dia 11/05/09)

Esta mesma proposta foi levada para a discussão com as famílias no assentamento no dia 14/05/2009. Foram realizadas quatro reuniões de esclarecimentos e propostas, uma em cada núcleo. Os acordos foram sintetizados em seis pontos:

a) Etapas da Casa:

- Serão suprimidas as etapas referentes a pisos (cerâmica no banheiro e cimento queimado no restante da casa) e revestimentos (impermeabilizante nas paredes externas e azulejo no box do chuveiro e sobre a bancada da cozinha);

- HABIS fará estudo de viabilidade técnica para tentar reduzir dimensões do sistema de tratamento de esgoto para reduzir custos;
- Através das compras coletivas se tentará reduzir custos e alocar recursos para aquisição das etapas suprimidas;
- O HABIS irá transferir R\$7.000,00 do valor destinado a Assessoria Técnica para aquisição de materiais de construção.

b) Compra e entrega de materiais:

- Foi formada uma comissão de compras e uma comissão de recebimento/distribuição. Cada comissão foi composta por um membro de cada núcleo e do HABIS.
- Será negociada a compra coletiva para todas as famílias do Sepé;
- A entrega dos produtos será feita em cada lote, ficando a família responsável pelo seu armazenamento;
- Será negociada com os fornecedores a possibilidade de troca de produtos com as famílias;
- O HABIS fará um novo cronograma para programação de liberação antecipada de recursos.

c) Mão de obra:

- O pagamento de mão-de-obra por família será liberado de forma antecipada de acordo com o cronograma de pagamento de materiais.

d) Casos atrasados ou parados:

- O HABIS irá informar através de relatórios periódicos (semanais ou quinzenais) a situação de cada casa;
- O INCRA irá encaminhar os casos parados para exclusão do contrato caso famílias com condições de construir não dêem prosseguimento à obra.

e) Datas indicativas para término das casas:

- As casas que estão cobertas: 9 de agosto de 2009 (dia dos Pais);
- As casas que estão no estágio de construção de alvenaria: 12 de outubro de 2009 (dia das Crianças);
- As casas em estágio de fundação ou anterior: 15 de novembro de 2009 (Proclamação da república).

f) Notas Fiscais e Anexos de pagamento de materiais, mão-de-obra e assessoria técnica:

- Fornecedores entregam Notas Fiscais a um representante da comissão de recebimento/distribuição;
- Comissão entrega Notas Fiscais para o HABIS;
- HABIS elabora o Anexo e entrega junto com as Notas Fiscais para a comissão de pagamento;
- Comissão de pagamento assina a Documentação (Notas Fiscais e Anexo) e entrega para Técnico do INCRA no Sepé;
- INCRA leva a Documentação para INCRA São Paulo;

- INCRA São Paulo chancela e envia cópia via fax para CEF Novo Shopping em Ribeirão Preto, e envia a documentação original por malote;

- CEF Novo Shopping recebe fax e efetua pagamento.

Prazo máximo: 10 dias (informações retiradas do documento: síntese da reunião com o promotor, de 14/05/09).

Formalizados os acordos foi liberado o pagamento das notas atrasadas de materiais e do recurso de mão-de-obra, também atrasado. E teve início uma fase de novos orçamentos entre assessoria e comissão de compras. A assessoria preparou as listas de materiais por etapas de obra para cada tipologia, e também uma lista do montante geral por etapas. Para a reunião com a comissão de compras também forneceu os orçamentos bases que foram utilizados para a atualização do cronograma de obras. O valor das compras não poderia ultrapassar os montantes estabelecidos para que não houvesse, novamente, exclusão de etapas de obra. Para a comissão de recebimentos, preparou planilhas por tipos de tipologia e quantidade de materiais por etapas, com instruções para recebimento e armazenamento. Também preparou uma lista onde cada família deveria assinar atestando o recebimento do material. O primeiro material adquirido foi aquele referente às instalações elétricas, comprado para todas as famílias, o qual deveria ser entregue em kits específicos em cada lote.

Ao mesmo tempo em que eram discutidas as novas compras, procurados novos fornecedores e realizados novos orçamentos, a assessoria tentou discutir com a comissão de compras o novo cronograma de obras, dividido em três desembolsos de recurso. No entanto, a compreensão da coordenação das famílias e da comissão de compras era que seriam comprados todos os materiais para todas as famílias, através de um contrato com as lojas, e as entregas seriam de acordo com o andamento individual de obra (apesar de terem entregado o material elétrico para todos). Consultando a CEF, via telefone, o posicionamento do banco era diferente: não seria permitida a liberação total dos recursos de materiais. O acordo com o promotor público era que a comissão de compras faria a negociação total dos materiais, os quais seriam entregues conforme cronograma de obras. E deveria ser respeitado o montante de 5% do valor do financiamento, a ser liberado apenas depois da última medição de obra, conforme contratado. Além disso, seria liberado antecipadamente o valor em materiais da primeira etapa do cronograma, e enquanto as famílias não aplicassem todo o material adquirido, não seria liberada a próxima parcela. Diante dos esclarecimentos da assessoria sobre a fala da CEF, a comissão de compras e a coordenação das famílias assumiram uma postura de resistência e desconfiança em relação à assessoria. Nas reuniões as falas da assessoria eram abertamente desconsideradas, até mesmo a sugestão de fornecedores. E a reunião

sempre acabava quando se tentava discutir o cronograma de obras. Seria realizada a compra total de materiais.

Além do impasse para a definição do cronograma de obras, sem o qual não havia liberação do pagamento dos novos materiais, incluindo os elétricos adquiridos, as famílias também passaram a discordar com a comissão de compras a respeito da aquisição dos demais materiais. Isso porque parte das famílias defendiam a compra em um fornecedor da cidade de Serra Azul – SP, o qual, desde o início das obras havia sido parceiro¹²⁸, continuando as entregas mesmo com os atrasos de pagamento. Além disso, este fornecedor facilitava a troca de materiais para as famílias, porque muitas haviam adquirido os materiais das etapas ainda não liberadas pelo projeto, e queriam trocá-los por outros. A comissão de compras, no entanto, queria promover um processo de licitação, entregando cartas convites a diversos fornecedores, e comprando aquele com o menor preço, dentro da qualidade exigida, sem favorecimentos. Sentindo que a comissão era contrária a sugestão da loja, as famílias passaram a acusar a comissão de favorecimentos (porque a compra dos fios havia sido realizada em um antigo empregador de um dos representantes da comissão) e de ineficiência, porque o material elétrico não havia sido entregue lote a lote. O fornecedor dos materiais elétricos, quando chegou no assentamento e percebeu a extensão e as distâncias entre os lotes, deixou os materiais na casa de cada representante da comissão de compras, em quatro pontos do assentamento. Por este motivo, a comissão de recebimentos não conferiu os kits no momento da entrega, causando problemas posteriores, como falta de itens ou itens danificados, problemas que colocaram como de responsabilidade da assessoria, que não acompanhou as entregas.

Mesmo sem entrar em um acordo com as demais famílias, a comissão de compras entregou as cartas convites (na verdade, a lista total de materiais), em conjunto com o técnico do INCRA, para um conjunto de lojas, com data agendada para a abertura das propostas. Mas não deixaram claro qual seria o processo de abertura dos envelopes. A comissão, na verdade, não tinha ciência de quais eram os procedimentos para um processo de licitação, nem mesmo o técnico do INCRA. O processo necessitava de um documento formal, onde estariam contidas quais eram as condições exigidas pelas famílias para as compras, como prazo de entrega, local de entrega, qualidade do material, forma de pagamento. E mesmo sobre o processo de abertura: seria permitido, por exemplo, um leilão? Ou “venceria” o menor preço, sem possibilidade de negociação? No entanto, a comissão de compras não aceitava nenhuma sugestão dada pela assessoria, dizendo que a mesma estava atuando apenas para dificultar todo o processo.

¹²⁸ **Sônia:** “Tem que dar preferência pra quem ajuda o povo o ano inteiro” (PPT do dia 23/06/09).

No dia da abertura dos envelopes (02/07/09) compareceram dois fornecedores, sendo um deles aquele defendido por parte das famílias do assentamento. Também estavam presentes os assessores técnicos, os técnicos do INCRA e muitas famílias do assentamento, estando em peso aquelas que defendiam a compra no fornecedor de Serra Azul. A reunião teve início com um dos representantes da comissão de compras esclarecendo como seria o processo: abertura dos envelopes com fechamento das compras com aquele que oferecesse o menor preço na somatória final de todos os materiais (montante total de materiais). Também explicou que as famílias estariam atentas para o prazo de entregas e a qualidade dos materiais. Feitos os primeiros esclarecimentos, uma pessoa lançou a seguinte frase: “A gente tá aqui pra decidir se a compra vai ser em Serra Azul ou em Ribeirão Preto. O Eliseu (representante da comissão de compras) não vai apitar”. Esta colocação deu início a uma série de discussões entre as famílias. O resultado foi a não abertura dos envelopes, pois as famílias alegavam que se o fornecedor de Serra Azul não tivesse o menor preço e quisesse cobrir a proposta do outro fornecedor, as famílias aceitariam. Diante disso, o fornecedor de Ribeirão abandonou a reunião, pois não havia entendido que este seria o processo. Outro resultado foi que parte dos representantes da comissão de compras abdicou da função, se dizendo desrespeitado. Se eles foram escolhidos pelas famílias e ganharam a responsabilidade e a autonomia para a realização das compras, por que as famílias não confiavam? Sendo assim, delegaram a compra de materiais para o INCRA.

Em meio a tanta confusão não foi possível novamente discutir o cronograma de obras e o cronograma de liberação de recursos. A proposta levada para a reunião dividia o pagamento em duas etapas, sendo a última referente aos 5% da CEF, valor liberado, segundo o contrato, apenas depois da última medição. Este esclarecimento era importante para as lojas, para saber da lógica de pagamento. Mas novamente as famílias recusaram o cronograma, diante do argumento:

Eliseu: A gente combinou que ia comprar todo o material, com a CEF, o INCRA e o promotor público. Não tem nada de 5% não! O HABIS tá complicando. A gente vai comprar todo o material e a CEF vai pagar! (PPT do dia 02/07/09)

Diante das dificuldades de encaminhamento das obras a assessoria entrou em contato novamente com o promotor público. A comissão de compras não aceitava as sugestões da assessoria para o processo de compras, e mesmo demonstrava resistência e desconfiança. O INCRA, por sua vez, havia ficado responsável pela compra dos materiais, mas havia o impasse com as famílias, o que dificultava a ação dos técnicos do Instituto os quais ficaram esperando um posicionamento da comissão de compras. Além disso, o prazo para a finalização das casas cobertas estava se aproximando, e a obra continuava no mesmo estágio. Foi necessária nova intervenção da promotoria.

A nova reunião com a promotoria foi realizada no assentamento no dia 10/08/09, com todas as famílias convidadas, a coordenação e a comissão de compras. Mais uma vez o promotor público iniciou a reunião perguntando quais eram as dificuldades. A comissão de compras explicou sobre o impasse no processo de compra de materiais, seguido do argumento das demais famílias sobre o porquê da preferência da compra em Serra Azul. A discussão foi finalizada com a seguinte colocação do promotor público:

Promotor: Essa comissão de compras tem legitimidade, e as suas deliberações têm que ser respeitadas! Eu pra vir aqui tô recebendo do povo. Eu precisava estar aqui? Olha que gasto tá dando pro povo! É prejuízo pra todo mundo! Não tá certo isso! Foi deliberado comissão de compras mediante apresentação de envelope fechado. Então, tem que ser assim senão eu “encho o saco” e mando uma carta para o Ministério em Brasília e vai sobrar pra todo mundo. Ou a gente sai dessa e entra em acordo, ou vai dar “caca”. Já era pra todas as casas terem sido feitas. [...] A comissão de compras, vamos respeitar! Vamos colocar as condições da loja de Serra Azul, vamos colocar isso no papel e quem quiser participar participa. Vai escolher o menor preço. Se o dinheiro tivesse sido liberado pra você, Sônia, você teria gastado como quisesse. Não existe outro caminho! Não vamos mais perder tempo com esta discussão. Tá aqui a comissão de compras com o apoio do HABIS, com o apoio do INCRA. Vamos apresentar convites para estas empresas. (PPT do dia 10/08/09)

Com a fala do promotor, foram estabelecidas as datas para a formalização de um documento de licitação, agora sob a responsabilidade da assessoria e não mais do INCRA, documento a ser apresentado para a comissão de compras. Após a aprovação do documento, a comissão, em conjunto com o técnico do INCRA, visitou as lojas selecionadas entregando os convites. Nesta carta estavam contidas todas as condições estabelecidas pelas famílias para a compra: material dentro das especificações, pagamento após 30 dias da entrega, entrega conforme a necessidade de obra, lote a lote, e possibilidade de negociação de troca de materiais. Sobre a troca de materiais as famílias propuseram que as lojas disponibilizassem um representante para discutir, antes da entrega, quais materiais cada família gostaria de trocar. A nota de compra seria emitida conforme as especificações do projeto, mas os produtos a serem entregues passariam pela alteração das famílias.

E por fim, nesta mesma reunião, foi discutido e aprovado o cronograma de obras, ao qual estava vinculado o cronograma de liberação de recursos. Mais uma vez as famílias insistiram de que seria realizada a compra e o pagamento total dos materiais. Mais uma vez a assessoria explicou que a CEF não faria esta liberação. O acordo era para a negociação total dos materiais, com o pagamento vinculado ao cronograma de obras. A primeira parcela seria liberada antecipadamente, e na proposta trazida pela assessoria, possibilitaria a compra de todos os materiais necessários para a finalização de 57 casas, e o avanço de obras das demais. Depois haveriam mais dois desembolsos, os quais seriam liberados apenas se o

material em canteiro estivesse aplicado na obra. Ou seja, cada família precisava se comprometer em finalizar a sua casa utilizando todo o material que seria entregue. Caso contrário haveria nova paralisação de obra. Também seria liberado antecipadamente o recurso para pagamento de mão-de-obra. Prazo final para finalizar todas as casas: Dezembro de 2009.

Ao contrário do que se esperava, depois de tantas discussões a respeito do cronograma de obras, não houve a entrega dos materiais, apesar da licitação realizada com sucesso. Isso ocorreu porque o novo cronograma de obras, feito pela assessoria, aprovado pelas famílias, deveria ser entregue para a CEF a partir do INCRA, o qual deveria se comprometer oficialmente com as famílias com problemas de encaminhamento de obra, descritas em um ofício enviado pela assessoria ao Instituto. Enquanto o INCRA não enviasse o documento oficial, a CEF não faria a liberação dos pagamentos, conforme expôs a superintendente da CEF à assessoria. Diante desta postura da CEF, a equipe de assessoria decidiu pela não liberação da entrega dos materiais, pois não seria cumprido o prazo de pagamento oficializado, o que poderia gerar outros problemas, além da já conhecida paralisação das entregas pela metade. O esclarecimento sobre esta situação era feito para as famílias nas visitas aos lotes e nas reuniões de coordenação, mas as mesmas não queriam mais ouvir explicações, queriam apenas o material em canteiro.

Mesmo diante dos telefonemas diários da assessoria ao INCRA, e das cartas ofícios enviadas pedindo o encaminhamento do documento à CEF, não houve, novamente, respostas. E foi necessária a realização de nova reunião com o promotor público. A reunião aconteceu no dia 11/09/09, em Ribeirão Preto, com a presença do promotor público, coordenadores e assessores do HABIS, técnicos e diretor de núcleo do INCRA, superintendente, engenheiro e arquiteto da CEF, representantes das famílias e lideranças do MST. As famílias iniciaram a reunião colocando como demanda ao promotor a entrega dos materiais para o prosseguimento das obras, liberação que deveria ter sido realizada a duas semanas atrás. As falas colocadas eram carregadas de indignação. Queriam encontrar os responsáveis pela nova paralisação, e faziam ameaças de ocupação e invasão.

Diante das falas fervorosas das famílias, a superintendente da CEF anunciou que o primeiro desembolso do novo cronograma já havia sido liberado, e não entendia porque os materiais ainda não haviam sido entregues; e que a preocupação era que todas as casas terminassem até Dezembro de 2009. Não mencionou em nenhum momento a necessidade do documento formalizado pelo INCRA assumindo as famílias com problemas de encaminhamento da obra, conforme havia sido colocado para a assessoria.

Entendendo a mudança de postura da CEF, o diretor de núcleo do INCRA declarou: “A gente não tem mais condições de ver as famílias nesta situação”. Ou seja, a assessoria foi responsabilizada pelo entrave no processo. O que se seguiu depois disso foram novas acusações das famílias sobre a assessoria, de erro de compra, de atraso em ações, de cobrança sobre os materiais.

Evandro: O HABIS não está trabalhando a favor da comunidade! (PPT do dia 11/09/09)
Quando a assessoria conseguiu se pronunciar, explicou que não havia liberado a compra por estar seguindo as recomendações feitas pela CEF, a qual queria a garantia de que todas as casas seriam construídas, sob a responsabilidade do INCRA. A superintendente da CEF explicou que, caso as famílias sinalizadas com problema de encaminhamento de obras não construíssem, seria descontado do valor do projeto o valor referente a cada casa. Sendo assim, não haveria recurso suficiente para a finalização das demais, das famílias que ansiavam pelo término.

Evandro: a família que não construísse a casa ia ser punida pelo INCRA! Tem gente que não faz porque não está morando no assentamento, ou não tem condições!

Promotor: E o que o INCRA vai fazer?

Diretor de núcleo INCRA: Está tendo uma conversa no INCRA, e eles vão ser excluídos.

Cido: A CEF vai reter o dinheiro destas casas? Vai prejudicar o assentamento todo. Todos tinham condição de fazer... não fez porque não quis. Até material companheiro vendeu!

Promotor: Já não dá pra fazer a compra dos que vão fazer?

Evandro: Traz as famílias que não concluiu para conversar e ver como pode fazer.

Promotor: depois desta conversa, ou faz, ou eu vou exigir do INCRA reintegração de posse (PPT do dia 11/09/09).

A superintendente da CEF também reforçou, mais uma vez, que caso as famílias que recebessem o material neste primeiro desembolso não cumprissem o cronograma de construção, não seria liberado o segundo desembolso, prejudicando as famílias que ainda tinham material para receber.

Como encaminhamento desta reunião ficou agendada uma nova reunião com as famílias com dificuldades de encaminhamento de obras. Elas deveriam expor, em frente ao promotor, os motivos para a não construção da casa até o momento, e o que era preciso para dar prosseguimento. As condições para o prosseguimento seriam discutidas entre todos os presentes, e as famílias assim, se comprometeriam com a obra. Caso mesmo assim não houvesse nenhum avanço, seria exigida a reintegração de posse do lote, conforme exposto na reunião.

Para esta reunião foram intimados oito assentados, dos quais cinco eram das casas cerâmicas. Quatro deles compareceram e explicaram os motivos para a não construção das casas. Entre os problemas destacaram: falta de assessoria; falta de material, ou material que chegou no período errado, desorganizadamente e favorecendo alguns; problema com a divisão do lote¹²⁹; falta de condições físicas e financeiras para a construção; falta de abastecimento de água. Uma das pessoas presentes havia anunciado para a assessoria, em canteiro de obras, diversas vezes, que não queria construir a casa, pois estava muito velho, a casa era muito grande, e ele não tinha para quem deixar. Na reunião com o promotor este mesmo assentado disse que não construiu porque não tinha material em canteiro. A família que alegou que os materiais haviam chegado no momento errado havia construído no lote uma casa com o recurso do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)¹³⁰, e vendido todos os materiais do projeto que estavam armazenados, e aqueles que chegaram posteriormente, como os de instalações elétricas. O assentado que disse que não tinha material e nem acompanhamento da assessoria, tinha recebido material completo e suficiente para a construção da casa até a cobertura. Ele era pedreiro e não construiu. Havia registros das visitas semanais da assessoria ao seu lote, e desculpas freqüentes para a não construção: “não construí porque esta semana choveu, mas vou começar na segunda”; “não construí porque fez muito sol”; “não construí porque acabou a água”; “não construí porque meu carro quebrou, não tenho como buscar água”; “não construí porque meu filho não veio ajudar”; “não construí porque acabou a areia” (a areia entregue tinha sido levada pela chuva); “não construí porque não tenho dinheiro para comprar mais areia” (os materiais perdidos deveriam ser repostos pela família responsável); e, por fim, perdeu o cimento, material com data de validade.

Todos estes esclarecimentos foram prestados pela assessoria em reunião, afirmando, novamente, que seria necessário o comprometimento das famílias para o término de todas as casas.

Cido: o HABIS tem o cronograma de entrega de materiais de todas as famílias. Se algum companheiro não for construir, vai prejudicar todo mundo. [...] temos que amarrar um compromisso para ver se o pessoal constrói a casa.

Engenheiro CEF: Se algumas casas não forem terminadas, os R\$ 13.900,00 têm que voltar para o FGTS. Todas as famílias já receberam algum material. Se for excluído algum usuário, vai ser retirado o recurso que está na conta. Vai atrapalhar todas as casas.

Promotor: Ficou claro? Tem famílias que não começaram, ou que começaram e estão no início. Se não for encaminhado, vai reter o valor, prejudicar toda a comunidade. O

¹²⁹ O casal se divorciou e o INCRA dividiu o lote. No entanto, a fundação da casa, já executada, estava na parte do marido, e a casa deveria pertencer à esposa.

¹³⁰ PRONAF: o recurso do programa era destinado à produção agrícola.

HABIS tem um dossiê de cada família se responsabilizando pelo encaminhamento da obra. A família prejudicada será levada em consideração. Outra coisa que ficou clara depois das diversas reuniões: tem que ter empenho para as coisas se viabilizar! Quero saber, essas famílias vão receber o material a partir de agora. Vocês vão levantar as suas casas? É uma minoria que enfrentou dificuldades. Se alguém enfrentar algum tipo de problema, corre me avisar. Vocês vão assumir esse compromisso? Assumido por todas as famílias, e pela sociedade brasileira representada por mim? O INCRA vai ter que dar condições. O HABIS vai ter que dar conta da assessoria que assumiu. E eu, que as coisas caminhem para o sucesso. O problema é a água? É a assessoria que tá vindo pouco? É o assentamento que não quer construir? Vamos ver as consequências... Todo mundo vai assumir o compromisso? É possível? (PPT do dia 15/09/09)

Foram discutidos os encaminhamentos para cada casa, com o comprometimento dos assentados presentes, ficando em aberto para duas famílias, as quais anunciaram falta de condição física¹³¹ e financeira para o andamento da obra. Diante deste impasse, o promotor sugeriu que a comunidade, em conjunto com o HABIS, discutisse maneiras para a execução da casa, seja através da solidariedade ou contratação de mão-de-obra. Foi agendada a reunião, onde os dois assentados deveriam estar presentes. E estabelecido o prazo de uma semana para anunciar uma resposta ao promotor.

No entanto, a discussão para o encaminhamento de obras dos dois assentados ficou como pauta em muitas reuniões de coordenação no assentamento, sem um encaminhamento efetivo. Na primeira delas, as famílias presentes disseram que construiriam a casa dos assentados enquanto gesto de solidariedade. Dois pedreiros (capacitados no mutirão) iriam assumir a frente, e pediram para que fossem entregues os materiais necessários para dar início às obras. Na segunda reunião estes dois pedreiros anunciaram que construiriam as casas mediante pagamento. Queriam receber os valores restantes de mão-de-obra das duas famílias, mais o recurso destinado para melhoramentos (R\$ 2.000,00 liberados pelo INCRA). Para isso, era imprescindível que os dois assentados entrassem em acordo com os pedreiros, e mesmo, repassassem os valores de mão-de-obra que iriam receber. Quanto ao valor liberado pelo INCRA, o técnico presente explicou que ele era destinado para pagamento de materiais. Apenas 15% poderiam ser destinados para pagamento de mão-de-obra. E mesmo assim, o gasto deste recurso deveria ser autorizado pelos dois assentados.

Diante desta resposta, as famílias pressionaram para que o técnico conseguisse autorização no INCRA para o uso do recurso de melhoramentos para pagamento de mão-de-obra. Alegavam que o recurso era uma vitória da luta das famílias, e que elas tinham o direito de utilizar o recurso da maneira como bem

¹³¹ Estes dois assentados eram bastante idosos, solteiros, de saúde fragilizada, e ainda, possuíam sérios problemas com o alcoolismo. Ambos haviam anunciado em canteiro que não se interessavam pela construção da casa, e um deles nem sabia que tinha assinado um contrato de construção. Em uma das visitas da assessoria ao lote, se disse surpreso porque as pessoas descarregavam material lá, e que ele não mexia em nada porque não era dele.

entendessem. No mesmo momento, o técnico ligou para seu supervisor, o qual confirmou que o recurso era para pagamento de material. E ainda, que as famílias se comprometeram frente ao promotor a construir as duas casas em mutirão. Se elas haviam mudado de idéia, deveriam encaminhar a ata da reunião para o promotor público anunciando a mudança de postura, para nova discussão sobre o que fazer.

Assim como outros problemas, este não foi resolvido pela comunidade. Depois de algum tempo, um dos assentados discutido trouxe uma pessoa para morar e trabalhar em seu lote. Esta pessoa, que possuía fundos, responsabilizou-se pela construção da casa, e continua morando nela. O outro assentado não construiu, e não há indícios de que venha a construir.

As compras para todas as famílias foram realizadas em Setembro, mas apenas em meados de Outubro havia condições suficientes para que houvesse andamento de obras (período de plantio). A despeito do contrato assinado no momento da licitação, algumas lojas não estavam cumprindo os prazos de entrega, e uma delas desistiu da venda após duas semanas do envio dos pedidos, sem entregar nenhum material, e sem avisar da decisão. Também houve problemas com a qualidade e quantidade de alguns materiais, principalmente os tijolos cerâmicos destinados à construção das fossas. A comissão de recebimentos não acompanhou a entrega dos materiais, por isso não houve conferência dos mesmos. Os tijolos eram muito menores do que o especificado, o que significava que eles não seriam suficientes para cumprir a etapa, e ainda, demandariam maior gasto em cimento, areia e cal, materiais da argamassa de assentamento. Além disso, a qualidade dos tijolos era tão ruim que eles se desmanchavam com a chuva. As famílias, em seus lotes, sem a comissão de recebimentos, perceberam a má qualidade dos tijolos, e mesmo assim permitiram o descarregamento dos caminhões. Não fizeram a reclamação para o fornecedor, mas para a assessoria técnica. A assessoria entrou em contato com o fornecedor reclamando as especificações dos produtos e a qualidade dos mesmos. O fornecedor assumiu o erro, se comprometendo a entregar mais tijolos para cada família conforme o cálculo da assessoria. Mas, mais uma vez, não houve cumprimento do acordo, e a loja deixou de atender aos telefonemas da assessoria. Neste momento, a assessoria já havia sinalizado a comissão de compras e de recebimentos, e ao INCRA sobre a dificuldade de cumprimento do acordo do fornecedor. No entanto, os mesmos alegavam que esta era uma responsabilidade da assessoria, pressionando em canteiro para a resolução do problema.

A assessoria, por sua vez, encontrava-se totalmente desgastada com o processo. Não havia como estabelecer parceria com nenhum dos outros atores para a resolução de problemas insolúveis, os acordos

não eram cumpridos, e quando parecia estar sendo estabelecido algum diálogo, a assessoria era sempre surpreendida e culpada pelas dificuldades, tanto pelas famílias, INCRA, CEF e promotoria pública. O sobrecarregamento de canteiro, aliado às responsabilidades individuais dos assessores para com as suas pesquisas, tornou a situação instável, trazendo os conflitos de canteiro para dentro do grupo de pesquisa. Os assessores mais antigos, envolvidos a mais tempo com o canteiro de obras, e um dos coordenadores do grupo, passaram a defender que, diante da falta de parceria e das dificuldades de canteiro, a assessoria deveria anunciar a sua saída. Não havia interlocução com as famílias, e as mesmas encaravam a assessoria como se a mesma estivesse interessada em atrapalhar o processo. Mas, a outra parte do grupo, pouco envolvida com a dinâmica de canteiro, formada pelos novos mestrands e o outro coordenador, discordava. A assessoria deveria continuar no acompanhamento das famílias. Diante do impasse, o grupo iniciou uma discussão a fim de definir quais seriam os limites do grupo de pesquisa no acompanhamento da obra, o que a assessoria iria assumir como sua responsabilidade, quais eram as condições necessárias para isso, e qual era o prazo para a saída. O principal problema, no momento, era a falta de recursos e a falta de equipe para o acompanhamento do projeto. No que se refere à equipe de assessores mais antigos, o cansaço e a desmotivação, junto com a sobreposição de responsabilidades, eram as maiores dificuldades. Começou a haver acusações dentro da equipe, de falta de envolvimento no projeto, e alguns assessores que defendiam a definição de limites para a permanência da assessoria em canteiro, foram convidados a sair do grupo de pesquisa. No entanto, a saída destes assessores significaria a ausência de pessoas que dominavam todo o processo de obra, desde o financeiro, os processos, e o histórico de interlocução com as famílias.

No dia 10/11/09 a assessoria técnica convocou uma reunião no assentamento. Desta reunião participaram o promotor público, os técnicos do INCRA, e a coordenação das famílias. Entre as pautas da reunião se discutiu a situação da obra, a entrega de materiais, a desmobilização da comissão de compras, as famílias que ainda não haviam iniciado a obra, e a permanência da assessoria técnica.

A assessoria deu início à reunião, mostrando qual era a situação no canteiro no momento: 6 famílias em estágio inicial de obra (fundação e contrapiso), 10 em estágio intermediário (alvenaria e cobertura), 55 em estágio final (instalações e acabamentos) e 1 obra concluída. Havia também cinco casos parados dependendo de definições do INCRA e/ou coordenação das famílias. A assessoria também colocou quais eram os problemas de encaminhamento das obras: as lojas não estavam cumprindo o cronograma de entregas, e nem as especificações dos materiais; a comissão de compras não colaborava para a resolução destes problemas; os materiais estavam sendo entregues inadequadamente em canteiro porque não havia

o acompanhamento da comissão de recebimentos; as famílias que possuíam todo o material em canteiro não estavam conseguindo dar andamento à obra devido ao recurso insuficiente para pagamento de mão-de-obra, e mesmo, falta de pedreiros disponíveis; em alguns lotes ainda estava faltando o abastecimento da água; nem a comunidade e nem o INCRA deram encaminhamento à família com problema de encaminhamento de obra, a qual continuava paralisada; as reuniões com a coordenação não eram deliberativas, e os acordos retirados em reunião não chegavam nas demais famílias em canteiro de obras.

Dando prosseguimento ao assunto, a assessoria expôs a sua situação, enfatizando que não se tratava de cobrança sobre as famílias, mas de prestação de contas:

Assessora 3 HABIS: [...] a nossa preocupação é que o tempo está passando e as casas não estão saindo... temos que falar dos limites da assessoria. O grupo HABIS tá aqui desde Dezembro de 2005. Já viemos aqui 198 vezes, com gasto de R\$ 200,00 por viagem. Não estamos cobrando ninguém, estamos apenas fazendo prestação de contas! Somando tudo, gastamos cerca de 180 mil reais... recebemos até agora 58 mil reais das famílias.... fazendo uma conta, foram gastos 122 mil reais a mais, de recurso de pesquisa, de uso de recurso público, dinheiro de outros projetos, de voluntários que trabalharam de graça. [...] O que é importante nesta conversa é que não temos mais recurso para vir aqui... e só temos equipe para vir aqui até Dezembro de 2009. E a equipe de escritório tá apertada com outros compromissos. Temos como acompanhar até Dezembro. A nossa questão... temos vários problemas pontuais... queria saber o que tem que fazer, a assessoria técnica, para que vocês terminem no ano que vêm... como a comunidade pode tocar sozinha? A gente tá disposto a ajudar... mas não temos mais dinheiro e equipe para ficar como assessoria (PPT do dia 10/11/09).

Apesar das discussões que deram prosseguimento à reunião, o posicionamento das famílias foi de que todas as casas estariam finalizadas até Dezembro de 2009, se tivessem o material em canteiro. No entanto, como vimos acima, não se tratava apenas da questão de material.

Passado Dezembro de 2009, haviam apenas 24 casas concluídas, 35 casas cobertas sem esquadrias e instalações, 6 não cobertas, e 2 paradas sem iniciar. O INCRA não se posicionou diante dos problemas de encaminhamento de obras, a assessoria continuou o acompanhamento com visitas mais espaçadas, as famílias continuaram no ritmo lento de obras. Devido ao não avanço das obras, e dos materiais estocados em canteiro, a CEF não liberou as outras parcelas do financiamento, prejudicando algumas famílias que ainda necessitavam receber material, e que assim, não puderam finalizar as casas. Com a passagem do tempo houve a perda de materiais, sem a possibilidade de reposição pela família. E o afastamento da assessoria, que não estava mais presente em canteiro para fazer cobranças para a execução, contribuiu para que as famílias não executassem etapas que consideravam “desnecessárias”: por que construir torre de caixa d’água se não há abastecimento de água? Por que construir a fossa com o círculo de bananeiras se não é possível utilizar o banheiro por falta de água? E assim por diante.

No último levantamento realizado pela assessoria, a pedido da CEF em Abril de 2011, sobre o canteiro de obras, a situação era a seguinte:

- 38 casas concluídas onde, 36 foram terminadas recebendo todos os materiais e recursos de mão-de-obra; e 2 finalizadas com recursos próprios das famílias para compra de materiais;
- 8 casas paradas pela impossibilidade de receber os materiais finais;
- 20 casas paradas sem finalização, com todo o material estocado em canteiro;
- 1 casa sem iniciar.

Descaso das famílias? Erros da assessoria? Falta de acompanhamento do INCRA? Talvez um pouco de tudo, mas muito mais do que isso como o processo pôde demonstrar. E o prazo para o término das casas? Mais uma vez, indeterminado.

3.6. Síntese da formação das brigadas

Durante o processo de construção das casas exposto até aqui, que contemplou o período de Dezembro de 2005 até Dezembro de 2009, vimos as alterações dos grupos de trabalho, sugeridas pelos títulos dos subcapítulos. Se de início as famílias entendiam como coletividade o trabalho em brigadas, sem remuneração, e em mutirão, com o tempo, e diante das dificuldades do processo, estas formas de coletividade foram se alterando e se adaptando segundo os novos agrupamentos entre as famílias, ou a urgência na construção das casas.

Estes agrupamentos seguiram o seguinte percurso:

- 1) brigadas de trabalho “solidárias”:** mutirão onde todos trabalhavam na casa de todos, sob a coordenação do pedreiro assentado e da assessoria técnica;
- 2) brigadas de trabalho com pedreiros contratados:** esta rearticulação das brigadas se deu a partir da contratação de pedreiros por grupos. Estes grupos de famílias se denominavam coletivos, mantendo o nome de brigada. No entanto, representam uma diferenciação entre as famílias, pois os integrantes deste tipo de brigada possuíam melhor situação sócio-econômica;
- 3) cada um por si para ser coletivo:** neste momento há novamente a alteração do significado da palavra coletivo proposta no início da discussão do projeto. Se antes ser coletivo significa trabalhar todos juntos,

passou a significar cada um fazer a sua parte, individualmente, para não atrapalhar o outro. Neste momento as famílias já se encontram totalmente desarticuladas, prevalecendo a contratação individual de pedreiros, e todas as dificuldades decorrentes disso, pois, como sabemos, não existia recurso suficiente para o pagamento de mão-de-obra.

O mapeamento do histórico da formação das brigadas permitiu a divisão das famílias em nove grupos diferentes, em relação ao encaminhamento das obras. Destes nove grupos, apenas o grupo A manteve parte da organização inicial para canteiro de obras, ainda assim até a finalização da cobertura das casas, passando a realizar as demais etapas individualmente, como pedreiros autônomos. Apesar de prevalecer a contratação de pedreiro, existiram formas mais “solidárias” de construção, como os representantes dos grupos C e D (construiu com a ajuda de parente, construiu com ajuda solidária, respectivamente). No entanto, foram a minoria.

Quadro 5: Síntese do histórico de formação das brigadas.

Grupo	Quantidade de famílias	Descrição
A	6	Construiu em brigada até a cobertura das casas
B	37	Família que construiu contratando pedreiro
C	4	Construiu com ajuda de parente
D	2	Construiu com ajuda solidária
E	7	É pedreiro e construiu a sua casa
F	3	Adquiriu conhecimentos no mutirão e construiu a casa sozinho
G	2	Substituiu o lote e construiu contratando pedreiro
H	1	Substituiu o lote, é pedreiro e construiu a casa.
I	5	Não construiu ou está em processo lento de construção
Total: 67 famílias		

Vale lembrar, mais uma vez, que este trabalho parte do entendimento de que o processo de construção das casas contribuiu para a separação dos integrantes das brigadas, ao mesmo tempo em que a separação das brigadas influenciou drasticamente o próprio processo de construção. A fim de entender este movimento, passemos para o próximo capítulo.

ORGANIZAÇÃO COLETIVA: UM PROJETO EM ABERTO

Este capítulo tem como objetivo discutir algumas questões suscitadas pelo relato do histórico da construção das casas. Muitas discussões e análises poderiam ser desenvolvidas a partir desta exposição, sob diferentes enfoques, seja a respeito das relações pessoais, das estratégias de atuação, do processo de gestão de obras, do programa de financiamento em si, enfim, de diferentes assuntos em diferentes áreas do conhecimento. Trata-se de um cenário instigante, complexo e rico em questões. No entanto, para este trabalho, interessa entender a proposta de construção das casas enquanto um processo de fortalecimento dos laços comunitários das famílias envolvidas, enquanto organização coletiva, e possibilidade de emancipação. Como vimos a organização inicialmente discutida entre os atores do projeto se perdeu, e mesmo, transformou-se ao longo do processo de construção das casas, inclusive com a mudança no sentido da palavra “coletivo” nos seus diferentes momentos. Esta alteração esteve ligada às maneiras como estas famílias buscaram dar prosseguimento às obras em meio a um cenário adverso, seja devido à sua dinâmica, seja em relação à incompatibilidade de interesses, projetos de vida, e experiências acumuladas. Mais do que estar envolvidas em um projeto que visava fortalecer os laços comunitários, estas famílias estiveram empenhadas em suprir uma necessidade básica fundamental: a habitação.

A necessidade habitacional foi o ponto de partida para todo o processo. Foi pela sua necessidade que as famílias e militantes do assentamento Sepé procuraram o grupo de pesquisa HABIS em 2005, que foi acessado um programa de financiamento envolvendo a CEF, e procurada a ajuda do promotor público nos momentos de crise. Foi a necessidade habitacional que congregou os assentados em brigadas para a construção das casas, e depois os separou, quando as diferenças entre eles se intensificaram. E também foi devido a esta necessidade que as famílias participaram das reuniões, acusaram, brigaram e denunciaram. Não subtraio aqui a carga de responsabilidade destas mesmas famílias pelo desenrolar das obras, mas considero que ela não esteve isolada, e que os resultados em canteiro são decorrentes da interação entre famílias, em conjunto com o grupo de pesquisa / assessoria técnica, o programa de

financiamento, a ação dos representantes da CEF, do INCRA e da promotoria pública, bem como da própria dinâmica de canteiro de obras.

4.1. As diferentes racionalidades em um mesmo processo – resultados comprometidos

Desta breve introdução tem lugar a primeira consideração a ser discutida aqui: o processo de construção das casas enquanto um espaço onde predominaram diferentes racionalidades. Por racionalidade, entendemos aquilo que dá razão de ser e de agir, no nosso caso, para os diferentes atores do projeto Sepé. Sendo aquilo que dá razão de ser a algo ou a alguma coisa, a racionalidade não é única nem universal. Se a racionalidade está relacionada à razão, e sendo a razão a faculdade subjetiva de pensar (SOUZA, 2009)¹³², então cada pessoa pode conceber projetos, processos, acontecimentos de maneiras diferentes. No entanto esta capacidade de raciocinar não é livre, podendo ser influenciada por diversos aspectos, como cultura e religião.

Somos os indivíduos nascidos dentro dos mecanismos da ordem econômica da produção. A racionalidade deveria governar o trabalho e a vida social. Mas não é o que acontece. Ao contrário, como demonstrou Weber, a determinação dos fins pessoais é dada pela experiência da vida e pela forma como se comportam os demais. Não há como estabelecer universalmente porque certos fins seriam considerados “racionais” e outros não. As pessoas, as sociedades e as culturas são extremamente complexas. Isso quer dizer que a racionalidade da vida e do trabalho não existe em estado puro. Ela deriva de um sistema de preferências, de escolhas, mas não de uma lógica absoluta quanto aos valores (a dedicação é preferível à indolência, mas não é mais racional do que ela), nem de uma lógica incondicional quanto aos fins almejados (o trabalho aturado raramente enriquece alguém). (THIRY-CHERQUES, 2009. p. 901)¹³³

Para Weber, na sociedade capitalista ocidental esta racionalidade passa a se vincular diretamente ao cálculo, e todas as ações humanas passam a buscar certa adequação entre meios e fins, a fim de obter o máximo de efeitos desejados a partir de um mínimo dispêndio, evitando ou minimizando os efeitos indesejáveis (FREITAG, 1994¹³⁴, apud SOUZA, 2009). Ou seja, a racionalidade passa a ser definida pela

¹³² SOUZA, Michel Aires de. O que é a racionalidade Instrumental? In: *filosofonet.wordpress.com*. 16 de Abril de 2009. Disponível em: <<http://filosofonet.wordpress.com/2009/04/16/627/>>. Acesso em 07 fev. 2011.

¹³³ THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. In: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, vol. 43, n. 4:897-918, JUL./AGO. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122009000400007&script=sci_abstract&tlng=pt> . Acesso em 07 fev. 2011.

¹³⁴ FREITAG, Bárbara. *A teoria crítica: ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

sua eficácia, onde só o fim é importante, ou melhor, onde os resultados esperados são justificativa para qualquer ação (eficiente) que leve a eles.

A partir desta breve explicação sobre racionalidade, sem se aprofundar nas discussões sobre o conceito e os seus desdobramentos na literatura¹³⁵, e tendo em mente racionalidade enquanto aquilo que dá razão de ser, é possível fazer uma análise mais próxima do processo de construção das casas. O que se pode notar neste processo é a recorrência dos conflitos e o não cumprimento dos acordos e prazos.

O processo de construção das casas mostrou existir entre os seus atores diferentes expectativas. Para as famílias, o desejo refletido nas ações era ter a casa o mais rápido possível. Para a assessoria, importava o processo de construção enquanto ensaio para novas relações sociais, nisso se aproximando dos ideais do MST. E para a CEF, um financiamento habitacional dentro de normas pré-estabelecidas. Apesar de o objetivo final casa ser igual para todos os atores, os caminhos instituídos por cada um deles foram muito diferenciados, resultando, por sua vez, num processo bastante desgastante para todos os envolvidos. Quando movimentados em conjunto, estes interesses se tornaram um entrave, frustrando os objetivos iniciais de cada ator, e dando forma ao processo de canteiro de obras.

Quando o grupo de pesquisa aceitou o convite para ser assessor técnico das famílias do assentamento Sepé, acreditava se tratar de uma parceria, onde os problemas e encaminhamentos para o canteiro seriam discutidos em conjunto, mantendo uma postura coerente entre o acordo e a ação, dentro da lógica da pesquisa-ação. Acreditava também que a organização prévia das famílias, apresentada no início das discussões, divididas em núcleos, frentes, representantes, coordenação geral, seria um facilitador nos momentos de crise, ou de dificuldades próprias do processo. No decorrer das obras, no entanto, este caráter de parceria foi dando espaço a uma relação de cobranças, e a assessoria passou a se conformar para as famílias enquanto “entidade” que libera os materiais e o pagamento de mão-de-obra. Apesar dos esclarecimentos prestados, de que a liberação dos materiais e dos recursos estava diretamente relacionada ao andamento da obra e à aplicação dos materiais entregues, predominou esta concepção, pois a equipe HABIS era a materialização do programa de financiamento, a personificação de regras e procedimentos instituídos, e assim, de toda a burocracia decorrente.

Dentro da própria equipe de assessoria havia uma incongruência, parte devido à sua particularidade de grupo de pesquisa. A parte permanente da equipe, os coordenadores do grupo, não fazia o

¹³⁵ Max Weber desenvolve a discussão sobre racionalidade em seu livro “A ética protestante e o espírito do capitalismo”. Este livro foi bastante consultado, por diversos outros pensadores, a fim de entender a sociedade moderna, e a modernidade.

acompanhamento direto do canteiro, salvo participando em reuniões. E a equipe de assessores que visitavam o canteiro não era permanente, sendo alterada constantemente. Cada novo assessor que entrava no grupo de pesquisa, nos períodos de obra intensa no Sepé, era direcionado para o canteiro. Os conflitos de canteiro tinham os seus reflexos dentro da equipe de assessoria, o que ocasionou a saída de diferentes assessores pesquisadores. E esta saída, no mais das vezes, foi encarada como resultado da inabilidade deste assessor em lidar com os problemas de canteiro, problemas muito maiores e muito mais complexos do que a assessoria poderia assumir. E por isso mesmo, muitas das ações destes assessores foram consideradas insuficientes, e mais de uma vez foram utilizadas as mesmas estratégias de ação. A incapacidade de encaminhamentos de obra foi considerada como imaturidade, falta de postura profissional, ou falta de motivação para acompanhar um projeto interessado em ganhos sociais. Por exemplo, desde o início das obras a comissão de recebimentos não funcionou, e isso trouxe sérios impactos à obra, como desvio de materiais e entregas erradas. Mas em cada crise do projeto estas mesmas comissões eram propostas novamente, e mobilizado os assessores para novamente capacitar os representantes destas comissões para acompanhar e conferir a entrega dos materiais. Para isso foram pensadas diferentes formas de atuar em conjunto com a comissão, como promovendo um intercâmbio com a comissão de compras, colocando as lojas em contato direto com os representantes, e por fim, fornecendo uma cópia de cada pedido de compra para a comissão e para a família que iria receber os materiais. Mesmo diante de diferentes abordagens com as comissões, as mesmas não faziam o acompanhamento da entrega. E dentro da equipe de assessoria, o que prevaleceu, foi a depreciação do pesquisador assessor, de que ele não estava interagindo corretamente com os representantes, não estava utilizando a estratégia correta de abordagem, quando, na verdade, a estratégia de manter uma comissão de recebimentos não se viabilizava, não da forma proposta. Desta maneira, quando um assessor, diante da pressão por resultados, ficava doente ou abandonava o grupo de pesquisa, considerava-se que ele não se encaixava no perfil profissional procurado. Ou seja, mesmo dentro do grupo de pesquisa não havia espaço para a reflexão sobre o processo de construção das casas, ficando toda a equipe imersa na resolução de problemas urgentes, recorrendo sempre aos mesmos expedientes.

Se havia dificuldades de manter a equipe de assessoria devido às relações estabelecidas entre os seus integrantes e o trabalho em canteiro, também havia o lado financeiro. Para que o assessor tivesse pagamentos mensais, ou freqüentes, ele deveria estar vinculado a uma bolsa de pesquisa. Caso contrário, o pagamento seguia a lógica de liberação dos recursos de mão-de-obra das famílias. Sendo assim, sem bolsa de pesquisa havia a dificuldade de manutenção da equipe, bem como de incentivo a entrada de

novos integrantes. E quando o pesquisador possuía bolsa de pesquisa, havia a sobreposição de duas atividades de complexidades e tempos de dedicação diferentes. Por este motivo, durante períodos de fechamento de pesquisa, elaboração de relatórios, memorial de qualificação, estes pesquisadores diminuía o ritmo de acompanhamento do projeto Sepé, ou deixavam de acompanhá-lo. Nestes períodos, a equipe que permanecia assumia mais funções, podendo prejudicar na velocidade de encaminhamentos de obra.

O entendimento do papel da equipe de assessoria pelo grupo de pesquisa também se diferiu profundamente do entendimento das famílias. Se para o grupo de pesquisa os assessores deveriam atuar buscando e testando estratégias que promovessem uma gestão coletiva de canteiro, baseada nas trocas e na solidariedade, para as famílias a assessoria deveria garantir as condições mínimas para o andamento das obras. E se a assessoria buscava criar um processo participativo, com divisão de responsabilidades com as famílias, as mesmas buscavam dar prosseguimento às construções cobrando da assessoria ações que não eram da sua alçada, ou que não foram claramente definidas como não sendo.

Este entendimento trouxe em si contradição e a inviabilização do projeto da assessoria para o assentamento, porque ao ser colocada como responsável pelas demandas das famílias, muitas vezes em situação de apelo ou revolta, foi instituída uma relação de “cliente” e “prestador de serviços”, descaracterizando o espaço de discussão e reflexões conjuntas que se pretendia, bem como de uma relação de co-responsabilidades. O espaço para a reflexão passou a se configurar enquanto espaço de prestação de contas e de cobranças, onde as famílias faziam as suas exigências, não importavam os motivos geradores dos problemas. E neste sentido, quando não havia a liberação do material ou do recurso do pagamento, o entendimento das famílias era de que a assessoria não fazia nada, não cumpria a sua função, como ficou evidente na fala de muitos assentados, nos momentos de obra parada.

E se num primeiro momento esta relação foi marcada por cobrança, passou logo em seguida a ser caracterizada pela desconfiança. O erro no cálculo dos valores de mão-de-obra, o aparecimento de notas fiscais sem pagamento, as informações diferentes veiculadas pelos diferentes assessores da equipe, contribuíam para que a relação entre famílias e assessoria ficasse ainda mais desgastada. Esta desconfiança, aliada às regras do contrato personificadas pela assessoria, propiciavam um falso entendimento pelas famílias sobre o papel da assessoria, sendo encarada como uma equipe que queria dificultar o processo, se posicionando contra os seus interesses. E a dificuldade de interação, de linguagem

e de entendimento dos acordos e encaminhamentos discutidos levou as famílias a acusarem a assessoria de desvio de recurso, de ganho de dinheiro sem trabalho.

E se em canteiro de obras os esclarecimentos prestados individualmente pareciam convincentes, quando as famílias se juntavam para a reunião, eram lançadas as mesmas perguntas, e as mesmas acusações. Se em canteiro, individualmente, as famílias deixavam o seu ponto de vista claro, explicitando até mesmo as diferenças de posicionamentos entre elas, nas reuniões estas diferenças deixavam de existir para que a pressão por resultados tivesse maior força. Tratava-se de uma frente de enfrentamento, pois nas reuniões a força em grupo das famílias se sobressaía à fala articulada da assessoria, a qual poderia assustar, ou confundir. E mesmo quando o posicionamento das famílias não era considerado em reunião, ele se fazia valer em canteiro de obras a partir das ações.

Para as pretensões da assessoria o espaço de reuniões era fundamental. Para as reuniões a assessoria sempre se preparou no sentido de fornecer informações suficientes para que as famílias discutissem em conjunto encaminhamentos para os problemas em comum. Nas primeiras reuniões coletivas para a discussão de problemas de obras, a assessoria utilizava como método de abordagem as perguntas. Por exemplo, havia a exposição de um problema, e em seguida era lançada uma pergunta: “Alguém sabe explicar porque isso está acontecendo?”, “Alguém sabe dizer qual era o acordo?”, “Alguém sabe dizer qual é o papel da assessoria, de quem é a responsabilidade?” Com o passar do tempo, no entanto, as famílias se tornaram avessas a esta dinâmica, acusando a assessoria de assumir um ar professoral. Além disso, ao propor o entendimento conjunto do problema, as reuniões eram mais demoradas, e geralmente, poucas pessoas se manifestavam. Além do mal estar de expor as respostas (medo de errar), muitos se recusavam a falar por impaciência. Depois de um período as reuniões assumiram outra dinâmica: a assessoria fazia a exposição do problema, abrindo a “palavra” para novas exposições, questões, esclarecimentos, e discussão conjunta de encaminhamentos. Quando eram colocados os problemas não havia uma reflexão sobre as suas causas, e as famílias faziam uma leitura do problema a partir das dificuldades de canteiro: o material que não chegou, o material que chegou incompleto e por isso se perdeu, a entrega incorreta dos materiais. As famílias lidavam com os fatos concretos, e por isso queriam soluções rápidas, agindo sobre as conseqüências, e não sobre as causas. Discutir as regras de contrato era instituir uma barreira da qual as famílias queriam fugir, desviar de alguma maneira, ou mesmo, passar por cima. E aí se encaixam falas como: “A CEF não tem que mandar nada. O dinheiro que está lá é nosso”; “Por que a gente não pode comprar e pagar por todo o material?”; “Não tem não essa história dos 5% no final. Vocês estão complicando”.

Por se configurar enquanto uma prestadora de serviços também era racional às famílias cobrarem da assessoria a correta entrega de materiais em canteiro, dentro das necessidades de obra de cada uma delas. Se elas estavam pagando pelo trabalho da assessoria, por que elas teriam de deixar o trabalho na lavoura, ou na obra, para acompanhar o caminhão com a entrega de materiais? Por que elas deveriam fazer parte da comissão de compras, visitando as lojas e fazendo pedidos de orçamentos se a assessoria possuía um escritório próprio para isso, com telefone, internet, impressora? Nos momentos de discussão nas reuniões, em momentos de crise, as famílias sempre assumiram as comissões de compra e de recebimento. Mas não no dia a dia. Isso foi decorrente dos interesses. Se a assessoria colocava como fundamental a existência das comissões para que houvesse a compra e a entrega dos materiais, as famílias assumiam os cargos, mesmo sabendo que não o assumiriam realmente. Essa postura em reunião garantia a liberação dos materiais, era a contrapartida.

O mesmo se pode dizer sobre as discussões com a CEF e a promotoria pública, quando eram estipulados os prazos para a finalização das casas. A aceitação dos prazos era geral, e todos se comprometiam publicamente, assumindo com veemência as datas estabelecidas. E mesmo sabendo que as dificuldades para a viabilização de canteiro continuariam as mesmas, como o recurso insuficiente para o pagamento de mão-de-obra, a dificuldade de encontrar e pagar pelo trabalho dos pedreiros, os processos extensos de liberação dos pagamentos de materiais, as casas paradas sem avanço de obra. Nestas reuniões também foi recorrente a comunidade assumir a construção das casas das famílias com problemas de encaminhamento, e isso era feito, muitas vezes, pelas famílias que também estavam com a obra muito atrasada.

Quando eram realizadas as reuniões para a verificação do cumprimento dos acordos, eram discutidos novamente os mesmos problemas: o atraso na entrega dos materiais, o atraso nos pagamentos, a dificuldade de muitas famílias no avanço de obra, a falta de abastecimento de água, o erro na entrega dos materiais, a falta de recurso para pagamento de mão-de-obra, a falta de assessoria técnica. A diferença entre os atores era de entendimento do por que destes problemas, pois as famílias acreditavam ser decorrente da falta de ação da assessoria. A CEF colocava como falta de empenho das famílias na obra, e de supervisão do INCRA. O INCRA também se posicionava ao lado das famílias, colocando a culpa dos problemas na assessoria. E a assessoria, por sua vez, tinha a clareza de que as dificuldades eram decorrentes do programa de financiamento, mas insistia em manter as estratégias de atuação ligadas a pesquisa-ação, no entanto, sem discutir qual era o real problema para os entraves, mas tentando encontrar soluções que permitissem o avanço da obra dentro deste programa, conforme a pressão das famílias. As

discussões em reunião traziam como preocupação a viabilização do projeto dentro de um processo instituído, sem a possibilidade de cumprimento. Se as regras do programa de financiamento não eram cumpridas à risca, aconteciam as recorrentes paralisações da obra devido à falta de pagamento e assim, de liberação de novos materiais.

Se era intenção das famílias ter casa, e da assessoria, promover um processo autogestionário, o programa de financiamento colocava regras que deveriam ser cumpridas, sendo a principal delas o pagamento de materiais vinculados ao cumprimento do cronograma de obras. Isso não seria um sério problema se este mesmo contrato não vinculasse a liberação dos recursos ao andamento conjunto de 77 casas, dentre as quais, 67 em alvenaria cerâmica estrutural. Como entidade credora, a CEF estabeleceu em contrato condições para a liberação do recurso, as quais em momento algum consideraram os aspectos de uma construção em mutirão, e nem mesmo as dificuldades do trabalho coletivo. Acreditou-se que a assinatura do contrato seria incentivo e mecanismo para o cumprimento dos acordos e prazos pelas famílias. Em diversas reuniões os representantes da CEF argumentaram sobre o descaso das famílias com a assinatura do contrato, ou no acordo de compromisso, sem prestar atenção às condições que eram dadas. Em uma das reuniões com a CEF, quando se estava discutindo as famílias com a obra parada e que ficaram isoladas, sendo os seus beneficiários idosos, solteiros e com problemas de saúde, um representante do banco questionou porque estas famílias não se juntavam para construir em mutirão, retomando a organização do início do projeto, a mesma organização que não se viabilizou. No entanto, não se manifestou quando foi considerada a necessidade de existência de recurso para pagamento de mão-de-obra para estas famílias. A questão para a CEF passa a ser de falta de empenho e descaso, apenas.

Analisando esta situação pelo olhar do bancário, as condições colocadas em contrato eram fundamentais, pois eram a garantia de funcionamento e permanência do programa. No entanto, considerando que o recurso disponibilizado era resultante dos fundos do FGTS, portanto, públicos, e que a intenção era prover condições de funcionamento de programas de políticas públicas para populações pobres, as condições colocadas mereciam ser diferentes. A começar pela necessidade de doação de mão-de-obra para a construção da habitação. O financiamento restrito aos materiais para a população assistida por este programa instituiu como premissa o trabalho em mutirão, ou a autoconstrução. Considerando os dois casos, não era lógico acreditar que a obra seria realizada em apenas 12 meses, apesar da sua urgência. Era necessário trabalhar para garantir a renda da família, colocar a comida na mesa, garantir a recomposição da força de trabalho. Havia de se considerar ainda os acontecimentos imprevisíveis, como adoecimento ou acidentes. Além disso, existia a dinâmica própria do campo e a sua demanda por trabalho

diário no cuidado com a plantação, horta, e/ou os animais, além dos períodos de safra. A construção da habitação se tornou mais uma entre as atividades a serem realizadas pelo assentado.

Outra irracionalidade foi vincular todas as casas em um mesmo contrato, sem a garantia para o pagamento de mão-de-obra, para a construção de casas de famílias recém-assentadas, e portanto, em sua maioria, sem outra fonte de recursos. E ainda, apostar que todas as diferenças de ritmo e de interesses poderiam ser resolvidas a partir de um trabalho técnico-social, a ser promovido pela entidade organizadora. Mesmo com objetivos diferentes, diante da necessidade de ter uma habitação, as famílias apostaram na proposta da assessoria (brigadas, comissões, representantes) e no programa de financiamento. No entanto, com o início das obras, as diferenças foram ganhando outra dimensão, e não foram resolvidas coletivamente, seja pelo desinteresse, seja pela falta de histórico destas famílias em resolver problemas desta alçada: como trabalhar em conjunto com um assentado alcoólatra, ou com aquele que faz corpo mole, aquele que não quer trabalhar na casa, mas assinou o contrato Operações Coletivas? Enquanto uma parte das famílias ansiava pela casa pronta, para trazer a sua família de longe e começar a se apropriar verdadeiramente do lote pelo trabalho, outra família não se importava em morar em um barraco, não tinha pressa em construir, e ia levando como podia. Também havia aquelas que tinham a produção agrícola como prioridade, e a casa ficava para os tempos livres. E como conjugar os tempos livres de diferentes famílias para uma construção em comum, com prazos estabelecidos. Como lidar com as diferenças pessoais e os conflitos cotidianos quando cada um sabe qual é a sua casa? Em momentos de desentendimento, trabalhar no mutirão era igual a trabalhar na casa do outro, e não em benefício ao grupo ao qual se pertence.

Outra dificuldade suscitada pelo programa de financiamento diz respeito à vinculação de todas as casas em um programa “coletivo”, e a assinatura, pelas famílias, de um contrato individual. E outro entendimento diferente: para a CEF, o programa oferecia às famílias uma casa que deveria suprir as condições de habitabilidade mínima, como disse várias vezes os seus representantes. Para as famílias, cada uma delas tinha direito a uma quantidade determinada de material, o qual era pessoal e intransferível. Este entendimento dificultava ações em canteiro como transferência de material em momentos de paralisação das entregas e mesmo, desperdícios. Também gerava conflito entre elas, principalmente no momento em que se descobriu que seria necessário suprimir algumas etapas da casa devido à desvalorização do recurso do subsídio. Neste momento as famílias argumentaram se tratar de uma grande injustiça, pois a demora ou descaso de algumas famílias com a construção acarretou na divisão dos prejuízos entre todas, até mesmo por aquelas que se empenharam nas obras frente a tantas dificuldades. Frente a este problema, a denúncia que até então estava sobre as dificuldades do processo e sobre a assessoria, passa

a se estender às famílias com problemas para a viabilização das obras, ou mesmo de descaso diante do compromisso assumido. E neste sentido surgem as falas: “[...] o cara está bebendo, está porque quer... essa é a questão... todo mundo aqui tem capacidade”, “Tem gente que não faz porque não está morando no assentamento, ou não tem condições!”, “ Todos tinham condição de fazer... não fez porque não quis. Até material companheiro vendeu!”.

E se a CEF, a assessoria e as famílias concebiam o processo de construção das casas de uma maneira, temos ainda que considerar as características próprias de um canteiro de obras em meio rural. Tratava-se de um canteiro descentralizado, cada casa em um lote já apropriado pela família. Também não havia um almoxarifado comum, e os fornecedores necessitavam fazer a entrega lote a lote. Por estar na área rural, as vias de acesso aos lotes eram influenciadas pelas condições climáticas, sendo que nos períodos de chuva ficava impossível circular por algumas delas com caminhões e carros comuns. Além disso, havia a falta de abastecimento de água, a qual foi resolvida em alguns núcleos durante os quatro anos de obra descritos aqui. Mas parte do assentamento ainda lida com este problema, com os assentados dependentes dos caminhões pipas, da chuva, ou de viagens até o poço localizado na área comunitária.

Com a inexistência de um almoxarifado comum cada família ficou responsável pelo armazenamento dos materiais entregues no lote. Além da falta de local adequado para o armazenamento de alguns materiais, como cimento, cal, painéis de cobertura, vigas e esquadrias de madeira, ainda havia as dificuldades de cumprimento das especificações de armazenamento, como por exemplo, não deixar estes mesmos materiais em contato com o solo ou com outras superfícies úmidas. Entre os motivos estavam a ausência de meios para elevar os materiais do chão, ou protegê-los, mas também o descaso das famílias com as recomendações da assessoria. E isso ocasionou, em diversos momentos, perda de materiais e paralisação da obra quando a família não possuía recurso para comprar novamente o material perdido.

Quando as entregas de materiais eram grandes, os fornecedores não entregavam todo o pedido num mesmo dia. Além disso, os diferentes materiais de uma mesma etapa de obra não eram adquiridos num mesmo fornecedor. Muitos dos prazos de entrega não eram cumpridos, e sem o acompanhamento da comissão de recebimentos, cada fornecedor seguia uma ordem de entrega, a despeito do roteiro da assessoria. Isso ocasionava, por exemplo, que chegassem todos os sacos de cimento para a execução da fundação no núcleo Chico Mendes, mas não as pedras, as quais eram entregues em um outro núcleo pelo outro fornecedor. E a espera de mais de uma semana para que os materiais se completassem para dar

início à obra. Isso quando estes mesmos fornecedores não paralisavam a entrega de maneira incompleta, pressionando para que houvesse o pagamento das entregas anteriores.

Por outro lado, quando eram realizadas pequenas compras, alguns fornecedores argumentavam o não cumprimento dos prazos de entrega porque era necessário completar a carga do caminhão, para uma mesma região, para compensar o valor do frete. Vender para as famílias do Sepé não era dos negócios mais lucrativos. Os materiais eram adquiridos pelo valor “à vista”, e, muitas vezes, havia um período de mais de dois meses para a efetivação dos pagamentos. Com o passar do tempo, somente os fornecedores com melhor estrutura financeira, ou aqueles voltados à causa da reforma agrária mantiveram algum tipo de parceria.

Por se tratar de um canteiro extenso, também havia a dificuldade de comunicação. Como a assessoria não estava presente no canteiro todos os dias, havia sido criada a rede de representantes, os quais deveriam espalhar informações pelo assentamento, como por exemplo, alteração nos dias de visita da assessoria, chamados para reuniões, agendamento de oficinas de capacitação, informações urgentes solicitadas durante as visitas anteriores. Esta rede de comunicação, por núcleo, era fundamental, pois nem todas as famílias possuíam serviço de telefone celular, e o mesmo não funcionava em todas as partes do assentamento. A divulgação de informações, desta forma, esteve condicionada à rede de afinidades dos representantes, não chegando a todos os lugares. E em diversas vezes estabeleceu um impasse: os representantes argumentando que transferiram as informações enquanto muitas famílias defendiam não tê-las recebido, principalmente quando se tratava do agendamento de reuniões.

O trabalho em mutirão foi uma das apostas da assessoria e do MST para a aproximação das famílias, num movimento de solidariedade e construção da comunidade. O interesse não estava no trabalho em si, mas na promoção de outras formas de sociabilidade onde o dinheiro não fosse prevaLENcente, e sim a ajuda mútua. No entanto o trabalho em mutirão também carregava em si uma racionalidade. Problemas de demora de entrega de materiais, entregas erradas, perda ou desperdício, falta de comunicação, acabavam por desmobilizar as brigadas. Se de início havia algum estímulo para dar início ao trabalho, com a espera as famílias se envolviam em outras atividades dando prioridades a outros projetos, como foi o caso de uma brigada, que abandonou a construção das casas para se dedicar aos cuidados de uma horta comum. Isso sem contar as diferenças pessoais que iam alterando naturalmente as relações entre elas, seja pelo modo de trabalhar, pelos objetivos, pelas necessidades, enfim, pelos motivos mais diversos.

O longo período para a construção das casas também pode ser considerado um motivo para a não manutenção dos grupos de trabalho. Antonio Cândido (2001)¹³⁶ explica que existe um limitante de tempo à cooperação, no trabalho em mutirão. Ele não pode prender os vizinhos longe dos seus interesses por muito tempo a fim de não se tornar um obstáculo. Além disso, apesar do trabalho em mutirão ser uma forma tradicional de ajuda mútua entre famílias rurais, ele se configura historicamente enquanto uma excepcionalidade. Como colocado por Martins (2003) o trabalho comunitário acontece diante de adversidades ou situações de urgência, como velhice, doença, tempo.

Segundo Franco (2007)¹³⁷, o trabalho em mutirão possui algumas características essenciais: trata-se de uma forma cooperativa de trabalho para a realização de benfeitorias de interesse coletivo, ou para aumentar a velocidade de realização de uma tarefa. Seu objetivo principal é unir forças para tornar o trabalho mais rápido, ou como coloca a autora, aumentar a “produtividade do trabalho mediante a sua transformação em força coletiva” (FRANCO, 2007, p. 31). Além disso, o mutirão se baseia na prestação voluntária e gratuita de serviços entre pares, onde todos os participantes realizam conjuntamente tarefas semelhantes ou ligeiramente diversificadas, com um grau muito aproximado de perícia. Ainda segundo Franco (2007), nesta prática se faz necessário algum tipo de incentivo e de coordenação, o qual se apóia na tradição e no caráter restitutivo do trabalho, se diferenciando do trabalho isolado.

Neste sentido, aproxima-se do que Marx (2002)¹³⁸ denomina cooperação, como sendo “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mas conexos” (MARX, 2002, p. 374). Ainda mais próximo da definição do mesmo autor para cooperação simples, onde os “trabalhadores se completam mutuamente fazendo a mesma tarefa ou tarefas da mesma espécie” (MARX, 2002, p. 376). Mas diferencia-se da cooperação dentro da divisão capitalista do trabalho por não haver uma voz de comando que alinha e abarca todos os trabalhadores, garantindo uma eficiência média e espaços para a concentração de mais valia. Mais do que um plano, o mutirão viria para cumprir uma meta, conjugar forças iguais numa mesma tarefa para se alcançar algo com maior velocidade.

O mutirão do Sepé não foi caracterizado pela prestação voluntária e gratuita de serviços, e também não se configurou enquanto uma atividade onde todos os presentes possuíam um grau aproximado de conhecimentos. Na obra havia os pedreiros e os aprendizes, sendo que estes últimos necessitavam ser

¹³⁶ CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Edição 34. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

¹³⁷ FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora UNESP. 1997.

¹³⁸ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, livro 1, vol. 1, capítulos XI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

coordenados, e por isso não tinham a mesma agilidade. O trabalho em mutirão se configurou enquanto um aprendizado, enquanto capacitação para uma nova atividade, na qual nem todos estavam interessados, ou mesmo empenhados. Como espaço de aprendizado, não era possível concluir as etapas em maior velocidade, prendendo os diferentes assentados a um processo já demorado em si, devido à dinâmica de liberação dos recursos. E, por fim, a obrigatoriedade do trabalho em mutirão reforçou as diferenças entre as famílias, as quais se viram responsabilizadas pela resolução de problemas complexos, quando, se o mutirão fosse espontâneo a ação seria de afastamento do grupo e a preservação das relações.

Isso porque o mutirão em si, historicamente, não deixa de ser carregado de conflitos. O estudo realizado por Franco (2007) a respeito da organização do trabalho na sociedade do ciclo cafeeiro (século XIX) nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro demonstrou que o trabalho em mutirão no Brasil, em sua origem, sempre foi carregado de tensão. Explica que, mesmo havendo condições para que os trabalhadores caipiras trabalhassem cooperativamente (pobreza, precariedade de recursos), nunca houve a cristalização das tradições disciplinadoras deste modo de trabalho. Como coloca a autora:

A observação de situações particulares em que o mutirão é convocado confirma esse ponto de vista. Em primeiro lugar, a técnica de incentivo ao trabalho e de controle da produtividade não traduz a vigência de normas que orientem as relações entre as pessoas no sentido de sua integração. Essa técnica também não indica que a cooperação esteja assegurada pela sua qualidade comunitária, de modo tal que uma identidade de atitudes e sentimentos orientasse o comportamento dos participantes do grupo para a concórdia e a harmonia, mantendo-se com isto o desempenho regular e coordenado das tarefas. Muito pelo contrário, essa técnica é o desafio e está fortemente carregada de tensão. O componente de ruptura é o determinante fundamental do sentido das relações transcorridas nesses grupos de trabalho. (FRANCO, 2007, p. 36)

Assim como os grupos de trabalho coloniais eram instáveis, as brigadas do assentamento em questão também o foram. O trabalho em mutirão foi colocado como uma exigência da assessoria e do MST no início das discussões dos projetos, reforçado pelo programa de financiamento devido à inexistência de recurso suficiente para pagamento de mão-de-obra. O trabalho em mutirão instituído não foi uma escolha das famílias, mas condição de acesso ao projeto. Neste sentido, o trabalho em mutirão foi uma possibilidade de trabalho até o momento em que as diferenças de interesses, de ritmos, de situação tornaram-se centrais, momento em que foram buscadas novas soluções frente às possibilidades de perda do acompanhamento da assessoria (responsável pelo material) e da exclusão do projeto pelas famílias que defendiam o mutirão.

Se de início as famílias defendiam o coletivo, com o transcorrer das obras prevaleceu as soluções individuais. Por exemplo, quando algumas famílias decidiram a entrega de materiais por brigadas de

trabalho, e não por etapas de obra. Isso permitiu às brigadas que tivessem executado a fundação receber o material para contrapiso, mesmo sem o restante do assentamento ter terminado a etapa anterior. As famílias que defenderam este novo processo de entrega de materiais se prontificaram a ajudar as famílias atrasadas, o que não aconteceu. E também foram alertadas sobre a possibilidade de paralisação de entrega de materiais devido ao atraso das famílias com escassez de recursos (humanos, financeiros, saúde), o que aconteceu diversas vezes. No entanto, defendia-se que algumas casas finalizadas ajudariam ao coletivo porque a assessoria não precisaria mais se preocupar com este grupo de famílias, ao mesmo tempo em que elas não precisariam mais participar de reuniões, de discussões para retomada de obras, das comissões de compra e comissões de recebimento.

Nas reuniões mais recentes a palavra “coletivo” passou a se empregada apenas quando algo era do desejo de todos, em atitudes de pressão, e mesmo assim, quando nenhum dos integrantes deste todo precisava fazer alguma concessão. O recurso para as habitações já estava garantido, a assessoria continuava a acompanhar a construção das casas mesmo não existindo mais as brigadas de trabalho. Lazaretti (2003) nos dá uma explicação compatível com isso:

No início era conveniente a idéia de compartilhar de uma situação com a qual todos não tinham nada. Coletivizar qualquer coisa era lucro, e todos se homogeneizavam em torno da idéia do coletivo. No momento em que existe a possibilidade de “não necessitar” mais do outro em função da aquisição da terra (ou de outros recursos)¹³⁹, o coletivo passa a ser apenas uma possibilidade, desde que não fira o que é “meu”. (LAZZARETTI, 2003, p. 116)

Se por um lado temos o indivíduo agindo de modo a suprir as suas necessidades, por outro temos a proposição de programas incompatíveis com a realidade colocada. Apesar das tentativas da assessoria em criar um processo participativo com as famílias para que a obra se realizasse de maneira harmoniosa e com ganhos para além da casa, não foi intenção das famílias agir em prol destes resultados. Isso porque o que elas buscavam era a casa, produto final, e não um processo de construção através da organização coletiva. Inicialmente era necessário se submeter aos acordos de obra, esta era a contrapartida para se conseguir o recurso. No momento em que estes acordos passaram a atrapalhar as intenções das famílias, as mesmas passaram a criar mecanismos para romper com as amarras.

E se não havia a possibilidade de parceria entre famílias e assessoria técnica, ela também não se estabeleceu entre assessoria, CEF e INCRA. A relação entre estes atores não foi de busca conjunta de soluções ou de processos que permitissem avançar com as obras. A parceria com a CEF era

¹³⁹ Inclusão da autora.

instrumentalizada, baseada em regras contratuais pouco flexíveis. O INCRA, por sua vez, possuía uma equipe restrita para o atendimento dos assentamentos. Com a assessoria assumindo as obras, acreditavam que estavam isentos de responsabilidades. Mas, como já foi colocado, existiram problemas para além das obras, e que necessitavam de ações rápidas do INCRA, como assinatura de documentos, agilidade na documentação com a troca de mutuários, para que a família que estivesse substituindo o lote pudesse assumir a obra, chancela nas notas fiscais para os pagamentos. E mesmo, na execução da infraestrutura do assentamento, principalmente no que diz respeito ao abastecimento de água. A relação estabelecida entre os atores foi de cobrança, através de uma divisão virtual das responsabilidades, divisão que se modificava conforme os interesses e a pressão das famílias pelo andamento da obra.

Frente a todas estas diferenças, de processos, de interesses, diante das dificuldades de encaminhamento do projeto, quais eram as possibilidades para a manutenção da organização coletiva inicialmente proposta para o projeto Sepé Tiaraju? Diante de todas as contradições decorrentes do processo, frente a diferentes racionalidades presentes, e a necessidade de habitação, as famílias encontraram no seu dia-a-dia formas de burlar estes acordos coletivos. E isso foi visível em canteiro de obras, quando as famílias não eram ouvidas em reunião. Tomando emprestadas as palavras de James Scott (2002, p. 12)¹⁴⁰ a regra geral foi a resistência passiva, “expressa através de sabotagens sutis, de não participação, de evasão e de engano”. O que dizer do assentado que se intitulou pedreiro de uma brigada, não participou efetivamente, e contratou um pedreiro para construir a sua casa? E do outro que buscou uma nova forma para o coletivo, contratando um pedreiro em grupo? E um outro, que ofereceu uma desculpa diferente para cada visita da assessoria à obra? Ele não queria a casa, mas não queria perder o lote.

Em nenhum momento as famílias questionaram o programa de financiamento, mas elas agiram de forma a garantir que suas necessidades fossem suprimidas dentro dele, buscando, indiretamente, subterfúgios de sobrevivência, seja a partir de dissimulação de entendimentos, de atitudes contraditórias, de alteração de sentido para as palavras. Retomando as palavras de Scott (2002, p.30), o objetivo da resistência “[...] não é diretamente derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver – hoje, esta semana, esta estação – dentro dele [...]”. Ter casa, para muitos assentados, era uma necessidade, e um direito.

¹⁴⁰ SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: *Revista Raízes*, v.21, n.01. 2002. p. 10 – 31. Entre as definições de Scott para as formas cotidianas de resistência o autor coloca a resistência passiva, onde “... a luta é menos marcada por confrontações massivas e desafiadoras do que por uma evasão que é igualmente massiva e frequentemente muito eficaz” (SCOTT, 2002, p. 13).

Esta resistência velada teve seus desdobramentos em cada paralisação de obra, onde foi necessária a recriação de acordos “coletivos”, e em concessões de todos os atores envolvidos. Aos poucos, os posicionamentos das famílias se tornaram mais claros, e depois de três anos de obra passaram a reivindicar que as casas fossem construídas individualmente, ou seja, cada família seria responsável por viabilizar a construção da sua casa, seja contratando pedreiro, seja através de trocas com outros assentados. E manteriam apenas a compra coletiva, devido à impossibilidade de alteração do contrato.

Como já foi falado, quando as famílias assumiram individualmente a construção das casas, o andamento da obra ficou atrelado às condições financeiras destas mesmas famílias, ou da rede de afinidades criada por elas. E estas diferenças de possibilidades, que permitia ritmos de obra distintos, tornaram-se incompatíveis com as regras do programa de financiamento, o qual instituía o pagamento e liberação de novos materiais apenas depois da aplicação dos antigos materiais nas casas. Se construir em mutirão era um entrave, individualmente houve aumento das diferenças, e novos entraves. No fim das contas, a dinâmica de obras criada, resultado da interação de todos os atores, acabou por comprometer os próprios resultados buscados no processo. E o programa de financiamento contribuiu para acirrar as tensões, se mostrando bastante irracional enquanto proposta de programa de financiamento para habitação de interesse social, ao vincular o trabalho coletivo a um processo rígido de liberação de recursos.

Se olharmos o resultado material de todo este processo, verificamos a construção de 67 casas de qualidade (apenas 38 finalizadas), com um recurso mínimo de R\$ 13.900,00 por casa, dos quais R\$ 11.258,00 foram gastos com material, R\$ 835,00 para pagamento de assessoria técnica, e R\$ 1.807,00 para pagamento de mão-de-obra mutirante ou contratação de mão-de-obra especializada. Considerando, no entanto, o longo período de quatro anos para a finalização de 67 casas, o processo pareceu ter sido mais importante do que o produto, pois tratou-se de quatro anos de precarização, de condições insuficientes de habitação, de falta de conforto.

E se o processo foi mais importante, este demonstrou a incompatibilidade de racionalidades que existiram na construção das habitações, as quais deveriam ser consideradas na proposição de políticas públicas habitacionais. Mas para isso, a provisão de habitações para populações carentes deveria ser encarada como um problema político, e não financeiro, de modo a ser discutida como um direito, e não como uma mercadoria¹⁴¹. Essa inversão de valores poderia dar parâmetros para o processamento de discussões que

¹⁴¹ Informação verbal. Argumento apresentado pelo prof. Dr. Miguel Antonio Buzzar em palestra com o título: “Valor do usuário e Avaliação de desempenho em projetos de HIS”, no *I Simpósio Brasileiro de Qualidade do Projeto no Ambiente Construído*. Data: 19/11/2009.

levariam a resultados eficientes e menos desgastantes para todos os atores envolvidos na construção da habitação social, principalmente ao usuário final. Esta atitude, no entanto, demandaria um passo ainda maior, o qual consistiria em se soltar das amarras do aparato, e a constituir uma nova racionalidade: aquela que deseja prover bem-estar a todos.

4.2. O mundo em movimento – as posturas que se alteram e as posturas que se mantêm

Durante o processo de construção das casas o movimento que prevaleceu foi o da separação das brigadas, num primeiro momento, com as famílias alterando os grupos, logo em seguida contratando pedreiros em grupos, para depois exigirem a construção individual das casas. De 13 brigadas iniciais, chegaram a existir 39 brigadas diferentes. Apesar disso, duas das 13 brigadas iniciais se mantiveram em conjunto, trabalhando até quase a finalização das casas, mas não necessariamente mantendo o grupo original. Durante o processo algumas famílias também se desvincularam destes dois grupos, procurando soluções mais adequadas para a viabilização das suas obras.

A brigada do núcleo Chico Mendes era composta, inicialmente, por seis mutirantes. Os dois primeiros que se separaram do grupo contrataram um pedreiro. Um deles argumentou que não trabalharia na obra, tendo recurso para pagamento de mão-de-obra. O segundo tinha pressa para a construção, pois havia uma criança doente na casa, e esta necessitava de acomodações melhores e mais rapidamente que o trabalho em mutirão poderia oferecer. O terceiro a deixar a brigada permaneceu com o grupo durante muito tempo, até o momento em que as quatro casas estavam quase prontas (erguidas e cobertas). No entanto, o desentendimento com um dos mutirantes, o separou do grupo. Restaram, então, três integrantes. Quando questionados do por que terem mantido o grupo e construído as casas através do mutirão, um dos mutirantes respondeu ser devido ao acordo realizado no começo do projeto, de que as casas seriam construídas através deste trabalho. Também afirmou que ele e os outros dois companheiros mantinham boas relações pessoais, e eram amigos.

A análise do grupo mostra que além da amizade entre os integrantes desta brigada, dois deles eram parentes consangüíneos, e os três se aproximavam também pelos traços religiosos, seguindo o mesmo culto. E esta boa relação se estendia para outras áreas da vida cotidiana, como a formação de uma cooperativa e o uso conjunto da área de produção coletiva, a qual, dividida entre todas as famílias do assentamento, foi novamente “juntada” por estas três famílias. A relação entre os filhos e as esposas

destes mutirantes também era positiva. Em relação à condição financeira, ela não era igual entre os três, sendo dois deles melhor estabilizados financeiramente, contando com a ajuda dos filhos que trabalham fora do assentamento.

Para o trabalho em mutirão, apesar de um deles ser o pedreiro oficial, o grau de conhecimento em obras era similar, e o envolvimento e dedicação também. O aprendizado em mutirão permitiu com que os mesmos se especializassem para a execução de pequenas obras em seus lotes, obras independentes da construção das casas. Também eram mutirantes participativos, estando presente em todas as reuniões com a assessoria, pelo menos um deles. Neste sentido, eram bastante esclarecidos quanto aos trâmites financeiros, sempre procurando informações para entender o porquê das paralisações de obra, dos valores de recurso liberado, dos acordos de obra. E mesmo, sempre se mostraram dispostos a ajudar as outras famílias quando se fazia necessário, seja através do trabalho, seja nas discussões de conflitos e desentendimentos, como suporte à ação da assessoria.

A brigada do núcleo Dandara era inicialmente formada por quatro mutirantes, dos quais dois tinham experiência em obra. A facilidade de trabalho no grupo propiciou que os dois mutirantes, sem experiência, ganhassem tal destreza em construção que passassem a vender o trabalho em dupla para as famílias que quisessem pagar. Pela habilidade próxima dos mutirantes, o processo de construção no grupo não era demorado, havendo harmonia na divisão do trabalho. A saída de um dos mutirantes, o pedreiro oficial da brigada, foi em comum acordo com os outros três, e o argumento foi de que a brigada não precisava mais dele. No momento de separação do pedreiro do restante da brigada, o mesmo compareceu a uma reunião com a assessoria e justificou a sua decisão. Esta atitude demonstrou haver entre eles algum respeito aos acordos de obra estabelecidos inicialmente. Ele não estava deixando o grupo desamparado. Eles já possuíam condições suficientes para terminarem as casas sozinhos.

A justificativa para a permanência do trabalho em grupo de três mutirantes foi devido a facilidade do trabalho em conjunto, e a rapidez com que cumpriam as etapas de obra, podendo se dedicar a outras frentes, principalmente o trabalho na lavoura. A situação financeira entre eles também era diferente, sendo um deles possuía outra fonte de renda, o que era visível pelos melhoramentos empreendidos em seu lote, em comparação aos outros dois. Também mantinham boas relações pessoais, sendo que todos os três estiveram bastante engajados com as causas do MST durante a ocupação e o planejamento do assentamento. Neste caso, a religião não era algo marcante no conjunto destas famílias, e também não havia entre eles o parentesco consanguíneo.

Assim como a brigada do Chico Mendes estes assentados também participavam das reuniões em conjunto com a assessoria, mas a postura demonstrada era marcada pelas reivindicações, pela liberação de materiais, pelos pagamentos, pela “desburocratização” do processo. Ou seja, não eram tão compreensíveis para com as causas que dificultavam o andamento de obra, posicionando suas dificuldades, e aquilo que entendiam como falha no processo. E mesmo, cobrando responsabilidades da assessoria. Agiam como militantes.

Comparando as duas brigadas elas se aproximam pelas seguintes características: facilidade de aprendizado de obra, e mesmo dedicação e envolvimento com as construções; proximidade dos lotes, sendo vizinhos “de cerca”, muito próximos; trabalho em grupo para outras atividades, como na produção agrícola ou na construção de outras casas; condições financeiras diversificadas, o que significou que os mesmos permaneceram em grupo voluntariamente; participação em reuniões, com compartilhamento de informações. Ambas as brigadas permaneceram em conjunto da etapa de fundação até a casa coberta. Etapas que exigiram maior especialização foram terceirizadas, como instalações elétricas e hidráulicas, apesar das capacitações técnicas. No caso da brigada do Chico Mendes, o grupo negociou o mesmo profissional para a execução destas etapas para as três casas.

Todos os seis representantes das duas brigadas foram capacitados para o trabalho em construção, participando da gestão de obras, como comissão de recebimentos e comissão de assinaturas. Também participavam das reuniões, e muitos deles foram os escolhidos para a discussão de novos acordos de obra em reuniões com a CEF, INCRA e promotoria pública. E mesmo diante das dificuldades de canteiro mantiveram o agrupamento proposto. Contudo, não se pode dizer que este agrupamento se deu a partir do trabalho em mutirão proposto para a construção das casas, aquele que promoveria a organização coletiva das famílias. Mas trabalho em mutirão parece ter reforçado a facilidade de trabalho destas famílias em conjunto, o qual só foi possível devido a características próprias de seus participantes, como a religião, os interesses, a trajetória de vida, e as experiências acumuladas. As mesmas características que propiciaram a separação das demais brigadas.

Sendo assim, a manutenção dos acordos iniciais não foi porque estas famílias se emanciparam durante o processo, tiveram uma maior consciência sobre os ganhos da coletividade propiciados pela experiência. Estas brigadas eram mantidas por relações tradicionais da nossa sociedade, baseadas nas relações de

parentesco e parentesco simbólico¹⁴², famílias com um histórico anterior de trocas, lealdades comunitárias e solidariedades antigas. Com a proposta ou não do projeto de construção das casas, elas certamente criariam redes de ajuda. Sendo a família (real e simbólica) o eixo central das relações dos assentados, e entendendo estas duas brigadas dentro deste pensamento, é possível entender como e por que diante de tantas dificuldades de encaminhamento de obras elas se mantiveram em conjunto, situação facilitada pelas características próprias de seus representantes, como por exemplo, a facilidade do trabalho em grupo e os valores pessoais.

Se a organização coletiva proposta no início do projeto não foi o que prevaleceu, aquela organização baseada em outras relações sociais, não podemos dizer que não existiram momentos de solidariedade e ajuda mútua entre as famílias. O trabalho em mutirão original, aquele que reúne pessoas para aumentar a velocidade de um trabalho mediante uma festa final, aconteceu na cobertura de todas as casas, quando era necessário juntar a vizinhança para levantar os painéis de cobertura, e telhar a casa no mesmo dia. Também houve trocas de trabalho, quando, ao contratar o pedreiro em conjunto, um dos antigos mutirantes permanecia trabalhando em obra como servente devido a sua impossibilidade de pagamento do profissional. Sua contribuição era em trabalho. Também existiu solidariedade entre pessoas específicas, como assentar as janelas para uma senhora viúva e com filhos pequenos, ou completando alguma etapa de obra quando algum assentado adoecia. Esta ação não foi a principal, ficando para os momentos de dificuldades, como sugere a definição de mutirão. E desta maneira, foi bastante espontânea.

Sendo assim, a proposta de organização coletiva, quanto às brigadas de trabalho solidárias, não aconteceu como idealizado inicialmente, em parte frustrando as intenções e os objetivos da assessoria técnica. A proposta do trabalho em mutirão sem considerar as suas condições, sem entender o seu significado, e ainda, como um elo de ligação entre as famílias, se viu fragilizado e sob as influências mais diversas, principalmente aquelas relacionadas ao indivíduo, como já comentado. A obrigatoriedade pelo coletivo, em conjunto com a busca por soluções que permitissem o andamento de obra, fez com que as famílias encontrassem algumas soluções em grupo, mas no fim, o que prevaleceu foram as soluções individuais, como a contratação de pedreiros.

¹⁴² As noções de parentesco, segundo Martins (2003) se vinculam ao entendimento do que é a família: "A família que está na cabeça de acampados e assentados é uma instituição ampla e nem mesmo se limita a parentesco de sangue. É uma rede de direitos e deveres referidos às obrigações dos vínculos de sangue e também dos vínculos sagrados da afinidade e do parentesco simbólico. Inclui até mesmo a velha figura do agregado e protegido". (MARTINS, 2003, p. 55)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou, a partir da descrição do histórico de construção das casas do assentamento Sepé Tiaraju, entender por que a organização coletiva idealizada no momento da discussão das casas entre os diferentes atores não se viabilizou durante o processo de construção. Desta maneira, a descrição do histórico de construção demonstrou as diferentes racionalidades existentes no processo, decorrentes da ação das famílias, da assessoria técnica, dos representantes da CEF, INCRA, e promotoria pública, bem como da dinâmica do programa de financiamento e de um canteiro de obras em meio rural. A ação destes atores, neste processo, compôs um universo de expectativas diferentes, que em nenhum momento foram trabalhadas para serem compatíveis, instituindo um cenário de disputas e de conflitos. Neste movimento, cujo ponto central foi a habitação, o que se ressaltou foram as dificuldades de encaminhamentos, de entendimentos, de formação de parcerias, de diálogo e de construção conjunta de soluções.

Mesmo sendo a habitação o ponto central para a atuação dos diferentes atores, ter uma casa era uma necessidade fundamental para as famílias que fizeram parte desta história. Sendo a casa uma necessidade, as mesmas agiram de modo a tê-la, instituindo caminhos para se chegar a este resultado. E desta maneira, quando os objetivos das famílias se diferiram dos objetivos dos outros atores, esbarrando em processos decorrentes do programa de financiamento, ou em dificuldades próprias do canteiro de obras, a atitude foi de embate. De alguma forma elas estavam lutando pelos seus direitos, mas, de maneira individual, dentro das possibilidades de cada uma delas, e mesmo, da urgência de cada uma. Neste sentido, podemos dizer que cada família possuía um “projeto” para a construção das casas, justificando as alterações de atitudes durante os diferentes momentos de obra a fim de atender aos seus objetivos. E se os projetos das famílias eram diferentes entre si, também se diferiram do projeto da assessoria técnica, e do programa de financiamento.

O projeto de construção das casas desejado pelo grupo de pesquisa / assessoria técnica baseava-se na organização coletiva. A participação coletivizada na gestão de obras, nas comissões, nas brigadas, e nas representações seria um possível caminho para se alcançar o principal objetivo da assessoria, o qual relacionava a organização coletiva com a emancipação social. A construção coletiva das casas seria a experiência que poderia promover novas formas de sociabilidade e de relações entre os trabalhadores,

através de um processo onde a reflexão e a busca conjunta por soluções seria fundante. Neste sentido, a proposta da assessoria não aconteceu, principalmente quando as famílias assumiram uma postura de cobrança sobre a ação da assessoria, descaracterizando qualquer possibilidade de parceria. Atitude que logo em seguida foi substituída pela desconfiança. Também não era objetivo das famílias a construção coletiva das habitações. Se inicialmente elas aceitaram esta proposta, com as dificuldades do processo prevaleceram as soluções individuais, baseadas em relações tradicionais, como é próprio da nossa sociedade.

Outra dificuldade de viabilização da sua proposta foi decorrente do programa de financiamento, o qual, colocado como uma regra a ser seguida, em si instituiu algo que não podia ser questionado, mas apenas cumprido. E se o cumprimento do programa de financiamento, que era o maior obstáculo do processo, não podia ser questionado ou alterado, onde caberia a reflexão das famílias? A reflexão parece ter sido substituída pela busca de soluções imediatas para a viabilização das construções, através de reivindicações, cobranças e delegações de responsabilidades. A organização coletiva ficou enquanto uma possibilidade. Para o contrato, esta organização deveria contribuir para o desenvolvimento equilibrado de todas as construções, garantindo a elevação de todas as casas, dentro dos prazos estabelecidos e das normas colocadas.

Quando as famílias assumiram individualmente a construção das casas, o controle saiu da comunidade organizada para a responsabilidade de cada um, famílias com condições financeiras diversas, e como já comentado, diferentes projetos de vida. A vinculação contratual de todas acabou por acirrar, muitas vezes, estas diferenças. Não houve a congregação de forças para o encaminhamento de um problema em comum, mas a busca de soluções individuais que garantissem a construção da casa, já que não havia a possibilidade de alteração nas regras do programa de financiamento. E esta ação das famílias contribuiu, por sua vez, para os entraves no andamento das obras, prolongando o tempo de construção.

O processo de construção das casas demonstra a incompatibilidade de propostas, ou mesmo de racionalidades para um mesmo processo, processo já formatado pelo programa de financiamento, que se não seguido à risca, torna-se inviável. Dentro deste processo cabe questionar quais seriam os reais alcances da ação da assessoria, já que o cenário de sua atuação não se colocou como o mais adequado para o desenrolar das suas propostas. Por outro, mostra como são injustas as políticas públicas sociais, as quais, além de oferecer o mínimo possível, ainda instituem processos complicados, baseados no “como deveria ser”, e não naquilo que realmente é.

Cabe ainda uma ressalva sobre os sentidos da coletividade, tanto pela assessoria, pelo MST e pelo programa de financiamento. Neste projeto ela parece ter assumido um caráter instrumentalizado, quando pensamos no trabalho em mutirão, pois este modo de trabalho não foi decorrente de uma escolha das famílias, mas de uma condição para acesso ao programa. Sendo assim, quando a assessoria cria um desejo de emancipação pela coletividade, ela o está fazendo a partir de falsas bases. No dia a dia em canteiro prevalece o trabalho, e a dificuldade de mediação nas relações interpessoais. Estas diferenças, sem espaço para diálogo acabam por se tornar conflituosas, fazendo com que prevaleça apenas o trabalho em mutirão, e muito pouco dos outros ganhos coletivos. E a construção das casas continua mesmo sob uma situação adversa, pois a moradia é uma necessidade fundamental.

A ação da assessoria, neste sentido, parece querer conformar a máxima eficiência para viabilização de um programa que em si, é insuficiente e, mesmo, injusto. Não foram estes os objetivos da assessoria, mas a sua ação, no final das contas, sob acusações e cobranças, foi na tentativa de viabilizar um processo menos desgastante na construção das casas. Para que existam ganhos coletivos, a organização coletiva deve ser ponto de partida de grupos de pessoas, e não condição para se alcançar alguma coisa, principalmente algo que é necessidade básica.

Temos que estar bastante atentos àquilo que entendemos do nosso ato, e aquilo que este ato realmente significa. Por isso, quando são veiculadas informações de que foram construídas 67 habitações de 60 m², com qualidade e conforto, utilizando um recurso mínimo de R\$ 13.900,00, sem demonstrar as dificuldades do processo, estamos veiculando informações equivocadas, ou mesmo incentivando processos injustos. Principalmente quando é defendida que a construção coletiva das habitações permite casas maiores, pois isso contribui para que os programas de financiamento não destinem recurso para o pagamento de mão-de-obra.

A ação da assessoria, no entanto, não foi desprezível. Com certeza ela foi muito importante, e agregou positividade à obra, sobretudo no que diz respeito à qualidade construtiva e uso de recursos e de materiais. Entre as potencialidades do projeto podemos citar a formação de profissionais ligados à construção civil, os quais tiveram a sua capacidade de geração de renda ampliada. Quando a assessoria deixou de exigir que as famílias construíssem coletivamente, as capacitações para as etapas de obra ganharam um outro peso, onde apenas aquelas interessadas em aprender participavam, e não apenas trabalhando, mas perguntando e interagindo. No entanto, para que isso acontecesse, não seria necessária a conformação de um processo onde todos deveriam participar da obra. Poderiam ser veiculados cursos profissionalizantes

entre os assentados, capacitando os interessados, e buscando articular com as demais famílias a construção de suas casas com estes profissionais formados, num sistema mais justo, de troca de serviços, ou outros tipos de relações. Os conflitos entre as famílias teriam sido menores, e todo o processo menos desgastante para os envolvidos. Neste sentido, outras formas de sociabilidade poderiam tomar forma, num movimento mais natural, mais normal entre os participantes. Como disse José de Souza Martins (2003), fazendo com que marcas da sociabilidade tradicional fossem substituídas gradualmente, e não estabelecidas de fora para dentro da comunidade.

Por outro lado seria necessário financiamento suficiente para se pagar minimamente pela mão-de-obra a ser contratada, de modo a não precarizar o trabalho de nenhum dos participantes, tanto profissionais capacitados, quanto famílias necessitadas. O processo de aprendizado político proposto poderia acontecer de uma outra maneira, fortalecendo os laços da comunidade, não pela criação de uma habilidade em comum, mas pela valorização das diferenças e das diferentes capacidades pessoais. Incentivar a comunidade a atuar em conjunto, a buscar soluções diversas em seu conjunto diverso.

Vários estudos sobre o mutirão defendem que não é o trabalho o que emancipa uma comunidade, mas a relação entre as pessoas desta comunidade, a sua capacidade de envolvimento, de busca de soluções, de decisão conjunta sempre no sentido de beneficiar ao grupo, com base em decisões conscientes. Aqui poderá existir algum vestígio de emancipação social, a emancipação tão procurada por movimentos sociais, conjuntos de assessoria, grupos de pesquisa.

Desta forma, outro desafio seria atuar com pontos de vista díspares, bem como posicionamentos e modos de fazer. Em uma organização coletiva, lidar com o conflito é de fundamental importância. Os problemas que surgem devem ser discutidos entre todos, de igual para igual, buscando dar voz aos participantes. Quando o diálogo não se processa, ou quando ele é veiculado por apenas um dos lados, pode acontecer formas de resistências não declaradas, as quais irão minar com todas as possibilidades do processo. O conflito não deve ser algo negativo, deve ser parte constituinte do grupo de pessoas que se propõem a atuar em conjunto. Como disse Hannah Arendt (KEINERT, 2005)¹⁴³, é da discussão a partir das diferenças que existe a possibilidade do novo, e não do simples consenso entre os iguais.

Considerações a partir das dificuldades do processo de construção das casas

¹⁴³ KEINERT, Fábio C. *O social e a violência no pensamento de Hannah Arendt*. 2005. 112p. Dissertação (Mestrado em sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2005.

Além demonstrar as diferentes racionalidades no processo de construção das casas, o que contribuiu para as dificuldades de encaminhamento das obras e para a viabilização do projeto coletivo, o histórico de construção deixou claro a irracionalidade, e mesmo a insuficiência do programa de financiamento habitacional. Considerando que este programa é decorrente de uma política pública de interesse social, fica a necessidade de se apontar algumas condições que devem ser garantidas para que a política seja eficiente, e supra o seu objetivo, de estender os direitos sociais à uma população fragilizada, proporcionando à todos o bem-estar e o atendimento de condições essenciais para o desenvolvimento humano.

Sendo assim, pontuamos aqui algumas considerações a respeito da política pública e do programa de financiamento, em termos de diretrizes:

- que as políticas habitacionais para o meio rural levem em consideração as especificidades regionais, o que irá influenciar no valor do financiamento, no tamanho da casa e materiais a serem aplicados;
- que a política habitacional garanta, além de recursos adequados para pagamento de materiais de construção, recursos para pagamento de mão-de-obra especializada; ferramentas; implantação de canteiros de obras; e assessoria técnica nas diferentes etapas do processo (organização da comunidade, desenvolvimento de projetos arquitetônicos e executivos, acompanhamento da construção);
- que os programas habitacionais dos trabalhadores rurais tenham o recurso reajustado anualmente seguindo os índices de inflação, garantindo que todas as habitações sejam finalizadas conforme contratado;
- que exista diversidade nas possibilidades de financiamento no que tange a forma de organização para a construção: mutirão, autoconstrução assistida, pagamento de terceiro ou empreitada. E que estes financiamentos sejam adequados a cada forma de construção;
- que sejam desburocratizados os caminhos dos diferentes financiamentos, e que os mesmos estejam sincronizados, entendendo os diferentes tempos da população beneficiada (tempo de obra, tempo de militância, tempo de descanso, tempo de plantio, tempo de chuva);
- que seja promovida a participação efetiva dos assistidos para as diferentes etapas de obra, desde a escolha do tipo de financiamento, assessoria técnica, tipo de habitação, material de construção, e que a participação seja livre, espontânea e esclarecida;

- que sejam desenvolvidas metodologias participativas com comunidades que escolherem o trabalho coletivo, como oportunidade de formação de pessoas, tanto em relação a uma profissionalização, quanto enquanto formação social (pessoas que sejam sujeitos da suas histórias); e que exista a diversidade de profissionais envolvidos na ação, desde arquitetos e urbanistas, engenheiros, sociólogos, assistentes sociais, psicólogos, antropólogos, engenheiros agrícolas, técnicos;
- que sejam criados canais de comunicação entre as diferentes instâncias do Estado, população assistida, movimentos sociais, agentes promotores, para a análise e revisão de propostas e de políticas;
- que seja promovida maior articulação com as universidades para organização de comunidades e construção da habitação, para a melhoria da qualidade do habitat, garantindo a introdução de novas tecnologias e novos processos no campo; e contribuindo para a formação de profissionais capacitados para lidar em meios diversos, formados na ação e não apenas na teoria. Para isso se faz fundamental a criação de linhas de fomento a pesquisas voltadas à habitação social rural;
- que todos os envolvidos na formatação, implementação e consolidação de políticas públicas não sejam passíveis diante das distorções e injustiças identificadas, mas se coloquem enquanto agentes preocupados com o bem-estar social, desde as famílias beneficiadas, assessoria técnica, INCRA, CEF e promotoria pública.

Em relação ao funcionamento da equipe de assessoria técnica, e também grupo de pesquisa, ressaltamos algumas condições de funcionamento que devem ser consideradas:

- Equipe de assessoria permanente no local da obra, ou capacitação de mestres de obras gerais, os quais moram no assentamento ou próximo a ele. Isso poderá evitar erros de execução, de leitura de projetos, de entrega, uso e armazenamento de materiais, e poderá diminuir os atrasos de obra porque haverá uma pessoa disponível permanentemente para responder a dúvidas que se fazem presentes no momento da construção;
- Equipe de assessoria-pesquisa formada por pelo menos um profissional permanente, remunerado, e de dedicação exclusiva para a coordenação do projeto, sem vinculação direta com uma pesquisa individual. Isso garante que informações sobre o projeto estejam centralizadas na figura de uma pessoa, a qual pode estar atualizando cada novo integrante da equipe. É importante também que esta pessoa consiga se responsabilizar pelos dados coletados em canteiro, para que a equipe esteja respaldada caso lhe aconteça algum imprevisto. Como coordenador geral, entenda-se alguém capaz de demandar atividades para o restante da equipe, e também monitorar e avaliar os resultados destas atividades;

- Equipe de assessoria integrada: ao mesmo tempo em que existe a presença de um coordenador geral, é necessário que o restante da equipe tenha conhecimento de todas as atividades desenvolvidas pelo projeto, e tenha noção de sua totalidade, principalmente a equipe de canteiro de obras. Isso porque o processo de canteiro não envolve apenas as atividades de verificação de execução de determinada etapa construtiva, já que esta etapa está vinculada com compras, entrega de materiais, pagamento de mão-de-obra e de materiais. Além disso, ter esta bagagem permite que o assessor em canteiro não seja enganado por algumas famílias, as quais podem agir de má fé em relação ao restante do assentamento, como por exemplo, desviando materiais já recebidos;
- Manutenção dos acordos iniciais de obra: É extremamente importante a existência de mecanismos para a manutenção de acordos iniciais para obra, como por exemplo, prazo, organização de equipes, responsabilidade pelo uso de materiais. Em um processo onde se busca a participação dos envolvidos, os acordos não podem simplesmente serem descumpridos. É importante criar espaços de esclarecimentos e busca de novas soluções, as quais podem alterar estes acordos de forma consciente;
- Mobilização de outras parcerias: é importante que a assessoria técnica estabeleça parcerias com os órgãos financiadores (CEF e INCRA) e propositores do projeto (INCRA) para a resolução de problemas fora de sua alçada, como por exemplo: pagamento de fornecedores e de mão-de-obra; problemas com a legalização da terra; e principalmente em relação à infra-estrutura, como a execução de rede de abastecimento de água e rede de transmissão de energia elétrica;
- Discussão dos problemas no momento do ocorrido, esclarecendo as culpas e os porquês daqueles acontecimentos, e a busca de soluções factíveis em conjunto com as famílias. Isso evitará que os mesmos problemas sempre se repitam, e o seu entendimento permitirá a construção de uma relação de respeito entre assessoria e famílias, porque a discussão tornará o problema transparente, evitando qualquer mal entendido. Além disso, deixar claro os limites de cada ação permite a maior visibilidade frente a todos sobre o posicionamento de cada um, quem é a favor do projeto e está trabalhando para que ele dê certo, e aquelas pessoas que estão apenas aproveitando a oportunidade sem dar nada de si em troca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS¹⁴⁴

ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Terra e Paz, 1995.

ANTUNES, Maria Cristina Almeida. *A Produção Habitacional Solidária: O processo participativo na organização do espaço urbano e na produção de moradias através de procedimentos autogestionários*. 2002. 185p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ARANTES, Pedro Fiori e FIX, Mariana. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação: Alguns Comentários sobre o pacote *Minha Casa, Minha Vida*. 2009. Disponível em <http://habitabrazil.blogspot.com/2009/12/os-paradoxos-do-programa-minha-casa_14.html>. Acesso em 08 Abr. 2010.

ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU: VIDA SAUDÁVEL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Ribeirão Preto: Março de 2006.

BARAVELLI, José Eduardo. *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo.

BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luis A. Cabello. *O que são assentamentos rurais*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense. 2001. p. 63.

BONDUKI, N. G. *Habitação e Autogestão*. Construindo Territórios de Utopia. Rio de Janeiro: Editora Fase. 1992.

_____. Autogestão na Produção de Habitação: Um programa de qualidade e baixo custo. In: Gordilho-Souza, Ângela (org). *Habitar Contemporâneo: Novas Questões do Brasil dos anos 90*. Mestrado – FAU FBA – LAB Habitar. Salvador, 1997.

BOURDIEU, Pierre. O espaço dos pontos de vista. In: _____(org). *A miséria do mundo*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

BRASIL. *Estatuto da Terra*. Lei 4504/64 | Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/129019/estatuto-da-terra-lei-4504-64>>. Acesso em: 24 Jun. 2011.

_____. *Constituição (1988)*. Lei complementar nº 75, de 20 de Maio de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp75.htm>. Acesso em: 29 Jun. 2011.

¹⁴⁴ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

BRAZ, Juliana de O. B. *Mutirões Habitacionais: Intervenção e pesquisa em um processo de construção de moradias populares*. 2008. 112p. Dissertação (Mestrado em psicologia social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

CAIXA. *A Habitação Rural: conheça os caminhos*. Caderno 1. Disponível em <www.caixa.gov.br>. Acesso em 17 jul. 2009.

_____. *Apresentação*. Disponível em <www.caixa.gov.br>. Acesso em: 17 Abr. 2011.

CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Edição 34. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CARVALHO, Caio Santo Amore. *Lupa e Telescópio – o mutirão em foco*. São Paulo, anos 90 e atualidade. 2004. 186p. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

CARVALHO, Horácio C. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In SANTOS, Boaventura S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2002. pp. 233 a 260.

CHAUI, M. *A Universidade Hoje*. São Paulo: Hucitec, Praga n.6. 1998.

DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo: Editora Cortez, 1988.

DIONNE, Hugues. *A Pesquisa-Ação para o Desenvolvimento Local*. Brasília: Editora Liberlivro, 2007.

FEIX, José Plínio. *Os interesses sociais e a concepção política e ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST*. Estudo de Caso na região de Rondonópolis - MT. 2001. 274p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2001.

FELIPE, Joel. *Mutirão e Autogestão no Jardim São Francisco (1989 – 1992): Movimento de Moradia. Lugar do Arquiteto*. 1997. 213p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1997.

FELTRAN, Gabriel de S. *Desvelar a política na periferia: história dos movimentos sociais em São Paulo*. 2004. 386p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004.

_____. Limites da virtude isolada: Movimentos sociais e política no Brasil. In LEVY, Bettina. GIANATELLI, Natalia. *La política en Movimiento: Identidades y experiencias de organización en América Latina*. Buenos Aires: Editora Clacso, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, Vera L. S. Botta; e WHITAKER, Dulce C. Andreatta (orgs). *Reforma Agrária e Desenvolvimento*. Desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA. 2008. pp. 27 - 52.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; e BARONE, Luís Antonio. Assentamentos na agenda de políticas públicas: a "trama de tensões" em regiões diferenciadas. In: FERRANTE, Vera L. S. Botta; e WHITAKER, Dulce C. Andreatta

(orgs). *Reforma Agrária e Desenvolvimento*. Desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA, 2008. p. 272 - 307.

FERREIRA, Ana Cristina. *A Análise da Cesta de Materiais de Construção no Estado de Minas Gerais*. Dissertação em Arquitetura. Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2004.

FERREIRA, Mauro. *Experiências da UEMG na produção da habitação social*. In: 1º Seminário de História e de Tecnologia da Habitação da Universidade São Francisco. 2008. Anais: Seminário de História e de Tecnologia da Habitação da Universidade São Francisco. 2008.

FERRO, Sérgio. Nota sobre o vício da virtude. In: *Novos Estudos CEBRAP*. Número 76. pp. 229 - 234. Novembro de 2006.

FRANCISCO, M.; LEITE, T.; INO, A. O Processo Participativo na Elaboração do Projeto Arquitetônico e Definição de Implantação das Moradias do Assentamento Sepé Tiaraju (Serra Azul-SP). In: *I SEHTHAB 2008 – I Seminário de História e de Tecnologia da Habitação*. Itatiba, SP, 22 a 24 de outubro de 2008.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.

FREIRE, Paulo. *A pedagogia do oprimido*. São Paulo: Editora Terra e Paz. 2005.

GABARRA, Rafael M. Poder investigatório criminal do ministério público. In: *Gabarra Advocacia Previdenciária*. [200-]. Disponível em: <http://www.gabarra.adv.br/adm/documentos/downloads/61a6cca248.pdf>. Acesso em 29 Jun. 2011.

GOHN, Maria da G. *Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

IMOTO, Tatiana S.; et al. Caracterização do Processo de Organização das Famílias em Brigadas de Trabalho para a Construção da Habitação. Caso: Assentamento Rural Sepé Tiaraju, Serra Azul – SP. In: *IV Encontro Latino Americano Sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis*. Anais... Campo Grande, UFMS, 2007. pp. 1125-1134.

INCRA. *Institucional*. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 17 Abr. 2011.

_____. *Regimento interno*. Disponível em <www.incra.gov.br>. Acesso em: 27 Jun. 2011.

_____. *Reforma Agrária: Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária*. 2010. Disponível em <<http://pqra.incra.gov.br>>. Acesso em 28 Mar 2011.

KEINERT, Fábio C. *O social e a violência no pensamento de Hannah Arendt*. 2005. 112p. Dissertação (Mestrado em sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2005.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. *Ação Coletiva em Assentamentos de Reforma Agrária: Processos de Organização dos Trabalhadores Rurais*. Cascavel: Dissertação Edunioeste, 2003.

LIMA, Maria Helena Beozzo de. Em busca da casa própria: autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro. In: VALLADARES, Licia do Prado (org). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

LOPES, João Marcos. de A. *Das utopias sem lugar aos lugares sem utopias: um roteiro para discutir os mutirões autogeridos em São Paulo*. São Carlos: 2004 (mimeo).

_____. O anão caolho. In: *Novos Estudos CEBRAP*. Número 76. pp. 219 - 227. Novembro de 2006.

LOPES, João Marcos de A.; RIZEK, Cibele Saliba. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica. In CARDOSO, Adauto L.; ABIKO, Alex Kenya (ed.). *Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda*. Porto Alegre: ANTAC, 2006 (Coletânea HABITARE, v.5), p. 52-83.

MAAR, Wolfgang L. À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In: ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Terra e Paz, 1995.

MARICATO, Erminia. Autoconstrução, a arquitetura do possível. In: _____(org). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1982. pp. 71 – 93;

_____. Os mutirões em questão. Os mutirões de São Paulo e a Reforma Urbana (entrevista). In: *Proposta: experiências em educação popular*. Rio de Janeiro: Fase. nº. 35. Ano XII, set. 1987. p. 31 – 47.

MARTINETTI, Thaís H. *Análise das estratégias, condições e obstáculos para implantação de técnicas mais sustentáveis para tratamento local de efluentes sanitários residenciais. Caso: Assentamento Rural Sepé-Tiaraju, Serra Azul-SP*. 2009. 231p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2009.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 5ªed. Petrópolis: Ed. Vozes. 1995. p. 21 – 102.

_____. *O sujeito oculto*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS. 2003. p 25 – 159.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, livro 1, vol. 1, capítulos XI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Meio Ambiente*. Disponível em: <http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/home/interna/meio_ambiente>. Acesso em: 29 Jun. 2011.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2008.

NAVARRO, Zander. Mobilização sem Emancipação: As lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In SANTOS, Boaventura S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2002.

OAKLEY, Peter, CLAYTON, Andrew. *Monitoramento e Avaliação de Empoderamento*. Inglaterra: INTRAC. 2003.

OLIVEIRA, Francisco. O vício da virtude. In: *Novos Estudos CEBRAP*. Número 74. pp. 67 - 85. Março de 2006.

PAOLI, M. Célia. O mundo do Indistinto. In OLIVEIRA, F. e RIZEK, C. *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.

PERES, R. B. *Habitação rural: discussão e diretrizes para políticas públicas, planejamento e programas habitacionais rurais*. 2003. 212p. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2003.

PINTO, Álvaro Vieira. *O conceito de tecnologia*. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005.

RIZEK, Cibele; BASTOS, Joana; BERGAMIN, Marta de Aguiar. A política de produção habitacional por mutirões autogeridos: Construindo algumas questões. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*. v. 05, n. 01, pp. 31 – 46. Maio de 2003.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970 a 1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Carlos N. F. dos. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1981.

SCOPINHO, Rosemeire A, et al. Trajetórias e Expectativas de Famílias do Assentamento Sepé Tiaraju. In: *Simpósio Nacional de Reforma Agrária: balanço crítico e perspectivas*, 2006, Uberlândia. Anais do Simpósio Nacional de Reforma Agrária - Uberlândia, 2006a.

SCOPINHO, Rosemeire A. Controle do trabalho e condições de vida em Assentamentos Rurais: Possibilidades e Limites da Cooperação Autogestionária. In: *VII Congreso Latino Americano de Sociología Rural*, 2006, Quito-Ecuador. VII Congreso Latino Americano de Sociología Rural. Quito-Ecuador : ALASRU, 2006b.

_____. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. In: *Psicologia e Sociedade*, v. 19, p. 84-94, 2007.

_____. Em busca de elos perdidos. In: *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 12, n. 2, 2009, pp. 257-270.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: *Revista Raízes*, v.21, n.01. 2002. p. 10 – 31.

SELLTIZ, et al. *Método de Pesquisa nas Relações Sociais*. 2. Medidas na pesquisa social. São Paulo: Editora EPU, 1987.

SILVA, Sandra M. *Indicadores de sustentabilidade urbana: as perspectivas e as limitações da operacionalização de um referencial sustentável*. São Carlos. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana, Departamento de Engenharia Urbana, UFSCar, 2000.

SILVA, Vandeler Ferreira. Promotor Público. In: *Infoescola: Navegando e aprendendo*. 2008. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/direito/promotor-publico/>>. Acesso em: 29 Jun. 2011.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. 3ª impressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

STEDILE, João P.; FERNANDES, Bernardo M. *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1999.

SOUZA, Michel Aires de. O que é a racionalidade Instrumental? In: *filosofonet.wordpress.com*. 16 de Abril de 2009. Disponível em: <<http://filosofonet.wordpress.com/2009/04/16/627/>>. Acesso em 07 fev. 2011.

VALLE, Ivan M. R. *A pré-fabricação de dois sistemas de cobertura com madeira de florestas plantadas*. Estudos de caso: os assentamentos rurais Pirituba II e Sepé Tiaraju. 2011. 352p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo. São Carlos: 2011.

VALOURA, Leila de C. *Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador*. 2006. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/Crpf/LegadoPFArtigos>. Acesso em 15/06/2008.

VASQUEZ, Gislayne C. F. *Experiência e luta pela terra: O assentamento Sepé Tiaraju e o MST*. 2009. 397p. Tese (Doutorado em psicologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto: 2009.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia de Pesquisa-Ação*. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. In: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, vol. 43, n. 4:897-918, JUL./AGO. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122009000400007&script=sci_abstract&tlng=pt> . Acesso em 07 fev. 2011.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

DOCUMENTOS UTILIZADOS COMO FONTE DE DADOS

A organização das informações coletadas no processo de pesquisa é de importância fundamental num estudo de caso por dois motivos: serve de base para a pesquisa de outros pesquisadores envolvidos no projeto; e contribui para o aumento da *confiabilidade* do estudo, ao permitir que outros pesquisadores possam revisar as evidências diretamente, sem ficar limitados a relatórios escritos pelo responsável pela pesquisa (YIN, 2005).

Para formatação do banco de dados, em primeiro lugar foram definidas as fontes de coleta de dados, a partir das esferas de relações. Os dados coletados foram divididos dois grupos: documentos (relatórios, PPTs, relatos, planilhas de eventos) e quadros. Os documentos foram analisados em seu conteúdo integral, e os seus dados principais foram armazenados em quadros, os quais tiveram como função ajudar a localizar mais rapidamente as informações, bem como agrupá-las qualitativa e quantitativamente. Nesta etapa de pesquisa, foram organizados em bancos de dados os seguintes documentos: PPTs; relatos de reunião Habis – Sepé; relatos de viagem; planilhas de eventos; e relatórios. Estes documentos serviram de fonte de evidência para mais de uma variável a ser analisada, pois, em sua totalidade, trouxeram as informações de todo o processo de construção das habitações no assentamento, sobre todos os aspectos que lhe dão corpo. E também serviram como fontes diferentes para a verificação de uma mesma variável, aumentando confiabilidade e a validade interna do estudo.

Os números de PPTs, planilhas de eventos, relatos e relatórios levantados abrangem o período de Dezembro de 2005 até Janeiro de 2010.

a) PPTs

A PPT (Planilha de Pergunta Transversal) é uma ferramenta de coleta de dados muito utilizada pelo grupo de pesquisa Habis. Ela é uma ferramenta de coleta usada principalmente em reuniões com os atores do Projeto Sepé Tiaraju, onde se transcrevem as principais falas, impressões e encaminhamentos do encontro. O quadro 1 apresenta uma PPT, a qual vem com as instruções para o seu preenchimento, com

os principais pontos a serem observados pelo pesquisador. O registro das falas é uma importante fonte de evidências principalmente para as classes de variáveis famílias e assessoria técnica.

Quadro 1: PPT – Planilha de Perguntas Transversais.

PLANILHA “PERGUNTAS TRANSVERSAIS” (PPT)			
Instruções para organização das planilhas: <ul style="list-style-type: none"> - Preenchimento simultâneo à realização da atividade sem laptop ou preenchimento após a realização da atividade: relator escreve em cópia impressa deste modelo. Ao chegar da viagem, coloca a planilha preenchida no armário do Habis ou transfere para o computador e repete os passos do item acima. 			
1. IDENTIFICAÇÃO			
Tipo de atividade:			Data:
Responsável pelo relato:			Início:
Moderador da atividade:			Término:
2. PARTICIPANTES			
Nome	Assinatura	Nome	Assinatura
3. RELATO			
<ul style="list-style-type: none"> - Preenchimento simultâneo à realização da atividade: se for reunião ou assembléia: relatar os diálogos ocorridos, redigindo-se o máximo possível de seus conteúdos, identificando-se os porta-vozes. Se for atividade de canteiro ou da marcenaria: relatar as etapas das atividades, procedimentos, etc. - Preenchimento após a realização da atividade: se for reunião ou assembléia: descrever os pontos discutidos, o processo de discussão e os encaminhamentos. Se for atividade de canteiro ou da marcenaria: relatar as etapas das atividades, procedimentos, etc. - Em ambos: enfatizar os problemas e conflitos surgidos, superação desses problemas. 			
Pauta inicial: pontos a serem discutidos e encaminhados			
1.		3.	
2.		4.	
Relato			
4. INSTRUMENTOS UTILIZADOS			
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os instrumentos utilizados (planilhas de aprendizagem, mapas, quadros, planilhas de controle, etc.). Se forem quadros colados ou elaborados na lousa, tirar fotografias e identifica-las. 			
Tipo:			
Data:		Nome do arquivo:	
Tipo:			
Data:		Nome do arquivo:	
5. AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE			
<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar breve avaliação: enfatizar a participação das famílias, a relação dessas com os pesquisadores, as relações intra e inter-grupos, as lideranças, o grau de compreensão das famílias em relação à atividade e ao conteúdo da discussão, dificuldades, etc. Impressão subjetiva do relator e/ou depoimentos dos participantes. 			
Análise			
Encaminhamentos			

Parte deste documento já se encontra digitalizado e arquivado no banco de dados do grupo de pesquisa Habis. Parte dele ainda se encontra em formato manuscrito, nos cadernos de reunião, e está sendo digitalizado pela presente pesquisadora.

A fim de facilitar a sua análise, as PPTs foram organizadas em duas diferentes tabelas: a tabela de tipo de reunião; e a tabela onde estão resumidos os principais pontos discutidos, o seu encaminhamento, os acordos coletivos, o número de participantes, entre outros dados, categorizados por tipo de reunião.

- Tabela de tipo de reunião:

As tabelas de tipo de reunião estão agrupadas por ano.

Tabela 1: Tipo de reunião.

Data	Tipo de reunião
16/2/2006	núcleo Paulo Freire
	núcleo Chico Mendes
	núcleo Dandara
	núcleo Zumbi
1/3/2006	Coordenação
26/3/2006	comissão de compras
30/3/2006	núcleo Paulo Freire
	núcleo Chico Mendes
31/3/2006	núcleo Dandara
	núcleo Zumbi

Ao longo de cerca de quatro anos de acompanhamento de obras em parceria com as famílias assentadas, foram realizadas reuniões com fóruns diferentes (reuniões iniciais, reuniões de coordenação, núcleos, comissões, brigadas, gerais, individuais, pedreiros, e reuniões com o grupo alternativo). O total de número de ppts levantadas até Agosto de 2010 foi de 122.

As reuniões iniciais são referentes às primeiras conversas entre assessoria técnica e famílias assentadas para a firmação da parceria, abrangendo todo o período de discussão e desenvolvimento dos projetos arquitetônicos, a escolha dos materiais, a construção dos acordos coletivos para canteiro de obras, formação do Regimento Interno, todos pautados pelo processo participativo. As reuniões de brigadas, núcleos, coordenação e assembléia geral foram convocadas segundo a complexidade do problema a ser

discutido. Isso porque, nos acordos iniciais de obra, ficou decidido que a resolução de conflitos seguiria estes fóruns de discussão, o qual demonstra a hierarquia de decisões dentro do assentamento, partindo do grupo menor (brigada) para o maior (Assembléia Geral):

Figura 1: Fluxo de Processamento de conflitos. Fonte: Imoto T. S., et al. (2007)¹⁴⁵.

As brigadas foram os conjuntos de famílias agrupadas para a construção da habitação em mutirão. A formação das brigadas se deu a partir de afinidades pessoais dos mutirantes, proximidade do lote, e tipologia escolhida. Cada brigada era coordenada por um pedreiro profissional, morador do assentamento, e elegia um representante geral para participar em reuniões. Quando os conflitos não encontravam soluções dentro das brigadas, eles eram levados pelos representantes para a reunião de núcleo. Cada núcleo (quatro, ao todo) tinha também os seus representantes, os quais, formavam a coordenação geral do assentamento. Se o conflito não se resolvesse no núcleo, os seus representantes o levavam para a coordenação geral, e se mesmo assim não se chegasse a um encaminhamento, era convocada uma assembléia geral.

A fim de que as famílias participassem da compra e do monitoramento de obras foram criadas as comissões de compra e recebimento de materiais. Inicialmente foram escolhidos dois representantes de cada núcleo para a compra, e dois para o recebimento dos materiais em canteiro. A comissão de compras obteve a responsabilidade de compra coletiva em escala, com levantamento de fornecedores, preço e qualidade dos produtos. A comissão de recebimento assumiu a função de receber o material no

¹⁴⁵ IMOTO, Tatiana S.; SIMÕES, Diego B.; SHIMBO, Ioshiaqui; INO, Akemi. Caracterização do Processo de Organização das Famílias em Brigadas de Trabalho para a Construção da Habitação. Caso: Assentamento Rural Sepé Tiaraju, Serra Azul – SP. In: *IV Encontro Latino Americano Sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis*. Anais... Campo Grande, UFMS, 2007. pp. 1125-1134.

assentamento e distribuí-lo para as famílias, considerando a quantidade, qualidade dos materiais, e a verificação dos pedidos. As reuniões com as comissões tiveram, desta maneira, o caráter de atualização e orientação para a compra e recebimento de materiais.

As reuniões de individuais foram reuniões de orientação, principalmente quando algum mutirante desistia do trabalho conjunto com a brigada. As reuniões com os pedreiros foram, em essência, reuniões de capacitação para o uso de materiais. As reuniões do grupo alternativo não serão analisadas por este trabalho.

- Tabela de PPTs resumidas

Todas as PPTs levantadas, digitalizadas ou não, foram resumidas em uma tabela como a que segue abaixo, no quadro 09. As PPTs estão separadas pelas categorias já citadas: iniciais / preliminares, coordenação, núcleos, comissões, brigadas, gerais, individuais, pedreiros, e grupo alternativo. São importantes fontes de dados, pois trazem os principais pontos discutidos em cada reunião, facilitando a localização dos documentos na íntegra, segundo as informações que estão sendo buscadas.

Quadro 2: Planilha de resumo de PPTs.

Reunião Preliminar								
Assunto	Descrição das Atividades (Pautas)	Encaminhamentos / Ações	Acordos Coletivos	Data	Recursos Utilizados	Participantes		
						Con.	Pres	%
Coordenação	Discussão sobre a parceria ou não do grupo Habis como assessoria técnica.	Foi afirmada a parceria (importância da universidade, trabalho anterior com assentamento) e agendada uma visita ao Habis para conhecer um exemplo de habitação agro-ecológica.		01/03/2006	cartelas		17	
	Discussão sobre a casa: uso ou não dos princípios de agro-ecologia.	Reunião para a discussão de plantas de habitação para os dias 09 e 10 de Março de						

b) Planilha de Eventos e Relatos de Reuniões Habis – Sepé

O grupo Habis tem como dinâmica de trabalho a realização de reuniões semanais para a discussão dos projetos que estão sendo acompanhados. Desta maneira, pelo menos uma vez por semana todos os

pesquisadores de um mesmo projeto se reúnem para as reuniões ordinárias, as quais têm como objetivos monitorar as estratégias de atuação, e atualizar e discutir em conjunto com a equipe as atividades e acontecimentos referentes ao projeto. As reuniões do Grupo Habis-Sepé estão divididas nas seguintes pautas fixas: contrato CAIXA, organização das famílias (brigadas, conflitos, dissidências, problemas em relação ao andamento da obra), organização de canteiro (compra, financeiro, entrega de materiais), projeto arquitetônicos (desenvolvimento e revisão de projetos), financeiro da assessoria, etapas de canteiro (visita à obra), estrutura e funcionamento da equipe, sistematização de dados e programação da próxima viagem. Cada representante do Grupo Habis-Sepé é coordenador de um dos pontos de pauta, ou por parte de um deles. Nestas reuniões, os responsáveis colocam para o grupo os avanços em sua frente, e as suas dificuldades, em busca de encaminhamentos contundentes. Em cada reunião é priorizada a discussão dos assuntos mais urgentes, e nem sempre todas as pautas são abertas.

As reuniões extraordinárias foram convocadas quando houve a necessidade de alteração de datas das reuniões ordinárias, ou o seu conteúdo não conseguiu ser discutido no tempo estabelecido (reunião complementar). E as reuniões estratégicas foram aquelas onde se propuseram e revisaram as ações da assessoria, bem como a sua estrutura e funcionamento (reuniões de planejamento, esclarecimento, reestruturação).

Para cada reunião a ser realizada existe a prática de preparação, através das planilhas de eventos, e de registro, através de relatos de reunião. As planilhas de eventos são ferramentas de organização da reunião, onde estão contidos quais serão os informes e os pontos de pautas a serem discutidos (cada responsável atualiza antecipadamente o moderador da reunião sobre os pontos necessários de discussão). Os relatos de reunião são complementares às planilhas de eventos, trazendo o conteúdo de cada pauta discutida, quais são os seus encaminhamentos e responsáveis / prazo.

O quadro 3 apresenta um exemplo de planilha de evento e de relato de reunião. Isso porque elas também são ferramentas em estudo, passando por várias reformulações.

Quadro 3: Planilha de evento e relato de reunião Habis-Sepé.

Folha de registro de reuniões do Projeto Sepé Tiaraju – HABIS USP / UFSCar			
ATIVIDADE: Reunião Extra Ordinária HABIS - Sepé	Data: 22/10/2009	Horário: 14:00h – h	Local: HABIS
Presentes Habis: Rosana (moderador), Simone, Rafael Maia, Rodolfo, Akemi e Tilião (relator)			
Ausências: Shimbo			
Ausências Justificadas:			
Outros presentes:			
INFORMES:			
1- Guilherme relatou a última viagem para o sepé;			
Pontos de Pauta: A) Questões Estratégicas.(Colocar em seqüência) Estratégias a serem definidas perante a problemas de relacionamento da comissão de compras.			
ASSUNTO	Informes e Questões	ENCAMINHAMENTOS/RESPONSÁVEIS / PRAZOS	
A5) Definição da frente de painel de cobertura	- Marcelo Gaetani é o responsável pela frente da produção dos painéis de cobertura. - Proposta para retirar a madeira da escola: pagar para alguém buscar com trator, à R\$ 20,00 cada viagem. Serão necessárias pelo menos duas viagens. - É necessário mobilizar uma equipe para o carregamento do trator. - Akemi coloca alguns procedimentos para o armazenamento da madeira. - Fazer agendamento da fabricação dos painéis – ordem das famílias para a fabricação dos painéis. PROBLEMA: madeiras estão sumindo da escola e as famílias “donas” não se mobilizam para retirar de lá. Questão: pagar ou não o transporte?	Responsável: Marcelo Prazo: 19/10/2009 Enc: retirada de madeira da escola – solicitar para técnico do INCRA.	

A partir das planilhas de eventos e dos relatos de reuniões ordinárias, extraordinárias e estratégicas do grupo Habis a respeito do Projeto Sepé Tiaraju foi possível coletar dados que dizem respeito principalmente à classe de variável assessoria técnica. Também serviu de fonte para a coleta de dados referentes às classes de variáveis: programa de financiamento e canteiro de obras em meio rural. Os relatos destas reuniões foram localizados e organizados preliminarmente, pois se encontram tanto em arquivos digitais já armazenados no banco de dados do grupo, quanto em relatos manuscritos nos cadernos dos pesquisadores. Ainda se faz necessário a formatação de uma tabela resumo para estas reuniões como a apresentada para as PPTs, para facilitar o acesso à informações.

O quadro 4 traz parte deste levantamento, o qual está organizado da seguinte maneira:

Quadro 4: Levantamento de reuniões Habis-Sepé.

	Data	Tipo de Reunião	Fonte
01	19/12/2005	Apresentação do Assentamento Sepé	Caderno Leo
02	09/01/2006	Apresentação do Projeto Sepé para os pesquisadores do Habis	Caderno Leo
03	16/01/06	Reunião Ordinária	Caderno Livia I.
04	07/02/06	Reunião Habis – pauta sepé	Caderno Leo
05	14/06/06	Reunião Ordinária	Arquivo Habis
06	21/06/06	Reunião Ordinária	Arquivo Habis

Ao longo de quatro anos de acompanhamento de obras foram realizadas 97 reuniões ordinárias, 21 reuniões extraordinárias, e 35 reuniões estratégicas.

c) Planilha de eventos e Relatos de viagem

Assim como as reuniões, as viagens para canteiro de obras também foram programadas com o uso de uma planilha de eventos, e foram registradas através de relatos. O planejamento de viagem é feito previamente, elencando as atividades que devem ser realizadas na visita, tendo por base o relato da última viagem. Os relatos de viagem são decorrentes do diário de obra de cada assessor que acompanha o canteiro. Neles estão contidas informações a respeito de todos os aspectos da obra, como famílias visitadas, etapa de obra, pedido de materiais, problemas encontrados, orientações dadas às famílias, e por isso, são fontes importantes para a análise da classe de variável canteiro de obras em meio rural. O quadro 5 apresenta a estrutura de uma planilha de eventos e o quadro 6, a estrutura de um relato de viagens.

Quadro 5: Planilha de eventos para viagem.

Operação:	Viagem Sepé	data: 28/08/2008	Local: Sepé Tiaraju	Equipe:	
Resultados Esperados:	- aumento da compreensão do projeto tanto pelos pesquisadores quanto para as famílias em relação ao processo - aumento da compreensão do projeto Sepé Tiaraju				
Etapa / Ação	Assunto / Dinâmica		Resultado Esperado	Recursos necessários	
Saída de São Carlos – 06:30h					
Assessoria	- Josias: assessoria adobe - Anderson: assessoria alvenaria - Osvaldo: assessoria alvenaria - Cícero: assessoria alvenaria	- Juca: pedir para abrir uma conta poupança na CEF - Amauri: assessoria alvenaria	- aumentar a compreensão das famílias em relação à construção das casas - ter relação de pedidos de novos materiais - maior controle sobre o canteiro de obras	- Relação de brigadas em andamento - máquina fotográfica e baterias - Trena / prumo - plantas de alvenaria, elétrica e hidráulica - quantitativo blocos - suporte metálico da viga da cozinha	
Verificações	- Eliseu: verificar se cobriu a casa - Percides: verificar se terminou a alvenaria		- verificar os acordos feitos em visitas a canteiro - ter maior controle do andamento de canteiro de obras		
Avisos	- Abrir conta na CEF: ver famílias listadas		- ter todas as famílias avisadas sobre a necessidade de abrir uma conta poupança na CEF Novo Shopping	Planilha com os valores de pagamento de mão de obra	
Remanejamento	- levantar lotes que possuem pedra rachão sobrando para levar para o José Pereira	- blocos inteiros e canaletas sobrando para Leandro, Tobias, Estela	- diminuir a necessidade de compra de novos materiais. - economizar gastos em materiais	Prancheta para anotações	

Quadro 6: Exemplo de Relato de Viagem.

RELATO DE VIAGEM		
Grupo: Sepé Tiaraju		Data: 09/09/08
Presentes HABIS: Rafael M, Simone, Daniel (ACIEPE)		Saída: 7:00h
Outros Presentes:		Local: HABIS
Informes:		
Para a próxima viagem		
Comprar		
Resolver		
<p>- 8:30h: chegada ao assentamento</p> <p>- 8:30h: encontramos na estrada: Gilberto: vai construir a casa do Bernardo. Pediu para liberar o material (pedra rachão, cimento) Trazer a planta elétrica da casa. A planta que recebeu não tem a parte elétrica. Saber quando vai vir o roliço para a caixa d'água.</p> <p>- 8:40h: Encontramos na estrada: Mara: está finalizando os painéis de cobertura Teodoro: não recebeu caixas de distribuição. Verificar o que aconteceu na loja. O grupo Paulo Freire não sentou para conversar sobre a última reunião com o Habis, por isso, não retiraram um representante para ir conversar na CEF. Decidir o dia em que coordenadores Habis poderão ir até a CEF e ligar avisando o Teodoro ou Bento. Moisés: foi avisado para pegar parte da sua areia no seu Antonio. Enviar dois sacos de cimento do emboçamento. Foi avisado para pegar os pregos dos painéis na casa do seu Nelson, que tem o controle de cada família. Está usando duas pranchas de madeira para carregar os painéis, e irá devolvê-las para a escola depois.</p>		
Encaminhamentos para próxima viagem		Responsáveis
Verificar no texto		Prazos

Foi realizado um levantamento com as datas das viagens e as principais atividades realizadas em cada uma delas.

Quadro 7: Parte da tabela de levantamento de viagens.

VIAGENS PROJETO SEPÉ TIARAJU				
	DATA	ASSUNTO	EQUIPE	FONTE
1	20/12/2005	Reunião com CAIXA - Ribeirão Preto	Tati, Ivan, Akemi, Ana Lúcia, Eduardo	Registro HABIS
2	1/2/2006	Reunião com as famílias: Apresentação do grupo HABIS e projeto Inovarural. Início dos primeiros acordos coletivos	Fernando, Ivan, Akemi	Registro HABIS
3	16/02/06	Reunião com cada núcleo sobre o projeto de arquitetura para CEF	Fernando Machado, Akemi, Nagui	PPT
4	01/03/06	Reunião com a coordenação sobre consolidação da parceria Sepé-Habis	Shimbo, Nagui	PPT
5	30/03/06	Reunião com os núcleos para discussão sobre modelos de plantas arquitetônicas	Thaísa, Fernando Machado e Leonardo	PPT

Quando comparamos o número de viagens com o número de relatos de viagens levantados até o momento percebemos que nem todas foram registradas. Este é uma dificuldade recorrente no grupo de pesquisa advindo da dificuldade de um mesmo assessor desempenhar várias atividades simultâneas em canteiro de obras, como conversar com as famílias que estão demandando informações e esclarecimentos, e ao mesmo tempo registrar esta conversa. Esta é uma das perdas decorrentes da dinâmica da pesquisa, e também da composição da assessoria, do perfil de cada pesquisador. No entanto, estas informações são colocadas nas reuniões ordinárias do grupo Habis- Sepé, de maneira oral. Assim, dados não encontrados em relatos de viagem podem ser resgatados principalmente a partir de relatos de reuniões ordinárias deste fórum.

Foram realizadas no período estudado 225 viagens para canteiro de obras. Apesar do número de viagens, existem arquivados digitalmente e em diários pessoais 45 planilhas de eventos para viagem.

d) Planilhas de eventos de reuniões

As planilhas de evento para reuniões no Sepé são importantes instrumentos para a programação de uma ação, sua dinâmica, e a definição dos seus resultados esperados. São planilhas de organização, fontes de evidências para o entendimento das variáveis ligadas à assessoria técnica e ao canteiro de obras em meio rural. Os resultados destas programações de reuniões em conjunto com as famílias assentadas, em seus diferentes fóruns de discussão, são registrados nas PPTs, já apresentadas. O quadro 8 traz um exemplo desta planilha de eventos.

Quadro 8: Planilha de eventos de reuniões com assentados.

Operação:	Reunião com os Núcleos		data: 09/05/08		Local: Sepé Tiaraju		
Resultados Esperados:	Aumento da compreensão dos atores envolvidos no projeto Sepé sobre os acordos de retomada de obra, envolvendo Habis/CAIXA/Assentados; Retomada das obras paradas; Criar condições para que todos possam encaminhar suas obras; Aumento da compreensão sobre as instâncias de organização e processos de compra de materiais;						
Etapa / Ação	Moderador	Estimativa de Tempo	Assunto / Dinâmica	Resultado Esperado	Recursos necessários		
Organização da reunião	coordenação	10 minutos	1. Estabelecer moderador da reunião 2. Discussão sobre a organização da reunião: 3. Eleger a ordem dos pontos de pauta e estabelecer quais são as prioridades dentro do tempo de duas horas.	- melhorar o aproveitamento do tempo de duração da reunião	- Câmera Digital - planilha de ppt		
Esclarecimento		10 minutos	4. Saber da legitimidade da coordenação - se eles se responsabilizam pela distribuição de informações da reunião para as demais famílias - se as outras pessoas entendem que a atuação da coordenação é legítima	- entender como se dá o processamento de informações no assentamento - atualizar a hierarquia deliberativa do assentamento			
Apresentação do problema		10 minutos	5. Esclarecimentos sobre a quebra de acordos para canteiro de obras - Levantamento do histórico dos acordos a partir da retomada de obras - Esclarecimentos sobre as medições a o porquê da mão-de-obra ser liberada apenas 2 meses depois da retomada	- Compreensão dos acordos firmados com a CEF			
Discussões e Encaminhamentos		10 minutos	- colocação das dúvidas sobre este assunto - proposta de andamento - colocação de pontos de vista	- Compreensão dos acordos firmados com a CEF - Proposição de novos acordos			

Foram encontradas 15 planilhas de eventos para reuniões com os assentados.

e) Relatórios:

No processo de construção das habitações vários relatórios foram redigidos colocando para os outros atores do projeto (CEF, INCRA, promotoria pública) o andamento das obras, bem como as dificuldades para o seu prosseguimento. Estes documentos trazem informações relevantes para se entender as

relações estabelecidas em canteiro de obras, e serão mais uma fonte de evidência para esta pesquisa.

Foram encontrados em arquivos digitais 20 relatórios, alguns direcionados para um ator específico, outros para o conhecimento geral de todos os implicados no processo.